

Diário Oficial

Estado de Mato Grosso do Sul

ANO XXXIX n. 9.377

CAMPO GRANDE-MS, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2017

67 PÁGINAS

GOVERNADOR

REINALDO AZAMBUJA SILVA

ROSIANE MODESTO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica EDUARDO CORREA RIEDEL

Controlador-Geral do Estado CARLOS EDUARDO GIRÃO DE ARRUDA

Secretário de Estado de Fazenda MARCIO CAMPOS MONTEIRO Secretário de Estado de Administração e Desburocratização CARLOS ALBERTO DE ASSIS

Procurador-Geral do Estado ADALBERTO NEVES MIRANDA

Secretária de Estado de Educação MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA

Secretário de Estado de Saúde NELSON BARBOSA TAVARES

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública JOSÉ CARLOS BARBOSA

Secretária de Estado de Direitos Humanos. Assistência Social e

ELISA CLEIA PINHEIRO RODRIGUES NOBRE

Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania ATHAYDE NERY DE FREITAS JÚNIOR

Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar JAIME FLIAS VERRUCK

Secretário de Estado de Infraestrutura EDNEI MARCELO MIGLIOLI

DECRETO

DECRETO "O" N° 018/2017, DE 24 DE MARÇO DE 2017

crédito suplementar Unidades Orcamentárias aue menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, inciso VII, da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 9°, da Lei nº 4.976, de 29 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito suplementar às Unidades Orçamentárias mencionadas, compensado de acordo com os incisos do § 1° do art. 43 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, conforme detalhado no Anexo deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 24 de março de 2017

REINALDO AZAMBUJA SILVA

Governador do Estado

MARCIO CAMPOS MONTEIRO

Secretário de Estado de Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 018/2017, DE 24 E	ΣE	M	ΑI	RÇC	DE 2017	R\$ 1,00
	I	E	G	F		
ESPECIFICAÇÃO		S	- 1		SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO
FUNDO FORFOLAL DE ADOLO F	C	F	니	N		
FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO						
FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO						
07901.03.091.0005.2071		F	١			
Modernização administrativa do Ministério Público						
	3		4	240	2.440.000,00	0,0
07901.03.091.0005.2072	1	F	İ			
Infraestrutura do MPMS		ij	İ			
	3		4	240	0,00	2.440.000,0
SUBTOTAL		ij		240	2.440.000,00	2.440.000,0
FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS						
FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS		ij	İ			
27901.10.122.2004.2134		S	İ			
Qualificação das ações e serviços de saúde visando a otimização da Atenção à Saúde.						
	3		4	103	0,00	170.000,00
27901.10.302.2002.2185		s	١			

Atenção à Saúde de forma regionalizada por meio da qualificação da assistência, com destaque para os Hospitais regionais, estratégicos e de apoio em					
Mato Grosso do sul					
	111	4 2	248	6.000.000,00	0,00
27901.10.302.2002.2186	S				
Qualificação das ações e serviços da Rede de Média e Alta Complexidade					
Node de media e 7 ma comprexidade	3	3	100	0,00	78.700,00
	111		100	78.700,00	0,00
27901.10.302.2006.2172	s				
Adequação de Unidades da Rede de Atenção Especializada em Saúde					
	3	3	103	42.800,00	0,00
	3	4	103	127.200,00	0,00
SUBTOTAL			103	170.000,00	170.000,00
SUBTOTAL	H	1	248	6.000.000,00	0,00
SUBTOTAL			100	78.700,00	78.700,00
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA					
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA					
31101.06.181.2011.2244	F				
Previsão Orçamentária para contrapartida de convênios.					
	2	3	112	7.000,00	0,00
	2	4	112	8.000,00	0,00
SUBTOTAL		1	112	15.000,00	0,00
ENCARGOS GERAIS FINANCEIROS DO ESTADO					
ENCARGOS GERAIS FINANCEIROS DO ESTADO					
35101.28.841.0907.9017	F				
Refinanciamento da Dívida Pública Contratual Estadual Interna					
	3	2	100	0,00	86.000.000,00
35101.28.843.0903.9003	F				
Serviço da Dívida Interna - Juros e Amortizações.					
	3		100	0,00	5.679.900,00
SUBTOTAL SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO		1	100	0,00	91.679.900,00
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO					
55101.04.122.0064.6163	F				
Manutenção e Operacionalização das atividade da SAD					
	3	3	100	0,00	8.000,00
	3	4	100	8.000,00	0,00
SUBTOTAL		-	100	8.000,00	8.000,00
AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL					
AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL					
55203.09.272.0066.6228	S				

Garantir os Meios de Subsistência aos Inativos e Pensionistas	3		100	91.679.900.00	0.00
SUBTOTAL	٥	'	100	91.679.900.00	0.00
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO					
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO					
65101.08.364.2033.2835		S			
Conceder benefício social ao acadêmico/a universitário					
	3	3	103	0,00	100.000,00
65101.08.364.2033.2836		S			
Apoiar os acadêmicos indígenas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)					
	3	3	103	100.000,00	0,00
SUBTOTAL			103	100.000,00	100.000,00
TOTAL			100	91.766.600.00	91.766.600.00
TOTAL			103	270.000,00	270.000,00
TOTAL			112	15.000,00	0.00
TOTAL			240	2.440.000.00	2.440.000.00
TOTAL			248	6.000.000,00	0,00
TOTAL GERAL			لت	100.491.600,00	

OBS:

A) INCISOS DO ART. 43 DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/64

1 - SUPFRÁVIT FINANCFIRO

3 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

2 - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

4 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO

B) GND - GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

- 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
- 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 4 INVESTIMENTOS
- 5 INVERSÕES FINANCFIRAS
- 6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

SECRETARIAS

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

RESOLUÇÃO/SEFAZ N. 2.808, DE 22 de março de 2017.

Reativa beneficios fiscais.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o inciso I do § 1º do art. 9° do Decreto n. 10.604, de 21 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam **REATIVADOS** os benefícios fiscais concedidos por meio do Termo de Acordo n. 920/2006 e 681/2011, à empresa São Fernando Açúcar e Álcool Ltda., inscrição estadual n. 28.328.039-5 e CNPJ n. 05.894.060/0002-08, pelos motivos expostos no processo n. 11/033.995/2016, tendo em vista que a mesma efetivou pagamento integral, nos termos do artigo 4° da Lei 4.946, de 13/12/2016, referente as irregularidades que originaram a suspensão, com efeitos desde 01/02/2017.

Art. 2º Caso venha a ocorrer pendências fiscais ou parcelamentos em atraso, os benefícios fiscais ficam automaticamente suspensos, independentemente da publicação de nova Resolução

Art. 3º Fica REVOGADA a RESOLUÇÃO/SEFAZ N. 2.744/2016,

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 22 de março de 2017.

MARCIO CAMPOS MONTEIRO Secretário de Estado de Fazenda

Órgão Oficial destinado à publicação dos atos do poder Executivo. Parque dos Poderes - SAD - Bloco I - CEP 79031-310
Telefone: (67) 3318-1480
Campo Grande-MS - CNPJ 02.940.523.0001/43

CARLOS ALBERTO DE ASSIS

Secretário de Estado de Administração e Desburocratização

www.imprensaoficial.ms.gov.br - materia@sad.ms.gov.br

Publicação de Matéria por cm linear de coluna R\$ 11,40

SUMÁRIO

Decreto01
Secretarias02
Administração Indireta
Boletim de Licitações
Boletim de Pessoal
Defensoria Pública-Geral do Estado
Municipalidades
Publicações a Pedido

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONSIGNAÇÃO SAD/MS № 04/2017

PARTES: Estado de Mato Grosso do Sul através da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização e a ACP - Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educacão Pública.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e ainda legislações específicas com suas alterações posteriores, quais sejam: Decreto Estadual n^{α} 11.261 de 16 de junho de 2003 e Decreto Estadual n^{α} 12.796 de 3 de agosto de 2009, além das demais matérias pertinentes ao assunto. OBJETO: Credenciar a CONVENENTE para permitir a averbação de consignações na re-

muneração de servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, processada pelo sistema de folha de pagamento do Estado, com o objetivo de realizar descontos das mensalidades de contribuição e de benefícios obtidos pelos servidores públicos estaduais sindicalizados.

VIGENCIA: 05 de fevereiro de 2017 a 06 de maio de 2017 DATA DA ASSINATURA: 05 de fevereiro 2017.

ASSINATURAS: Carlos Alberto de Assis, Lucilio Souza Nobre, Waldemar Gomes de Carvalho Junior.

EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONSIGNAÇÃO SAD/MS № 10/2017

PARTES: Estado de Mato Grosso do Sul através da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização e o Fundo de Assistência Feminina ao Policial Militar do Estado de Mato Grosso do Sul – FAF/PMMS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e ainda legislações específicas com suas alterações posteriores, quais sejam: Decreto Estadual nº 11.261 de 16 de junho de 2003 e Decreto Estadual nº 12.796 de 3 de agosto de 2009, além das demais matérias pertinentes ao assunto.

OBJETO: Credenciar a CONVENENTE para permitir a averbação de consignações na remuneração de servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, processada pelo sistema de folha de pagamento do Estado, com o objetivo de realizar descontos das mensalidades de contribuição e de benefícios obtidos pelos servidores públicos estaduais associados.

VIGÊNCIA: 24 de março de 2017 a 24 de março de 2019. DATA DA ASSINATURA: 24 de março 2017.

ASSINATURAS: Carlos Alberto de Ássis, Kelly Cristine Costa Sandin Júdice, Sonia Barbosa de Araujo.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0009/2015/SED Nº Cadastral 5095

29/004.600/2015 O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Partes:

Secretaria de Estado de Educação e C.E. SANCHES & CIÁ

LTDA - MF

Objeto:

O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a Cláusula Quarta do Contrato n. 009/2015, a qual passa a vigorar com nova redação, previsto no item 3.2, alínea "P" da Cláusula Terceira, e no item 12.1 da Cláusula Décima Segunda do referido contrato, com base no artigo 57, §1°, inciso I, da Lei 8.666/1993 Maria Cecilia Amendola da Motta

Ordenador de Despesas:

Amparo Legal: Do Prazo: Lei 8.666/1993 e posteriores alterações. O instrumento contratual terá sua vigência prorrogada

por mais 240 (Duzentos e quarenta dias) pelo período de 07 de Dezembro de 2015 a 03 de Agosto de 2016.

Data da Assinatura: 04/12/2015

Maria Cecilia Amendola da Motta e Carlos Eduardo Sanches Assinam:

Extrato do II Termo Aditivo ao Contrato 0024/2016/GL/COGESP/SED

N° Cadastral 7365 Processo:

29/036 527/2016 Partes:

O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da

Secretaria de Estado de Educação e SDI Informática e Construções LTDA-EPP

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do valor do contrato 024/2016. Fica acrescido ao Objeto:

uo valor do contrato 0.24/2016. Fica acrescido ao valor inicialmente contratado, a importância de R\$ R\$ 90.527,60 (noventa mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), correspondente ao percentual de 42%, a preços iniciais, passando dos atuais R\$ 215.456,99 (duzentos e quinze mil, quatrocentos e ingruenta e seis reais e proporta e proye estates). cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos), para R\$ 305.984,59 (trezentos e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Maria Cecilia Amendola da Motta

Ordenador de Despesas:

Amparo Legal: Data da Assinatura: Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores

16/03/2017

Assinam: Maria Cecilia Amendola da Motta e Marcelo Curvelo da Silva

Extrato de Termo Aditivo n. 2 ao Termo de Colaboração n. 26.406 Processo: 29/018.649/2016

Processo: 29/018.049/2016

Partes: Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação – CNPJ/MF N. 02.585.924/0001-22, denominada CONCEDENTE, a Associação de País e Amigos dos Excepcionais de Eldorado/MS - CNPJ/MF n. 70.524.285/0001-45, denominada CONVENENTE e a Federação das Associações de País e Amigos dos Excepcionais do Estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ/MF N. 00.637.112/0001-58, denominada LNTE/MENTE. denominada INTERVENIENTE.

Objeto: alterar a Clausula Décima Primeira do Convênio original, prorrogando sua vigência.

Amparo Legal: Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, Lei Federal n. 11.494 de 20 de junho de 2007, Decreto Federal n. 6.253 de 13 de novembro de 2007 e alterações posteriores, Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no que couber, Decreto Estadual 11.261, de 16 de junho de 2003 e alterações posteriores, na Resolução SEFAZ n. 2.093 de 24 de outubro de 2007 e alterações posteriores. **Vigência**: a partir da data da assinatura e término em 30/04/2017

Assinatura: 24/02/2017

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA - CPF/MF n. 724.551.958-72

Secretária de Estado de Educação – CONCEDENTE.

GEOVANE JOSÉ ANSELMI – CPF/MS n. 015.703.621-90

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Eldorado/MS -CONVENENTE

TIDELCINO DOS SANTOS ROSA – CPF/MF N. 048.227.908-78

Presidente da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de Mato Grosso do Sul – INTERVENIENTE.

Extrato de Termo Aditivo n. 2 ao Termo de Colaboração n. 26.206 Processo: 29/011.063/2016

Partes: Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação – CNPJ/MF N. 02.585.924/0001-22, denominada CONCEDENTE, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Negro/MS-CNPJ/MF n. 01.660.770/0001-23, denominada CONVENENTE e a Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ/MF N. 00.637.112/0001-58, denominada INTERVENIENTE.

Objeto: alterar a Clausula Décima Primeira do Convênio original, prorrogando sua vigência.

Amparo Legal: Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, Lei Federal n.11.494 de 20 de junho de 2007, Decreto Federal n. 6.253 de 13 de novembro de 2007 e alterações posteriores, Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no que couber, Decreto Estadual 11.261, de 16 de junho de 2003 e alterações posteriores, na Resolução SEFAZ n. 2.093 de 24 de outubro de 2007 e alterações posteriores. de 2007 e alterações posteriores.

Vigência: a partir da data da assinatura e término em 30/04/2017.

Assinatura: 24/02/2016

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA - CPF/MF n. 724.551.958-72

Secretária de Estado de Educação – CONCEDENTE.

JULIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA – CPF/MS n. 105.970.247-90

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Negro/MS – CONVENENTE.

TIDELCINO DOS SANTOS ROSA – CPF/MF N. 048.227.908-78

Presidente da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de Mato Grosso do Sul – INTERVENIENTE.

Extrato de Termo Aditivo n. 2 ao Termo de Colaboração n. 25.762 Processo: 29/012.413/2016

Partes: Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação – CNPJ/MF N. 02.585.924/0001-22, denominada CONCEDENTE, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pedro Gomes/MS-CNPJ/MF n. 00.768.320/0001-96, denominada CONVENENTE e a Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ/MF N. 00.637.112/0001-58, denominada INTERVENIENTE.

Objeto: alterar a Clausula Décima Primeira do Convênio original, prorrogando sua

Amparo Legal: Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, Lei Federal n.11.494 de 20 de junho de 2007, Decreto Federal n. 6.253 de 13 de novembro de 2007 e alterações posteriores, Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no que couber, Decreto Estadual 11.261, de 16 de junho de 2003 e alterações posteriores, na Resolução SEFAZ n. 2.093 de 24 de outubro de 2007 e alterações posteriores.

Vigência: a partir da data da assinatura e término em 30/04/2017.

Assinatura: 24/02/2016.

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA - CPF/MF n. 724.551.958-72

Secretária de Estado de Educação - CONCEDENTE.

ANA MARIA COLOSSI DRESCH - CPF/MS n. 357.098.550-49

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pedro Gomes/MS -CONVENENTE

TIDELCINO DOS SANTOS ROSA - CPF/MF N. 048.227.908-78

Presidente da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de Mato Grosso do Sul - INTERVENIENTE.

Republica-se por ter constado erro no original. Publicada no DO nº 9.340, de 30/01/2017, pág. 16.

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.º 10.985, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza o funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos, anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, na Escola Especializada Mundo Feliz, localizada no município de Aquidauana, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS n.º 012/2017, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/01/2017, e o disposto no Processo n.º 29/031941/2015,

DELIBERA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso e autorizado o funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos, anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, na Escola Especializada Mundo Feliz, localizada no município de Aquidauana, MS, pelo prazo de cinco anos.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 20/01/2017.

Eva Maria Katayama Negrisolli Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA Secretária de Estado de Educação

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Extrato do Convênio n.º 27.034/2016 - 008/2017

Processo n.º: 27/003895/2016

Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ n. 03.517.102/0001-77

Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa - CNPJ n.

03.276.524/0001-06

Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução Amparo Legai: Aplica-se a este instrumento o Decreto n. 11.201/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n. 1.01/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações.

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros de Concedera à Convente a presente convente de con

da Concedente à Convenente, para despesas de **custeio**, visando à aquisição de medicamentos e insumos para fomentar a redução do volume de infecções

hospitalares no Hospital Santa Casa de Campo Grande, conforme Plano de

Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Recursos: O valor total deste Convênio é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária As despesas para o presente exercito correta a conta da dotação ofiçamentamento consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0021, Fonte 0103, Natureza de Despesa n. 33504101, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE000994, emitida em 23/02/2017, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes.

Data ass.: 24/03/2017

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n.º 313.040.956-49 Esacheu Cipriano Nascimento - CPF n. 171.797.189-04

Extrato do Convênio n.º 27.104/2017 - 27/2017.

Processo n.°: 27/004211/2016

Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ n. 03.517.102/0001-77

Associação Beneficente de Itaquiraí - CNPJ n. 15.578.834/0001-56. Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações.
 Objeto: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da Concedente à Convenente, para despesas de custeio, visando à aquisição de medicamentos e material de consumo hospitalar, conforme Plano de Trabalho, parte intogrando deste instrumento.

parte integrante deste instrumento. **Recursos**: O valor total deste Convênio é de R\$ 30.000,00. As despesas para o presente

Sus. O valor total deste convenido de de R\$ 30.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0021, Fonte 103, Natureza de Despesa n. 33504101, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE001094, emitida em 08/03/2017, no valor de R\$ 30.000,00.

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes.

Data ass.: 24/03/2017 **Ass: Nelson Barbosa Tavares -** CPF/MF n.° 313.040.956-49

Elmir Buhler - CPF n. 370.152.909-44

Extrato do Convênio n.º 27.082/2017 - 12/2017 Processo n.º: 27/003864/2016

Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ n. 03.517.102/0001-77

Fundo Especial de Saúde, CNPJ n. 03.517.102/0001-77

Maternidade da Mãe Pobre Nossa Senhora da Glória - CNPJ n. 03.153.947/0001-20

Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações.

Objeto: O presente Convénio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da Concedente à Convenente, para despesas de custeio, visando a aquisição de material de consumo para melhorar o atendimento médico hospitalar à população, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Recursos: O valor total deste Convênio é de R\$ 20.000,00. As despesas para o presente

Sos: O valor total deste convenilo e de R\$ 20.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0021, Fonte 103, Natureza de Despesa n. 33504101, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE00992, emitida em 23/02/2017, no valor de R\$ 20.000,00.

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes.

Data ass.: 24/03/2017

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n.º 313.040.956-49

Osmar Perez - CPF/MF n. 040.630.468-85

Extrato do Convênio n.º 27.105/2017 - 004/2017

-/ Processo n.º: 27/004202/2016 Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ n. 03.517.102/0001-77

Associação Beneficente de Itaquiraí, CNPJ n. 15.578.834/0001-56. Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução

Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações.
 Objeto: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da Concedente à Convenente, para despesas de custeio, visando à aquisição de material de consumo para garantir o atendimento à população que busca o atendimento hospitalar, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

instrumento..

Recursos: O valor total deste Convênio é de R\$ 60.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0021, Fonte 103, Natureza de Despesa n. 33504101, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE00995, emitida em 23/02/2017, no valor de R\$ 60.000,00.

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua

assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes Data ass.: 24/03/2017.

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n.º 313.040.956-49

Elmir Buhler - CPF n. 370.152.909-44

Extrato do Convênio n.º 27.083/2017 - 045/2017

Processo n.º: 27/083/2017 – 045/2017

Processo n.º: 27/083/2016

Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ n. 03.517.102/0001-77

Maternidade da Mãe Pobre Nossa Senhora da Glória - CNPJ n. 03.153.947/0001-20

Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e

SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações.

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da Concedente à Convenente, para despesas de custeio, visando a aquisição de material de consumo para melhorar o atendimento no Pronto Socorro, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Recursos: O valor total deste Convénio é de R\$ 30.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional

Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0021, Fonte 103, Natureza de Despesa n. 33504101, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE001256, emitida em 15/03/2017, no valor de R\$ 30.000,00.

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua

assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes.

Data ass.: 24/03/2017

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n. ° 313.040.956-49

Osmar Perez - CPF/MF n. 040.630.468-85

Convênio n.º 27.086/2017 - 046/2017

Processo n.º: 27/003288/2016

Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ n. 03.517.102/0001-77

Maternidade da Mãe Pobre Nossa Senhora da Glória - CNPJ n. 03.153.947/0001-20 Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às

disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações. **Objeto**: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da Concedente à Convenente, para despesas de custeio, visando à aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para aumentar o atendimento no Pronto

Socorro, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Recursos: O valor total deste Convênio é de R\$ 20.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0021, Fonte 0103, Natureza de Despesa n. 335041, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE001254, emitida em 15/03/2017, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n. ° 313.040.956-49
Osmar Perez - CPF/MF n. 040.630.468-85

Extrato do Convênio n.º 27.088/2017 - 058/2017

Processo n.º: 27/003.692/2016
Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da

Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ/MF n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ/MF n. 03.517.102/0001-77

Associação Beneficente de Maracaju - CNPJ n. 24.644.494/0001-05

Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n. 101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações. **Objeto:** O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da

Objeto: O presente Convénio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da Concedente à Convenente, para despesas de investimento, visando à aquisição de equipamentos e materiais para cirurgias no Hospital Soriano Corrêa da Silva, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.
Recursos: O valor total deste Convénio é de R\$ 30.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0022, Fonte 0103, Natureza de Despesa n. 44504201, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE001390, emitida em 17/03/2017, no valor de R\$ 30.000,00.
Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura podendo ser aditado caso haia interesse entre os partícipes.

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n. 9313.040.956-49

Ariovaldo Boer - CPF/MF n. 558.972.408-25

Extrato do Convênio n.º 27.087/2017 - 060/2017

Processo n.9: 27/003.894/2016

Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ/MF n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ/MF n. 03.517.102/0001-77

Associação Beneficente de Maracaju - CNPJ n. 24.644.494/0001-05

Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações. **Objeto:** O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da

Concedente à Convenente, para despesas de investimento, visando a aquisição de equipamento/material permanente, para melhorar a qualidade de atendimento aos usuários do Hospital Soriano Corrêa da Silva, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Recursos: O valor total deste Convênio é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), que serão repassados em parcela única, devendo ser executado conforme Plano de Trabalho, sendo R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) do concedente e de Irabaino, sendo R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) do concedente e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) do convenente. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0022, Fonte 103, Natureza de Despesa n. 44504201, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE001389, emitida em 17/03/2017, no valor de R\$ 230.000,00.

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua exercipatura pedanda con distada con bala interesso esta es participatura.

assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes. Data ass.: 24/03/2017.

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n.º 313.040.956-49 Ariovaldo Boer - CPF/MF n. 558.972.408-25

Extrato do Convênio n.º 27.081/2017 - 048/2017

Processo n.º: 27/003461/2016

Processo n. 9: 27/00346172016

Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ n. 03.517.102/0001-77

Maternidade da Mãe Pobre Nossa Senhora da Glória-CNPJ n. 03.153.947/0001-20

Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às

disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações.

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da Concedente à Convenente, para despesas de custeio, visando a aquisição de material de consumo para aumentar o atendimento no Pronto Socorro, conforme

Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento no Pronto Socorro, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Recursos: O valor total deste Convênio é de R\$ 20.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0021, Fonte 103, Natureza de Despesa n. 33504101, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE001255,

emitida em 15/03/2017, no valor de R\$ 20.000,00

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes.

Data ass.: 24/03/2017

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n.º 313.040.956-49

Osmar Perez - CPF/MF n. 040.630.468-85

Convênio n.º 27.080/2017 - 014/2017

Processo n.º: 27/003717/2016

Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ n. 03.517.102/0001-77

Maternidade da Mãe Pobre Nossa Senhora da Glória-CNPJ n. 03.153.947/0001-20 Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações.

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros

da Concedente à Convenente, para despesas de custeio, visando a aquisição de material de consumo para aumentar o atendimento do Pronto Socorro, equipar laboratório de análise e suprimento de material de consumo para laboratório, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Recursos: O valor total deste Convénio é de R\$ 40.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0021, Fonte 0103, Natureza de Despesa n. 33504101, conforme Nota de Empenho n.º 2017NE000993, emitida em 23/02/17, no valor de R\$ 40.000,00.

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes.

Data ass : 24/03/2017

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n.º 313.040.956-49

Osmar Perez - CPF/MF n. 040.630.468-85

Extrato do Convênio n.º 27.075/2017 - 059/2017 Processo n.º: 27/003.708/2016

Processo n.º: 27/003.708/2016
 Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ/MF n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ/MF n. 03.517.102/0001-77
 Associação Beneficente de Maracaju - CNPJ n. 24.644.494/0001-05
 Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações.
 Objeto: O presente Convénio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros da Concedente à Convenente, para despesas de investimento, visando a aquisição de equipamentos e materiais para ortopedia, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Recursos: O valor total deste Convênio é de R\$ 50.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0022, Fonte 0103, Natureza de Despesa n. 44504201, conforme Nota de Empenho n. 2017NE001413, emitida em 20/03/2017, no valor de R\$ 50.000,00.

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes.

Data ass.: 24/03/2017.

Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n.° 313.040.956-49

Ariovaldo Boer - CPF/MF n. 558.972.408-25

Extrato do Convênio n.º 26.892/2017 - 039/2017 Processo n.º: 27/003.872/2016

Participes: Estado de Mato Grosso do Sul - CNPJ n. 15.412.257/0001-28, através da Secretaria de Estado de Saúde, CNPJ/MF n. 02.955.271/0001-26, com recursos do Fundo Especial de Saúde, CNPJ/MF n. 03.517.102/0001-77

Sociedade Íntegrada de Assistência Social de Fátima do Sul – Hospital da SIAS - CNPJ n.01.951.177/0001-36

Amparo Legal: Aplica-se a este Instrumento o Decreto n. 11.261/2003; a Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, atualizada, Lei Complementar Federal n.101/2000; e pela Lei Federal n. 4.320/1964, bem como às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações. **Objeto:** O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros

da Concedente à Convenente, para despesas de **custeio**, visando à aquisição de materiais de consumo para garantia de atendimento a população que busca atendimento hospitalar, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Recursos: O valor total deste Convênio é de R\$ 30.000,00. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática n. 20.27901.10.302.2002.2186.0021, Fonte 103, Natureza de Despesa n. 335041, conforme Nota de Empenho inicial n. 2017NE001259, emitida em 15/03/2017, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Vigência: O presente Convênio terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado caso haja interesse entre os partícipes.

Data ass.: 24/03/2017.
Ass: Nelson Barbosa Tavares - CPF/MF n.° 313.040.956-49

Adair Luiz Antoniete - CPF/MF n. 029.539.001-87

SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 65.000.091/2017 TERMO DE CESSÃO DE USO.

PARTES:

Estado de MS, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho/SEDHAST - CNPJ/MF sob o n.º 04.150.335/0001-47 e o Município de Juti- CNPJ sob o n.º 24.644.296/0001-41.

OB JETO:

Constitui objeto do presente termo a Cessão de Uso de bem móvel descrito e avaliado no Termo de Responsabilidade n.º 004/2017, anexo, com a finalidade de atender a "Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, com aquisição de veículo para equipes volantes do CRAS", objeto do Convênio n. 802159/2014/ MDS/SNAS

A M P A R O Decreto Estadual nº 12.207/06 e Lei n.º 8.666/93, no que couber.

LEGAL

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por

consenso das partes.

DATA DA ASS: 20 de março de 2017. FORO: Campo Grande/MS

ASSINAM: Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre/Secretária da SEDHAST - CPF

404.297.171-72.

Elizangela Martins Biazotti dos Santos/Prefeita-CPF825.261.921-53.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, atendendo as disposições contidas no § 1º do art. 3º do Decreto n. 14.675, de 10 de março de 2017 convoca os interessados a participar do **Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal** para a definição dos representantes da sociedade civil, conforme segue: I - Da Sociedade Civil

- a) três representantes de instituições de ensino e pesquisa com comprovada atuação na área da RBPan;
- três representantes das organizações não-governamentais com atuação socioambiental e comprovada atuação na área da RBPan;
- dois representantes de comunidades tradicionais da área da RBPan, sendo preferencialmente de associação de moradores ou colônia de pescadores;
- um representante de povos indígenas da área da RBPan.

Data: 29 de março de 2017 Horário: das 9:30 as 12:00 horas

Local: Auditório Shirley Palmeira/Sede do IMASUL

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n°, Setor 3, Bloco 3 Pq. Dos Poderes Campo Grande MS

JAIME ELIAS VERRUCKSECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

EDITAL CONFUNLES N. 002/2017 AVISO – CHAMAMENTO SESSÃO PÚBLICA

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO SEMADE N. 001/2016

O Presidente do Conselho Gestor do Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Lesados – CONFUNLES/MS e Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO/MS, no uso de suas atribuições, convoca os Conselheiros do CONFUNLES na qualidade de membros da Comissão da Seleção e comunica aos interessados que, às catorze horas (14hs) do dia dezessete (17) de abril do ano de 2.017 – Segunda-feira, no auditório da AGRAER/SEMAGRO sito a Rua Desembargador José Nunes da Cunha, Bloco 12, Parque dos Poderes, em Campo Grande-MS será realizada sessão pública para abertura dos envelopes contendo as propostas enviadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), conforme estabelecido no Edital de Chamamento Público CONFUNLES n. 001/2016 e em cumprimento ao § 7°, art. 10 do Decreto Estadual n. 14.494/2016, com redação dada pelo Decreto Estadual n. 14.615/2016.

Campo Grande (MS), 22 de março de 2017.

JAIME FLIAS VERRUCK

Presidente do Conselho Gestor do Presidente do Conselho Gestor do Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Lesados - CONFUNLES Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e

Agricultura Familiar. Decreto "P" nº 1.302 de 16/03/2017 publicado DOE de 17/03/2017

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Autorizo as despesas e a emissão das Notas de Empenho,

referente aos processos abaixo relacionados no mês - Janeiro a Março/2017

AMPARO LEGAL: Decreto nº 11.676 de 17/08/2004

Favorecido	Processo n°	Ep n°	Data	Valor
Vyga – Prestadora de Serv.de Cons. e Asseio	63/000166/2015	22	16/01/17	5.439,66
Campmaq Com.e Manutenção de Maq.p/ escritório	63/000101/2016	25	16/01/17	9.990,00
José Claudio Soares da Silva ME	63/000125/2016	44	16/01/17	1.680,00
Campmaq Com.e Manutenção de Maq.p/ escritório	63/000101/2016	46	16/01/17	3.510,00
Prosoft Tecnologia S/A	63/000130/2015	57	20/01/17	173,79
Prosoft Tecnologia S/A	63/000130/2015	58	23/01/17	1.737,90
Youssif Amim	63/000147/2016	64	27/01/17	268,00
Housetech Informatica Eireli – ME	63/000019/2017	65	27/01/17	58,00
Casa 10 utilidades, acessórios e serviços LTDA ME	63/000019/2017	66	27/01/17	53,45
I.A Campagna Junior & Cia LTDA EPP	63/000021/2017	67	27/01/17	224,50
L&L Comercial e Prest.de Serviços LTDA-EPP	63/000122/2016	69	27/01/17	704,00
I.A Campagna Junior & Cia LTDA EPP	63/000019/2017	71	27/01/17	174,99
I.A Campagna Junior & Cia LTDA EPP	63/000016/2017	90	01/02/17	55,50
Art Video Eireli – EPP	63/000016/2017	91	01/02/17	203,20
Casa 10 utilidades, acessórios e serviços LTDA ME	63/000016/2017	92	01/02/17	58,65
DMB Produtos e Serviços LTDA ME	63/000016/2017	93	01/02/17	21,75
Vyga – Prestadora de Serv.de Cons. e Asseio	63/000166/2015	94	02/02/17	27.198,30
SERASA S/A	63/000149/2016	106	09/02/17	1.000,00
SERASA S/A	63/000149/2016	107	09/02/17	600,00
Easycred Serviços de Credito e Turismo	63/000144/2016	110	15/02/17	1.963,32
José Claudio Soares da Silva ME	63/000125/2016	128	01/03/17	869,00

José Claudio Soares da	63/000125/2016	130	08/03/17	474,00
Silva ME				
Seguradora Lider dos	63/000006/2017	140	13/03/17	173,09
Cons.de Seguro DPVAT				

AMPARO LEGAL: Artigo 22 da Lei Federal 8.666 de 21/06/93

Favorecido	Processo n°	Ep n°	Data	Valor
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000203/2010	17	09/01/17	3.000,00
S.H.Informática LTDA	63/000203/2010	18	10/01/17	27,80
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000203/2010	26	16/01/17	994,80
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000130/2016	27	16/01/17	17.000,00
S.H.Informática LTDA	63/000203/2010	28	16/01/17	120,00
S.H.Informática LTDA	63/000203/2010	30	16/01/17	75,00
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000130/2016	31	16/01/17	840,00
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000130/2016	32	16/01/17	1.840,00
S.H.Informática LTDA	63/000130/2016	33	16/01/17	620,00
S.H.Informática LTDA	63/000130/2016	34	16/01/17	385,00
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000203/2010	35	16/01/17	160,00
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000203/2010	36	16/01/17	360,00
S.H.Informática LTDA	63/000203/2010	37	16/01/17	240,00
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000203/2010	38	16/01/17	1.498,97
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000203/2010	39	16/01/17	5.241,40
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000203/2010	40	16/01/17	13.905,16
S.H.Informática LTDA	63/000203/2010	42	16/01/17	303,40
S.H.Informática LTDA	63/000203/2010	43	16/01/17	240,00
S.H.Informática LTDA	63/000120/2012	49	18/01/17	1.621,21
S.H.Informática LTDA	63/000120/2012	50	18/01/17	608,00
S.H.Informática LTDA	63/000120/2012	63	27/01/17	391,00
S.H.Informática LTDA	63/000120/2012	80	27/01/17	60,00
S.H.Informática LTDA	63/000120/2012	88	01/02/17	10.000,00
S.H.Informática LTDA	63/000120/2012	89	01/02/17	2.500,00
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000130/2016	131	08/03/17	9.500,00
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000130/2016	132	08/03/17	500,00
Taurus Distribuidora de Petróleo LTDA.	63/000130/2016	133	08/03/17	1.100,00
S.H.Informática LTDA	63/000130/2016	134	08/03/17	230,00
S.H.Informática LTDA	63/000130/2016	135	08/03/17	370,00

AMPARO LEGAL: Artigo 24 da Lei Federal 8.666 de 21/06/93

Favorecido	Processo n°	Ep n°	Data	Valor		
Empresa Brasileira de	63/000002/2015	19	10/01/17	108,80		
Correios e Telegrafos						
Prosoft Tecnologia S/A	63/000009/2015	23	16/01/17	4.514,52		
Prosoft Tecnologia S/A	63/000009/2015	24	16/01/17	1.320,00		
Engemaf Engenharia	63/101577/2015	29	16/01/17	106.942,99		
Energisa MS –	63/000115/2012	41	16/01/17	10.742,30		
Distribuidora de Energia						
S.A						
Prosoft Tecnologia S/A	63/000009/2015	45	16/01/17	540,00		
Engemaf Engenharia	63/101577/2015	53	19/01/17	34.628,26		
LTDA – ME						
Empresa Brasileira de	63/000002/2015	55	20/01/17	1.000,00		
Correios e Telegrafos						
Caixa Econômica Federal	63/000026/2017	100	08/02/17	900,00		
Energisa MS –	63/000115/2012	127	24/02/17	98,460,00		
Distribuidora de Energia						
S.A						

AMPARO LEGAL: Artigo 25 da Lei Federal 8.666 de 21/06/93

Favorecido	Processo n°	Ep n°	Data	Valor
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	02	04/01/17	884,00
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	03	04/01/17	383,50
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	12	04/01/17	76,05
OI S/A	63/000008/2014	20	13/01/17	629,56
OI S/A	63/000008/2014	21	13/01/17	1.269,88
Autotrac Comercio e Telecomunicações LTDA	63/000149/2015	48	17/01/17	50.830,00
DIARIAS	63/000003/2017	51	18/01/17	2.500,00
DIARIAS	63/000004/2016	52	18/01/17	517,80
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	59	23/01/17	81,60
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	60	23/01/17	35,40
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	61	23/01/17	7,02
DIARIAS	63/000084/2014	62	27/01/17	50,00
OI S/A	63/000008/2014	82	30/01/17	1.400,00
OI S/A	63/000008/2014	83	30/01/17	700,00
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	96	02/02/17	1.079,20
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	97	02/02/17	607,05
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	98	02/02/17	101,17
Prefeitura Municipal de Mundo Novo	63/000159/2016	99	03/02/17	60.000,00
DIARIAS	63/000003/2017	103	08/02/17	2.149,79
DIARIAS	63/000004/2017	117	22/02/17	393,42
DIARIAS	63/000004/2017	123	23/02/17	744,81

DIARIAS	63/000003/2017	124	23/02/17	154,17
DIARIAS	63/000003/2017	125	23/02/17	125,00
DIARIAS	63/000003/2017	126	23/02/17	233,34
OI S/A	63/000008/2014	136	09/03/17	104,18
OI S/A	63/000008/2014	138	13/03/17	775,28
OI S/A	63/000008/2014	139	13/03/17	1.337,66
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	141	14/03/17	816,50
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	142	14/03/17	788,10
Consorcio Guaicurus	63/000135/2014	143	14/03/17	96,27

AMPARO LEGAL: Decreto nº 11.676 de 29 de Julho de 2004 (Suprimento de Fundo)

(p,				
Favorecido	Processo n°	Ep n°	Data	Valor
MS/SEPRODES/SF/	63/000012/2017	56	20/01/17	2.000,00
PEDRO PINTO CORREA				

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Extrato do Contrato Nº 0131/2016/SEJUSP

Processo: 31/505.022/2016

O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Partes:

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e PEUGEOT - CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA

Aquisição de Veículos Objeto: Ordenador de Despesas: JOSE CARLOS BARBOSA

Programa de Trabalho 06181201112330001 - VEÍCULOS, Fonte de Recurso 0100000000 - RECURSOS Dotação Orçamentária:

ORDINARIOS DO TESOURO, Natureza da Despesa 44905252 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA.

R\$ 179.997,00 (cento e setenta e nove mil e novecentos Valor: e noventa e sete reais)

LEI FEDERAL 8666/1993 Amparo Legal:

Do Prazo: 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua

assinatura. Data da Assinatura: 01/03/2017

JOSE CARLOS BARBOSA e PAULO ROBERTO DE LUCCA

Extrato do Contrato Nº 0133/2016/SEJUSP N° Cadastral 7596

31/505.022/2016 O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Partes:

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA

Aquisição de Veículos

Objeto: JOSE CARLOS BARBOSA Ordenador de Despesas:

Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho 06181201112330001 - VEÍCULOS, Fonte de Recurso 0100000000 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO, Natureza da Despesa 44905252 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA.

R\$ 400.279,47 (quatrocentos mil e duzentos e setenta e

Valor: nove reals e quarenta e sete centavos) LEI FEDERAL 8666/1993

Amparo Legal:

180 (dias), contados a partir de sua assinatura. 01/03/2017 Do Prazo: Data da Assinatura:

JOSE CARLOS BARBOSA e EDUARDO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

TERMO ADITIVO N. 004 AO CONVÊNIO N. 23.786.

45/100.281/2014. Processo n.:

Art. 87, §1°, do Decreto Estadual n. 14.494/16 e Cláusula Sétima do Convênio. Amparo Legal:

Data de ass: 22/03/2017.

Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul – Parte:

Obieto:

AGEHAB, CNPJ n. 05.472.304/0001-75. Prorrogar o prazo de vigência do Convênio n. 23.786, conforme justificativa, manifestação jurídica e autorização da Diretora-Presidente constantes do

processo supracitado.

Prazo:

processo supractido.

O convénio em questão terá seu prazo de vigência prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias, tendo início em 24/03/2017 e término em 07/05/2017.

Maria do Carmo Avesani Lopez, CPF: 249.757.451-00,

Assina:

Diretora-Presidente - AGEHAB.

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Retifica-se por ter constado erro no original publicado no DOE de MS, de nº 9.358 de 24/02/2017 pag. 46.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 004 AO CONVÊNIO N. 23.928/2014

Onde se Lê: Data de Ass: 22/01/2017 Leia-se: Data de Ass: 20/01/2017.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 004 AO CONVÊNIO N. 24.009/2014 Onde se Lê:

Data de Ass: 23/01/2017.

Leia-se:

Data de Ass: 20/01/2017.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 004 AO CONVÊNIO N. 23.502/2014

Data de Ass: 22/01/2017.

Leia-se:

Data de Ass: 20/01/2017.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017 - AGEPAN PROCESSO N° 51/200.039/2017

SELEÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS INTERESSADA EM FIRMAR PARCERIA PARA A FORMAÇÃO SOCIOEDUCATIVA E PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE ADOLESCENTES COM IDADE ENTRE 16 E 18 ANOS INCOMPLETOS, MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO.

A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – *Agepan*, com sede na Avenida Afonso Pena, n° 3.026 – Centro, em Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ n° 04.895.130/0001-90, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **Sr. Youssif Assis Domingos**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG n° 075994 SSP/MS e regularmente inscrito no CPF sob o n° 268.532.991-91, residente e domiciliado na Rua Vista Alegre, n° 323 – Jardim São Lourenço – CEP 79.041-330, nesta Capital, na Rua Vista Alegre, n° 323 – Jardim São Lourenço – CEP 79.041-330, nesta Capital, torna público que realizará a seleção de entidade sem fins lucrativos, que tenha como atividade a formação socioeducativa e profissional de adolescentes, com idade entre 16 e 18 anos incompletos, e sua inserção e integração no mercado de trabalho, de acordo com a Lei Federal n° 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n° 13.019/14 e Decreto Estadual n° 14.494/16, que tratam de parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

1. DO OBJETO:

- 1.1. São objetos deste Edital:
- Etapa: Selecionar entidade para firmar termo de fomento, nos termos do Decreto Estadual nº 14.494/16, para a formação socioeducativa e profissional e inserção no mercado de trabalho de adolescentes qualificados e assistidos pela mesma ou em parceria com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, com idade entre 16 e 18 anos incompletos, matriculados no ensino médio, doravante denominados ADOLESCENTES.
- 2ª Etapa: Firmar termo de parceria com entidade que possa disponibilizar adolescentes para exercer atividades na sede da Agepan em Campo Grande/MS.

2. DOS OBJETIVOS:

- 2.1. Aumentar a possibilidade de inserção dos adolescentes no mercado de trabalho formal e em oportunidades de geração de trabalho e renda;
- 2.2. Oferecer cursos de capacitação e treinamento básicos aos adolescentes de 16 a 18 anos, para trabalharem como auxiliares de escritório em geral, de forma a evitar a precariedade do emprego para essa camada social em virtude de falta de formação profissional adequada e agregar valor aos conhecimentos e habilidades teóricos já adquiridos pelos adolescentes, propiciando-lhes a oferta de novas modalidades de formação profissional, em conformidade com o padrão tecnológico vigente de organização
- 2.3. Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário, social, profissional, o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade, respeito mútuo, ampliando o universo informacional dos adolescentes, bem como estimulando o desenvolvimento de potencialidades, habilidades e talentos;
- 2.4. Propiciar informações e vivências sobre direitos e deveres sociais, civis e políticos.

3. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E INSCRIÇÃO:

3.1. Poderão participar do presente chamamento público as instituições que atendam aos requisitos de habilitação e demonstrem a qualificação técnica exigida, conforme estabelecido neste Edital

4. DA HABILITAÇÃO FISCAL E JURÍDICA:

- 4.1. As entidades interessadas deverão apresentar a documentação abaixo relacionada, relativa à habilitação fiscal e jurídica da instituição, juntamente com o plano de trabalho, informando toda a qualificação da entidade interessada, contendo razão social, endereço, endereço eletrônico, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, transcrição do objeto social da entidade atualizado, relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e CPF de cada um deles:
- I certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
- II comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, 02 (dois) anos com cadastro ativo;
- comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 01 (úm) ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
- a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e com entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
- b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas, devidamente
- c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;
- d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, quais sejam de dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
- e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou de projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
- f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade
- IV certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, trabalhista, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;
- V relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correlo eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um deles:

VI - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou de contrato de locação

- VII declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014, as quais deverão estar descritas no documento, e
- VIII declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e de outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou de adquirir com recursos da parceria.
- 4.2. Os documentos apresentados por cópia devem ser legíveis e autenticados.
- 4.3. A ausência de qualquer documento solicitado ou apresentado com irregularidade será analisado pela comissão, que poderá optar pela desclassificação da interessada.

DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DA CAPACIDADE OPERACIONAL:

- 5.1. As entidades interessadas deverão comprovar a capacidade técnica e operacional, que serão avaliadas mediante a apresentação do Plano de Trabalho e da documentação comprobatória, relacionada abaixo, a ser enviada para a Agepan, no endereço indicado neste Edital:
- I Estatuto Social:
- II Plano de Trabalho.
- 5.2. O Plano de Trabalho deverá conter:
- I carga horária destinada as atividades de capacitação dos adolescentes;
- II descrição completa do objeto a ser executado;
- III descrição das metas a serem atingidas
- IV definição das etapas ou fases da execução;
- V cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso;
- VI plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente;
- VII declaração de experiência de trabalho com programas de aprendizagem;
- VIII comprovação de possuir estrutura adequada ao desenvolvimento das atividades de capacitação dos adolescentes, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como condições para acompanhar e avaliar, com zelo e diligência, os resultados obtidos pelos adolescentes;
- demonstrativo do quadro gerencial com a qualificação compatível com o objeto do termo de fomento a ser celebrado, composto por profissionais de nível superior habilitados para as funções relacionadas e comprovantes de vínculo com a entidade.
- X na busca pelo desenvolvimento humano e profissional do ADOLESCENTE, deverá o plano de trabalho abordar, no mínimo, os tópicos:

 - a) desenvolvimento da cidadania;b) desenvolvimento da expressão escrita e oral;
 - c) orientação para o mercado de trabalho; d) papel do adolescente na sociedade

 - f) como reconhecer e adaptar-se aos objetivos e a cultura das empresas;
 - g) direitos individuais e coletivos;
 - h) a vida em comunidade:
 - i) direitos trabalhistas;
 - j) relações interpessoais;k) educação ambiental;

 - I) saúde;
 - m) comportamento no ambiente de trabalho.
- 5.3. Entende-se como estrutura adequada a capacidade própria de manutenção de estrutura física e administrativa para a sua existência autônoma, mediante os seguintes documentos:
- a) descrição da estrutura física da sede da entidade onde os ADOLESCENTES são capacitados
- b) declaração de que possui capacidade própria para a manutenção de estrutura física e administrativa para sua existência autônoma e independente;
- c) relação de funcionários permanentes da entidade que serão abrangidos pelo objeto do presente Edital, com descrição sucinta das funções desempenhadas.
- 5.4. As instituições interessadas em participar do presente Chamamento Público deverão entregar ainda, no mesmo prazo e local, em um outro envelope lacrado, 02 (duas) vias do Plano de Trabalho ou Projeto devidamente assinadas pelo representante legal da instituição, em formulários similares aos estabelecidos para os convênios estaduais (Decreto Estadual nº 11.261/2003 e Resolução Conjunta SEGES/SERC Nº 002, de 22 de julho de 2003), que podem ser obtidos no site: http://arq.sefaz.ms.gov.br/age/ legislacao/Convênios/convênio.htm
- 5.4.1. A documentação deverá ser entregue, em envelope lacrado, dirigido à Comissão de Seleção do Chamamento Público, na Agepan, na Av. Afonso Pena, n° 3.026 Centro, Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min. às 13h30min., no período de **04/04/2017 a 26/04/2017**. Deverá constar no envelope a seguinte

À AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MS - AGEPAN COMISSÃO DE SELEÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017. OUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Denominação da Instituição

CNPJ:

Endereço da Instituição:

5.5. Todas as folhas referentes ao Plano de Trabalho/Projeto devem ser rubricadas pela (s) proponente (s), inclusive os anexos.

6. DA PLANII HA DE PRECOS:

6.1. A entidade interessada deverá juntar Planilha de Preço (composição de custos) detalhada, explicitando valores unitários e total, por adolescente, referente a salário, encargos trabalhistas, fardamento ou uniforme, e despesas referentes à manutenção do termo de parceria, para uma carga horária compatível com o horário escolar, podendo variar de 6 (seis) a 8 (oito) horas, perfazendo um total máximo de 40 (quarenta) horas

7. DOS PRAZOS PARA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PRELIMINAR E PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL:

- 7.1. A seleção obedecerá ao disposto neste Edital e ao calendário abaixo transcrito, podendo ser alterado por decisão da Agepan;
- 7.2. A data limite para a apresentação de toda a documentação e para o envio do Plano de Trabalho é de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Edital no órgão de imprensa oficial:
- 7.3. A abertura dos envelopes será realizada pela Comissão de Seleção designada pelo Diretor-Presidente da Agepan no dia de seu recebimento;
- 7.4. A análise e seleção das entidades, baseadas na documentação enviada, serão realizadas pela Comissão de Seleção, resultando em parecer técnico sobre os aspectos previstos no presente Edital;
- 7.5. A Agepan divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado.

7.6. Calendário:

Fase 1 – Divulgação do Edital de Chamamento Público	27/03/2017
Fase 2 – Data limite para entrega de toda a documentação e do Plano de Trabalho	26/04/2017
Fase 3 – Análise documental / Emissão do parecer técnico	04/05/2017
Fase 4 – Publicação do resultado preliminar	09/05/2017
Fase 5 – Prazo para interposição de recurso contra a habilitação	10/05/2017
Fase 6 – Análise do recurso e publicação do resultado final no site e no Diário Oficial	17/05/2017

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

8.1. A análise e a seleção da entidade ficarão sob a responsabilidade da Comissão nomeada pelo Diretor-Presidente da *Agepan* e observará os seguintes critérios:

Ν°	Critério	Pontuação Máxima
1	Experiência de trabalho com programas de aprendizagem = 1 ponto por ano, até oito anos	8
2	Estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem dos adolescentes, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como condições para acompanhar e avaliar, com zelo e diligência, os resultados obtidos pelos adolescentes	60
3	Quadro gerencial com a qualificação compatível com o objeto do convênio a ser celebrado, composto por profissionais de nível superior habilitados para as funções relacionadas e comprovantes de vínculo	24
4	Estrutura administrativa compatível com as atividades desenvolvidas, que proporcione um rápido e eficiente retorno às demandas e problemas apontados pela Agepan no decorrer do convênio	8
TOTA	AL	100

- 8.2. A nota igual a zero em qualquer item importará na desclassificação da entidade
- 8.3. Havendo empate entre as participantes, o critério de desempate será a maior pontuação quanto ao item n° 2 da tabela acima, referente à estrutura adequada. Persistindo o empate, será selecionada a entidade que oferecer menor preço, em prazo assinado pela Agepan.
- 8.4. A documentação fornecida pelas entidades não será devolvida, sendo arquivada após 60 (sessenta) dias de concluída a seleção.
- 8.5. A entidade considerada apta a receber os recursos, se obriga a desenvolver o projeto ou plano de trabalho nos termos aprovados, e deverá manter as condições de habilitação, utilização e prestação de contas dos recursos, sob pena de rescisão da parceria e/ou devolução dos valores recebidos, sem prejuízo das demais sanções legais.

9. DOS PRINCÍPIOS E DA VEDAÇÃO À DELEGAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 9.1. Para execução do objeto da parceria, mediante a devida aplicação do recurso público a ser disponibilizado conforme cronograma de desembolso, deverão ser observados os princípios da impessoalidade, moralidade, eficiência, economicidade e ética pública.
- 9.2. Será vedada a delegação da execução do objeto da parceria.

10. DOS RECURSOS FINANCEIROS - DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

10.1. As despesas decorrentes da parceria correrão por conta da seguinte classificação orçamentária do orçamento da Agepan:

- Plano de Trabalho nº 14.130.0059.6082.0001
- Unidade Orçamentária: 510201 Unidade Gestora: 510201
- Natureza da Despesa: 33504301 Fonte de Recursos nº 0240000000
- 10.2. A parceria poderá beneficiar até 05 (cinco) adolescentes trabalhadores para a Agência Estadual de Regulação de Serviços Público de MS, não estando a **Agepan** obrigada a utilizar toda a disponibilidade orçamentária, podendo parte ser implementada durante o exercício de 2017, em virtude da existência de convênio ainda em vigor.
- 10.3. O valor máximo mensal disponível para aplicação no Programa é de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), por ADOLESCENTE, compreendendo salário mínimo atual, encargos sociais, fiscais, trabalhistas e administrativos.

11. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO:

11.1. A Comissão de Seleção, composta por 03 (três) membros escolhidos dentre servidores da Agência Estadual de Regulação de Serviços Público de MS – *Agepan*, será instituída por Portaria expedida por seu Diretor-Presidente, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo as atribuições de receber, selecionar, avaliar, aprovar e classificar os projetos ou planos de trabalho, bem como julgar os recursos interpostos.

12. DA ANÁLISE DOS PROJETOS OU PLANOS DE TRABALHO:

- 12.1. Será reprovado, sem análise de mérito, o projeto ou plano de trabalho que não atender qualquer requisito relacionado neste Edital.
- 12.2. A Comissão de Seleção realizará a análise e classificação dos projetos considerando

o alinhamento destes com os critérios estabelecidos neste Edital.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS – DA EXECUÇÃO E DO MONITORAMENTO:

- 13.1. A revogação ou anulação do presente Chamamento Público não gera direito à indenização.
- 13.2. Perderá o direito de impugnar este Edital ou parte dele o interessado que não o fizer no prazo de 10 (dez) dias após a sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Estado de MS, ficando estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias para resposta do órgão ou da entidade da Administração Pública Estadual, contados da data do recebimento da impugnação
- 13.3. A Agepan reserva-se no direito de fazer visitas in loco às entidades candidatas, sem aviso prévio, e de solicitar, a qualquer momento, quaisquer documentos que julgar necessários ao estabelecimento de convicção sobre os critérios presentes neste Edital.
- 13.4. A entidade selecionada deverá fornecer fardamento ou uniforme aos adolescentes
- 13.5. A habilitação dos proponentes não lhes assegura a celebração dos termos de parceria, ficando a critério da *Agepan* decidir pela conveniência e oportunidade da realização deste ato.
- 13.6. A execução dos projetos ou planos de trabalho objeto da parceria e as respectivas prestações de contas serão acompanhadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, observando-se os critérios técnicos e o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nos referidos instrumentos.
- 13.7. A formalização de termo aditivo, nas hipóteses do art. 42 do Decreto Estadual nº 14.494/2016, para quaisquer alterações da parceria serão sempre precedidas de justificativa do Gestor e avaliação da Comissão de Monitoramento e Avaliação.
- 13.8. A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá realizar visita para acompanhamento da execução da parceria.
- 13.9. A prestação de contas do convênio será realizada na forma estabelecida no Decreto Estadual n° 14.494/2016, aplicando-se, no que couber, os formulários instituídos para a prestação de contas dos convênios regulados pelo Decreto Estadual n° 11.261 e Resoluções Conjuntas da Secretaria de Estado de Fazenda e de Administração.
- 13.10. O Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, serão compostos por no mínimo 03 (três) membros dentre servidores da Agepan e será designada em ato específico de seu Diretor-Presidente, de acordo com o art. 52 do Decreto Estadual nº 14.404/16
- 13.11. A Comissão de Monitoramento e Avaliação será a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento da parceria resultante do presente Edital, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.
- 13.12. O Gestor da parceria será o responsável pela Gestão de Contratos da *Agepan*, admitindo suplente em suas ausências, férias ou impedimentos.

14. DAS CAUSAS DE RESCISÃO OU DENÚNCIA:

14.1. Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na forma estabelecida em cláusula específica do referido Termo de Fomento e da legislação aplicável aos convénios.

15. DAS PENALIDADES:

15.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, poderá aplicar à organização da sociedade civil as sanções previstas no Capítulo X – Das Sanções do Decreto Estadual n° 14.494, de 2 de junho de 2016.

16. DOS CASOS OMISSOS:

16.1. Os casos omissos serão submetidos à análise e ao julgamento da Comissão de Seleção ou da Comissão de Monitoramento ou do Gestor designado, conforme a fase do processo, e homologados pelo Diretor-Presidente da *Agepan*.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017.

YOUSSIF DOMINGOS

Diretor-Presidente

TERMO DE FOMENTO N° 01/2017/AGEPAN

Termo de Fomento que entre si celebram, de um lado, Estado de Mato Grosso do Sul, por Intermédio da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – **Agepan**, e de outro,, em razão do Chamamento Público n° 001/2017 – Agepan / Processo n° 51/200.039/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O presente Termo de Fomento tem como principal objetivo fomentar a formação socioeducativa e profissional e inserção no mercado de trabalho de adolescentes qualificados e assistidos pela ENTIDADE PARCEIRA, diretamente ou por meio dos

Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, com idade entre 16 e 18 anos incompletos, matriculados no ensino médio, doravante denominados ADOLESCENTES.

- 1.2. A ADMINISTRAÇÃO oferece a colocação de ADOLESCENTES na sede da Agepan, para trabalharem como auxiliares de escritório em geral, contribuindo para a sua formação profissional e agregando valor aos conhecimentos e habilidades teóricos já adquiridos pelos adolescentes, em conformidade com o padrão tecnológico vigente de organização do trabalho, proporcionando-lhes ocupação profissional, noções básicas de boa conduta profissional e o desenvolvimento de atividades práticas, em articulação e complementaridade com as atividades teóricas anteriormente ministradas diretamente pela ENTIDADE PARCEIRA ou por esta em parceria com outros órgãos governamentais ou não-governamentais, conforme Plano de Trabalho constante do processo e que passa a integrar o presente convénio para todos os efeitos.
- 1.3. O Plano de Trabalho poderá ser revisto pelos partícipes, a qualquer tempo, sendo elaborado Termo Aditivo para toda alteração e/ou modificação do Plano de Trabalho inicial
- 1.4. Todas as disposições contidas no presente termo de fomento foram estabelecidas em estrita observância à legislação pertinente e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo por estes regidas, inclusive nos casos eventualmente omissos e não previstos neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

- 2.1. A ENTIDADE PARCEIRA encaminhará, à ADMINISTRAÇÃO adolescentes com noções teóricas básicas de funcionamento, organização e serviços auxiliares de escritórios, fornecendo ao CONCEDENTE todas as informações necessárias ao desempenho das atividades práticas pelos ADOLESCENTES assistidos, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução dos fins desta parceria.
- 2.2. A ADMINISTRAÇÃO orientará os ADOLESCENTES para a prática de serviços auxiliares de recepção, protocolo, expedição de correspondências, entrega, acondicionamento e arquivamento de documentos, papéis, materiais e volumes leves, entre outros serviços administrativos correlatos às funções de auxiliares de escritório.

CLÁUSULA TERCEIRA

- 3.1. Não será permitido, em hipótese alguma, à ADMINISTRAÇÃO submeter os ADOLESCENTES colocados à sua disposição a locais ou serviços penosos, insalubres ou perigosos, trabalho em domingos e feriados, trabalho noturno e jornadas extraordinárias.
- 3.2. Caberá à ENTIDADE PARCEIRA fiscalizar a ação da ADMINISTRAÇÃO, com o objetivo de proporcionar aos ADOLESCENTES um local adequado de trabalho, sendo-lhe reservado o direito de rescindir presente Termo de Fomento caso a ADMINISTRAÇÃO deixe de cumprir com as obrigações pactuadas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA

- 4.1. Os partícipes indicam como gestores do presente Termo de Fomento,, pela ADMINISTRAÇÃO, e, pela ENTIDADE PARCEIRA.
- 4.2. Eventuais alterações dos gestores do Termo de Fomento poderão ser operadas mediante troca de correspondência, devidamente protocolizada, e que passará a integrar o processo.
- 4.3. Nos termos da legislação, a execução da parceria estará sujeita ao monitoramento e avaliação da Comissão designada pela ADMINISTRAÇÃO, por meio da Portaria Agepan n°, de, publicada no DOE n°, pág.,, de

CLÁUSULA QUINTA

- 5.1. A prestação de serviços com amparo neste Termo de Fomento não implicará qualquer vínculo empregatício entre a ADMINISTRAÇÃO e os ADOLESCENTES que a ENTIDADE PARCEIRA colocar à sua disposição.
- 5.2. A ENTIDADE PARCEIRA se responsabiliza pelas obrigações trabalhistas originárias ou resultantes de ações oriundas da prestação laboral pelos ADOLESCENTES assistidos, cuja responsabilidade estiver de acordo com o presente convênio, inclusive adicionais, encargos sociais, trabalhistas, securitários, previdenciários, acompanhamento escolar e social, vale-transporte e outros de qualquer natureza relativos aos ADOLESCENTES que colocar à disposição da ADMINISTRAÇÃO.
- 5.3. Excetuam-se do disposto no parágrafo primeiro quaisquer obrigações decorrentes de situações causadas pela ADMINISTRAÇÃO em desacordo com os objetivos da parceria firmada pelo presente Termo de Fomento.
- 5.4. Estando a ADMINISTRAÇÃO em dia com as obrigações que lhe competem, por força deste Termo de Fomento, a ENTIDADE PARCEIRA se obriga a indenizar-lhe tudo aquilo que eventualmente aquela venha a ser compelido a desembolsar por força de ações ou reclamações trabalhistas propostas contra a ENTIDADE PARCEIRA, por ADDLESCENTES abrangido pela parceria firmada, inclusive eventuais custas judiciais e/ou honorários advocatícios que sejam necessários para a defesa de seus interesses, devendo a ADMINISTRAÇÃO levar o fato ao conhecimento da ENTIDADE PARCEIRA tão logo seja citado da ação ou reclamação, para que a mesma, querendo, possa produzir a defesa que tiver.

CLÁUSULA SEXTA

- 6.1. A ENTIDADE PARCEIRA fica obrigada a fornecer uniforme aos ADOLESCENTES postos à disposição da ADMINISTRAÇÃO.
- 6.2. Durante o horário de expediente na **Agepan** os ADOLESCENTES deverão trajar o uniforme fornecido pela ENTIDADE PARCEIRA e documento de identificação e/ou crachá.
- 6.3. A ADMINISTAÇÃO dará conhecimento à ENTIDADE PARCEIRA de qualquer irregularidade quanto ao uso do uniforme pelo ADOLESCENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA

- 7.1. A jornada de trabalho dos ADOLESCENTES deve ser compatível com o horário escolar, o Plano de Trabalho e a Planilha de Composição de Valores, podendo variar de 06 (seis) a 08 horas diárias, perfazendo um total máximo de 40 (quarenta) horas semanais.
- 7.2. Quando a jornada for superior a 06 (seis) horas diárias, será assegurado um intervalo de 2 (duas) horas para almoço. Sendo a jornada limitada a 06 (seis) horas, haverá um intervalo de 15 (quinze) minutos após a quarta hora diária.
- 7.3. É vedado ultrapassar os limites estabelecidos para as jornadas diária e semanal, mesmo que seja remunerado.

CLÁUSULA OITAVA

.....).

- 8.2. A ADMINISTRAÇÃO repassará à ENTIDADE PARCEIRA, mensalmente, a importância conforme Planilha de Composição de Valores constante do processo, referentes à folha de pagamento mensal dos serviços efetivamente prestados.
- 8.3. A contribuição mensal de que trata o "caput" é equivalente a ... para o pagamento do décimo-terceiro salário devido no ano, vale-transporte e taxa de aprendizagem profissionalizante.
- 8.4. Os partícipes observarão o valor do salário mínimo quando reajustado pelo governo federal, que corresponderá ao valor-base de 100% (cem por cento) previsto no parágrafo primeiro, e sobre o qual incidirá o percentual de, procedendose quanto a essas alterações, nova elaboração de Planilha de Composição de Valores e apostilamento do ordenador de despesa no processo, dispensando-se a celebração de termo de aditamento.
- 8.5. O salário dos adolescentes terá reajuste salarial a partir de de cada ano (data base da categoria), por força da celebração do acordo/convenção coletiva de trabalho -ACT/CCT com o sindicato da categoria, que será objeto de apostilamento, de acordo com art. 65, § 8°, da Lei Federal n° 8.666/1993, sendo dispensada a formalização de Termo Aditivo para esta finalidade.
- 8.6. O salário dos adolescentes somente sofrerá reajuste salarial antes da data base da categoria, quando este for inferior ao salário mínimo vigente, conforme o item 8.4.
- 8.7. Qualquer outra alteração da Planilha de Composição de Valores será objeto de proposta da ENTIDADE PARCEIRA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para análise da ADMINISTRAÇÃO e eventual celebração de termo aditivo em caso de aprovação.

CLÁUSULA NONA

- 9.1. A ADMINISTRAÇÃO repassará à ENTIDADE PARCEIRA, até o 5° (quinto) dia útil do més subsequente à prestação dos serviços, a quantia correspondente ao valor mensal devido nos termos da Cláusula Oitava, do cronograma físico-financeiro constante do Plano de Trabalho, Planilha de Composição de Valores e eventuais apostilamentos, mediante ordem bancária para crédito em conta corrente específica para movimentar os recursos oriundos desta parceria.
- 9.2. A ENTIDADE PARCEIRA se compromete a movimentar os recursos que lhe forem repassados por força da presente parceria na conta bancária nº, na em Campo Grande/MS, do Banco, especificamente aberta para esta finalidade.
- 9.3. Se a ENTIDADE PARCEIRA vier a firmar qualquer acordo coletivo com cláusula financeira considerada excessivamente onerosa pela ADMINISTRAÇÃO, esta dará por rescindido o presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA

- 10.1. A ENTIDADE PARCEIRA deverá emitir e encaminhar Nota Fiscal de Serviços 10.1. A ENTIDADE PARCEIRA devera emitir e encaminnar Nota Fiscal de Serviços Eletrônica NFS-e, de conformidade com a legislação aplicável, referente ao(s) repasses devidos pela ADMINISTRAÇÃO, devendo destacar o valor da retenção previdenciária, com o título de "RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL", ou "RETENÇÃO DE 11% CONFORME ART. 31 DA LEI FEDERAL N° 8.212/91," enfim, de acordo com a legislação em vigor, caso seja revogado ou perca validade o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEAS ou documento equivalente, expedido pelo Órgão competente, as forma de legislação em vigor. na forma da legislação em vigor.
- 10.2. A ENTIDADE PARCEIRA é responsável por eventuais erros administrativos de repasses e recolhimentos previstos neste convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. A ENTIDADE PARCEIRA manterá, seguro de vida e acidentes de trabalho para cada ADOLESCENTE colocado à disposição da ADMINISTRAÇÃO, sem qualquer ônus para este partícipe.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. O controle da frequência do ADOLESCENTE será efetuado mediante assinatura de folha de ponto padronizada pela ENTIDADE PARCEIRA, a qual deverá ser entregue em sua sede impreterivelmente até o dia 10 (dez) do mês seguinte à prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. A ADMINISTRAÇÃO deverá dispensar o ADOLESCENTE assistido, em caso de necessidade para atendimento médico, odontológico e orientação psicossocial, devendo os partícipes exigirem do ADOLESCENTE a comprovação mediante apresentação de atestado ou documento hábil para a justificação/abono da falta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

- 14.1. São obrigações da ENTIDADE PARCEIRA, ainda:
- 14.1.1. Prestar contas do termo de fomento, na forma da legislação em vigor, sendo que quando a liberação dos recursos ocorrer em três ou mais parcelas, como é o caso, a terceira ficará condicionada à prestação de contas parcial, demonstrando o cumprimento de etapa ou fase referente às anteriormente liberadas, e assim sucessivamente. A prestação de contas final será apresentada no prazo de até 30 (trintas) dias após a liberação da última parcela liberada no período da parceria;
- 14.1.2. Apresentar relatório de cumprimento do objeto do convênio com a prestação de contas final:
- 14.1.3. Aplicar os saldos do Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em cadernetas de pouparça da instituição financeira oficial depositária, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sendo as receitas financeiras auferidas da aplicação dos saldos do convênio em cadernetas de poupança obrigatoriamente computadas à crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, e devolvê-los quando não utilizados, incorrendo, em caso de descumprimento, nas sanções expressas no art. 75, incisos I, II e III do Decreto Estadual n° 14.494, de 2 de junho de 2016, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas anuais do ajuste;
- 14.1.4. A garantia de livre acesso de servidores da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, a qualquer tempo e lugar, para verificação e avaliação dos atos e fatos

relacionados direta ou indiretamente com a execução deste Termo de Fomento:

- 14.1.5. Substituir os ADOLESCENTES abrangidos pelo Convênio a qualquer tempo, nas
 - a) ao completar 18 anos de idade;

 - b) reincidência de faltas injustificadas;c) inadaptação às atividades de iniciação ao trabalho;
 - d) frequência irregular às atividades escolares; e) a pedido do ADOLESCENTE e/ou de seu Representante Legal;

 - f) outras situações relevantes que possam caracterizar falta de natureza grave;
- 14.1.6. Comunicar à ADMINISTRAÇÃO os motivos que ensejaram o pedido de substituição do ADOLESCENTE:
- 14.1.7. Assegurar ao ADOLESCENTE assistido os seguintes direitos e benefícios, além de outros oriundos do seu contrato de aprendizagem firmado com a ENTIDADE PARCEIRA, e da legislação:
- a) 30 (trinta) dias de férias por ano, que será remunerada com acréscimo de 1/3 (um terço) constitucional e coincidentes com seu período de férias escolares;
- b) concessão de vale-transporte para os deslocamentos de casa para o trabalho, bem como seu retorno;
 - c) dar aviso-prévio ao ADOLESCENTE nas hipóteses previstas na legislação
- d) quitação de todos os encargos sociais devidos nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, da CLT e da legislação trabalhista e previdenciária, com a apresentação dos comprovantes de recolhimento sempre que solicitado pela ADMINISTRAÇÃO, bem assim, na prestação de contas;
- e), ha prestação de cominas, e) fiscalizar a matrícula e frequência escolar dos ADOLESCENTES; f) acompanhar as avaliações do ADOLESCENTE, realizadas pela ADMINISTRAÇÃO,
- para que sejam alcançados os objetivos práticos do Convênio;
 g) fiscalizar no sentido de que as atividades desenvolvidas nas Unidades da ADMINISTRAÇÃO sejam realizados em ambientes adequados, que ofereçam as condições de segurança e saúde, em conformidade com a legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

- 15.1. O prazo de aplicação do presente termo de fomento é de 12 (doze) meses a contar de, com término em, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, havendo interesse e manifestação por escrito dos partícipes nos 30 (trinta) dias anteriores ao término.
- 15.2. Considerado o prazo para a prestação de contas final, nos termos do inc. II do art. 8° do Decreto Estadual n° 11.261/2003, o prazo de vigência do presente Termo de Fomento é de 13 (treze) meses a contar de ..
- 15.3. A prestação de contas será realizada na forma estabelecida no Decreto Estadual n° 14.494/2016, aplicando-se, no que couber, os formulários instituídos para a prestação de contas dos convênios regulados pelo Decreto Estadual nº 11.261/2003 e Resoluções Conjuntas da Secretaria de Estado de Fazenda e de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

PARCEIRA, de ADOLESCENTE que não se adaptar às atividades desenvolvidas no âmbito da ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

- 17.1. A substituição de ADOLESCENTE que estiver em gozo de férias poderá ser feita mediante consulta à ENTIDADE PARCEIRA, que poderá atender se houver disponibilidade de ADOLESCENTES assistidos e desde que haja condições de realizar prévio empenho e o apostilamento do valor ao termo de fomento.
- 17.2. Em caso de substituição de ADOLESCENTE em gozo de férias, a ADMINISTRAÇÃO ressarcirá à ENTIDADE PARCEIRA a contribuição mensal mencionada na cláusula segunda referente ao pagamento do ADOLESCENTE substituto, sem prejuízo daquele efetuado ao

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. Toda e qualquer infração eventualmente cometida pelos ADOLESCENTES será obrigatoriamente levada ao conhecimento da ENTIDADE PARCEIRA, ficando reservado a esta o encaminhamento de soluções para os problemas ocorridos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA 19.1. A ADMINISTRAÇÃO também se responsabilizará pelo ressarcimento, junto 19.1. A Administração também se responsación de la CATIDADE PARCEIRA, do pagamento das importâncias devidas em decorrência de rescisão contratual, inclusive referentes ao afastamento do trabalho por motivo de acidente do trabalho durante os 15 (quinze) primeiros dias, descontadas as parcelas já repassadas mensalmente de acordo com a planilha de composição de custos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

20.1. É dever da ADMINISTRAÇÃO oferecer à ENTIDADE PARCEIRA cópia do presente instrumento, contendo todas as especificidades da prestação de serviço contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

- 21.1. O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, 21.1. O presente termo de convento podera ser denunciado a quarquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre os participes, ou ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexequível, respondendo os mesmos pelas obrigações assumidas até esse momento.
- 21.2. O partícipe que der justa causa à rescisão, por inadimplemento das obrigações assumidas no convênio, fica sujeito à obrigação de indenizar os danos sofridos pelo outro partícipe.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Salvo com a expressa autorização da ADMINISTRAÇÃO, não pode a ENTIDADE PARCEIRA transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

23.1. As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento, para o exercício de 2017, correrão à conta da seguinte classificação orçamentária do orçamento da Agepan:

- Programa de Trabalho n°	– Unidade Orçamentária:
- Unidade Gestora: Naturez	a da Despesa: – Fonte de Recursos
n°	
- Nota de Empenho Estimativo inicial nº	, de, no valor de R\$
).	

23.2. Com relação ao período de 2018, consignado no Plano de Trabalho aprovado, a despesa correrá à conta da mesma classificação do orçamento aprovado para o referido exercício, promovendo-se, oportunamente, a emissão de empenhos de complementação (reforco) do empenho estimativo inicial e registro no processo por apostilamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

24.1. Caberá à ADMINISTRAÇÃO proceder à publicação do extrato do presente Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado, no prazo estabelecido no artigo 24, § 2° do Decreto Estadual n° 14.494/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

25.1. Os partícipes elegem o foro da cidade de Campo Grande/MS, para dirimir possíveis questões oriundas do presente ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais

25.2. E por estarem em pleno acordo, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, sendo uma via destinada à ENTIDADE

Campo Grande/MS, de de de

PARTÍCIPES

Pela ADMINISTRAÇÃO:

Youssif Assis Domingos / Diretor-Presidente

PELA ENTIDADE PARCEIRA

Presidente

GESTORES DO CONVÊNIO

Pela Administração Pela Convenente

Suplente

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA **PENITENCIÁRIO**

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 012/17/DAP/DTP/AGEPEN-MS PROCESSO - N.º 31/600252/2017

PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e FUNSOLOS CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA. **OBJETO** – Utilização de mão-de-obra de internos dos regimes semiaberto, aberto e livramento condicional de Campo Grande, em atividades de construção de edifícios, na função de auxiliar de bate estaca, no interior da empresa, na cidade de Campo Grande/

VALOR – O valor da remuneração mensal devida pela cooperada a cada interno trabalhador será de 01 (um) salário mínimo nacional, alimentação e transporte. VIGÊNCIA – 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura. AMPARO LEGAL - Lei Federal N.º 7.210, de 11/07/1.984; Lei Federal Nº. 8.666/93 e

alterações.

ATERIAGOS.

FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

DATA DA ASSINATURA – 23 de março de 2017.

ASSINAM – AUD DE OLIVEIRA CHAVES, Diretor-Presidente da AGEPEN/MS e Noli Mário Rubin Aléssio, sócio da FUNSOLOS CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 010/17/DAP/DTP/AGEPEN-MS

PROCESSO - N.º 31/600246/2017 PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e PASTELARIA D'OURO LTDA-ME.

OBJETO – Utilização de mão-de-obra de internos dos regimes semiaberto, aberto e livramento condicional de Campo Grande, em atividades de ajudante, auxiliar de cozinha e cozinheira, na fabricação de salgados, massas, pratos prontos e congelados na cozinha industrial, no interior da empresa, na cidade de Campo Grande/MS.

VALOR – O valor da remuneração mensal devida pela cooperada a cada interno trabalhador será de 01 (um) salário mínimo nacional, alimentação, bem como VIGÊNCIA – 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

AMPARO LEGAL - Lei Federal N.º 7.210, de 11/07/1.984; Lei Federal Nº. 8.666/93 e

alterações.

FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

DATA DA ASSINATURA – 17 de março de 2017.

ASSINAM – AUD DE OLIVEIRA CHAVES, Diretor-Presidente da AGEPEN/MS e Paulo

Cesar Oshiro, sócio da EDYP INDÚSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA-EPP.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 08/17/DAP/DTP/AGEPEN-MS

PROCESSO - N.º 31/600230/2017

PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e OLIBIO BALBUENO LOCADORA DE AUTOMÓVEIS-ME (RENOVE RENT A CAR). **OBJETO** – Utilização de mão-de-obra de internos dos regimes semiaberto, aberto e

livramento condicional de Campo Grande, para operador de vendas, prestação de serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação de veículos, no interior da empresa, na cidade de Campo Grande/MS. VALOR - O valor da remuneração mensal devida pela cooperada a cada interno

trabalhador será de 01 (um) salário mínimo nacional, alimentação, e transporte.

VIGÊNCIA – 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura. AMPARO LEGAL - Lei Federal N.º 7.210, de 11/07/1.984; Lei Federal Nº. 8.666/93 e

alterações.

FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

DATA DA ASSINATURA – 23 de março de 2017.

ASSINAM – AUD DE OLIVEIRA CHAVES, Diretor-Presidente da AGEPEN/MS e Olibio

Balbueno, sócio da OLIBIO BALBUENO LOCADORA DE AUTOMÓVEIS-ME

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 005/17/DAP/DTP/AGEPEN-MS PROCESSO - N.º 31/600201/2017

PARTES - N. 3/1600201/2017
PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e EDYP INDÚSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS

OBJETO – Utilização de mão-de-obra de internos dos regimes semiaberto, aberto e livramento condicional de Campo Grande, em atividades de auxiliar de fundição de peças de ferro e aço, no interior da empresa, na cidade de Campo Grande/MS. VALOR – O valor da remuneração mensal devida pela cooperada a cada interno

trabalhador será de 01 (um) salário mínimo nacional, alimentação, equipamento de proteção individual-EPI e transporte.

VIGÊNCIA - 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

AMPARO LEGAL - Lei Federal N.º 7.210, de 11/07/1.984: Lei Federal N.º. 8.666/93 e

FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

DATA DA ASSINATURA – 13 de março de 2017.

ASSINAM – AUD DE OLIVEIRA CHAVES, Diretor-Presidente da AGEPEN/MS e Paulo Cesar Oshiro, sócio da EDYP INDÚSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA-EPF

AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

Extrato da Apostila ao Contrato 0041/2015/AGESUL N° Cadastral 3390

19/102.462/2013. Processo:

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e EKOBOX LOCAÇÕES EIRELI ME. Partes:

Objeto:

Por apostilamento, fica reajustado o valor do Contrato OC n. 041/2015, de 18/09/2015, cujo objeto cinge-se na ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Ivinhema – MS, PAC 2 Funasa, TC/PAC n. 0370/2011, de acordo com do INCC/FGV, alterando-se o valor estabelecido dos serviços em mais R\$ 85.692,87 (oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e dois reais e

oitenta e sete centavos).

Ednei Marcelo Miglioli. Ordenador de Despesas: Amparo Legal:

\$8°, do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666/93, atualizada pela Lei n. 9.648, de 27/05/98.

Data da Assinatura: 23/03/2017

EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA e Leonardo de Assinam:

Paula Maravieski.

Extrato do Termo de Reconhecimento de Dívida referente ao Contrato 0041/2015/AGESUL N° Cadastral 3390

19/102.462/2013. Processo:

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e Partes:

EKOBOX LOCAÇÕES EIRELI ME.

A DEVEDORA reconhece que deve à CREDORA a importância de R\$ R\$ 41.567,70 (Quarenta e um mil, Objeto:

quinhentos e sessenta e sete reais e setenta centavos), conforme Parecer PARECER/AGESUL/ PJUR/SEINFRA — DP n. 010/2017, cujo conteúdo versa sobre o pagamento da diferença de valores devidos por reajustamentos não

realizados na época própria. Ednei Marcelo Miglioli.

Ordenador de Despesas:

Artigo 37 da Lei n. 4.320/64, bem como na Lei Federal n. 8.666/93, de 21/06/93, atualizada pela Lei n. 9.648, Amparo Legal:

de 27/05/1998, e alterações posteriores

20/03/2017

EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA e Leonardo de Assinam:

Paula Maravieski.

Extrato da Apostila ao Contrato 0060/2015/AGESUL N° Cadastral 5686

57/101.336/2015. Processo:

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e ER-X CONSTRUÇÕES LTDA.

Por apostilamento, fica reajustado o valor do Contrato OV n. 060/2015, de 02/12/2015, de acordo com do DNIT, Objeto:

cujo objeto cinge-se: Drenagens nas rodovias estaduais pavimentadas e não pavimentadas que fazem parte da Malha Rodoviária das Regionais: 1ª de Campo Grande/ MS; 10ª de Coxim/Ms; 15ª de Camapuã/MS e 17ª de Rio Negro/MS (Grupo A). alterando-se o valor estabelecido dos serviços em mais R\$ 135.600,96 (Cento e trinta e cinco mil, seiscentos reais e noventa e seis centavos)

Ordenador de Despesas:

Amparo Legal:

Data da Assinatura:

Ednei Marcelo Miglioli. §8°, do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666/93, atualizada pela Lei n. 9.648, de 27/05/98. 22/03/2017

Data da Assinatura:

Emerson Antonio Marques Pereira e Ernane Blasco Bossay Xavier. Assinam:

Extrato do Termo de Reconhecimento de Dívida referente ao Contrato 0060/2015/AGESUL N° Cadastral 5686

Processo: 57/101 336/2015

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e ER-X Partes:

CONSTRUÇÕES LTDA - EPP.

A DEVEDORA reconhece que deve àCREDORA a Objeto:

importância de R\$ 29.550,52 (Vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e dois quinnentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos), conforme Parecer PARECER/AGESUL/ PJUR/ SEINFRA – DP n. 020/2017, cujo conteúdo versa sobre o pagamento da diferença de valores devidos por reajustamentos não realizados na época própria.

Ordenador de Despesas:

Ednei Marcelo Miglioli. Artigo 37 da Lei n. 4.320/64, bem como na Lei Federal n. 8.666/93, de 21/06/93, atualizada pela Lei n. 9.648, Amparo Legal:

de 27/05/1998, e alterações posteriores.

21/03/2017

Data da Assinatura: EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA e Ernane Blasco Assinam:

Bossay Xavier.

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0153/2016/AGESUL

N° Cadastral 7095

Ordenador de Despesas:

Amparo Legal:

57/101.802/2016. Processo:

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e SOTEF – SOCIEDADE TECNICA DE ENGENHARIA E

FUNDAÇÕES LTDA.

Fica acrescido ao valor do referido Contrato OV n.º Objeto:

153/2016 a importância de R\$ 49,944,69 (quarenta e nove mil e novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), o que corresponde a 8,63% (oito, vírgula sessenta e três por cento) do valor, a preços iniciais, passando o total ajustado de R\$ 578.700,32 (quinhentos e setenta e oito mil e setecentos reais e trinta e dois centavos) para R\$ 628.645,01 (seiscentos

e vinte e oito mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e um centavo). um centavo).

EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA.

Artigo 65, inciso I, alínea "b", §1° c/c o artigo 57, §1°, inciso I, todos da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/1993, atualizada pela Lei n.º 9.648, de 27/05/1998.

EMERSON ANTONIO MAROUES PERFIRA e Alvorindo

Data da Assinatura: 23/03/2017

Assinam:

Ravagnani Júnior.

Extrato da Apostila ao Contrato 0172/2012/AGESUL N° Cadastral 795

19/101.067/2012. Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e Partes:

EQUIPE ENGENHARIA LTDA.

Por apostilamento, fica reajustado o valor do Contrato OV n. 172/2012, de 10 de novembro de 2012, de acordo Obieto:

com o índice do DNIT, alterando-se o valor estabelecido dos serviços em mais R\$ 155.804,44 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quatro reais e quarenta e quatro

centavos).

Ordenador de Despesas: EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA

\$8°, do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666/93, atualizada pela Lei n. 9.648, de 27/05/98. 23/03/2017. Amparo Legal:

Data da Assinatura:

EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA e Luiz Fernando Grijó.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL

EXTRATO REFERENTE AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 016/2017 PROCESSO 63/204.094/2015

Partes:

O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ n°. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS, e o Município de Corguinho, CNPJ n° 03.501.525/0001-07.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo a Cessão de Uso de três

resfriadores

Amparo Legal:

Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei n. 8.883/94, Decreto Estadual n.º 11.261/03 com alterações e resolução SEFAZ 2093/07, Manifestação PGE/MS 001/2015, Decisão PGE/MS 037/2015.

23.03.2017 até 29.12.2018 Vigência:

Data da Assinatura: 23.03.2017

Assinam: Enelvo Iradi Felini - CPF nº.180.232.740-15, pela AGRAER,

Marcela Ribeiro Lopes - CPF nº. 943.528.441-87 pela

COMPANHIA DE GÁS DE MATO GROSSO DO SUL

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração, no uso de suas atribuições, na forma do artigo 6° , do Estatuto Social da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS, c/c artigo 142, inciso IV, da Lei das Sociedades Anônimas, convoca os Acionistas desta empresa para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se **no dia 27 de abril de 2017**, **às 14 horas**, na sede da empresa, na Avenida Ministro João Arinos n° 2.138, Bairro Tiradentes, em Campo Grande - MS, a Avenida Militati O Jada Arillos II 2.136, Balifo Hadeites, elli Canipo Grafide - MS, a fim de deliberarem sobre a seguinte pauta: Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre o valor a ser distribuído a título de participação nos lucros e resultados da Companhia e sobre a destinação do Lucro Líquido e a distribuição dos dividendos relativos ao exercício de 2016; 3. Éleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia e fixar a sua remuneração; **Assembleia** Geral Extraordinária: Fixar a remuneração dos Administradores da Companhia; Campo Grande – MS, 23 de março de 2017.

Ednei Marcelo Miglioli-Presidente do Conselho de Administração da MSGÁS

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2017 — TP Nº 038/2016 — CELEBRADO ENTRE A SANESUL E A HIDRO OESTE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS LTDA - EPP. OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de perfuração de poço tubular profundo contratação de empresa para execução de obras de perturação de poço tubular profundo no município de Caarapó-MS. VALOR: R\$ 810.220,34. RECURSOS: Próprios. CONTA Nº: 1.1.04. PRAZO: A vigência do presente contrato é de 04 meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. PROCESSO Nº 1127/2016/GEMA/SANESUL. DATA DE ASSINATURA: 20.03.2017. ASSINAM: CONTRATANTE: Sr. Luiz Carlos da Rocha Lima, Sr. José Carlos Queiroz. CONTRATADA: Sr. Edival Lopes Moreira

FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais convoca os selecionados do Projeto Som da Concha — Edição 2017, publicado no D.O nº 9.361, pg. 29/30 de 03 e março de 2017, para entrega de documentos, de acordo com o artigo 15, item I , II e III do Edital de Seleção.

Art. 15. Os selecionados deverão encaminhar os documentos abaixo descritos, por meio de Sedex ou ainda protocolá-los no mesmo endereço da inscrição no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da publicação no Diário Oficial de MS do Despacho do Diretor-Presidente convocando os selecionados a apresentarem a documentação complementar abaixo, sob pena de serem desclassificados, caso a entrega ocorra após o prazo fixado:

I - No caso de proponente pessoa física integrante de Banda/Grupo:

- a) Cópia simples do RG e CPF de todos os componentes da banda/grupo;
- b) Comprovante de residência do proponente (faturas de água, luz, telefone, internet ou declaração de residência do próprio proponente - Anexo IV);
- c) Procuração simples (Anexo III) assinada por todos os componentes da banda/grupo autorizando o proponente a responder pelas obrigações contratuais perante a FCMS;
- d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e à dívida ativa da União, abrangendo regularidade previdenciária (www.receita.fazenda.gov.br);
- e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Estadual (www.sefaz.ms.gov.br);
- f) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de
- g) Certidão Negativa Trabalhista;
- h) Dados bancários (nome do banco, agência e conta corrente) do proponente;
- i) Número de cadastro do PIS/PASEP do proponente.
- II No caso de proponente pessoa jurídica empresária exclusiva da Banda/ Grupo/Músico Instrumentista/Cantor Solo/Coletivo:
- a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ;
- b) Cópia autenticada do Contrato de Empresário Exclusivo, com firma reconhecida dos contratantes;
- c) Cópia simples do RG e CPF de todos os componentes da Banda/Grupo/Coletivo ou cópia simples do RG e CPF do músico instrumentista ou artista solo;

- d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e à dívida ativa da União, abrangendo regularidade previdenciária (www.receita.fazenda.gov.br);
- e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Estadual (www.sefaz.ms.gov.br);
- Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de
- g) Certidão de Regularidade com o FGTS (www.caixa.gov.br); h) Certidão Negativa Trabalhista (www.tst.jus.br);
- Dados bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da pessoa jurídica.
 No caso de proponente Músico Instrumentista ou Artista Solo:
- a) Comprovante de residência (faturas de água, luz, telefone, internet ou declaração de residência do próprio punho do proponente artista);
- d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e à dívida ativa da União, abrangendo regularidade previdenciária (www.receita.fazenda.gov.br);
- e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Estadual (www.sefaz.ms.gov.br.); f) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de
- Débitos Gerais) g) Certidão Negativa Trabalhista;
- h) Dados bancários (nome do banco, agência e conta corrente) do proponente artista; i) Número de cadastro do PIS/PASEP do proponente artista.

Categoria Show de Abertura: <u>Titulares</u>: 1° lugar – Pürpura, 2° lugar – Duo Estamos, 3° lugar – Hellmotz, 4° lugar – Mad Men Convoy, 5° lugar – Drive Roots, 6° lugar – Burning Universe, 7° lugar – Os Alquimistas, 8° lugar – Link OFF, 9° lugar – Arizona Nunca Mais, 10° lugar – Xupakabras, 11° lugar – Tonho Sem Medo, 12° lugar – Pedro Espindola, 13° lugar – Surfista de Trem, 14° lugar – Ton Alves, 15° lugar – Substelar Planemo, 16° lugar – Diovibe, 17° lugar – MPBlues.

Para **Categoria Show de Encerramento**: <u>Titulares</u>: 1° lugar – Dino Rocha, 2° lugar – Falange da Rima, 3° lugar – Gilson Espindola, 4° lugar – Giani Torres, 5° lugar – Ju Souc, 6° lugar – Whisky de Segunda, 7° lugar – Guga Borba, 8° lugar – Tonico da Viola, 9° lugar – Muchileiros, 10° lugar – Begèt de Lucena

Campo Grande, 24 de março de 2017.

Athayde Nery de Freitas Júnior

Diretor-Presidente/FCMS

Decisão do Diretor Presidente

Com base no Parecer da Comissão de Seleção do Projeto Som da Concha – Edição 2017, de fis.112/113, conheço o Recurso interposto pela Banda Pulse, representada por Rafael Maia Valente para no mérito não acolher suas razões, permanecendo inalterado o resultado da seleção, publicada no Diário Oficial nº 9.361, páginas 29/30, de 03 de marco de 2017.

Campo Grande - MS, 24 de marco de 2017

Athayde Nery de Freitas Júnior Diretor-Presidente da FCMS.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL

Edital n. 003/2017-ESCOLAGOV PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO Edital n. 003/2017-ESCOLAGOV PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONALS O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital n. 1/2012 – Escolagov/ MS, de 12 de novembro de 2012, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação da credenciada para atuar como prestadora de serviço, nas Ações a serem desenvolvidas pela Fundação Escola de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, constante na tabela abaixo, para tomar conhecimento das atividades programadas em sua respectiva área, bem como se manifestar a respecitiva de sua disposibilidade para o atendimento. A credenciada deverá manifestar a respetito de sua disponibilidade para o atendimento. A credenciada deverá comparecer no día 27 de março de 2017, no período das 8h às 12h na sede da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, à Avenida Mato Grosso, nº 5.778, Bloco 2, Parque dos Poderes, munida dos documentos pessoais. Confirmada a disponibilidade,

será assinada a respectiva ordem de serviço. O não comparecimento do credenciado, implicará na sua desistência da programação apresentada.

ÁREA DE ATUAÇÃO	NOME	MUNICIPIO	FUNÇÃO
Capacitação Pedagógica	Márcia Regina Souza de Jesus Batista	Campo Grande	Instrutora

Campo Grande, 24 de março de 2017

Wilton Paulino Junior Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

Retifica-se o anexo I ao Edital n. 002/2017 – ESCOLAGOV – 22 DE MARÇO DE 2017, para EXCLUIR da CONVOCAÇÃO para assinatura do Termo de Credenciamento, por não terem alcançado a pontuação necessária, os seguintes candidatos:

ÁREA	NOME	FUNÇÃO	PONTUAÇÃO
ESTATÍSTICA	PATRICK RAMALHO DE OLIVEIRA	CONTEUDISTA, TUTOR, INSTRUTOR	NÃO PONTUOU
LICITAÇÃO E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ADRIANA DA SILVA COSTA CAMPOS	INSTRUTOR, CONTEUDISTA, TUTOR	NÃO PONTUOU
ORÇAMENTO PESSOAL	IVAN CARLOS FERNANDES	INSTRUTOR, TUTOR, CONTEUDISTA	NÃO PONTUOU

Campo Grande, 24 de março de 2017

Wilton Paulino Junior Diretor-Presidente

FUNDAÇÃO UNI VERSI DADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

RESOLUÇÃO CEPE-UEMS Nº 1.831, de 24 de março de 2017

Aprova alterações no Calendário Acadêmico do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. ofertado na Unidade Universitária de Amambai, ano letivo de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso XV, do art. 55 do Regimento Geral e,

CONSIDERANDO solicitação de alteração, conforme CI Nº 4/2017, feita pela coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, em Rede

Nacional (PROFHISTÓRIA), em relação à antecipação do início do período letivo, tendo em vista a oferta de mais uma disciplina no primeiro semestre

CONSIDERANDO que a reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão está prevista para o dia 21 de junho,

RESOLVE "ad referendum":

Art. 1º Aprovar a alteração no Calendário Acadêmico para o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ofertado na Unidade Universitária de Amambai, ano letivo 2017, aprovado por meio da Resolução CEPE-UEMS Nº 1809, de 24 de outubro de 2016, conforme anexo que integra esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Dourados, 24 de março de 2017

FÁBIO EDIR DOS SANTOS COSTA

Presidente CEPE-UEMS

Anexo da Resolução CEPE-UEMS Nº 1.831, de 24 de março de 2017.

CALENDÁRIO ACADÊMICO DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA, EM REDE NACIONAL (PROFHISTÓRIA), UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE AMAMBAI **OFERTA - 2017**

	Março				
Datas	Atividades				
1 a 7	Período para solicitação de aproveitamento de créditos				
13 a 17	Período para solicitação de Rematrícula nas disciplinas				
9 a 15	Período para entrega dos Planos de Ensino				
17	Início do Período Letivo				
20	Prazo limite para enviar à Diretoria de Registro Acadêmico (DRA) as matrículas dos alunos regulares e solicitação de aproveitamento de créditos				
21	Data limite para a Coordenação do Programa enviar à DRA e à Divisão de Pós- Graduação (DPG/PROPP) o quadro de oferta de disciplinas do 1° semestre 2017				

	Maio				
Datas	Atividades				
1	Feriado Nacional – Dia do Trabalho				
24 a 27	II Seminário de História, Ensino e Pesquisa do PROFHISTÓRIA/UEMS				

Dourados, 24 de marco de 2017.

FÁBIO EDIR DOS SANTOS COSTA

Presidente CEPE-UEMS

EDITAL 002/2017

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O QUADRO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS Fábio Edir dos Santos Costa, Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

- RETIFICAR o Edital 001/2017 para que passe a constar como a seguir:
 1.1. No Anexo I, dos Cargos, Funções, Carga Horária, Quantidade de Vagas, Requisitos
 - e Salários, onde consta

VAGAS - NÍVEL MÉDIO

CARGO	UNIDADE	VAGAS GERAIS	PCD	NEGROS	INDIOS	СН
	Amambai	1	-	-	-	40
	Aquidauana	3	-	-	-	40
	Campo Grande	3	1	1	-	40
Assistente Administrativo	Cassilândia	1	-	-	-	40
Assistente Auministrativo	Dourados	7	1	2	-	40
	Mundo Novo	1	-	-	-	40
	Naviraí	2	-	-	-	40
	Paranaíba	1	-	-	-	40
	Aquidauana	1	-	-	-	40
	Campo Grande	1	-	-	-	40
Auxiliar de Laboratório de Biologia e de	Cassilândia	1	-	-	-	40
Química	Naviraí	1	-	-	-	40
	Dourados	1	-	-	-	40
	Mundo Novo	1	-	-	-	40
Designer Gráfico-Arte Finalista	Dourados	1	-	-	-	40
Técnico em Agropecuária	Aquidauana	1	-	-	-	40
recilico em Agropecuaria	Cassilândia	1	-	-	-	40

Passe a constar:

VAGAS – NÍVEL MÉDIO

CARGO	UNIDADE	VAGAS GERAIS	PCD	NEGROS	SOIGNJ	СН
	Amambai	1	-	-	-	40
	Aquidauana	3	-	-	-	40
	Campo Grande	3	1	1	-	40
	Cassilåndia	1	-	-	-	40
Assistente Administrativo	Coxim	1	-	-	-	40
	Dourados	7	1	2	-	40
	Mundo Novo	1	-	-	-	40
	Naviraí	2	-	-	-	40
	Paranaíba	1	-	-	-	40
	Aquidauana	1	-	-	-	40
	Campo Grande	1	-	-	-	40
Auxiliar de Laboratório de Biologia e de	Cassilândia	1	-	-	-	40
Química	Naviraí	1	-	-	-	40
	Dourados	1	-	-	-	40
	Mundo Novo	1	-	-	-	40
Designer Gráfico-Arte Finalista	Dourados	1	-	-	-	40
Técnico em Agropecuária	Aquidauana	1	-	-	-	40
recinco em Agropecuaria	Cassilândia	1	-	-	-	40

2. Os demais itens permanecem inalterados.

Dourados, 27 de março de 2017.

FÁBIO EDIR DOS SANTOS COSTA Reitor

Edital nº 12/2017-RTR/UEMS

Homologa o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à convocação temporária.

O Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, e consoante disposto no item 8.3 do Edital nº 15/2017 -PRODHS.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Resultado Final da Seleção de Docentes. destinada à convocação temporária, aberta pelo Edital nº 15/2017 - PRODHS, Unidade Universitária de Dourados, conforme segue

Área de conhecimento: Direito

Nome	Nota Final	Classificação
Ademos Alves da Silva Junior	10,48	1°
Francielle Pires Duarte Sommer	10,27	2°
Romulo Almeida Carneiro	10,24	3°
Alender Max de Souza Moraes	10,02	4°
Vinícius Gonçalves Almeida	9,61	5°
Elaine Dupas	9,44	6°
Alexandre Lima Siqueir a	8,50	7°
Gladston Serrano de Oliveira	7,60	8°

Área de conhecimento: Prática Jurídica

Nome	Nota Final	Classificação			
Ademos Alves da Silva Junior	12,21	1°			
Romulo Almeida Carneiro	10,00	2°			
Daniela Menin	8,93	3°			
Alexandre Lima Siqueira	8,35	4°			

Art. 2º A nota final foi calculada através da soma das notas da prova didática e de títulos.

Art. 3º A chamada do candidato será efetivada pela Pró-Reitoria de Ensino quando do surgimento de vagas.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados, 23 de março de 2017

FÁBIO EDIR DOS SANTOS COSTA Reitor - UFMS

Edital nº 13/2017-RTR/UEMS

Homologa o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à convocação temporária

O Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, e consoante disposto no item 8.3 do Edital nº 16/2017 -PRODHS,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Resultado Final da Seleção de Docentes,

destinada à convocação temporária, aberta pelo Edital nº 16/2017 - PRODHS, Unidade Universitária de Aquidauana, conforme segue

Área de conhecimento: Engenharia Florestal

Nome	Nota Final	Classificação
Ericksson Martins Leite	8,72	1°
Edivan Melo de Lima	8,48	2°

Art. 2° A nota final foi calculada através da soma das notas da prova didática e de títulos.

Art. 3º A chamada do candidato será efetivada pela Pró-Reitoria de Ensino quando do surgimento de vagas.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados, 24 de março de 2017.

FÁBIO FDIR DOS SANTOS COSTA

Reitor - UEMS

Extrato do II Termo Aditivo ao Contrato 1496/2015/UEMS Nº Cadastral 5356

29/500.923/2014

29/500.923/2014 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS e CERTARI SOLUCAO EM GESTAO DE PESSOAS E SERVICOS LTDA - ME O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Partes:

Objeto: valor vigente do contrato, acrescentando R\$ 18.862,53 (dezoito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e

cinquenta e três centavos) para a utilização de saldo do convênio.

Ordenador de Despesas: Fabio Edir dos Santos Costa

Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes deste correrão à conta da Funcional 10.29204.12.364.0032.2901.0003 fornecimento Programática: Natureza

Despesa: 33903900 no item: 3965; Fonte: 0281260005. Convênio Nº 802104/2014/UEMS R\$ 18.862,53 (dezoito mil, oitocentos e sessenta e dois

Valor:

reais e cinquenta e três centavos) Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações Amparo Legal:

posteriores

15/03/2017 Data da Assinatura:

Assinam: Fabio Edir dos Santos Costa, Nilson Teixeira Rodrigues e

Noslin Silva Rodrigues

Extrato do Contrato Nº 1551/2017/UEMS N° Cadastral 7818

29/501.021/2016

Partes:

O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

e CARLOS JOSE POLVORA

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços Objeto:

para manutenção de equipamento mini-incubadora. Descrição dos serviços: manutenção

Ordenador de Despesas: Fabio Edir dos Santos Costa

Dotação Orçamentária:

12571202322240004 Programa de Trabalho

Coven2224, Fonte de Recurso 0281260029 - Convênio n° 817199/2015-MEC/CAPES/UEMS-Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, Natureza da Despesa 33903917 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS R\$ 1.550,00 (hum mil e quinhentos e cinquenta reais)

Valor: Amparo Legal: Do Prazo: Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores. 120 (cento e vinte) dias, iniciando na sua assinatura.

Data da Assinatura: 01/03/2017

Fabio Edir dos Santos Costa e Carlos José Polvora Assinam:

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL, nos termos do artigo 96, inciso IV do Decreto Federal n. 6.514/2008, NOTIFICA PAULO CEZAR ALVES MAIA CPF 356.725.951-20 sobre a lavratura do Auto de Infração n° 16459, Notificação n° 12603, Laudo de Constatação n° 22903 e Termo de Apreensão, Depósito e Paralização nº 07467 para querendo apresentar defesa no prazo de 20 (vinte) dias, a partir da publicação deste edital.

Campo Grande - MS, 22 de Março de 2017.

JAIME ELIAS VERRUCK

EDITAL nº 07/2017 - IMASUL

LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES FLORESTAIS REQUERIDAS

PERÍODO: 2015 2016 E 2017.
O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL, no uso de suas atribuições e tendo em vista os dispositivos constantes do § 1º do art. 10 da Lei n. 6.938/81 com redação dada pelo art. 20 da Lei Complementar n. 140, de 08 de dezembro de 2011, torna pública a relação dos processos de licenciamento ambiental requeridos.

CAMPO GRANDE, 27 DE MARÇO DE 2017. DIRETOR-PRESIDENTE

Interessado	Про	Atividade	Local	Processo nº
JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA BONILLA E OUTRA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ATÉ 10 HA)	FAZENDA SANTA SÉ (CAPÃO REDONDO)	02705/2015
GISELE DE BIASI GODOI	AA QUEIMA CONTROLADA DE PEQUENA EXTENSÃO (ÁREA ATÉ 10 HA) SÍTIO RANCHO ALEGRE		02830/2015	
APARECIDA BELIDO E OUTROS	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA BELÉM	01313/2015
ESTÂNCIA PORTAL DA MIRANDA AGROP. LTDA	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.8	ESTANCIA PORTAL DA MIRANDA AGROP LTDA	03018/2015

	AA	SUPRESSÃO VEGETAL	FAZENDA VISTA	
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	AA	(ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	ALEGRE FAZENDA	02687/2015
ANTONIO DE ALMEIDA SILVA		SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ATÉ 10 HA)	MORRINHO I A VI	02967/2015
JOSÉ LUIS FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZ ISAURA E FAZ 8 DE DEZEMBRO- DESMEMBRADA 1 E 2	03006/2015
LUIS GUILHERME SANTILI	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.7	FAZENDA SALTO E CHÁCARA PALIO	03125/2015
ADENILTON LARANJO DA SILVA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA 3 LAGOAS	02712/2015
HERCILIA DE ANDRADE HILDEBRAND	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA SOL LEVANTE	03168/2015
KLEBER DE MELLO MENDONÇA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA SANTA MARIA	02258/2015
JOSE MIRANDOLA FILHO	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.7	FAZENDA RECREIO	03145/2015
ADEMIR LUIZ MULLER	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ATÉ 10 HA)	SÍTIO FELICIDADE	03177/2015
ROBERTO RODRIGUES DE ALMEIDA	AA	QUEIMA CONTROLADA DE PEQUENA EXTENSÃO (ÁREA ATÉ 10 HA)	FAZENDA BELA VISTA	01115/2015
VILMAR CORDEIRO FILHO	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA 3 CORAÇÕES I E FAZENDA 3 CORAÇÕES II	03142/2015
FERNANDO JOSE CAZERTA AGUIAR	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA TOURO PERU	03117/2015
CRISTINA ABES BATISTA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA NOSSA SENHORA DE FATIMA	03204/2015
IVONE DA MOTTA TORREZ	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.8	FAZENDA SANTA MARIA	03258/2015
OMILTON JACOB SILVA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA SANTA CRUZ	03036/2015
MILTON ARANTES SIQUEIRA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA POUSADA DOS PASSAROS	03193/2015
NICKSON MILTON CORREA SIQUEIRA E OUTRA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	SITIO NOVO HORIZONTE	03192/2015
ENRICO CESAR VOLPON	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA LAGOA DA SERRA.	02823/2015
DECIO OLIVO SASSI	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZ.FAZEND,FAZ. DESM.GL.II,GL. III E FAZ. QUIROGA I	03146/2015
AGRO PECUARIA OURO BRANCO LTDA	AA	CORTE OU EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS EM FLORESTA PLANTADA PARA CONDUÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS OU EXÓTICAS	FAZENDA PONTINHA	03074/2015
OMILTON JACOB SILVA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA MONTE ALEGRE	03157/2015
IZA MARIA COIMBRA ZAMBERLAN	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZ. PARAÍSO	03235/2015
ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A.	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.2	FAZENDA SAPÁLIO	02859/2015
BRPEC AGRO-PECUARIA S/A	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.8	FAZENDA DO CRISTO REDENTOR - BLOCO 01 E OUTRAS	03206/2015
ZENIR ALVES DE SOUZA AWADI	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	SITIO NIPON E FAZENDA SÃO SEBASTIÃO - GLEBA 5	03288/2015
FIBRIA - MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA	AA	APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO (EM PROPRIEDADE QUE NÃO SE ENQUADRE NAS OUTRAS DUAS ATIVIDADES DE APROVEIT.DE MATERIAL LENHOSO)	HORTO BRASILEIRA	02857/2015
CAROLINE ABDULAHAD HILDEBRAND	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA)	FAZENDA CALIFORNIA	03264/2015
DONINO FERREIRA DE LIMA	AA	APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO (EM PROPRIEDADE QUE NÃO SE ENQUADRE NAS OUTRAS DUAS ATIVIDADES DE APROVEIT.DE MATERIAL LENHOSO)	FAZENDA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	03180/2015
VALDEMIR LUCENA MATOS	AA	APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO (EM PROPRIEDADE QUE NÃO SE ENCUADRE NAS OUTRAS DUAS ATIVIDADES DE APROVEIT.DE MATERIAL LENHOSO)	FAZENDA 19 DE MARÇO	03383/2015
DANILO PEREIRA NANTES	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA OCA DO BUGRE.	03443/2015
ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A.	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.2	FAZENDA DOM FABRÍCIO.	03122/2015
RIO CORRENTE AGRO- PASTORIL S/A	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA)	FAZENDA DA SERRA.	03290/2015
DONIZETE LOURENÇO DE PAULA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ATÉ 10 HA)	FAZENDA SÃO JOÃO	03452/2015
IZAURO PEREIRA VICENTE	AA	CORTE OU EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS EM FLORESTA PLANTADA PARA CONDUÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS OU EXÓTICAS	FAZENDA CORREGO SECO - PARTE 01 - AREA D	03233/2015
VITOR DA TERESA MEIRINHO	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA JARAGUÁ E NOVO CAMPEÃO	03403/2015
LINEU DE PAULA LEÃO	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA DONA ALAYDE	02862/2015
ANTONIO SERGIO BORGES	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA FATIMA	03378/2015
l			1	

ADECOAGRO VALE DO	AA	QUEIMA CONTROLADA -	FAZENDA BELA	03474/2015
IVINHEMA S.A.	AA	CÓDIGO 9.11.2 APROVEITAMENTO DE	MANHĀ	0347472013
LAUDELINO NOVAES BARCELOS		MATERIAL LENHOSO (EM PROPRIEDADE QUE NÃO SE ENQUADRE NAS OUTRAS DUAS ATIVIDADES DE APROVEIT DE MATERIAL LENHOSO)	FAZENDA SANTA MARIA	03393/2015
CELSO PIRES MARTINS	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA GLEBAS "C", "C1" E "C2"	00518/2015
VINÍCIUS PEREIRA DO CARMO E OUTRA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA BEIRA RIO	03526/2015
ANDRÉ LANFREDI	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ATÉ 10 HA)	FAZENDA LAMBARI MAT. 43, 127 E 596	03543/2015
CLÓVIS TSCHINKEL	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ATÉ 10 HA)	FAZENDA SANTA FÉ DAS CACHOEIRAS	03371/2015
ROBERVAL BORGES FILHO	AA	APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO (EM PROPRIEDADE QUE NÃO SE ENCUADRE NAS OUTRAS DUAS ATIVIDADES DE APROVEIT.DE MATERIAL LENHOSO)	FAZENDA MANGABA - ÁREA 2	03186/2015
ALVARO MARIA BENTO	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	CHÁCARA NOVA ESPERANÇA	03551/2015
PLÍNIO DA COSTA E OUTRO	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZ. TOCAIA	01868/2015
WASHINGTON WILLEMAN DE SOUZA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ATÉ 10 HA)	CHÁCARA FURNA DO SABIÁ	03574/2015
PAULO ROBERTO FRANCESCHINI E OUTROS	AA	CORTE OU EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS EM FLORESTA PLANTADA PARA CONDUÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS OU EXÓTICAS	FAZENDA PLANALTO.	03238/2015
RODRIGO SOTO TSCHINKEL E OUTRO	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	ESTÂNCIA TOROPI	03368/2015
RENATO SCHMAEDECKE	AA	CORTE OU EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS EM FLORESTA PLANTADA PARA CONDUÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS OU EXOTICAS	FAZENDA BARREIRO	03597/2015
WASHINGTON WILLEMAN DE SOUZA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ATÉ 10 HA)	CHÁCARA FURNA DO SABIÁ_	03575/2015
RENATO FRANCISCON	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA QUITEROI REMANESCENTE	03592/2015
LAGEADO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA SÃO JOÃO I E II	03239/2015
ARIOLINO PEREIRA DA SILVA E OUTROS	AA	APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO (EM PROPRIEDADE QUE NÃO SE ENCUADRE NAS OUTRAS DUAS ATIVIDADES DE APROVEIT.DE MATERIAL LENHOSO)	FAZENDA ESTRELA II	03674/2015
DARLAN GRAÇA DA CRUZ	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA RECANTO DOS YPĒS	03663/2015
ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A.	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.2	FAZENDA ÁGUA BRANCA.	03715/2015
ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A.	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.2	FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA.	03745/2015
LADISLAU FERREIRA DA SILVA NETO	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA BONITA, CACIMBA DE PRATA II E VEREDINHA	00012/2016
ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A.	AA	QUEIMA CONTROLADA - CÓDIGO 9.11.2	FAZENDA OURO VERDE	03603/2015
JEFERSON PLATZECK ESTRELLA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA ESTRELLA.	03586/2015
LUIZ CARLOS FERREIRA GOMES	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA)	FAZENDA CAMPO LOURDES	00006/2016
JOSE MIRANDOLA FILHO	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZ. PRUDENTÃO	02537/2015
SOCIEDADE MATODORADENSE DE AGRIC. PECUÁRIA LTDA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA)	FAZENDA MINAS GERAIS	03675/2015
EDUARDO ANTONIO SANCHEZ	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA SANTA EDWIRGENS	03558/2015
ADRIANO DIAZ RODRIGUES	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA PREGUIÇA	00082/2016
LAERCIO PADOIN	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ACIMA DE 10 HA ATÉ 100 HA)	FAZENDA BOA SORTE	00127/2016
MARIA GUILHERMINA	AA	SUPRESSÃO VEGETAL (ÁREA ATÉ 10 HA)	FAZENDA PONTE DO TAQUARI.	03591/2015

BOLETIM DE LICITAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

ATA N°058

Termo de registro dos trabalhos de análise documental para emissão de novos **Certificados de Registro Cadastral – Cerca**, do Estado de Mato Grosso do Sul, cadastros novos, renovações e alterações. Aos vinte e quatro dias de Março de dois mil e dezessete (24/03) às nove horas,

Aos vinte e quatro dias de Março de dois mil e dezessete (24/03) às nove horas, reuniram-se a Comissão de Cadastro de Fornecedores do Estado, designados pela Resolução "P" SAD nº 1364, de 13/12/2016, na sala de reunião da Superintendência de Licitação, situada no Parque do Poderes, no Bloco 01, composta pelos servidores: BRUNA MILAN, SUZYLAINE PEREIRA DA SILVA, LUCIANO PIRES RODRIGUES, para sob a presidência do primeiro, analisar os documentos apresentados pelas empresas. 1)ELETRO MENDONCA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP; 2)INTERBOOK LTDA - EPP; 3)BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA; 4)AGROPRATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA; 5)AFP - LACRES EIRELI - EPP; 6)LAQUA - TRATAMENTO E ANALISES DE AGUA,ALIMENTOS EFLUENTES,COMERCIO E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA-ME; 7)DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA; 8)IDATA DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

- EPP. Objetivando inclusões, renovações e alterações cadastrais que após análise dos documentos apresentados pelas interessadas e em razão de terem cumprido as exigências estabelecidas na legislação a comissão na unanimidade de seus membros decidiu pelo deferimento da inclusão dos registros cadastrais.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião na qual foi lavrada a presente e Ata que, após lida e de acordo, segue assinada pela comissão.

BRUNA MILAN Presidente

SUZYLAINE PEREIRA DA SILVA Membro

LUCIANO PIRES RODRIGUES Membro

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL - SAD, através da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n° 3.394/2007, torna publico a realização da licitação abaixo:

<u>OBJETO</u>: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CORRELATOS HOSPITALARES. <u>PREGÃO ELETRÔNICO</u>: 069/2017 <u>PROCESSO</u>: 55/001.204/2016

ABERTURA DA SESSÃO: ÁS 08:00 horas do dia 06/04/2017, (HORÁRIO LOCAL). ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.centraldecompras.ms.gov.br

O edital, adendos e demais avisos, encontram—se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.centraldecompras.ms.gov.br.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017. Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL - SAD, através da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n°3.394/2007, torna publico a realização da licitação abajxo:

<u>OBJETO</u>: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CORRELATOS HOSPITALARES. <u>PREGÃO ELETRÔNICO:</u> 070/2017 <u>PROCESSO</u>: 55/000.776/2016

ABERTURA DA SESSÃO: Às 08:00 horas do dia 06/04/2017, (HORÁRIO LOCAL). ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.centraldecompras.ms.gov.br

O edital, adendos e demais avisos, encontram-se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.centraldecompras.ms.gov.br.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017. Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL – SEJUSP, através da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n°3.394/2007, torna publico a realização da licitação abaixo:

<u>OBJETO</u>: AQUISIÇÃO DE NOBREAK. <u>PRECÃO ELETRÔNICO/ME-EPP.</u> 002/2017 <u>PROCESSO</u>: 31/000.816/2016 <u>ABERTURA DA SESSÃO</u>: Ås 08:00 horas do dia 06/04/2017, (HORÁRIO LOCAL). ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.centraldecompras.ms.gov.br

O edital, adendos e demais avisos, encontram—se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.centraldecompras.ms.gov.br.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017. Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE MS/ SAD através da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrónico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei nº3.394/2007, comunica aos interessados, após classificação pela pregoeira da EP 01, o RESULTADO da licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PREGÃO ELETRONICO: 225/2016 PROCESSO: 55/001.095/2016

Lote	Empresa Classificada	Valor Total (R\$)
01	EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	25,23
02	EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LIDA	25,23
03	VIX COM. DE PROD. FARMACÊUTICOS E HOSP. EIRELI EPP	0,62
04	MEDCOMERCE COMERCIAL DE MED. E PROD. HOSP. LTDA	26,25
06	BSB COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES S. A	0,53
09	VIX COM. DE PROD. FARMACÊUTICOS E HOSP. EIRELI EPP	1,31
10	CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA	0,41
11	MEDCOMERCE COMERCIAL DE MED. E PROD. HOSP. LTDA	1,22
12	WEDCOWERCE COWERCIAL DE WED. E PROD. HOSP. LIDA	17,50
13	VIX COM. DE PROD. FARMACÊUTICOS E HOSP. EIRELI EPP	0,39
14	MEDCOMERCE COMERCIAL DE MED. E PROD. HOSP. LTDA	0,43
16		1,23
17	VIX COM. DE PROD. FARMACÊUTICOS E HOSP. EIRELI EPP	5,50
18		0,20
19	MEDCOMERCE COMERCIAL DE MED. E PROD. HOSP. LTDA	17,50
20	WEDCOWERCE COWERCIAL DE MED. E PROD. HOSP. LIDA	374,00
25	COSTA CAMARGO COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	4,47
26	ELI LILLY DO BRASIL LTDA	4,24

LOTES DESERTO: 15

LOTES FRACASSADOS: 05, 07, 08, 21, 22, 23 e 24

Demais informações, acessar o link:

https://ww3.centraldecompras.ms.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/pregao/PregaoResultadosPageList.jsp

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017. Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MS/SED através da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, comunica aos interessados, após adjudicação pela pregoeira da EP 01, o RESULTADO da licitação

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO REPETIÇÃO DOS LOTES: 23, 25 e 31 PREGÃO ELETRONICO: 003/2017 PROCESSO: 29/038.701/2016

Lote	Empresa Vencedora	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
31	MORENA COMÉRCIO E SERV. LTDA - EPP	109,60	1.972,80

LOTES DESERTOS: 23 e 25.

Demais informações, acessar o link:

https://ww3.centraldecompras.ms.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/pregao/PregaoResultadosPageList.jsp

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017 Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

AVISO DE REABERTURA

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE MS/ SAD, através da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, CONVOCA as empresas participantes para a REABERTURA do lote 10 da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

PREGÃO ELETRONICO: 035/2017 PROCESSO: 55/000.193/2017

DATA DA REABERTURA: dia 29/03/2017 às 10:00 horas (HORÁRIO LOCAL). ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.centraldecompras.ms.gov.br

Campo Grande, 24 de março de 2017 Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

AVISO DE REABERTURA

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE MS/ SAD, através da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, CONVOCA as empresas participantes para a REABERTURA do lote 15 da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

PREGÃO ELETRONICO: 033/2017 PROCESSO: 55/000.196/2017

DATA DA REABERTURA: dia 29/03/2017 às 08:00 horas (HORÁRIO LOCAL). ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.centraldecompras.ms.gov.br

Campo Grande 24 de marco de 2017 Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE MS/ SAD, através da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, CONVOCA as empresas participantes dos lotes 7, 8, 9 e 19 para o PROSSEGUIMENTO da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANCA E

FISCALIZAÇÃO.

PREGÃO ELETRONICO: 057/2017

PROCESSO: 55/000.109/2017

DATA DO PROSSEGUIMENTO: dia 29/03/2017 às 14:00 horas (HORÁRIO LOCAL). ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: www.centraldecompras.ms.gov.br

Campo Grande, 24 de março de 2017.

Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

AVISO DE CONVOCAÇÃO E PROSSEGUIMENTO A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO – SAD/MS, através da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SL/SAD por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme Lei nº 3.394/2007 e pela EP 02 CONVOCA os interessados, para o prosseguimento da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - AÇÃO JUDICIAL. PREGÃO ELETRÔNICO: 0046/2017

PROCESSO: 55/000.199/2017

DATA DO PROSSEGUIMENTO: Dia 04/04/2017, às 10:00 horas, (HORÁRIO LOCAL). LOCAL: www.centraldecompras.ms.gov.br

Demais informações quanto aos lotes licitados, acessar o link: o/PregaoResultadosPageList.jsp

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017 Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE MS/SAD, atrayés da Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD, e. por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo de publicação do Estado conforme Lei nº 3.394/2007, comunica aos interessados, depois de classificado pela Pregoeira da EPO2, o RESULTADO da repetição da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARA PARA MOTO. PREGÃO ELETRONICO: 0040/2017 PROCESSO: 55/000,201/2017

Lote	Empresa Classificada	Valor Unitário (R\$)
01		104,99
02		92,49
03		149,50
04		183,49
05		173,50
06		450,00
07		90,20
08		148,50
09	HABITAR - COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS LTDA -	217,50
10	ME	198,50
11		182,90
12		239,50
13		24,90
14		37,00
15		37,00
16		284,00
17		88,50
18		134,90
19		94,95

Não houve aderentes.

Demais informações quanto aos lotes licitados, acessar o link: https://ww3.centraldecompras.ms.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/pregao/PregaoResultadosPageList.jsp

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017 Coordenadoria de Processamento Licitatório/SAD

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE COMPRAS E MATERIAIS

Processo n. 27/003.148/2016

Pregão Eletrônico n. 119/2016 – Aquisição de equipamentos para execução de exames de biologia molecular.

Acolho o Despacho da Assessoria Jurídica, fls. 151, constante do processo acima referido para arquivar o presente processo e reabrir novo processo, diante da impossibilidade de tramitação. Publique-se.

Campo Grande – MS, 24 de marco de 2017.

MARCUS VINÍCIUS ROSSETTINI DE ANDRADE COSTA Secretário. Esp. e Superintendente de Gestão de Compras e Materiais

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE COMPRAS E MATERIAIS Processo n. 55/001.158/2016

Pregão Eletrônico n. 041/2017 - Registro de Preços para aquisição de materiais de

Acolho o Parecer Jurídico n. 305/2017, constante do processo acima referido para conhecer e dar provimento ao recurso da empresa DELTACHIP COMERCIAL LTDA. Publique-se.

Campo Grande - MS, 24 de março de 2017.

MARCUS VINÍCIUS ROSSETTINI DE ANDRADE COSTA Secretário. Esp. e Superintendente de Gestão de Compras e Materiais

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Nova Itamarati, através de seu presidente ao final assinado, torna público que por intermédio da equipe de pregão designada pela APM, realizará às 19:30 horas do dia 10/04/17, na Escola Estadual Nova Itamarati, a licitação na modalidade "Pregão Presencial" para aquisição de gêneros alimentícios que serão destinados à merenda escolar da Escola Estadual Nova Itamarati durante o 1º semestre de 2017.

O Processo nº 29/011918/2017, contendo o edital completo e demais informações, encontra-se a disposição dos interessados na Escola Estadual Nova Itamarati. Ponta Porã-MS, 22 de março de 2017.

> OSSIR RUIZ PRATES Presidente da APM

AVISO DE LICITAÇÃO

A APM da ESCOLA ESTADUAL JORGE AMADO, através de seu Presidente (a) ao final assinado, torna público que por intermédio da Equipe de Apoio designada pelo Ato de Designação nº 01/2017, realizará às 19 horas, do dia 12/04/2017 no local Avenida Dezesseis nº 1762, a licitação na modalidade "Pregão Presencial" para aquisição de gêneros alimentícios que serão destinados para a merenda escolar da Escola Estadual Jorge Amado.

O processo n. 29/012443/2017, contendo o edital e demais informações, encontramse à disposição dos interessados na sede da Associação de Pais e Mestres da EE Jorge Amado situada à Avenida Dezesseis nº 1762. Chapadão do Sul/MS, 23/03/2017.

> José Roberto Barbosa Presidente da APM

AVISO DE LICITAÇÃO

A APM do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Prof^a Ignês De Lamônica Guimarães, através de sua Presidente ao final assinado, torna público que por intermédio da Equipe de Apoio designada pelo Ato de Designação nº 01/2017, realizará às 14:00 horas, do dia 06 de Abril de 2017, na rua Elvira Coelho Machado, 544, bairro Miguel Couto, a licitação na modalidade "Pregão Presencial" para aquisição de gêneros alimentícios que serão destinados para a merenda escolar do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Profa Ignês De Lamônica Guimarães.

Adultos Froi Tiglies De Lamionica dollina aes.

O processo n. 29/012012/2017, contendo o edital e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados na sede da Associação de Pais e Mestres Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Prof^a Ignés De Lamônica Guimarães situada à Rua Elvira Coelho Machado, 544, bairro Miguel Couto.

Campo Grande, 23 de Março de 2017.

Angela Gusman Chaves Tiago Presidente da APM

AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS – 005/2017 – CLO/AGESUL A Coordenadoria de Licitação de Obras da Agesul, devidamente autorizada por seu Diretor Presidente, comunica aos interessados que a licitação referente à Tomada de Preços nº 005/2017 – CLO/AGESUL, Processo nº 57/100.141/2017, objetivando a contratação da Reforma e Adequação do Prédio do Conselho Estadual Antidrogas – CEAD, no Município de Campo Grande - MS, está suspensa em virtude de adequação na Planilha Orçamentária. O Edital será republicado com uma nova data para abertura do certame. Informações pelos telefones 67-3318-5488 e 3318-5490 (fone/fax). Campo Grande, 24 de março de 2017

COORDENADORIA DE L. DE OBRAS - AGESUL

COMPANHIA DE GÁS DE MATO GROSSO DO SUL

AVISO DE SUSPENSÃO

Pregão Presencial nº 006/2017 – Processo Administrativo nº 040/2017

A COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL por intermédio da Equipe de Pregão, devidamente autorizada pela autoridade competente e por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado, conforme a Lei nº 3.394/2007, comunica aos interessados a **SUSPENSÃO** da sessão de abertura do certame acima identificado, a qual seria realizada no dia 30/03/2016, às 08h30min, e cujo objeto é a Aquisição de Veículos. Campo Grande - MS, 23 de março de 2017.

Xerxes Flamarion Sabino - Pregoeiro

RESULTADO DA LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 003/2017 – Processo Administrativo nº 031/2017.

Objeto: Aquisição de Medidores de Vazão Diafragma G2.5. A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS, por intermédio da

Comissão Permanente de Pregão e por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado, conforme a Lei nº 3.394/2007, divulga aos interessados o resultado da licitação acima referenciada, declarando vencedora e adjudicando o objeto do certame à empresa LAO INDÚSTRIA LTDA com o preço total de R\$ 41.475,50 (quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta

Campo Grande, 24 de março de 2017. Xerxes Flamarion Sabino - Pregoeiro

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

RESULTADO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Decisão Simples (PRES) n.º 009/2.017 de 24/03/2.017 CONCORRÊNCIA Nº 014/2.016 (TECNICA E PREÇO) - PROC. Nº 00.861/2.016 OBJETO: Contratação de sociedade de advogados, regularmente inscrita nos quadros da

OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), para prestação de serviços técnicos de advocacia, com a finalidade específica de patrocínio das demandas judiciais em andamento e nas que forem ajuizadas, cuja parte ativa ou passiva seja a EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL – SANESUL ou empregado(s) desta, desde que relacionado com trabalho desempenhado na empresa, ou nas que haja interesse da SANESUL em intervir como terceiro interessado.

Recorrente: Gomes Advogados S/S e Nelson Wilians & Advogados Associados

Recorrida: Comissão Permanente de Licitações Resumo da decisão: Firme nas convicções, pelas argumentações e motivos expostos neste decisório, em respeito absoluto as princípios que norteiam o processo licitatório, em especial o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Moralidade e Isonomia. Assim, ausente qualquer causa relevante que possa alterar o Resultado da Habilitação publicada no DJ n. 9.353 de 17/2/2017, conheço dos Recursos interpostos e, no mérito, nego-lhe provimento.

Informo ainda que a abertura dos envelopes de Proposta Técnica das empresas habilitadas, notadamente, Martinez e Martinez Advogados Associados, Martignoni, Tinoco e Moraes Advogados Associados, Barcelos & Janssen Advogados Associados, Volpe Camargo Advogados Ássociados S/S, Adler, Daros Advogados & Associados S/S, Abbad, Barreto, Dolabella e Fiel Advogados Associados, Gomes Advogados S/S, Botelho e Castro Advogados, Ferreira Mendes Advogados Associados e Lopes e Carvalho Advogados, será realizada no dia 30 de Março de 2.017 às 09:00 (nove) horas na sala de reunião da GEJUL - Gerência Jurídica e de Licitações.

Sr. Luiz Carlos da Rocha Lima Diretor-Presidente

BOLETIM DE PESSOAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO "P" N. 1.401, DE 22 DE MARÇO DE 2017

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR, a pedido, MIRIATO DA SILVA SANTOS do cargo em comissão de Direção-Executiva e Assessoramento, simbolo DGA-3, na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, desempenhando suas funções na Superintendência de Licitação, reconduzindo-o, se for o caso, ao respectivo cargo efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Estadual, a contar de 1º de março de 2017.

CAMPO GRANDE-MS, 22 DE MARCO DE 2017.

REINALDO AZAMBILIA SILVA Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 77 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSIDERAR apto para o retorno ao trabalho o servidor FDUARDO GARANHANI. matrícula n. 130091022, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, classe B, referência 535, código 243, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, com fulcro no artigo 142, da Lei n. 1102, de 10 de outubro de 1990, com validade a contar de 7 de março de 2017 (Processo n. 11/008634/2017).

CAMPO GRANDE-MS. 21 de marco de 2017

MARCIO CAMPOS MONTEIRO

Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 81 DE 22 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DISPENSAR SILVIO EITI UKAWA, matrícula n. 432841021, ocupante do cargo de Fiscal Tributário Estadual, classe B. referência 435, código 242, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, da função de responsável pela Subunidade de Fiscalização de Mercadorias em Transportadoras de Paranaíba/UFMTR/COFIMT/SAT, com validade a contar de 1º de março de 2017

DESIGNAR ANDERSON DOS SANTOS SOUZA, matrícula n. 467295021, ocupante do cargo de Fiscal Tributário Estadual, classe B, referência 435, código 242, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer a função de responsável pela Subunidade de Fiscalização de Mercadorias em Transportadoras de Paranaíba/UFMTR/ COFIMT/SAT, em virtude da dispensa de Silvio Eiti Ukawa, com validade a contar de 1º de marco de 2017

CAMPO GRANDE-MS, 22 de março de 2017.

MARCIO CAMPOS MONTEIRO

Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 82 DE 22 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DISPENSAR RITA DE CÁSSIA LUBE MELO, matrícula n. 46625022, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, classe H, referência 559, código 243, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, da função de responsável pela Coordenadoria de Inteligência Fiscal/SAT, com validade a partir de 1º de abril de 2017.

DESIGNAR ROSINEI ALVES DE BARROS, matrícula n. 75966023, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, classe F, referência 553, código 243, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer a função de responsável pela Coordenadoria de Inteligência Fiscal/SAT, com validade a contar de 1º de abril de 2017.

CAMPO GRANDE-MS, 22 de março de 2017.

MARCIO CAMPOS MONTEIRO

Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 83 DE 22 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR MAURO ALBERTO LENHARO, matrícula n. 64261021, ocupante do cargo de Fiscal Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 242, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer a função de Consultor, na Unidade de Consultas e Julgamento/SAT, em conformidade com o inciso V, do artigo 5°, da Lei n. 2.387, de 26 de dezembro de 2001, com validade a contar de 6 de março de 2017

CAMPO GRANDE-MS, 22 de março de 2017.

MARCIO CAMPOS MONTEIRO

Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 84 DE 22 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REMANEJAR MÁRIO MÁRCIO DE ALMEIDA, matrícula n. 60014021, ocupante do cargo de Auxiliar Fazendário, classe E, código 478, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, da Coordenadoria de Logística e Apoio Operacional/SLI, para a Base da Fiscalização Móvel Lampião Aceso — Corumbá/SFMOV-CG/UFMOV/COFIMT/SAT, com validade a contar de 1º de março de 2017.

REMANEJAR VALDEIR VIEIRA SANTOS, matrícula n. 88339021, ocupante do cargo de Auxiliar Fazendário, classe C, código 478, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito Norte/COFIMT/SAT, para a Base da Fiscalização Móvel Lampião Aceso — Corumbá/SFMOV-CG/UFMOV/COFIMT/SAT, com validade a contar de 1º de março de 2017.

REMANEJAR JOSÉ MAURO OLIVEIRA FREITAS, matrícula n. 32358021, ocupante do cargo de Fiscal Tributário Estadual, classe H, referência 461, código 242, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito Sul/COFIMT/SAT, para a Unidade de Controle de Agências Fazendárias e Órgãos Preparadores/CAAT/SAT, com validade a contar de 1º de abril de 2017.

REMANEJAR RITA DE CÁSSIA LUBE MELO, matrícula n. 46625022, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, classe H, referência 559, código 243, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, da Coordenadoria de Inteligência Fiscal/SAT, para a Superintendência de Administração Tributária/SEFAZ, com validade a contar de 1º de abril de 2017.

REMANEJAR ROSINEI ALVES DE BARROS, matrícula n. 75966023, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, classe F, referência 553, código 243, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, da Superintendência de Administração Tributária/SEFAZ, para a Coordenadoria de Inteligência Fiscal/SAT, com validade a contar de 1º de abril de 2017.

CAMPO GRANDE-MS, 22 de março de 2017.

MARCIO CAMPOS MONTEIRO

Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 85 DE 23 DE MARCO DE 2017.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no exercício da competência que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" N. 78 de 14 de março de 2016, resolve:

CONCEDER afastamento de 120 (cento e vinte) dias de licença gestante à servidora abaixo relacionada, com fundamento no artigo 147, da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990. (Processo n. 11/009540/2017).

			,			
Matrícula	Nome	Cargo Clas/Ref.	Código	Período	N. Dias	Junta Médica
432966022	Patrícia Pedroso Alves de Freitas	AFRE B-535	243	18.02.2017 a 17.06.2017	120	Campo Grande

CAMPO GRANDE-MS, 23 de março de 2017.

CÍCERO ROSA VILELA

Superintendente de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 86 DE 23 DE MARCO DE 2017.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no exercício da competência que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" N. 78 de 14 de março de 2016, resolve:

CONCEDER licença para tratamento da própria saúde, inicial, aos servidores abaixo relacionados, com fulcro no artigo 136, da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990. (Processo n. 11/009543/2017).

Matrícula	Nome	Cargo Clas/Ref.	Códi- go	Período	N° Dias	Junta Médica
88867021	Adriana da Silva Rubin	FTE E-448	242	02.03.2017 a 16.03.2017	15	Campo Grande

87125021	Ana da Silva Paula	Analista de Tecnologia da Informação Máster	129	23.02.2017 a 09.03.2017	15	Campo Grande
42393021	Amilton Benedito Oliveira Nantes	Técnico Fazendário G	477	01.03.2017 a 29.04.2017	60	Campo Grande
83608021	Cleonice da Silva Ferreira	Auxiliar Fazendário D	478	04.02.2017 a 08.02.2017	05	Campo Grande
467314021	Danilo Rios Milhorim	FTE B-435	242	02.03.2017 a 31.03.2017	30	Campo Grande
130091022	Eduardo Garanhani	AFRE B-535	243	14.02.2017 a 06.03.2017	21	Campo Grande
93751024	Flavio Alberto Rena	Analista de Tecnologia da Informação Máster	129	02.02.2017 a 16.02.2017	15	Campo Grande
21048027	Maria Elza Garcete Gonçalves	Direção Executiva e Assessora- mento DGA-3	131	08.03.2017 a 22.03.2017	15	Campo Grande
99710021	Marilza Soares Amorim	Auxiliar Fazendário E	478	20.02.2017 a 06.03.2017	15	Campo Grande
42161021	Maristela Mascare- nhas Souza	Técnico Fazendário F	477	08.03.2017 a 23.03.2017	16	Campo Grande
24694021	Maurizette Lourdes Teixeira	Auxiliar Fazendário C	478	01.03.2017 a 15.03.2017	15	Campo Grande
124624021	Pedro Silvio Caravina	FTE H-461	242	10.02.2017 a 24.02.2017	15	Campo Grande
16220023	Sandra Maria Mauro Lopes	Auditor do Estado Máster	226	13.02.2017 a 17.02.2017	05	Campo Grande
16220023	Sandra Maria Mauro Lopes	Auditor do Estado Máster	226	03.03.2017 a 03.04.2017	32	Campo Grande
79210021	Sandro Haruki Miura	FTE F-452	242	02.02.2017 a 03.03.2017	30	Nova Andradina
107653021	Stenio Ferreira Gonçalves	AFRE H-561	243	03.03.2017 a 01.04.2017	30	Paranaíba
77850021	Viviane Tacca de Oliveira	FTE H-461	242	04.03.2017 a 02.04.2017	30	Bataguassu

CAMPO GRANDE-MS, 23 de março de 2017.

CÍCERO ROSA VILELA

Superintendente de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 87 DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no exercício da competência que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" N. 78 de 14 de março de 2016, resolve:

CONCEDER licença para tratamento da própria saúde, em prorrogação, aos servidores abaixo relacionados, com fulcro no artigo 136, da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990. (Processo n. 11/009544/2017).

Matrícula	Nome	Cargo Clas/Ref.	Códi- go	Período	N° Dias	Junta Médica
87125021	Ana da Silva Paula	Analista de Tecnologia da Informação Máster	129	10.03.2017 a 16.03.2017	07	Campo Grande
19526021	Diane Regina Trelha Jacques	Técnico Fazendário F	477	13.03.2017 a 11.04.2017	30	Campo Grande
37550021	Edson Arantes de Campos	Técnico Fazendário G	477	09.02.2017 a 09.04.2017	60	Campo Grande
95208021	Fabio Lopes	Auxiliar Fazendário C	478	15.02.2017 a 15.05.2017	90	Campo Grande
124074021	Maurício Golin Zanin	FTE E-449	242	29.06.2016 a 15.07.2016	17	Campo Grande
114918021	Odair José Altrão	FTE H-461	242	25.02.2017 a 25.05.2017	90	Três Lagoas
6290024	Patrícia Khoury	Analista de Tecnologia da Informação Máster	129	28.02.2017 a 27.06.2017	120	Campo Grande
16220023	Sandra Maria Mauro Lopes	Auditor do Estado Máster	226	20.02.2017 a 21.02.2017	02	Campo Grande
467299021	Sérgio Rodrigues	FTE B-435	242	01.02.2017 a 10.03.2017	38	Nova Andradina
108287023	Silvia Letícia Santana da Costa	Analista Fazendário B	476	27.01.2017 a 25.02.2017	30	Campo Grande
108287023	Silvia Letícia Santana da Costa	Analista Fazendário B	476	26.02.2017 a 27.03.2017	30	Campo Grande

CAMPO GRANDE-MS. 23 de marco de 2017.

CÍCERO ROSA VILELA

Superintendente de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 88 DE 23 DE MARCO DE 2017.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no exercício da competência que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" N. 78 de 14 de março de 2016, resolve:

CONCEDER licença para tratamento de saúde em pessoa da família, inicial, aos servidores abaixo relacionados, com fulcro no artigo 146, da Lei n.º 1102, de 10 de outubro de 1990. (Processo n. 11/009546/2017).

Matrícula	Nome	Cargo Clas/ Ref.	Códi- go	Período	N . Dias	Paren- tesco	Junta Médica
67176021	Denise Terezinha Dorneles Bicca Jacomelli	Técnico Fazendário F	477	06.02.2017 a 20.02.2017	15	Mãe	Campo Grande
35549021	Quermes de Sá	FTE H-461	242	20.02.2017 a 16.03.2017	25	Esposa	Paranaíba
87530021	Tânia Pau Ferro Centurion	Auxiliar Fazendário D	478	08.03.2017 a 06.04.2017	30	Filha	Campo Grande

CAMPO GRANDE-MS, 23 de março de 2017.

CÍCERO ROSA VILELA

Superintendente de Administração e Finanças

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Assunto: Conversão de licença-prêmio em pecúnia Lotação: AGEPREV Situação: Inativo Interessados:

Matrícula n.	Servidor	Cargo	Parecer CTEADM/ SAF/ SEFAZ	Processo n.
47678021	Carlos Oruê	Fiscal Tributário Estadual	102/2017	11/008656/2017
5230021	Expedito Leonardo da Silva	Fiscal Tributário Estadual	103/2017	11/008653/2017

DECISÃO: Defiro os pedidos, com base nos Pareceres especificados no quadro acima, servidores aposentados através dos Decretos: Decreto "P" n. 897, de 20/02/2017, publicado no Diário Oficial n. 9.365 de 9/03/2017, página 42 e Decreto "P" n. 912, de 20/02/2017, publicado no Diário Oficial n. 9.365 de 9/03/2017, página 43.

CAMPO GRANDE-MS, 22 de março de 2017.

MARCIO CAMPOS MONTEIRO

Secretário de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 241, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 37, da Lei 3.093, de 1º de novembro de 2005, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação de Desempenho dos servidores em exercício no cargo de Agente de Segurança Patrimonial, desempenhando as atividades descritas nos §§ 1º e 2º, do art. 39 da Lei 3.093, de 1º de novembro de 2005, com efeito a partir da data da publicação, ficando revogada a Resolução "P" SAD n. 316, de 22 de março de 2016, publicada no Diário Oficial n. 9.134, de 30 de março de 2016:

Matrícula n.	Servidor
36395023	Elizabete Ferreira
70699025	Geraldo Celestino de Carvalho
80067023	Idemar Beatriz
116702023	Márcio Souza de Almeida
51355023	Renato José Hahn
80514023	Vanderson Matricardi

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2017.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS Secretário de Estado de Administração e Desburocratização

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 249, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REMANEJAR, a pedido, o servidor ADALBERTO CORRÉA LOPES, matrícula n. 114583023, ocupante do cargo de Agente de Segurança Patrimonial, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, do município de Nioaque/MS para o município de Maracajú/MS, com fulcro no art. 3º, inciso II, combinado com o art. 6º, ambos do Decreto 13.658, de 19 de junho de 2013, com validade a partir da data da publicação (Processo n. 55/000359/2017).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2017.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS Secretário de Estado de Administração e Desburocratização RESOLUÇÃO "P" SAD N. 250. DE 17 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, 5% (cinco por cento) de adicional por tempo de serviço, com fulcro no art. 111 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, com redação dada pelo art. 4º da Lei n. 2.157, de 26 de outubro de 2000:

Matrícula n.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Processo n.
25158023	Adir Godinho	Agente de Segurança Patrimonial	30/1/2012 a 27/1/2017	47/000021/2012
86524023	Ari Ferreira Marques	Agente de Segurança Patrimonial	18/11/2011 a 15/11/2016	47/000020/2012
115531023	Itamar Alonso Colman Penedo	Agente de Segurança Patrimonial	3/2/2012 a 2/2/2017	47/000355/2012
120162024	Ivaldo Batista Bernardino	Agente de Segurança Patrimonial	9/9/2011 a 8/9/2016	47/000297/2012
82045023	Lela Araújo Lima	Agente de Segurança Patrimonial	21/11/2011 a 19/11/2016	47/000473/2011
89680023	Lianor Pedroso de Almeida	Agente de Segurança Patrimonial	1º/2/2012 a 29/1/2017	47/000146/2012
31475024	Lidio Soares Muller	Agente de Segurança Patrimonial	13/9/2010 a 16/9/2015	47/000284/2011
43689023	Marcos Antonio Bastianello Cezar	Agente de Segurança Patrimonial	31/1/2012 a 28/1/2017	47/000356/2012
65504023	Regina Célia Souza Gonçalves	Agente de Segurança Patrimonial	5/2/2012 a 10/2/2017	47/000159/2012
91174024	Rosa Maria Campos da Cruz	Agente de Segurança Patrimonial	11/2/2011 a 28/4/2016	47/000019/2012
18927023	Zilmar Vieira	Agente de Segurança Patrimonial	5/3/2012 a 13/1/2017	47/000283/2012

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2017.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS Secretário de Estado de Administração e Desburocratização

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 251, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR o adicional pelo exercício de atividades em condições insalubres concedido à servidora CLAUDEMARA MARTINS DE SÁ, matrícula n. 90206021, ocupante do cargo de Técnico de Serviços Hospitalares I, cargo Auxiliar de Enfermagem, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotada na Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, efetuada por meio da Resolução "P" SAD n. 943, de 20 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial n. 7.267, de 4 de agosto de 2008, com validade a contar de 16 de março de 2015 (Processo n. 27/101220/2015).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2017.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Secretário de Estado de Administração e Desburocratização

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 252, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REMANEJAR, a pedido, o servidor CLODOALDO EMERSOM PEDROSO VIANA, matrícula n. 72132023, ocupante do cargo de Agente de Segurança Patrimonial, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, do município de Coxim/MS para o município de Campo Grande/MS, com fulcro no art. 3º, inciso II, combinado com o art. 6º, ambos do Decreto 13.658, de 19 de junho de 2013, com validade a partir da data da publicação (Processo n. 55/000358/2017).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2017.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS Secretário de Estado de Administração e Desburocratização

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 254, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REMANEJAR, a pedido, o servidor GILMAR ÁVILLA DA SILVA, matrícula

n. 106390023, ocupante do cargo de Agente de Segurança Patrimonial, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, do município de Campo Grande/MS para o município de Jardim/MS, com fulcro no art. 3º, inciso II, combinado com o art. 6º, ambos do Decreto 13.658, de 19 de junho de 2013, com validade a partir da data da publicação (Processo n. 55/000357/2017).

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2017.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS Secretário de Estado de Administração e Desburocratização

RESOLUÇÃO "P" SAD N. 255. DE 17 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REMANEJAR, a pedido, o servidor VINÍCIUS RODRIGUES DA CRUZ, matrícula n. 93644023, ocupante do cargo de Agente de Segurança Patrimonial, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, do município de Campo Grande/MS para o município de Três Lagoas/MS, com fulcro no art. 3º, inciso II, combinado com o art. 6°, ambos do Decreto 13.658, de 19 de junho de 2013, com validade a partir da data da publicação (Processo n. 55/000360/2017)

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE MARÇO DE 2017.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS Secretário de Estado de Administração e Desburocratização

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

Assunto: Afastamento para exercício de mandato classista

Lotação: Agepan Situação: Da ativa Interessado:

Matrícula n.	Servidor	Cargo	Processo n.
30493022	Edson Alves Delgado	Analista de Regulação	51/200053/2017

DECISÃO: Indefiro o pedido, com base na Manifestação n. 335/2017/SRH/SAD

CAMPO GRANDE-MS, 13 DE MARÇO DE 2017.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS

Secretário de Estado de Administração e Desburocratização

APOSTILA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

Nos Decretos "P" abaixo especificados, de nomeação de recursos humanos para exercerem cargo em comissão no Poder Executivo Estadual, foi feita a seguinte apostila:

Decreto "P" n.	Diário Oficial n.	Servidor	Onde consta	Passe a constar
1.366, de 21/3/ 2017	9.374, de 22/3/2017	Jonas de Paula	"com efeito a	" a contar de 1º
1.367, de 21/3/ 2017	9.374, de 22/3/2017	Vagner Silva de Almeida	publicação."	de março de 2017."

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS Secretário de Estado de Administração e Desburocratização

CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DOS SERVIDORES DO ESTADO-CRASE/MS

PAUTA DE REUNIÃO

De ordem do Senhor Presidente do CRASE/MS, comunicamos que consta da Pauta de Reunião do dia 28 de março de 2017, (terça-feira) às 8h30min, na sala de Reunião do CRASE, na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização/SAD, Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Jardim Veraneio, Parque dos Poderes, Bloco-I, Campo Grande/MS, os seguintes itens:

- 1 LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA:
- 2 LEITURA E APROVAÇÃO DE ACÓRDÃO;
- 4 DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS;
- ASSUNTOS DIVERSOS.

CRASE/MS- Campo Grande, 24 de março de 2017.

Iza Amélia Guimarães

Secretária-Geral/CRASE/MS

PAUTA DE REUNIÃO

De ordem do Senhor Presidente do CRASE/MS, comunicamos que consta da Pauta de Reunião do dia 31 de março de 2017, (sexta-feira) às 8h30min, na sala de Reunião do CRASE, na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização/SAD, Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Jardim Veraneio, Parque dos Poderes, Bloco-I, Campo Grande/MS, os seguintes itens:

- 1 LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA;
- 2 LEITURA E APROVAÇÃO DE ACÓRDÃO; 3 JULGAMENTO DE PROCESSO:

PROTOCOLO PROCESSO CRASE/1773 29/033428/2016

CELINA MARIA MARTINS CONVOCAÇÃO - CONSULTA INTERESSADO **ASSUNTO** CONSª. ARLETHE MARIA DE SOUZA RELATORA

OBS: A interessada cujo processo está listado para julgamento, poderá comparecer a sessão, usando das prerrogativas previstas na Lei 13 de 07.11.79, e art. 32 do Decreto

10.863 de 22 de julho de 2002. 4 – DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS;

5 - ASSUNTOS DIVERSOS.

CRASE/MS- Campo Grande, 24 de março de 2017.

Iza Amélia Guimarães

Secretária-Geral/CRASE/MS

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO "P" SED N. 677. DE 23 DE MARCO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR a servidora LUCINER APARECIDA EUSTÁQUIO, matrícula n. 89446021, ocupante do cargo de Agente de Atividades Educacionais do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer a função de Secretária e de ordenadora de despesas, no âmbito do Regime Financeiro Especial, no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) e no Centro de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (CEADA), ambos no Município de Campo Grande, com validade a partir da publicação desta Resolução (CLN, 257/SUPED/COPESP)

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 678, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR a servidora MARIA CÂNDIDA DA SILVA ABES, matrículas n. 38951021 e 38951022, ocupante dos cargos de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica e de ordenadora de despesas, no âmbito do Regime Financeiro Especial, no Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP/DV), no Município de Campo Grande, com validade a partir da publicação desta Resolução (CI N. 257/SUPED/COPESP).

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 679, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR a servidora KELLY PATRICIA SCHUNKE, matrícula n. 126122021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pela Direção da Escola Estadual Advogado Demosthenes Martins, símbolo DAE-E, no município de Campo Grande, bem como exercer a função de ordenadora de despesas na unidade escolar, no âmbito do Regime Financeiro Especial, no período de 17 a 31 de março de 2017, em substituição à servidora Claudia do Nascimento Gimenez, matrícula n. 78516022, em gozo de férias (Processo n. 29/052137/2016).

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 680, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR a servidora GIOVANIA CALCAS DE ARAUJO, matrícula n. 73078021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pela função gratificada de Secretária na Escola Estadual Advogado Demosthenes Martins, símbolo SES-E, no município de Campo Grande, no período de 17 a 31 de março de 2017, em substituição à servidora Kelly Patricia Schunke, matrícula n. 126122021, que responderá pela direção da unidade escolar (Processo n. 29/052140/2016)

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 681, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores relacionados a seguir para exercerem a função de Coordenador Pedagógico, nas respectivas unidades escolares, com validade a contar de 6 de fevereiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2019.

MUNICÍ	PIO: CAMPO GRANDE		
Nome MARCOS VINICIUS GARCIA		Processo n. 29/003705/2017	
Matrícula n. 60495025	Cargo: Professor	C/H 20	
Na: EE Profª. Fausta Garcia B	ueno		
MUNICÍPIO: GLÓRIA DE DOURADOS			
Nome DILEIA DE FATIMA XAVIER		Processo n. 29/050609/2016	
Matrícula n. 115284021	Cargo: Professor	C/H 40	
Na: EE Prof ^a . Vânia Medeiros Lopes			
MUNICÍPIO: TRÊS LAGOAS			

Nome	Processo n.	
ILMA DE FATIMA DOS SANT	ros	29/029201/2016
Matrícula n. 70422021	Cargo: Professor	C/H 20
Na: EE João Dantas Filgueir		
Nome		Processo n.
JAQUELINE DE OLIVEIRA CASTANHEIRA		29/044965/2016
Matrícula n. 132095024	Cargo: Professor	C/H 20
Na: FE PROF LUIZ LOPES D		

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 682, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora FLORIANA DEBORA DE SOUZA LADEIA, matrícula n. 5974021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo específicada, no município de Brasilândia, com validade a contar de 1º de janeiro de 2017, por retorno de cedência (Processo n. 29/001865/2017).

Escola Estadual Adilson Alves da Silva

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	EF	10	matutino
Ciências da Natureza	EF	4	vespertino
Ciências da Natureza	EF	8	noturno
Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Biologia	EM	3	matutino
Biologia	EM	7	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 683, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora ANTÔNIA APARECIDA DA SILVA LEMES, matrícula n. 72547021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 2 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004503/2017).

Escola Estadual Profa. Hilda de Souza Ferreira

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EM	4	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 684, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor EDGARD PEREIRA LEÃO, matrícula n. 6351021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 2 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004930/2017). Escola Estadual Hércules Maymone

Esseria Estadadar Frontados Magrillorio			
Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Química	EM	2	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 685, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor LINCOLN CHRISTIAN FERNANDES, matrícula n 25508022, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, ambas no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004155/2017).

Escola Estadual Floriano Viegas Machado

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
História	EF	6	vespertino

Escola Estadual Vilmar Vieira Matos

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
História	EF	3	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 686, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor JORGE LUIZ FERNANDES CARDOSO, matrícula

n. 130275022, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de $1^{\rm u}$ de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004502/2017).

Escola Estadual Floriana Lopes

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Física	EM	2	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 687, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora CAROLINE MICHELON MARCHESIN, matrícula n. 131966021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004349/2017).

Escola Estadual Presidente Vargas

9			
Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Química	EM	5	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 688, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora EDIHANNE GAMARRA ARGUELHO, matrícula n. 23206021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 22 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003545/2017).

Escola Estadual Profa. Ada Teixeira dos santos Pereira

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	EF	2	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 689, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor MAURICIO DOS SANTOS, matrícula n. 427307021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 21 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/005622/2017)

Escola Estadual Profa. Maria de Lourdes Toledo Areias

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EF	4	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBIT DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 690. DE 23 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora SIMONE RIBEIRO DA SILVA, matrícula n. 15867022, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Maracaju, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/002192/2017).

Escola Estadual Manoel Ferreira de Lima

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EF	16	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 691, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora JUSSARA ECHEVERRIA, matrícula n. 130649021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Maracaju, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/002978/2017).

Escola Estadual Manoel Ferreira de Lima

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EF	16	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 692, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora MARIA RODRIGUES LEITE, matrícula n. 3655021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 2 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003301/2017).

Escola Estadual São Francisco

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EF	4	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA

RESOLUÇÃO "P" SED N. 693. DE 23 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor FABIANO AVELINO GONÇALVES, matrícula n. 129502021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, ambas no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004403/2017).

Escola Estadual Castro Alves

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno		
Ciências da Natureza	EF	3	matutino		
Escola Estadual Maria da Glória Muzzi Ferreira					

Componentes Curriculares	Etapa	

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	EF	6	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 694, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora RAQUEL DA SILVA ALVARENGA, matrícula n. 101224021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo específicada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 1º de janeiro de 2017, por retorno de cedência (Processo n. 29/000567/2017). Escola Estadual Padre José Scampini

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Arte	EF	10	vespertino
Arte	EF	2	noturno
Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Arte	EM	4	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 695, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora CLAUDIA SIDNAY VICENTE PEREIRA POLA, matrícula n. 95109021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 24 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/007716/2017). Escola Estadual Joaquim Murtinho

Escola Estadual soaquilli Multillio			
Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Arte	FM	4	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 696, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor ANDRSON HEINE LEMES DE PAULA, matrícula n. 123815021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 8 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003923/2017).

Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes

25tadadi 7ti inida da 7ti di dag Comissi					
Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno		
Geografia	EM	1	matutino		

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 697, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor DENILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, matrícula n. 93187021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Camapuã, com validade a contar de 1º de janeiro de 2017, por retorno de cedência (Processos n. 29/004166/2017).

Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Matemática	EM	8	noturno
Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Matemática	EF	18	vespertino
Matemática	EF	6	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 698, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora GISAINE DE ANDRADE AMADOR, matrícula n. 129788022, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 21 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/002588/2017).

Centro Estadual de Educação Profissional Profa. Maria de Lourdes Widal Roma

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Biologia	EM	16	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 699. DE 23 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora SUZANA CECILIA XAVIER, matrícula n. 81981021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 24 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003079/2017).

Escola Estadual Profa. Ada Teixeira dos Santos Pereira

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	EF	3	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 700. DE 23 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor DELSON OBA, matrículas n. 507841 e 507842, ocupante dos cargos de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual 13 de Maio, no município de Deodápolis, com carga de 40 horas semanais, com validade a contar de 13 de julho de 1995, para regularização de vida funcional (Processo n. 29/040039/2016).

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 701, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REMOVER, a pedido e no interesse da Administração Pública Estadual. a servidora LIDIANE APARECIDA FERREIRA MARIANO INFANTE RODRIGUES, matrícula n. 126007021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, da Escola Estadual Rui Barbosa, no município de Campo Grande, para a Escola Estadual Adilson Alves da Silva, no município de Brasilândia, nos Componentes Curriculares – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com carga de 20 horas semanais, no turno vespertino, com fundamento no art. 44 da Lei Complementar n. 87, de 31 de janeiro de 2000, com validade a contar de $1^{\rm a}$ de fevereiro de 2017 (Processo n. 29/003131/2017).

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício RESOLUÇÃO "P" SED N. 702, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REMOVER, a pedido, a servidora JURAILDES MARIA DE JESUS, matrícula n. 63059021, ocupante do cargo de Agente de Atividades Educacionais, na função de Agente de Limpeza do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, da Escola Estadual Profª. Fausta Garcia Bueno para a Escola Estadual José Antônio Pereira, ambas no município de Campo Grande, com carga horária de 40 horas semanais, fundamentado no inciso I do art. 39 da Lei Complementar n. 87, de 31 de janeiro de 2000, a contar de 21 de março de 2017 (Processo n. 29/010361/2017).

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

Republica-se por ter constatado erro no original Publicado no Diário Oficial n. 9.373, de 21 de março de 2017, página 47.

RESOLUÇÃO "P" SED N. 617, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR a servidora ROSILENE DORACY VILAMAIOR, matrícula n. 108616021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer a função de ordenadora de despesas, no âmbito do Regime Financeiro Especial, no Centro Estadual de Apoio Multidisciplinar Educacional ao Estudante com Transtorno do Espectro Autista (CEAME/TEA), no Município de Campo Grande, com validade a partir da publicação desta Resolução (CI. N. 259/SUPED/COPESP).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 703, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONCEDER aos servidores lotados na Secretaria de Estado de Educação, relacionados no anexo a esta Resolução, os percentuais e, a partir das datas mencionadas, o Adicional por Tempo de Serviço, relativos às matrículas e lotações ali mencionadas, com fundamento no art. 111 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990.

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

SERVIDOR	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	N° PROCESSO	%	ANOS	PERÍODO AQUISITIVO	DATA DE INÍCIO
ACACIO LUIZ SAMPAIO	53340022	25.63.14106. 0071	13/004889 /1996	5%	25	21/02/2011 a 19/02/2016	19/02/2016
ADRIANA ESPOSTI MIGUEL	13317021	25.97.14041. 0653	29/042990 /2011	5%	10	03/04/2011 a 01/04/2016	01/04/2016
ADRIANA SANTANA FERREIRA	116753021	25.70.14116. 0691	29/025089 /2015	10%	5	12/05/2003 a 09/08/2010	09/08/2010
ADRIANA SANTANA FERREIRA	116753021	25.70.14116. 0691	29/025089 /2015	5%	10	10/08/2010 a 28/05/2016	28/05/2016
ADRIANI DENISIA MARTINI DE BARROS	91116021	25.73.14061. 0407	29/059204 /2007	5%	15	16/11/2010 a 14/11/2015	14/11/2015
ADRIANO COSMA CABREIRA	132692021	25.73.14061. 0408	29/048081 /2011	5%	10	27/11/2011 a 25/11/2016	25/11/2016
AIRTON FARIA RIBEIRO	17543023	25.32.14056. 0753	13/009736 /1992	5%	20	30/11/2011 a 28/11/2016	28/11/2016
ALESSANDRO ARGUELHO SOUZA	119272023	25.37.14053. 0251	29/027766 /2014	5%	10	07/05/2011 a 20/11/2016	20/11/2016
ALEXANDER LUCAS VORIA	117899021	25.60.14023. 0726	29/048814 /2016	5%	10	14/12/2010 a 12/12/2015	12/12/2015
ALICE OLIVEIRA DA SILVA	85111021	25.41.14009. 0741	13/002675 /1996	5%	15	21/06/2005 a 19/06/2010	19/06/2010
ALICE OLIVEIRA DA SILVA	85111021	25.41.14009. 0741	13/002675 /1996	5%	20	20/06/2010 a 18/06/2015	18/06/2015
ALICE OLIVEIRA DA SILVA	85111022	25.41.14009. 0741	13/002675 /1996	5%	15	26/04/2010 a 24/04/2015	24/04/2015
ALUISIO RODRIGUES DA SILVA	70490021	25.29.14129. 0685	29/039185 /2003	5%	25	19/09/2011 a 17/09/2016	17/09/2016
ANDRE DAMIÃO DE ALMEIDA	100706021	25.97.14041. 0640	29/016133 /2011	5%	10	11/04/2010 a 09/04/2015	09/04/2015
ANTONIO BARBOSA SORRILHA	84347022	25.97.14041. 0289	29/003794 /2012	5%	10	31/03/2011 a 29/03/2016	29/03/2016
ANTONIO BARBOSA SORRILHA	84347021	25.97.14041. 0298	29/009453 /2012	5%	15	27/03/2009 a 25/03/2014	25/03/2014
CARLOS EDUARDO PEREIRA	76239021	25.92.14041. 0839	29/049268 /2016	10%	5	14/03/2011 a 25/08/2016	25/08/2016
CARMEN DE SOUZA E SILVA GARCIA	50279021	25.61.14024. 0665	29/004542 /2005	5%	15	12/01/2010 a 10/01/2015	10/01/2015

CAROLINE FERREIRA BOGADO DA ROSA	65144022	25.97.14041. 0640	29/015299 /2011	5%	10	19/11/2010 a 17/11/2015	17/11/2015
CELSO REGINALDO CAMARGO		25.95.14041.	13/015043	5%		05/02/2012 a	
CICERO BATISTA	35786021	0724 25.92.14041.	/1997 29/048023	5%	25	02/02/2017 09/11/2010 a	02/02/2017
CLEIDE DE	84196021	0720 25.18.14145.	/2016 29/016085	5%	25	07/11/2015 26/02/2011 a	07/11/2015
OLIVEIRA SILVA CLEUNICE	24925021	0564 25.54.14071.	/2011 13/020135	5%	10	24/02/2016 11/11/2011 a	24/02/2016
ANANIAS CRISTIANE DE	82507021	0457 25.91.14041.	/1998 29/039502		25	09/11/2016 24/07/2011 a	09/11/2016
MATTOS	73113021	0288 25.91.14041.	/2011	5%	10	22/07/2016 12/05/2010 a	22/07/2016
RIBEIRO ALBRES DACIRA SOUZA	81046021	0737	/2010	5%	25	10/05/2015 23/01/2012 a	10/05/2015
DA SILVA DALVA FERREIRA	33086021	0675 25.42.14015.	/1999	5%	30	21/01/2017 25/02/1985 a	21/01/2017
VELASQUES	17427024	1092	/2011	10%	5	13/03/2010	13/03/2010
DALVA FERREIRA VELASQUES	17427024	25.42.14015. 1092	29/045010 /2011	5%	10	14/03/2010 a 12/03/2015	12/03/2015
DANIELA R. DOS SANTOS MACHADO	127729021	25.76.14078. 0465	29/050740 /2016	10%	5	28/05/2010 a 19/03/2016	10/03/2014
DANIELE ALVES		25.88.14061.	29/048614	10%		28/07/2008 a	19/03/2016
DENISE DENISE	48972021	0751	/2016		5	17/12/2014	17/12/2014
CONEGLIAN MARHOLD	133430021	25.25.14093. 0492	29/051398 /2016	10%	5	01/06/2002 a 27/08/2009	27/08/2009
DENISE CONEGLIAN	122420021	25.25.14093.	29/051398	5%	10	28/08/2009 a	26/08/2014
MARHOLD DOGLAS WENDLL	133430021	0492 25.97.14041.	/2016 29/048012	5%	10	26/08/2014 13/10/2011 a	
SORGATTO EDINEIA	112736021	0701	/2006		15	11/10/2016	11/10/2016
GONSALVES DE AGUIAR SILVA	70668021	25.73.14061. 0712	29/017617 /2012	5%	10	21/11/2011 a 19/11/2016	19/11/2016
EDMA FERREIRA DA SILVA SOUZA	53483021	SED	29/004007 /2002	5%	20	05/09/2011 a 03/09/2016	03/09/2016
EDMILSON DIAS DE MORAIS	51841021	25.73.14061. 1263	13/028409 /1998	5%	25	25/08/2011 a 23/08/2016	23/08/2016
EDSON DA SILVA	101034021	25.46.14026. 0630	29/031203 /2014	5%	15	13/06/2011 a 23/11/2016	23/11/2016
EDYCLEIA ECHEVERRIAS	66314021	25.99.14041. 0669	29/048891 /2016	5%	10	24/07/2006 a 22/07/2011	27/07/2011
EDYCLEIA	66314021	25.99.14041. 0669	29/048891 /2016	5%	15	23/07/2011 a 21/07/2016	
ECHEVERRIAS EGISLAINE	66314021			100/	15		21/07/2016
KLISSIE DA SILVA CARLUCCI	86634025	25.68.14052. 0392	29/051816 /2016	10%	5	10/02/2010 a 14/08/2015	14/08/2015
ELIA OCAMPOS FERREIRA	77038021	25.42.14015. 0241	13/004185 /1997	5%	20	16/03/2007 a 14/03/2012	14/03/2012
ELIA OCAMPOS FERREIRA	77038021	25.42.14015. 0241	13/004185 /1997	5%	25	15/03/2012 a 12/03/2017	12/03/2017
ELIANE JACOMO DOS REIS	97502021	25.63.14106. 0071	29/048385 /2016	5%	20	10/12/2011 a 08/12/2016	08/12/2016
ELIANE LIMA DE MOURA COSTA	86511024	25.42.14015. 0740	29/050243 /2016	10%	5	11/03/1998 a 13/02/2011	13/02/2011
ELIO JOSE DE SOUZA	32495021	25.58.14010. 0663	13/004303 /1996	5%	35	04/12/2011 a 02/12/2016	02/12/2016
ELIZABETH OUFIROZ		25.90.14041.	29/025073	5%		15/02/2011 a	
NEGRELLI FMILIO DA	124904021	0671	/2011		10	13/02/2016 19/11/2011 a	13/02/2016
COSTA FELIZ ERMESON	127378021	0613 25.32.14063.	/2011	5%	10	17/11/2016 06/07/2011 a	17/11/2016
CLEBER MENDES	87942021	0440	/2011	5%	10	04/07/2011	04/07/2016
EVANDRO ANGELO DE JESUS EVANDRO	85696022	25.85.14122. 1364	29/000570 /2010	5%	10	03/05/2005 a 01/05/2010	01/05/2010
ANGELO DE JESUS	85696022	25.85.14122. 1364	29/000570 /2010	5%	15	02/05/2010 a 30/04/2015	30/04/2015
FABIANA APARECIDA MACHADO		25.25.14093.	29/048651	10%	_	27/03/2000 a	
MORETTO FATIMA	12850022	0049	/2016		5	19/09/2014	19/09/2014
APARECIDA DO NASCIMENTO	105486021	25.96.14041. 0669	29/048356 /2016	5%	20	14/02/2011 a 12/02/2016	12/02/2016
FATIME GARCIA HADID	107911021	25.91.14041. 0737	29/000544 /2001	5%	20	02/01/2010 a 31/12/2014	31/12/2014
FERNANDA DE FATIMA SOUZA		25.71.14034.	29/043345	5%		02/06/2009 a	
MISSIO GENIVALDO	133808021	0752 25.73.14061.	/2013 29/014627	5%	10	19/03/2015 11/02/2011 a	19/03/2015
INES LAZARA DE	16702023	0712 25.90.14041.	/2001 13/020589		30	09/02/2016 17/02/2011 a	09/02/2016
CARVALHO IRIA ELIANE	86449022	0673 25.92.14041.	/1994 29/047940	5%	25	15/12/2016 04/12/2011 a	15/12/2016
MACHADO LOPES JANE SOARES	80301021	0720 25.88.14061.	/2009 29/023448	5%	15	02/12/2016 26/12/2011 a	02/12/2016
MATOSO JANICE	124926021	0689	/2011	5%	10	24/12/2016	24/12/2016
DAGHER ARCE PINKERNELLE JAQUELINE	27411023	25.42.14015. 0233	13/014136 /1991	5%	25	25/11/2011 a 23/11/2016	23/11/2016
VIEIRA DE MOURA	15181023	25.61.14024. 0256	29/049491 /2016	10%	5	18/02/2008 a 23/04/2014	23/04/2014
JOSE APARECIDO BARBOSA	75564023	25.50.14086. 0477	29/025815 /2015	10%	5	24/02/1997 a 05/11/2002	05/11/2002
JOSE APARECIDO BARBOSA	75564023	25.50.14086. 0477	29/025815 /2015	5%	10	06/11/2002 a 20/06/2015	20/06/2015
JOSELY APARECIDA DOS	. 5504023	25.92.14041.	13/001379	5%		11/02/2011 a	
ANJOS JOSIANE	28184021	0654	/1993		30	09/02/2016	09/02/2016
MOREIRA DA SILVA PINHEIRO	128620021	25.92.14041. 0654	29/013194 /2015	5%	10	14/12/2011 a 12/12/2016	12/12/2016
JULIO CESAR SARZI	42202022	25.55.14079. 1089	29/041454 /2011	10%	5	01/02/2012 a 21/04/2017	21/04/2017
JULIO CESAR SARZI	42202021	25.55.14079. 1089	29/041454 /2011	5%	10	24/10/2011 a 22/10/2016	22/10/2016
LEANDRO COLOMBO		25.96.14041.	29/000930	5%		06/02/2011 a	
PEDRINI LEONOR	41640021	0681 25.96.14041.	/2011		10	04/02/2016 27/02/2010 a	04/02/2016
VIVEIROS	92249023	0613	/2005	5%	15	25/02/2015 13/12/2011 a	25/02/2015
LIDIANE CRUZ	104291021	25.96.14041. 0613 25.88.14061	/2011 29/048957	5%	10	11/12/2016	11/12/2016
BIAZOTTO ALVES	133969021	.0422	29/048957 /2011	5%	10	11/12/2011 a 09/12/2016	09/12/2016
LUCIANE BORTOLUZZO	12220707	25.57.14100.	29/023301	5%	10	31/05/2011 a	29/05/2016
MENEGUELLO	133287021	0509	/2011	<u> </u>	10	29/05/2016	29/05/2016

LUCIANO RODRIGUES				5%			
DE FREITAS MASSON	6342021	25.29.14129. 0685	29/005351 /2005	5%	15	08/07/2010 a 06/07/2015	06/07/2015
LUCILENE DE JESUS RICARDO	1785021	25.57.14100. 0507	29/013206 /2011	5%	10	19/02/2011 a 17/02/2016	17/02/2016
LUIS FRANCISCO BUENO SFERRA	50624021	25.55.19141. 0589	13/029088 /1993	5%	30	11/02/2011 a 09/02/2016	09/02/2016
MAGALI APARECIDA IKOMA	15229022	25.97.14041	29/035870 /2011	5%	10	03/04/2011 a 01/04/2016	01/04/2016
MAGALY APARECIDA SAMPAIO	15228023	25.61.14024.	13/009165	5%	10	04/12/2011 a	01/04/2016
COELHO MARCELO	14056022	0256	/1995		30	02/12/2016	02/12/2016
PRUDENCIO SILVA MARCIA	121039022	25.95.14041. 0655	29/037873 /2013	5%	10	31/10/2010 a 08/06/2016	08/06/2016
CONCEIÇAO DE S SILVA MARCIA MARY	116367022	25.62.14081. 0469	29/002947 /2016	5%	10	29/04/2011 a 21/11/2016	21/11/2016
ROBERTO PELICANO MARCIO JOSE DE	102968021	25.96.14041. 0615 25.96.14041.	29/037350 /2006 29/054146	5%	20	31/03/2011 a 29/03/2016 16/03/2012 a	29/03/2016
SOUZA E SILVA MARGARETE	86147021	0721 25.97.14041.	/2006 29/049815	5%	20	13/03/2017 29/07/2001 a	13/03/2017
TORIBIO MARIA DE	79106021	0701	/2016	10%	5	09/06/2015	09/09/2015
LOURDES TARGINO DE OLIVEIRA	110013021	25.76.14078. 0465	29/026927 /2014	5%	20	26/07/2011 a 17/01/2017	17/01/2017
MARIA DE OLIVEIRA SANTOS	132127021	25.62.14081. 0664	29/015940 /2012	5%	10	07/11/2011 a 05/11/2016	05/11/2016
MARIA FRANCISCA SALES TEIXEIRA	77286022	25.95.14041. 0724	29/048805 /2016	10%	5	29/08/2005 a 01/10/2011	01/10/2011
MARIA ROSA PEREIRA DE		25.73.14061.	29/044863	5%		15/11/2011 a	
MARIA ROZELMA DE LIMA SANTOS	72047021 107964021	0712 25.19.14155. 0585	/2011 29/015718 /2014	5%	10	13/11/2016 21/12/2011 a 19/12/2016	13/11/2016 19/12/2016
MARLENE BEZERRA		25.92.14041.	29/049700	5%		01/06/2011 a	
MASCARENHAS MARLENE	65275021	0654 25.96.14041.	/2001 29/014379	5%	25	30/05/2016 16/10/2010 a	30/05/2016
CENTURIÃO MARTA FERREIRA DA SILVA	75981021 117452021	0735 25.88.14061. 0411	/2009 29/002250 /2012	5%	10	14/10/2015 20/12/2011 a 18/12/2016	18/12/2016
MAURA REGINA PEREIRA DA COSTA	65340021	SED	29/005746 /2008	5%	20	18/03/2008 a 15/03/2013	15/03/2013
NANCY CRISTINA LEIGUES		25.95.14041.	29/024175	5%		30/05/2011 a	
NELI TEREZINHA	79207022	0655 25.88.14061.	/2006 29/011767	5%	10	28/05/2016 19/02/2011 a	28/05/2016
NEUSA MOREIRA	71312021	0421 25.62.14081.	/2011 29/010524	5%	10	17/02/2016 31/10/2011 a	17/02/2016
NILMA APARECIDA DE	77439021	0469 25.70.14116.	13/004603	5%	10	29/10/2016 19/12/2011 a	29/10/2016
PATRICIA RODRIGUES	39018021	0526 25.99.14041.	/1992 29/028505	5%	25	17/12/2016 29/08/2010 a	17/12/2016
GOMES PAULO CESAR	105942021	0316	/2016		15	27/08/2015 11/02/2004 a	27/08/2015
FERREIRA PAULO CESAR	101509024	0708 25.62.14081.	/2015 29/026120	10%	5	07/04/2010 08/04/2010 a	07/04/2010
FERREIRA PAULO SERGIO DA SILVA	101509024	0708 25.73.14061	/2015 29/003602	5%	10	23/01/2016 06/12/2011 a	23/01/2016
CAIANO PEDRO BAMBIL	49655022	0408	/2012 29/013850		10	04/12/2011 a 04/12/2016 05/03/2011 a	04/12/2016
SOUZA RAMÃO MEDINA	87805022	0258 25.42.14015.	/2012 29/048594	5%	10	03/03/2016 12/12/2011 a	03/03/2016
VIEIRA RAQUEL	80055021	0233 25.92.14041.	/2006 29/008820	5%	10	10/12/2016 03/11/2006 a	10/12/2016
BEZERRA DIAS RAQUEL	89264021	0614 25.92.14041.	/2003 29/008820	5%	15	01/11/2011 02/11/2011 a	01/11/2011
BEZERRA DIAS ROBSON MANOEL	89264021	0614 25.96.14041.	/2003 29/021670		20	31/10/2016 24/02/2011 a	31/10/2016
DE SOUZA ROSANA BICUDO	25342021	0939 25.32.14056.	/2012 13/040284	5%	10	22/02/2016 31/12/2011	22/02/2016
DA ROCHA DIAS ROSANA BICUDO	69942021	0753 25.32.14056.	/1998 13/040284	5%	25	A 29/12/2016 26/08/2011 a	29/12/2016
DA ROCHA DIAS ROSANA	69942022	0753 25.76.14078.	/1998 29/048564	5%	20	24/08/2016 13/07/2010 a	24/08/2016
CHENCAREK ROSANGELA DO	42455021	0461 25.88.14061.	/2016 29/003644	5%	10	11/07/2015 08/02/2011 a	11/07/2015
AMARAL POLIDO	24802021	0411 25.41.14009.	/2011 29/048097	5%	10	06/02/2016 03/12/2011 a	06/02/2016
SOUZA ALBRES	85087021	0741	/2003	5%	20	01/12/2011 a 01/12/2016 31/10/2011 a	01/12/2016
ROSENIR DE SOUZA ALBRES	85087022	25.41.14009. 0741	/2011	5%	10	29/10/2016	29/10/2016
ROSILENE DE ASSIS FIGUEIRA ROZENI LIMA DE	129402021	25.37.14053. 0359	29/043864 /2013	5%	10	30/08/2010 a 19/02/2016	19/02/2016
SOUZA FERREIRA SILVA RUTE MENINO	110198021	25.70.14116. 0691	29/040011 /2011	5%	10	06/09/2009 a 04/09/2014	04/09/2014
TORRES DA SILVA RUTE VELASCO	95307021	25.73.14061. 0406 25.20.14051.	29/039269 /2015 29/014946	5%	10	12/11/2011 a 10/11/2016	10/11/2016
DE LIMA SANDRA IZABEL	113594021	0376	/2002	5%	10	31/10/2014	31/10/2014
MOREIRA COLLETTI	68678022	25.19.14151. 0586	13/033420 /1999	5%	20	14/02/2011 a 12/02/2016	12/02/2016
SANDRA IZABEL		25.19.14151.	13/033420 /1999	5%	25	18/03/2011 a 16/03/2016	16/03/2016
SANDRA IZABEL MOREIRA COLLETTI	68678021	0586		l		14/06/2011 a	
SANDRA IZABEL MOREIRA COLLETTI SANTA NUNES CARIAGA	68678021 27831022	25.73.14061. 0446	29/037160 /2007	5%	25	12/06/2016	12/06/2016
SANDRA IZABEL MOREIRA COLLETTI SANTA NUNES		25.73.14061.		5%	10		
SANDRA IZABEL MOREIRA COLLETTI SANTA NUNES CARIAGA SARA BARBOSA PELICHO DE	27831022	25.73.14061. 0446 25.91.14041.	/2007 29/023046			12/06/2016 30/03/2011 a	28/03/2016
SANDRA IZABEL MOREIRA COLLETTI SANTA NUNES CARIAGA SARA BARBOSA PELICHO DE CARVALHO SARITA DE OLIVEIRA ANDRADE VALCI VALDERINA DE ALENCAR DA	27831022 115198021 26673022	25.73.14061. 0446 25.91.14041. 0737 25.41.14009. 0741	/2007 29/023046 /2010 29/021668 /2012 13/040621	5%	10 15	12/06/2016 30/03/2011 a 28/03/2016 26/11/2011 a 24/11/2016 18/02/2009 a	28/03/2016 24/11/2016
SANDRA IZABEL MOREIRA COLLETTI SANTA NUNES CARIAGA SARA BARBOSA PELICHO DE CARVALHO SARITA DE OLIVEIRA ANDRADE VALCI VALCI VALCI VALDERINA DE ALENCAR DA SILVA	27831022 115198021	25.73.14061. 0446 25.91.14041. 0737 25.41.14009. 0741	/2007 29/023046 /2010 29/021668 /2012 13/040621 /1999	5% 5%	10	12/06/2016 30/03/2011 a 28/03/2016 26/11/2011 a 24/11/2016 18/02/2009 a 16/02/2014	28/03/2016 24/11/2016
SANDRA IZABEL MOREIRA COLLETTI SANTA NUNES CARIAGA SARA BARBOSA PELICHO DE CARVALHO SARITA DE OLIVEIRA ANDRADE VALCI VALCI VALCI VALCENINA DE ALENCAR DA SILVA	27831022 115198021 26673022	25.73.14061. 0446 25.91.14041. 0737 25.41.14009. 0741	/2007 29/023046 /2010 29/021668 /2012 13/040621	5%	10 15	12/06/2016 30/03/2011 a 28/03/2016 26/11/2011 a 24/11/2016 18/02/2009 a	28/03/2016 28/03/2016 24/11/2016 16/02/2014 03/01/2013

VANESSA BOBATO	30601021	25.80.14006. 0682	29/049762 /2016	10%	5	02/02/2011 a 29/07/2016	29/07/2016
VERA LUCIA DOURADO DE PAULA	53193021	25.73.14061. 0416	29/023719 /2010	5%	15	06/11/2008 a 03/11/2013	03/11/2013
VIVIANE BENTO DA SILVA	15628022	25.99.1441. 0715	29/047987 /2016	10%	5	13/02/2008 a 04/06/2014	04/06/2014
WANDERLEIA PEREIRA LOPES	68205021	25.80.14006. 0202	29/035992	5%	20	13/12/2011 a	11/12/2016

RESOLUÇÃO "P" SED N. 704, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSTITUIR comissão composta pelas servidoras SORAYA REGINA DE HUNGRIA CRUZ, matrícula n. 16947022, LUCIANA GUILHERME DA SILVA, matrícula n. 93740021, MARISTELA ALVES DA SILVA TEIXEIRA, matrícula n. 36960021, sob a presidência da primeira, para acompanhamento e fiscalização do Contrato n. 026/2016, Prestação de Serviço para avaliação de desempenho de alunos da Rede Pública de Ensino, executado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 21.195.755/0001-69, conforme previsto na Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações, Processo de n. 29/028498/2016.

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 705, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSTITUIR comissão composta pelos servidores EDEVALDO SANTANA CAMPOS, matrícula n. 52342021 e JOÃO LÁZARO MARTINS FERNANDES, matrícula n. 3583021, sob a presidência do primeiro, para acompanhamento e fiscalização da Ordem de Contratação n. 009/2017, Aquisição de géneros alimentícios, executado pela empresa COMERCIAL T&C LTDA - EPP, CNPJ: 03.527.705/0001-50, conforme previsto na Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações, Processo n. 29/004234/2017.

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 706, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSTITUIR comissão composta pelos servidores EDEVALDO SANTANA CAMPOS, matrícula n.52342021 e JOÃO LÁZARO MARTINS FERNANDES, matrícula n. 3583021, sob a presidência do primeiro, para acompanhamento e fiscalização da Ordem de Contratação n. 008/2017, Aquisição de gêneros alimentícios, executado pela empresa L & L COMERCIAL E PRESTADORA DE SERVIÇOS, CNPJ: 10.851.460/0001-87, conforme previsto na Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações, Processo n. 29/004233/2017.

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 707, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSTITUIR comissão composta pelos servidores EDEVALDO SANTANA CAMPOS matrícula n. 52342021 e JOÃO LÁZARO MARTINS FERNANDES, matrícula n. 3583021, sob a presidência do primeiro, para acompanhamento e fiscalização da Ordem de Contratação n. 007/2017, Aquisição de gêneros alimentícios, executado pela empresa MIT COMERCIO DE CARNES E EMBUTIDOS LTDA, CNPJ: 07.932.909/0001-27,conforme previsto na Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações, Processo n. 29/004236/2017.

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 708, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSTITUIR comissão composta pelos servidores FABIANA APARECIDA CÁCERES BORGES, matrícula n. 53126021 e JOÃO LÁZARO MARTINS FERNANDES, matrícula n. 3583021, sob a presidência do primeiro, para acompanhamento e fiscalização da Contrato n. 0012/2017, Aquisição de Atlas Geográfico, empresa EDITORA BRASILEIRA PEDAGOGICA LTDA, CNPJ: 17.488.583/0001-44,conforme previsto na Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações, Processo de n. 29/003331/2017.

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício RESOLUÇÃO "P" SED N. 709, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSTITUIR comissão composta pelos servidores, MARCUS VINICIUS JUBANSKI, matrícula n. 118367024 e VALDINEI DE CAMPOS E SOUZA, matrícula n. 427359025, sob a presidência do primeiro, para comporem a comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato n. 003/2017, contratação de empresa especializada em transporte escolar, município de Campo Grande MS, Linha JC e Imediações e Assentamento Terra Boa, executado pela empresa TUCA TRANSPORTES EIRELI - EPP, CNPJ: 08.814.897/0001-07, conforme previsto na Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações, Processo de n. 29/033971/2016.

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 710, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONCEDER à servidora SUELI FREITAS MARIANO VIEIRA, matrícula n. 9891021, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso Sul, lotada na Escola Estadual Fernando Corréa, no município de Três Lagoas, mais 5% (cinco por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, por ter completado 25 (vinte e cinco) anos em 25 de setembro de 2016, de fetivo exercício no Estado, referente ao período aquisitivo de 27 de setembro de 2011 a 25 de setembro de 2016, com fundamento no art. 111 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Processo n. 29/001628/2017).

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 711, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONCEDER à servidora MARLYS MAZARIN FEBRINI, matrícula n. 51343021, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso Sul, lotada na Escola Estadual Prof. Severino de Queiroz, no município de Campo Grande, mais 5% (cinco por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, por ter completado 20 (vinte) anos em 28 de dezembro de 2016, de efetivo exercício no Estado, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2011 a 28 de dezembro de 2016, com fundamento no art. 111 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Processo n. 29/021397/2012).

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 712, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

REMOVER, a pedido e no interesse da Administração Pública Estadual, a servidora ADRIANA MULLER RIBEIRO BARZOTTO, matrícula n. 74056021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, da Escola Estadual Zamenhof, no município de Campo Grande, para a Escola Estadual abaixo especificada, no município de Rio Brilhante, fundamentado no art. 44 da Lei Complementar n. 87, de 31 de janeiro de 2000, fixando em 7 (sete) dias o período de trânsito, com validade a partir da data da publicação desta Resolução (Processo n. 29/005373/2017).

Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Arte	EF	2	matutino
Arte	EF	14	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 713, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor WAGNER APARECIDO TEODORO, matrícula n. 68869021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, ambas no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004433/2017).

Escola Estadual Presidente Tancredo Neves

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Estrangeira Moderna - Inglês	EM	2	matutino

Escola Estadual Vilmar Vieira Matos

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Estrangeira Moderna - Inglês	EM	4	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 714. DE 24 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor JOÃO PAULO GOMES DA SILVA, matrícula n. 124665021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Caarapó, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/005908/2017).

Escola Estadual Tenente Aviador Antônio João

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	EF	1	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 715, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor NILCEU PEIXOTO, matrícula n. 63661021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Rio Verde de Mato Grosso, com validade a contar de 1ª de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/008567/2017).

Escola Estadual Vergelino Matheus de Oliveira

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EF	5	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 716, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora JULIANA DE BRITO FREITAS, matrícula n. 57409021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/004152/2017 e 29/005480/2017).

Escola Estadual Prof. Celso Müller do Amaral

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EF	5	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 717, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor PEDRO APRIGIO DOS SANTOS, matrícula n. 79101022, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, a contar de 2 de março de 2017, por reorganização de carga horária (processo n. 29/003981/2017).

Escola Estadual Marçal de Souza Tupã -Y

	- 1		
Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Filosofia	EM	2	matutino
Filosofia	FM	6	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 718, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor JOSÉ CARLOS DE MELO, matrícula n. 71490025, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, ambas no município de Campo Grande, com validade a contar de 7 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/000996/2017 e 29/003693/2017).

Escola Estadual Prof. Henrique Ciryllo Corrêa

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EM	4	matutino

Escola	Estadual	Prof.	Carlos	Henrique	Schrader

cola Estadual Prof. Carlos Henrique Sc	hrader		
Disciplinas	Etana	C/H	Turno

Geografia	EM	2	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 719, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor JOSÉ CARLOS DE MELO, matrícula n. 71490025, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, ambas no município de Campo Grande, com validade a contar de 7 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/000996/2017 e 29/003693/2017).

Escola Estadual Prof. Henrique Ciryllo Corrêa

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EM	4	matutino

Escola Estadual Prof. Carlos Henrique Schrader

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EM	2	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 720, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor ANDRE LUIZ MESQUITA FERREIRA, matrícula n. 113435021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Camapuã, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/009529/2017).

Centro Estadual de Educação Profissional Marcio Elias Nery

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EM	5	vespertino
Geografia	EM	1	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 721, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor RAPHAEL RAMOS SPESSOTO, matrícula n. 82910021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/004146/2017 e 29/005483/2017).

Escola Estadual Castro Alves

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	EF	5	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 722, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor WAGNER SOUZA GOULART, matrícula n. 131903022, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/005487/2017 e 29/004185/2017).

Escola Estadual Prof. Alício Araújo

-			
Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EF	5	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 723, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor RAPHAEL DE JESUS BRITTES, matrícula n. 24185021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, todas no município de Campo Grande, com validade a contar de 22 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003161/2017).

Escola Estadual José Antônio Pereira

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Educação Eísica	FM	7	matutino

Escola Estadual Sebastião Santana de Oliveira

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Educação Física	EF	6	matutino

Escola Estadual José Ferreira Barbosa

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Educação Física	EM	1	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 724, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora TANIA MARA DOS SANTOS BASSI, matrícula n. 7966021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 22 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/002213/2017).

Escola Estadual Profa. Flavina Maria da Silva

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Estrangeira Moderna - Inglês	EM	8	noturno

CAMPO GRANDE-MS. 24 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 725, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora JULIANA NUNES MATTOS E SOUZA, matrícula n. 438182021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual, abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/004784/2017 e 29/004353/2017).

Escola Estadua	l Rotary Dr.	Nelson de /	Araújo
----------------	--------------	-------------	--------

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Arte	EF	2	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 726, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor EVANDO MARTINS DE MOURA, matrícula n. 30801022, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Vicentina, por retorno de readaptação, com validade a contar de 21 de dezembro de 2016, para regularização de vida funcional (Processo n. 29/004240/2017).

Escola Estadual Padre José Daniel

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
História	EM	4	matutino
História	EM	6	vespertino
Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
História	EF	2	matutino
História	EF	4	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 727, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora DANIELA FRANÇA SANTANA, matrícula n. 114325021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Anastácio, com validade a contar de 13 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/005058/2017).

Escola Estadual Romalino Alves de Albres

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EM	3	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOT ÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 728, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora GRACIFLE FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 119139021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003980/2017).

Escola Estadual 26 de Agosto

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
História	EM	12	matutino
História	EM	4	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 729. DE 24 DE MARCO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor AGAMENON BENICIO RODRIGUES, matrícula n. 64575021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 2 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004063/2017). Escola Estadual Rui Barbosa

Componentes Curriculares Etapa C/H Turno Língua Portuguesa EF vespertino 4

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 730, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor GILMAR PEREIRA SARATE, matrícula n. 438179021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004387/2017)

Escola Estadual Presidente Tancredo Neves

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Educação Física	EM	2	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 731, DE 24 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora JOSILEIA NAIRANE CONRADO SOLIGO, matrícula n. 122258021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003822/2017).

Escola Estadual Castro Alves

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	FF	6	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 732. DE 24 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora LIGIA MARIA BENELLI ROSA, matrícula n 8179021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003819/2017).

Escola Estadual Castro Alves

Γ	Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
	Língua Portuguesa	EF	4	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 733, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor FRANCISCO ASSUNÇÃO DA SILVA, matrícula n. 68266021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, todas no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/004395/2017, 29/004417/2017 e 29/003817/2017).

Escola	Estadual	Presidente	Vargas
	Lotadaa.		· a. gac

Estada Estada Fresidente vargas						
	Disciplinas	Ftapa	C/H	Turno		

Língua Estrangeira Moderna - Inglês	EM	6	matutino		
Escola Estadual Floriano Viegas Machado					
Disciplinas	Etapa	C/H	Turno		
Língua Estrangeira Moderna - Inglês	EM	4	noturno		

Escola Estadual Vilmar Vieira Matos

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Estrangeira Moderna - Inglês	EM	4	matutino
Língua Estrangeira Moderna - Inglês	EM	6	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 734, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora MARTINA DO CARMO RAMIRES, matrícula n. 70257021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, ambas no município de Campo Grande, com validade a contar de 21 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/001289/2017)

Escola Estadual Arlindo de Sampaio Jorge

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EF	4	vespertino

Escola Estadual Profa. Célia Maria Náglis

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EF	12	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 735, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor LEONIDAS JOÃO DE MATOS, matrícula n. 61770021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 24 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/004159/2017 e 29/007070/2017).

Escola Estadual Profa. Clarinda Mendes de Aquino

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	EF	4	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 736, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora SIRLEY GUERRA DEL BARCO, matrícula n. 64552021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 23 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003784/2017).

Estadai Sebastiao Santana de Onveira					
Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno		
Ciências da Natureza	FF	8	vesperting		

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 737, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor ANTONIO FERREIRA DA SILVA, matrícula n. 19061021, ocupante do cargo de Especialista de Educação do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual São José, no município de Vicentina, com carga de 36 horas semanais, com validade a contar de 1º de janeiro de 2017, por retorno de cedência (Processo n. 29/001883/2017).

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 738. DE 24 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora IVANEIDE MACHADO DE MATOS, matrícula n. 95863021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, no município de Campo Grande, com validade a contar de 2 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003310/2017).

Escola Estadual 26 de Agosto

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EF	8	vespertino

Escola Estadual Prof.ª Clarinda Mendes de Aquino

Esseria Estadadi Front Giarmad Mondos do Alquino					
Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno		
Língua Portuguesa	FF	ρ	vespertine		

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício RESOLUÇÃO "P" SED N. 739, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de

suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor EMILIO DA COSTA FELIZ, matrícula n. 127378021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 23 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/002181/2017).

Escola Estadual Amando de Oliveira

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EF	16	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 740, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora ANA PAULA ASSUNÇÃO DA SILVA, matrícula n. 111058026, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, ambas no município de Campo Grande, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/002047/2017).

Escola Estadual Profa. Izaura Higa

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EM	12	noturno

Centro Estadual de Educação Profissional Profa. Maria de Lourdes Widal Roma

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EM	4	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 741, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora CLEONICE CRISTAL DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO, matrícula n. 118535025, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo específicada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 7 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/004513/2017 e 29/003733/2017).

Escola Estadual Olinda Conceição Teixeira Bacha

Essocia Estadadi Omilad Comocição Tomos	. a Daoila		
Componentes Curriculares	Etapa		Turno
		C/H	
Geografia	EF	2	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 742, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora THAIS APARECIDA MENDES TEIXEIRA DE OLIVEIRA, matrícula n. 45058021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 21 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/001011/2017).

Escola Estadual Joaquim Murtinho

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	EF	4	noturno

CAMPO GRANDE-MS. 24 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 743, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor DANILO FERREIRA SEBASTIÃO, matrícula n. 54210021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, ambas no município de Amambai, com validade a contar de $1^{\rm o}$ de janeiro de 2017, por retorno de permuta (Processo n. 29/006949/2017).

Escola Estadual Vespasiano Martins

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno

Geografia	EM	12	matutino
Escola Estadual Coronel Felipe de Brum			
Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Geografia	EF	4	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 744, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR o servidor MARCOS ANTONIO MONTEIRO, matrícula n. 5793022, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Dourados, com validade a contar de 1º de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processos n. 29/004345/2017 e 29/004191/2017).

Escola Estadual Castro Alves

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Ciências da Natureza	EF	3	vespertino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 745, DE 24 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora MARGARIDA VIEIRA DA COSTA, matrícula n. 437568021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 23 de fevereiro de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003780/2017).

Escola Estadual Profa. Hilda de Souza Ferreira

Componentes Curriculares	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EF	6	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 746. DE 24 DE MARCO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora LUCINEIA APARECIDA TESSARO, matrícula n. 12742021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 3 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003926/2017).

Escola Estadual João Carlos Flores

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
História	EM	4	noturno

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 747, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora ANA BRIGIDA BORGES DA ROCHA, matrícula n. 33139021, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 2 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/003727/2017).

Escola Estadual General Malar

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	EM	16	matutino

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARÇO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

RESOLUÇÃO "P" SED N. 748, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve:

LOTAR a servidora KATIANE COELHO VIEIRA SCHIEICH, matrícula n. 94064022, ocupante do cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, no município de Campo Grande, com validade a contar de 2 de março de 2017, por reorganização de carga horária (Processo n. 29/004766/2017).

Escola Estadual José Antônio Pereira

Disciplinas	Etapa	C/H	Turno
Língua Portuguesa	FM	4	vesperting

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MARCO DE 2017.

JOSIMÁRIO TEOTÔNIO DERBLI DA SILVA Secretário de Estado de Educação, em exercício

SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO

RESOLUÇÃO "P" SEDHAST Nº 021, DE 17 DE MARÇO DE 2017

A Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Conceder à servidora **VALDIRENE RODRIGUES DE PAULA**, matrícula nº 126464021, ocupante do cargo de Agente de Ações Sociais na função de Auxiliar de Atendente Infantil, referência 455/B/1/3, código 70046, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, 120 (cento e vinte) dias de licença Gestante, no período de 02.03.2017 a 29.06.2017, com fulcro no art. 147, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Proc. nº 65/000287/2017).

Campo Grande-MS, 17 de março de 2017.

ELISA CLEIA PINHEIRO RODRIGUES NOBRE

Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho

RESOLUÇÃO "P" SEDHAST Nº 22, DE 16 DE MARÇO DE 2017

A Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder à servidora **LAURA VILELA DE OLIVEIRA QUINTINO**, matrícula nº 67675022, ocupante do cargo em comissão de Assistente, referência 131/DGA/1/5, código 100091, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, 120 (cento e vinte) dias de licença Gestante, no período de 12.01.2017 a 11/05/2017, com fulcro no art. 147, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Proc. n° 65/000213/2017).

Campo Grande-MS, 16 de março de 2017

ELISA CLEIA PINHEIRO RODRIGUES NOBRE

Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho

RESOLUÇÃO "P" SEDHAST Nº 023, DE 17 DE MARÇO DE 2017

A Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder à servidora **MIRELLE DUAILIBI DE ALMEIDA E SILVA**, matrícula nº 15635021, ocupante do cargo de Assistente de Relações de Consumo, referência 456/B/1/3, código 70188, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, 120 (cento e vinte) dias de licença Gestante, no período de 21.01.2017 a 20.05.2017, com fulcro no art. 147, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Proc. nº 65/000212/2017).

Campo Grande-MS, 17 de março de 2017.

ELISA CLEIA PINHEIRO RODRIGUES NOBRE

Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho

RESOLUÇÃO "P" SEDHAST Nº 024, DE 17 DE MARÇO DE 2017

A Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder à servidora **ADRIANNA SILVA DE SOUZA MOREIRA**, matrícula nº 13280021, ocupante do cargo de Assistente de Ações Sociais, referência 456/B/1/3, código 70041, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, 120 (cento e vinte) dias de licença Gestante, no período de 16.01.2017 a 15.05.2017, com fulcro no art. 147, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Proc. n° 65/000278/2017).

Campo Grande-MS, 17 de março de 2017.

ELISA CLEIA PINHEIRO RODRIGUES NOBRE

Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

RESOLUÇÃO "P" SEJUSP/MS/N° 96/17 – de 15 de março de 2017.

O Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar os Servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão destinada a realização de levantamento de bens patrimoniais, para analisar e avaliar bens móveis permanentes considerados obsoletos, ociosos, antieconômicos ou inservíveis, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP/MS, de acordo com o disposto no Decreto Estadual nº 12.207, de 14 de dezembro de 2006, a contar da data de sua publicação.

MATRICULA NOME		CARGO
468481021	Marta Ferreira Rocha	Coordenadora de Suprimento
14161021	João Carlos Guasso	Assessor Técnico
56479021	Carlos Alberto Antunes de Lima	Técnico de Informática

82850021	Wagner Henrique Cavalcante	Sargento PM
39438021	José Alberto de Almeida	Encarregado do Almoxarifado

Campo Grande/MS, 15 de março de 2017.

José Carlos Barbosa

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

PORTARIA "P"/SEJUSP/MS/N° 19 de 23 de março de 2017.

O Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, aos servidores constantes no anexo a esta Portaria, de acordo com o artigo 136, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, alterada pela Lei nº 2.157 de 26 de outubro de 2000.

Campo Grande, 23 de março de 2017.

ANTONIO CARLOS VIDEIRA

Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Segurança Pública

Matr.	Nome	Cargo	Dias	Processo	Período	F
132067025	ADELINO VIEIRA LOPES	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	10	31/200222/17	29/01/17 A 07/02/17	Ν
424590023	BRUNO AUGUSTO SELLA CORDEIRO	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	30	31/200238/17	08/03/17 A 06/04/17	Ν
110433023	CAROLINA SANT ANNA N. NEMOTO DA SILVA	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	32	31/200168/17	03/03/17 A 03/04/17	Ç
109094023	CRISTINA ROSA G. DE CARVALHO	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	30	31/200236/17	10/03/17 A 08/04/17	ı
432139022	EULER OLIVEIRA MARTINS	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	31	31/000289/17	14/02/17 A 16/03/17	ı
122709022	FAUSTA ALVES FEITOZA COAM	AGENTE DE SERV. ORGANIZACIONAIS	60	31/000300/17	09/03/17 A 07/05/17	ŀ
432152022	GEYNE PEREIRA FURTADO RUFINO	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	15	31/200999/16	01/03/17 A 15/03/17	
100792027	GILVANIA RAMOS ROSSI	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	60	31/200176/17	24/02/17 A 24/04/17	
45420022	JOÃO MATEUS MOREIRA VIEIRA	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	60	31/200950/16	23/02/17 A 23/04/17	
432357021	JULIANA CARDOSO DA SILVA	PERITO PAPILOSCOPISTA	13	31/400898/17	27/02/17 A 11/03/17	
93702022	LUCIENE PACHE CAETANO	PERITO OFICIAL FORENSE	60	31/400860/17	19/01/17 A 19/03/17	
64776021	MARIA ANTONIETA MORAES DE JESUS	TÉCNICO DE SERV. ORGANIZACIONAIS	30	31/001641/16	13/03/17 A 11/04/17	
51301024	MARIA DE FATIMA DE SOUZA BELCHIOR FRANCA	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	15	31/000199/17	01/03/17 A 15/03/17	ĺ
51301024	MARIA DE FATIMA DE SOUZA BELCHIOR FRANCA	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	15	31/000199/17	16/03/17 A 30/03/17	ĺ
121923024	NEILSON VIEIRA DE ARAUJO	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	30	31/200166/17	01/03/17 A 30/03/17	
10825023	RADYR ANTONIO MEREGE	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	60	31/200640/16	10/02/17 A 10/04/17	
90589023	SUEDIR AMARILHA RODRIGUES	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	15	31/201088/16	20/02/17 A 06/03/17	
90589023	SUEDIR AMARILHA RODRIGUES	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	15	31/201088/16	07/03/17 A 21/03/17	
27169023	VIVIANE GABILANE DOS SANTOS	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	01	31/200221/17	28/01/17 A 28/01/17	
117759024	WELLINGTTON APARECIDO FRANCO BARBOSA	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	60	31/201331/16	25/02/17 A 25/04/17	
125126022	ZENILDETH ALVES PEREIRA GOES	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	13	31/000060/17	12/03/17 A 24/03/17	
47542021	SONIA MARA SILVA	TÉCNICO DE SERV. ORGANIZACIONAIS	30	31/000197/17	02/03/17 A 31/03/17	

POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA "P" 320 /MOV. /DGP-1/DGP/PMMS DE 24 DE MARÇO DE 2017

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 04 Abr 14, c/c Art 5°, § § 1° e 2° alínea "a", do Decreto n° 1.093, de 12 Jun 81

Resolve

1. REVOGAR, o item n° 3 da Portaria "P" 271/MOV/DGP-1/DGP/PMMS, de 23 Mar 16, publicada no Diário Oficial n. 9132, de 28 Mar 16, que DESI GNOU, na condição de adido, o 3º Sgt QPPM JOSÉ LUIZ DOS SANTOS, Mat 51441021, à época lotado no 8º BPM, para prestar serviço na Coordenadoria Militar / SEJUSP / Departamento de Operações de Fronteira - DOF, de acordo com o artigo 5º, § 1º alínea "d"; § 2º alínea "d"; § 4º alínea "d"; c/c artigo 6º, § 1º alínea "c" e "d"; e artigo 24 § 2º, todos do Decreto nº 1.093, de 12 Jun. 81.

2. Transferir, por necessidade do serviço, o 3° Sgt QPPM JOSÉ LUIZ DOS SANTOS, Mat 51441021, do 16° BPM / CPA-1 / Fatima do Sul - MS, para o 3° GPM / 3° Pel / 2° Cia / 16° BPM / CPA-1 / Novo Horizonte do Sul - MS. (Solução a CI n° 87/SUBCMDG/PMMS, de 24 Mar 17).

VALDECIR ESCALHAR - Cel QOPM Subcomandante-Geral da PMMS Mat. 111238021

PORTARIA "P" 321 /DGP-1/DGP/PMMS, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art 1°, do Decreto n.º 1.148, de 13 Jul 81, c/c Art 2°, Art. 5°, § 1° alínea "d" e § 2°, alínea "d" item 2, do Decreto nº 1.093, de 12 Jun 81, Art 10, c/c inciso XIX da Lei Complementar nº 190, de 04 Abr 14,

1. DISPENSAR , o 3° Sgt QPPM SIDNEI ALVES DE OLIVEIRA, Mat. 105208021, da função de confiança de Comandante do 3° GPM / 3° Pel / 2ª Cia / 16° BPM / CPA-1 / Novo Horizonte do Sul - MS, conforme publicado no Diário Oficial n. 7.892, de 18 Fev 11.

2. DESIGNAR, o 3° Sgt QPPM JOSÉ LUIZ DOS SANTOS, Mat 51441021, para exercer a função de confiança de Comandante do 3° GPM / 3° Pel / 2° Cia / 16° BPM / CPA-1 / Novo Horizonte do Sul - MS, com base no inciso V, Art 23 da Lei Complementar nº 127/08. (Solução a CI nº 87/PMMSCAP01, de 24 Mar 17).

WALDIR RIBEIRO ACOSTA - Cel QOPM

Comandante-Geral da PMMS

Mat. 38837021

PORTARIA "P" 322 /MOV. /DGP-1/DGP/PMMS DE 24 DE MARÇO DE 2017

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar 190, de 04 Abr 14, c/c Art 12, inciso III, Art 17, do Decreto nº 1.093, de

Transferir, por necessidade do serviço, o 3° Sgt QPPM SIDNEI ALVES DE OLIVEIRA, Mat. 105208021, do 3° GPM / 3° Pel / 2° Cia / 16° BPM / CPA-1 / Novo Horizonte do Sul - MS, para o 16° BPM / SEDE / CPA-1 / Fatima do sul - MS. (Solução a CI n. 87/SUBCMDG/PMMS, de 24 Mar 17).

VALDECIR ESCALHAR - Cel QOPM Subcomandante-Geral da PMMS Mat. 111238021

PORTARIA "P" 323 /MOV. /DGP-1/DGP/PMMS DE 24 DE MARÇO DE 2017

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar 190, de 04 Abr 14, c/c Art 12, inciso III, Art 17, do Decreto nº 1.093, de 12 Jun 81,

1. Transferir, por necessidade do serviço, o SD QPPM HAUNE FAKER DUARTE, Mat 42664021, do 3° BPM / CPA-1 / Dourados - MS, para o 14° BPMRv / CPE. (Solução a CI n. 86/SUBCMDG/PMMS, de 24 Mar 17)

Transferir, por necessidade do serviço, o SD QPPM MAYCON DE SOUZA LEANDRO, Mat 19122021, do 19° BPCHQ / CPE / Campo Grande - MS, para o Gabinete Cmt. Geral / QCG / Campo Grande - MS. (Solução a Cl n. 89/SUBCMDG/PMMS, de 24 Mar 17).

VALDECIR ESCALHAR - Cel OOPM Subcomandante-Geral da PMMS

Mat. 111238021

EDITAL Nº 005/17-PM3/DFNSP PROCESSO SELETIVO PARA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

O COMANDANTE-GERAL DA PMMS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital nº. 001/16-PM3/DFNSP, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do **Exame de Aptidão Física**, realizado pelos candidatos ao processo seletivo para o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, de

ao processo seletivo para o Departamento da Força Nacional de Segurança Publica, de acordo com o parecer da comissão responsável pela realização do Exame de Aptidão Física, nomeada pela Portaria nº. 01/17-PM3, 10 de fevereiro de 2017, conforme específicação constante do anexo único deste Edital, e abre prazo para recurso:

1 — O recurso deverá ser encaminhado ao Chefe da 3º Seção EMG/PMMS, sito a Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº. 1.203 — Parque dos Poderes. Campo Grande-MS, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da divulgação deste edital, conforme previsão estabelecida no item "3" do edital nº. 004/17-PM3/ DENSP

Quartel do QCG, em Campo Grande, 24 de março de 2017

WALDIR RIBEIRO ACOSTA - Coronel QOPM

Comandante-Geral da PMMS Matr. 38837021

ANEXO ÚNICO - EDITAL Nº. 005/17-PM3/DFNSP PROCESSO SELETIVO PARA DEPARTAMENTO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROCESSO SELETIVO PARA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA ATA DE CONCLUSÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)

Aos 17 dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, na Cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Comissão nomeada pela Portaria nº

Teste de Aptidão Física, em cada posto e graduação, encontram-se "aptos" para operar no Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, em cumprimento aos editais n°. 001/16-PM3/DFNSP de 16 de dezembro de 2016 e n°. 004/17-PM3/DFNSP de 23 de fevereiro de 2017:

N°	Grad.	NOME DO CANDIDATO	Matricula	Unidade	Média
01	SubTen	ELISMAR OLIVIEIRA DE SOUZA	107785021	16° BPM	9,8

1.2 1° Sargento PM:

N°	Grad.	NOME DO CANDIDATO	Matricula	Unidade	Média
01	1° SGT	RAMÃO EDIVALDO ESCOBAR	83547021	BPChoque	9,3
02	1° SGT	ELPÍDIO FERREIRA DE OLIVEIRA	81081021	7° BPM	9,8
03	1º SGT	DONISETE APARECIDO MARTINS AFONSO	44910021	1° BPM	8,6

1.3 2º Sargento PM:

N°	Grad.	NOME DO CANDIDATO	Matricula	Unidade	Média
01	2° SGT	EDUARDO VERNES ENDRES	115145021	3° BPM	9,7
02	2° SGT	MARCELO DE ALMEIDA MENDONÇA	49171021	7° BPM	9,2

1.4 3° Sargento PM:

N°	Grad.	Grad. NOME DO CANDIDATO Matricula Unidad		Unidade	Média
01	3° SGT	PAULO ROBERTO GAVILAN GARCIA	83547021	19°BPChoque	9,8
02	02 3° SGT CARLOS ALBERTO DOS SANTOS 20199021 18° BOPE		18° BOPE	9,1	
03	3° SGT	FLÁVIO HENRIQUE SILVA	12477021	6ª CIPM	8,0

	1.5 Cabo PM:					
N°	Grad.	NOME DO CANDIDATO	Matricula	Unidade	Média	
01	CB PM	VINICIUS DIAS DINIZ	13187021	BPMGdae	9,9	
02	CB PM	ANDERSON AFONSO FURTADO 1193		7° BPM	9,8	
03	CB PM	LUCAS MARCEL COMIM FONTES	130889021	2° BPM	9,6	
04	CB PM	IVAN SOUZA DE ANDRADE	124761021	19°BPChoque	9,6	
05	D5 CB PM ANTONIO MARCOS AVALOS DA 84051021		17° BPTran	9,4		
06	CB PM	MARCELO OLIVEIRA DOS SANTOS	127560021	19°BPChoque	9,5	
07	7 CB PM TIAGO BENITO FRIGOTTO SENGANFREDO 122185021		CGPA	9,3		
08	08 CB PM WILHIAN BATISTA AKAHOSHI 1140		114061021	11° BPM	9,3	
09	CB PM CIRO JORGE DA SILVA		120070021	19°BPChoque	9,3	
10	CB PM	MURILO LUCIANO DE SOUZA JUNIOR	115188021	7° BPM	9,1	
11	CB PM	NAERCIO NEVES MONTOVANI	102858021	19°BPChoque	9,1	
12	CB PM	RICARDO LOPES PAULINO	96577021	1° EIPMont	8,8	
13	CB PM	JOSE DENIVALDO DO NASCIMENTO ROQUE	117360021	10° BPM	8,3	
14	CB PM	CRISTIANE MERELES GONÇALVES	102906021	3° BPM	7,7	

1.6 Al. Cabo PM:

N°	Grad.	NOME DO CANDIDATO	Matricula	Unidade	Média
01	AL. CABO	SANER ELIAS DIAS LEITE	10470021	7° BPM	9,9
02	AL. CABO	CABO CLAUDINEI RODRIGUES MARTINS 129752022		7° BPM	9,3
03	AL. CABO	VALDECI ALEXANDRE DA SILVA 20481021 7° BP		7° BPM	9,3

A comissão deixa de indicar os candidatos abaixo relacionados por terem sido considerados "inaptos" no teste de Aptidão Física (TAF):

N°	Grad.	NOME DO CANDIDATO Matricula Uni		Unidade
01	CB PM	EDIVALDO MORAIS LEITE	67957021	10° BPM
02	CB PM	LUCIENE PEREIRA AVALHÃES	100000021	7° BPM
03	CB PM	VELBION AZAMBUJA DA SILVA	89418021	9° BPM
04	CB PM	WANDERLEY BORGES QUEIRUJA	115016021	1° BPM

A comissão deixa de indicar os candidatos abaixo relacionados por terem sido considerados "ausentes", nas Etapas "A" e "B" do Teste de Aptidão Física (TAF):

N°	Grad.	NOME DO CANDIDATO	Matricula	Unidade
01	3° SGT PM	WALTENYR COSME DO NASCIMENTO	68165021	19°BPChoque
02	СВ	ELIANE SANTOS OLIVEIRA	122222021	1º EIPMont
03	CB PM	JOSÉ ROBERTO DA CRUZ ARAÚJO	96693021	BPMGdae

A comissão deixa de indicar os candidatos abaixo relacionados por terem sido "desclassificados", conforme item 3.2 constante do Edital nº 004/17-PM3/DFNSP:

N°	Grad.	NOME DO CANDIDATO	Matricula	Unidade
01	CB PM	WELLINGTON DA SILVA	118062022	7° BPM
02	AL. CB PM	MARCELO FLORENTINO	15152021	11° BPM

Tabela com índices e pontuação de cada candidato em cada prova do Teste de Aptidão Física (TAF) para Força Nacional contendo cinco folhas. É o Parecer Final.

Quartel em Campo Grande - MS, 24 de março de 2017.

Assinam: TC QOPM MARCUS VINICIUS POLLET - Mat. 87020021 - Presidente da Comissão; CAP QOPM RIGOBERTO ROCHA DA SILVA - Mat. 88973021- Membro da Comissão; 1º TEN QOPM NELSON VIEIRA TOLOTTI - Mat. 125787021 - Membro da Comissão

EDITAL n. 38/CFSII/DRSP/PMMS/2017

PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DO QUADRO DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL - Habilitação por Processo Seletivo Interno/Antiguidade

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no EDITAL n. 1/ CFSII/DRSP/PMMS/2016 referente ao Processo Seletivo para o Curso de Formação de Sargentos — CFS, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.281, de 07 de novembro de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, a Portaria nº 018/CEFAP/PMMS, de 03 de março de 2017, conforme anexo único a este edital.

Campo Grande - MS, 24 de marco de 2017.

WALDIR RIBEIRO ACOSTA - Coronel QOPM Comandante-Geral da PMMS Mat. 38837021

ANEXO ÚNICO AO EDITAL n. 38/CES II/DRSP/PMMS/2017 PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DO QUADRO DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL

Habilitação por Processo Seletivo Interno/Antiguidade.

PORTARIA nº 018/CEFAP/PMMS, DE 03 DE MARÇO DE 2017

O COMANDANTE DO CENTRO DE ENSINO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS, no uso de suas atribuições que confere o art. 5° , inciso IV, alínea "E" da Diretriz de Ensino n° 002/DEIP/15, de 21 de setembro 2015, bem como em conformidade com a Ata n° 004/CFS/2017 da Comissão de Matrícula composta através da Portaria nº 073/2016 -CEFAP/PMMS, de 09 de novembro de 2016.

RESOLVE:

Matricular, "sub judice" e condicionalmente, no Curso de Formação de Sargentos PM, a contar de 03 de janeiro de 2017, o candidato abaixo relacionado, aguardando o parecer da Junta de Inspeção Sanitária Ordinária da PMMS – JISO PMMS, para o cumprimento de todos os requisitos para ingresso no referido Curso, na forma que se segue:

Ord	Matrícula	Grad.	Nome	Mandado de Segurança
1	77698022	CBPM Desig	WANDERLY SILVÉRIO	8000214-11.2016.8.12.0800

Publique-se.

MARCOS PAULO GIMENEZ - TEN CEL QOPM

Comandante da CEFAP/PMMS

EDITAL n. 39/CFSII/DRSP/PMMS/2017 PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DO QUADRO DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL - Habilitação por Processo Seletivo Interno/Antiguidade -

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no EDITAL n. 1/ CFSII/DRSP/PMMS/2016 referente ao Processo Seletivo para o Curso de Formação de Sargentos – CFS, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.281, de 07 de novembro de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, **a** Portaria nº PORTARIA nº 23/2017 – CEFAP/APM/PMMS, de 22 de março de 2017, conforme anexo único a este

Campo Grande - MS, 24 de março de 2017.

WALDIR RIBEIRO ACOSTA - Coronel QOPM Comandante-Geral da PMMS Mat. 38837021

ANEXO ÚNICO AO EDITAL n. 39/CFSII/DRSP/PMMS/2017 PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DO QUADRO DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL

Habilitação por Processo Seletivo Interno/Antiguidade.

PORTARIA nº 23/2017 - CEFAP/APM/PMMS, DE 22 DE MARÇO DE 2017

O COMANDANTE DO CENTRO DE ENSINO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS no uso de suas atribuições, bem como em cumprimento ao Ofício nº 188/DRSP/2017, de 21 de março de 2017.

RESOLVE:

REVOGAR, a matrícula no Curso de Formação de Sargentos, do CB PM DESIG WANDERLY SILVÉRIO – Mat. 77698022, conforme Portaria nº 018/CEFAP/PMMS, de 03 de março de 2017, em razão do Agravo de Instrumento nº 1400082-46.2017.8.12.0000, de 14 de março de 2017 que revogou a decisão limiar proferida no Mandado de Segurança nº 0843559-05.2015.8.12.0001.

PUBLIQUE-SE.

MARCOS PAULO GIMENEZ - TC QOPM Comandante da CEFAP/PMMS

Mat. 108353021

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL Nº 009/DGP-4/DGP/PMMS/2017.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 1.148, de 13 de julho de 1981 c/c artigo 6º inciso IX, do Decreto nº 1.091 de 12 de junho de 1981, por delegação ao Diretor de Gestão de Pessoal da PMMS, nos termos do D.O.E nº 8381, página 74, de 27/02/2013,

RESOLVE:

Notificar, o 1º SGT PM RR **CLOVIS GONZAGA** – matrícula nº 57889021, para comparecer à Diretoria de Gestão de Pessoal da PMMS/DGP-4, sito à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo nº 1.203 – Parque dos Poderes – Campo Grande/MS, para tomar ciência da Manifestação PGE/CJUR-SEJUSP/Nº009/2017 e Decisão PGE/MS/GAB/Nº 049/2017, exarada no processo n° 31/000045/2017, que versa sobre designação ao serviço ativo. Em querendo poderá extrair cópia do processo, e após o prazo de 05 (cinco) días úteis a partir da primeira publicação, o processo será encaminhado ao Arquivo Geral da Diretoria de Gestão de Pessoal/PMMS.

Campo Grande/MS, 21 de marco de 2017.

ANDRE LUIZ SAAB- CFL OOPM Diretor de Gestão de Pessoal da PMMS Matrícula 76889021

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL Nº 010/DGP-4/DGP/PMMS/2017.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 1.148, de 13 de julho de 1981 c/c artigo 6º inciso IX, do Decreto nº 1.091 de 12 de junho de 1981, por delegação ao Diretor de Gestão de Pessoal da PMMS, nos termos do D.O.E nº 8381, página 74, de 27/02/2013,

RESOLVE:

Notificar, o CB PM RR HELTON BUENO DE SOUZA - matrícula nº 53590026, para comparecer à Diretoria de Gestão de Pessoal da PMMS/DGP-4, sito à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo nº 1.203 – Parque dos Poderes – Campo Grande/ MS, para tomar ciência da Manifestação PGE/CJUR-SEJUSP/N°009/2017 e Decisão PGE/MS/GAB/N° 049/2017, exarada no processo n° 31/302794/2016, que versa sobre designação ao serviço ativo. Em querendo poderá extrair cópia do processo, e após o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da primeira publicação, o processo será encaminhado ao Arquivo Geral da Diretoria de Gestão de Pessoal/PMMS.

Campo Grande/MS, 21 de marco de 2017

ANDRE LUIZ SAAB- CEL QOPM. Diretor de Gestão de Pessoal da PMMS Matrícula 76889021

NOTIFICAÇÃO Nº 030/DGP-1/2017

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em conformidade com que prescreve o Artigo 27, inciso II, § 2°, da Lei Complementar n° 190, de 04 Abril 2014.

RESOLVE:

- Notificar e tornar público sobre o agendamento da Junta de Inspeção de Saúde ao SD PM DIEGO DA SILVA ANTUNES Mat. 123657023, previamente agendada para o dia 30 de março de 2017 (quinta-feira) às 7h00min;
- 2. Deverá o referido Policial Militar comparecer à Policlínica da PMMS, sito à Rua Rodolfo José Pinho, 1506 - Bairro Jardim São Bento - Campo Grande/MS.

Campo Grande/MS, 21 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ SAAB - Cel QOPM Diretor de Gestão de Pessoal da PMMS Mat. 76889021

DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA "P" DGPC/MS N° 156, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais

Considerando requerimento protocolado nesta Delegacia-Geral sob nº 1505, em 21 de março de 2017;

RESOLVE

Remover, a pedido, atendido a conveniência do serviço, WALTER ANTUNES DA ROSA, Investigador de Polícia Judiciária, Classe Especial, matrícula nº 32854022, da Delegacia de Polícia de Bandeirantes/MS para a Delegacia de Polícia de Jaraguari/MS, concedendo 05 (cinco) días de trânsito, com base no inciso II, do artigo 85, da Lei Complementar nº 114/2005 e alterada pela Lei Complementar nº 140, de 22 de dezembro de 2009, a contar da data da publicação.

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS N° 157, DE 24 DE MARCO DE 2017.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO

GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve-Designar ODORICO RIBEIRO DE MENDONÇA E MESQUITA,

Delegado de Polícia, 1º Classe, matrícula nº 45640023, do Quadro da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para exercer a função de confiança de Assessor Especializado, símbolo DAPC- 4, na Delegacia Geral da Polícia Civil/MS, a contar da data da publicação.

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS N° 158, 24 DE MARÇO DE 2017.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Revogar a contar da data da publicação a Portaria "P" DGPC/MS nº 379, de 06 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial nº 9200, de 07 de julho de 2016 que designou **SIDNEI ALBERTO**, Delegado de Polícia, Classe Especial, matrícula nº 94619023, Totado na Coordenadoria de Controle e Aperfeiçoamento da Atividade de Polícia Judiciária/MS, para coordenar, acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do Plano Anual de Correições, o qual deverá manter registros, arquivos e controle de medidas urgentes para fins de saneamento de problemas apontados nos relatórios de

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

correição, a contar de 06 de julho de 2016

PORTARIA "P" DGPC/MS N° 159, 24 DE MARCO DE 2017.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO

GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos do artigo 2º da Portaria Conjunta/DGPC/ CGPC/MS nº 123, de 20 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial nº 9189, de 22 de iunho de 2016:

RESOLVE:

Designar LUIZ SÉRGIO DA SILVA, Delegado de Polícia, Classe Especial, matrícula nº 77565024, lotado na Coordenadoria de Controle e Aperfeiçoamento da Atividade de Polícia Judiciária/MS, para coordenar, acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do Plano Anual de Correições, o qual deverá manter registros, arquivos e controle de medidas urgentes para fins de saneamento de problemas apontados nos relatórios de correição, a contar da data da publicação.

Campo Grande, MS, 24 de marco de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS N° 160, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Dispensar MARCELO RENATO RODRIGUES DE LIMA ALONSO,

Delegado de Polícia, 1^á Classe, matrícula nº 6313022, do Quadro da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, da função de Delegado Titular, símbolo DAPC- 6, da Delegacia Virtual/MS, com validade a contar da data da publicação.

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES
DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS N° 161, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO

GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar MARCELO RENATO RODRIGUES DE LIMA ALONSO,

Delegado de Polícia, 1ª Classe, matrícula nº 6313022, do Quadro da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para exercer a função de confiança de Coordenador, símbolo DAPC-4, na Delegacia Geral da Polícia Civil/MS, com validade a contar da data da publicação.

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 162, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO

GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar MARCELO RENATO RODRIGUES DE LIMA ALONSO,

Delegado de Polícia, 1ª Classe, matrícula nº 6313022, para responder, sem prejuízo de suas funções habituais, nos termos do artigo 13, incisos IX e X e c/c o artigo 127, inciso IV da Lei Complementar nº 114/05, pelo expediente da Delegacia Virtual/MS, a contar da data da publicação até ulterior deliberação.

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 163, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO

GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais ;

Considerando o Decreto "P" nº 1.110, de 08 de março de 2017, publicado no Diário Oficial nº 9376, de 24 de março de 2017, página 16;

RESOLVE:

Dispensar CINTYA ROGERIA RODRIGUES TAIAR. Delegada de Polícia, Classe Especial, matrícula nº 110503022, do Quadro da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, da função de Delegado Regional, símbolo DAPC- 5, da Delegacia de Regional de Polícia de Paranaíba/MS, a contar de 24 de março de 2017.

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS N° 165, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO

GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Dispensar WALLACE MARTINS BORGES, Delegado de Polícia, 1ª Classe, matrícula nº 132839022, do Quadro da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, da função de Delegado Adjunto, símbolo DAPC- 7, da 1ª Delegacia de Polícia de Paranaíba/MS, a contar de 24 de março de 2017.

Campo Grande, MS, 24 de marco de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 165, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve;

Remover, "ex-officio", no interesse da Administração, **WALLACE MARTINS BORGES**, Delegado de Polícia, 1ª Classe, matrícula nº 132839022, da 1ª

Delegacia de Polícia de Paranaíba/MS para a Delegacia Regional de Polícia da mesma cidade, concedendo 02 (dois) dias de trânsito, com base no inciso I do artigo 85 da Lei Complementar nº 114/2005 e alterada pela Lei Complementar nº 140, de 22 de dezembro de 2009, a contar de 24 de março de 2017.

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS N° 166, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar WALLACE MARTINS BORGES, Delegado de Polícia, 1ª Classe , matrícula nº 132839022, do Quadro da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para exercer a função de Delegado Regional, símbolo DAPC- 5, na Delegacia de Regional de Polícia de Paranaíba/MS, a contar de 24 de março de 2017.

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

EDITAL/ACADEPOL/DGPC/SEJUSP/MS/N, 004/2017

Por decisão do Conselho de Ensino. A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLÍCIA POR decisao do Conseino de Ensino, A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLICIA CIVIL DELEGADO JÚLIO CESAR DA FONTE NOGUEIRA — ACADEPOL/MS, no uso de suas atribuições legais estampadas no inciso X, do artigo 142, do Decreto n. 12.218 de 28 de dezembro de 2006, torna público para conhecimento dos interessados, o RESULTADO do convite para o PROCESSO DE CADASTRAMENTO DE CURRÍCULOS DE SERVIDORES PÚBLICOS, ATIVOS, NO BANCO DE DOCENTES DA ACADEMIA DE POLÍCIA

CIVIL/MS, para o biénio 2017/2019, conforme segue:

a) A relação dos servidores públicos, ativos, considerados APTOS e disciplinas habilitadas - (ANEXO I).

b) A relação dos servidores públicos, ativos, considerados INAPTOS,

sendo concedido, neste ato, o prazo de 05 (cinco) dias, impreterivelmente, a contar da data da publicação deste Edital, para que os interessados, querendo, possam sanar as irregularidades apontadas na Relação, com a consequente apresentação de dados e documentos faltantes - (ANEXO II).

A entrega dos dados e documentos faltantes deverá ser feita na SECRETARIA DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL – ACADEPOL/MS, em envelope lacrado, das 08h às 11h e das 14h às 17h.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017.

Maria de Lourdes Souza Cano Delegada de Polícia Diretora da ACADEPOL/MS

ANEXO I - EDITAL/ACADEPOL/DGPC/SEJUSP/MS/ N. 004/2017 RELAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, ATIVOS, CONSIDERADOS APTOS

ORD.	NOME COMPLETO	DISCIPLINAS
1	ALBENIR ECHEVERRIA	- INTRODUÇÃO A CRIMINALÍSTICA; - LEGISLAÇÃO APLICADA A COORDENADORIA DE PERÍCIAS; - PERÍCIA EM LOCAIS DE CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO.
2	ALBERTO VIEIRA ROSSI	TÉCNICA, PROCEDIMENTOS E PRÁTICA OPERACIONAL POLICIAL - USO DA FORÇA; GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES E DESASTRES.
3	ALINE ASSUNÇÃO DE SOUZA	- PERÍCIAS EM LOCAL DE INCÊNDIO; - PERÍCIAS DE MEIO AMBIENTE; - PERÍCIAS DE ENGENHARIA LEGAL.
4	ALINE GONÇALVES SINNOTT LOPES	- PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA; - LEI N. 8069/90 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; - RELAÇÕES HUMANAS E ATENDIMENTO AO PÚBLICO.
5	ANA CLÁUDIA OLIVEIRA MARQUES MEDINA	- GESTÃO DA INFORMAÇÃO; - LÍNGUA E COMUNICAÇÃO; - TÉCNICAS, PROCEDIMENTOS E PRÁTICA OPERACIONAL POLICIAL - USO DA FORÇA.
6	ANDRÉ MATSUSHITA GONÇALVES	- DIREITO PROCESSUAL PENAL; - DIREITO PENAL; - LEI N°. 9.296/96 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.
7	BRUNO HENRIQUE URBAN	 ARMAS, EQUIPAMENTOS, MUNIÇÃO E TIRO POLICIAL; GESTÃO DE UNIDADE POLICIAL; TÉCNICA, PROCEDIMENTOS PRÁTICA OPERACIONAL POLICIAL - USO DA FORÇA.
8	CARLOS DELANO GEHRING LEANDRO DE SOUZA	- DIREITOS HUMANOS; - DIREITO PENAL; -DIREITO CONSTITUCIONAL.
9	CÉLIA MARIA BEZERRA DA SILVA	- PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA; - BUSCA, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA.

10	CLEVERSON ALVES DOS SANTOS	- DIREITO PENAL; - LEI N. 12.850/13 - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA; - MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO
		POLICIAL, ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO.
11	EDÉSIO RAFAEL DA SILVA	- SISTEMAS INFORMATIZADOS; - TELECOMUNICAÇÕES;
		- SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.
40	FNIITON PIRES ZALLA	- DIREITO CONSTITUCIONAL; - DIREITO ADMINISTRATIVO;
12	ENILION PIRES ZALLA	- PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.
10	ÉDIKA EUNIOE DA ODUZ	- PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;
13	ÉRIKA EUNICE DA CRUZ	- LEI N. 11340/06 - LEI MARIA DA PENHA; - DIREITO PENAL.
		- DIREITO PENAL;
14	FERNANDO LOPES	- DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL;
	NOGUEIRA	- LEI N. 9099/95 E 11.313/06 – COMPETENCIAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAL E
		FEDERAL DIREITO PROCESSUAL PENAL;
15	GUSTAVO DE OLIVEIRA	- LEI N. 8072/90 E LEI N. 11464/07 - DE
	BUENO VIEIRA	CRIMES HEDIONDOS; - LEI N. 12.683/12 - LAVAGEM DE DINHEIRO.
16	IVAN BARREIRA	- TÉCNICAS, PROCEDIMENTOS E PRÁTICA
		OPERACIONAL POLICIAL - USO DA FORÇA. - RELAÇÃO DE GÊNERO E HOMOFOBIA;
17	JAÍZA DOS SANTOS TEIXEIRA	- FUNDAMENTOS DE GESTÃO INTEGRADA E COMUNITÁRIA:
		- LEI MARIA DA PENHA.
		- LEGISLAÇÕES ESPECIAIS APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA;
18	JOÃO EDUARDO SANTANA DAVANÇO	- MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL, ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO;
		- SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.
		- TELECOMUNICAÇÕES;
19	LUCIA AZEVEDO DUARTE	- SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL;
		- PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.
20	MAÉRCIO ALVES BARBOZA	- PROCESSO PENAL; - FUNDAMENTOS DOS CONHECIMENTOS
20	IVIAERCIO ALVES BARBOZA	JURÍDICOS; - PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.
		- LINGUA E COMUNICAÇÃO;
21	MARCIA HELENA FRANCO SANTOS GODOY	- FUNDAMENTOS DE GESTAO INTEGRADA E COMUNITÁRIA;
		- DIREITOS HUMANOS.
0.0	146 DOLO ODLOTIANO DADODA	-PERÍCIAS PAPILOSCÓPICAS; - PAPILOSCOPIA;
22	MÁRCIO CRISTIANO PAROBA	- NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS A
		IDENTIFICAÇÃO E PERÍCIAS PAPILOSCÓPICAS ARMAS, EQUIPAMENTOS, MUNIÇÃO E TIRO
23	MARCIO SHIRO OBARA	POLICIAL; - BUSCA, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA
23	WANGIO SIIINO UDAKA	PROVA; - TÉCNICAS, PROCEDIMENTOS E PRÁTICA
	MAROOD DE COUTE	OPERACIONAL POLICIAL - USO DA FORÇA CONDICIONAMENTO FÍSICO;
24	MARCOS DE SOUZA FERREIRA	- DEFESA PESSOAL.
	MARIA DE LOURDES COUZA	- ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - LEI 3198/00;
25	MARIA DE LOURDES SOUZA CANO	- ESTATUTO DO IDOSO - LEI 10741/03;
		- DIREITOS HUMANOS PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;
26	MARIA RITA DO	- PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÕES DE
20	NASCIMENTO	CONFLITOS; - CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA
		PÚBLICA LEI N. 9.455/97 - LEI DE TORTURA;
27	PATRICK LINARES DA COSTA	- LEI N. 9.605/98 - CRIMES AMBIENTAIS;
		- DIREITO PENAL TELECOMUNICAÇÕES;
28	PRISCILLA DE SOUZA	- SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO
20	RODRIGUES	BRASIL; - PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.
	1	1

		- TÉCNICA, PROCEDIMENTOS E PRÁTICA OPERACIONAL -USO DA FORÇA;	
29	ROBERTO MEDINA FILHO	- DEFESA PESSOAL;	
		- ARMAS, EQUIPAMENTOS, MUNIÇÃO E TIRO	
		POLICIAL.	
		- ARMAS, EQUIPAMENTOS, MUNIÇÃO E TIRO	
	DODDIOG OUIDAL DELLI	POLICIAL;	
30	RODRIGO GUIRALDELLI YASSAKA	- LEI N. 11.343/06;	
	TASSAKA	- MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	
		POLICIAL, ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO.	
		- MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	
	WELLINGTON DE OLIVEIRA	POLICIAL, ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO;	
31		- SISTEMAS INFORMATIZADOS E GESTÃO DE	
31		INFORMAÇÃO;	
		- CRIMINOLOGIA APLICADA Á SEGURANÇA	
		PÚBLICA.	
32	WELLINGTON KLIMPEL DO NASCIMENTO	- INTELIGÊNCIA POLICIAL.	
		- TELECOMUNICAÇÕES;	
		- SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO	
33	WILLIAN VILALBA XAVIER	BRASIL;	
		- PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.	
34	WILSON XAVIER PAIVA	- DIREÇÃO DEFENSIVA.	

ANEXO II - EDITAL/ACADEPOL/DGPC/SEJUSP/MS/ N. 004/2017 RELAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, ATIVOS, CONSIDERADOS INAPTOS

ORD.	ÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLIO NOME	OBSERVAÇÃO
UKD.	INCIVIL	1- NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO
		NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR;
		2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE
	ALBERTO LUIZ CARNEIRO DA	GRADUAÇÃO E DE PÓS GRADUAÇÃO;
1	CUNHA DE MIRANDA	3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
		DOCENTE;
		4- NÃO MENCIONOU / PREENCHEU NO
		CURRICULUM AS ÁREAS TEMÁTICAS E AS
		DISCIPLINAS QUE PRETENDE LECIONAR.
_	ALENDER MAX DE SOUZA	1- NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO
2	MORAES	NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR.
	AMANDA BARRETO DA COSTA	1- NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO
3	SCHMIDT	NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR.
	0011111111111	1- NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO
		NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR:
		2- NÃO APRESENTOU OS CERTIFICADOS
	ANDERSON DOS SANTOS	DE CURSOS COMPATÍVEIS COM AS
4	RODRIGUES	DISCIPLINAS INDICADAS;
	RODRIGOES	3- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS-
		GRADUAÇÃO;
		4- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
		DOCENTE.
	ANGELA REGINA RODRIGUES	1 - NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
5	BORRO	DOCENTE.
		1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
6	ANTONIO CARLOS COSTA MAYER	
	IVIATER	DOCENTE.
7	CECILIA FREITAS MARTINS	1- NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO
		NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR.
		1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
	CLAUDIO GRAZIANI ZOTTO	DOCENTE;
8		2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE
		GRADUAÇÃO.
		1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
9	DMITRI ERIK PALERMO	DOCENTE.
		1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS-
	DOCIVALDO DA CILVA	GRADUAÇÃO;
10	DOGIVALDO DA SILVA LOURENÇO	2- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
	LOUKLINÇO	
		DOCENTE
		1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS-
		GRADUAÇÃO;
11	DOUGLAS TOBIAS	2- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA
''	DOUGLAS TOBIAS	DO ÓRGÃO CORREGEDOR;
		3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
		DOCENTE.
		1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA
	EDUARDO CARVALHO DE	DO ÓRGÃO CORREGEDOR;
12	ALMEIDA	2- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
	, including	
		DOCENTE.
13	FABIANO ALÉCIO MANFRIN	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
		DOCENTE.
		1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
14	FÁBIO PERÓ CORREA PAES	DOCENTE;
14	I ADIO PERO CORREA PAES	2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE
		GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.
		1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
	FREDERICO TELLES DAMASIO	DOCENTE;
15	DA COSTA	2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE
	DA COSTA	
		GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE
		1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE
16	GISELIA SUBTIL MALDONADO	GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.

	I	A NÃO ADDECENTOU DIDIONA DE DÓO
17	GLAUCO DE OLIVEIRA INÁCIO	1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS- GRADUAÇÃO; 2- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
		DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS- GRADUAÇÃO;
18	IGOR LIMA VIEIRA	2- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ORGÃO CORREGEDOR; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE
19	JOÃO PAULO NATALI SARTORI	DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE
20	JOSÉ CARLOS CARNEIRO DE ALMEIDA	GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
21	KAMEL DIOGO NASCIMENTO DOS SANTOS	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS-
22	LINCOLN SILVA CRISTOVÃO	GRADUAÇÃO. 1- NÃO APREENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ODOÃO CORPOSEDOR
23	LUCÉLIA CONSTANTINO DE OLIVEIRA	DO ORGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
24	LUCIANO MENDES DE AZEVEDO	DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ORGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
25	LUDIO ESPÍRITO SANTO	1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ORGÃO CORREGEDOR.
26	LUIZ CARLOS DE SOUZA	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
27	LUIZ HENRIQUE DE SOUZA	1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ORGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE; 3- NÃO INFORMOU DADOS PESSOAIS COMPLETO NO CURRICULUM.
28	MARCIA SOLANGE STELTER SANTOS	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
29	MARCIO ROGÉRIO FARIA CUSTÓDIO	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
30	MARIA ANGÉLICA FONTANARI DE CARVALHO E SILVA	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
31	MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA BELCHIOR FRANÇA	NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE; NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ORGÃO CORREGEDOR.
32	MAX DOURADO AZAMBUJA ANDRADE	1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ORGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE VÁLIDO CONFORME AS REGRAS DO EDITAL.
33	MICHEL WEILER NEVES	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
34	MÔNICA FELIX ANDRADE NASCIMENTO DE OLIVEIRA	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
35	ODORICO RIBEIRO DE MENDONÇA E MESQUITA	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
36	PAULO LUIZ DE ALMEIDA JÚNIOR	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE; 2- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA
37	PAULO SERGIO DE SOUZA LAURETTO	DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
38	RAFAEL FRANCISCO ROSA CARBONE	1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
39	RENAN DE MELLO PEREIRA	DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS- GRADUAÇÃO; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.
40	RICARDO DOS SANTOS TIBURCIO	NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE; NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO.
41	ROBERTO DUARTE FARIA	1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS-
42	ROBERTO GURGEL DE OLIVEIRA FILHO	GRADUAÇÃO. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE.

DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO E DE PÓS GRADUAÇÃO; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE; 4- NÃO MENCIONOU / PREENCHEU NO CURRICULUM AS DISCIPLINAS QUI PRETENDE LECIONAR. 4- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS GRADUAÇÃO. 3- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 4- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OCENTE. 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OCENTE.	43 ROBYSON SANTANA E SILVA	2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE GRADUAÇÃO E DE PÓS GRADUAÇÃO; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE;
2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO E DE PÓS GRADUAÇÃO; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE; 4- NÃO MENCIONOU / PREENCHEU NO CURRICULUM AS DISCIPLINAS QUI PRETENDE LECIONAR. 44 RUI FERNANDO MARTINS NUNEZ 5- SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ 6- SERGIO LUIZ DUARTE 6- SERGIO LUIZ DUARTE 7- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 7- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 7- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 7- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 7- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI OMORGÃO CORREGEDOR; 7- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO; 7- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO;	43 ROBYSON SANTANA E SILVA	2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE GRADUAÇÃO E DE PÓS GRADUAÇÃO; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE;
43 ROBYSON SANTANA E SILVA 44 RUI FERNANDO MARTINS NUNEZ 45 SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ 46 SERGIO LUIZ DUARTE 47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS 47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS GRADUAÇÃO E DE PÓS GRADUAÇÃO; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO;	43 ROBYSON SANTANA E SILVA	GRADUAÇÃO E DE PÓS GRADUAÇÃO; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE;
43 ROBYSON SANTANA E SILVA 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE; 4- NÃO MENCIONOU / PREENCHEU NO CURRICULUM AS DISCIPLINAS QUI PRETENDE LECIONAR. 44 RUI FERNANDO MARTINS 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS GRADUAÇÃO. 45 SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ 46 SERGIO LUIZ DUARTE 46 SERGIO LUIZ DUARTE 47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO; 3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO;	43 ROBYSON SANTANA E SILVA	3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE DOCENTE;
DOCENTE; 4- NÃO MENCIONOU / PREENCHEU NO CURRICULUM AS DISCIPLINAS QUI PRETENDE LECIONAR. 44 RUI FERNANDO MARTINS NUNEZ GRADUAÇÃO. 45 SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 46 SERGIO LUIZ DUARTE 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO CENTE. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO; 47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;	43 ROBYSON SANTANA E SILVA	DOCENTE;
4- NÃO MENCIONOU / PREENCHEU NO CURRICULUM AS DISCIPLINAS QUI PRETENDE LECIONAR. 44 RUI FERNANDO MARTINS NUNEZ GRADUAÇÃO. 45 SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 46 SERGIO LUIZ DUARTE DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO;		
CURRICULUM AS DISCIPLINAS QUI PRETENDE LECIONAR. 44 RUI FERNANDO MARTINS NUNEZ 45 SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ 46 SERGIO LUIZ DUARTE 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;		4- NÃO MENCIONOU / PREENCHEU NO
PRETENDE LECIONAR. 44 RUI FERNANDO MARTINS NUNEZ 45 SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ 46 SERGIO LUIZ DUARTE 46 SERGIO LUIZ DUARTE DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;		
44 RUI FERNANDO MARTINS NUNEZ 45 SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ 46 SERGIO LUIZ DUARTE 1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS GRADUAÇÃO. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;	1	CURRICULUM AS DISCIPLINAS QUE
44 NUNEZ GRADUAÇÃO. 45 SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 46 SERGIO LUIZ DUARTE 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO CENTE. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;		PRETENDE LECIONAR.
NUNEZ GRADUAÇÃO. 45 SANDRA PAULA BERTOLASSI JIMENEZ DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 46 SERGIO LUIZ DUARTE DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;	RUI FERNANDO MARTINS	1- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS-
45 JIMENEZ DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;	NUNEZ	GRADUAÇÃO.
JIMENEZ DO ÓRGÃO CORREGEDOR. 1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;	SANDRA PAULA BERTOLASSI	1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA
46 SERGIO LUIZ DUARTE DOCENTE. 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI 47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;	JIMENEZ	DO ÓRGÃO CORREGEDOR.
DOCENTE. 1 - NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIV, DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2 - NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI 47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;	44 SEDCIO IIIIZ DIIADTE	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
DO ÓRGÃO CORREGEDOR; 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI 47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;	46 SERGIO LUIZ DUARTE	DOCENTE.
2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DI 47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;		1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA
47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;		DO ÓRGÃO CORREGEDOR;
		2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE
3- NÃO MENCIONOU / PREENCHEU NO	47 SIDNÉIA CATARINA TOBIAS	GRADUAÇÃO E POS GRADUAÇÃO;
		3- NÃO MENCIONOU / PREENCHEU NO
CURRICULUM AS DISCIPLINAS QUI		CURRICULUM AS DISCIPLINAS QUE
PRETENDE LECIONAR.		PRETENDE LECIONAR.
VERA ABADIA MARTINS TERRA 1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA	VERA ABADIA MARTINS TERRA	1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA
HILDEBRAND DO ÓRGÃO CORREGEDOR.	48 HILDEBRAND	DO ÓRGÃO CORREGEDOR.
1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA		1- NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA
DO ÓRGÃO CORREGEDOR;		DO ÓRGÃO CORREGEDOR;
49 WAGNER ORTIGOSA 2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS	40 WACNED ODTICOSA	2- NÃO APRESENTOU DIPLOMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO;		GRADUAÇÃO;
3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DI	49 WAGINER URTIGOSA	3- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE
DOCENTE.	49 WAGNER ORTIGOSA	DOCENTE
FO WEBITEI ROBOEI IIO DE L'ANN	wagner Uritgusa	DOCLIVIL.
OLIVEIRA DOCENTE.	50 WEDNEY RODOLPHO DE	1- NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE

Campo Grande/MS, 24 de março de 2017.

Maria de Lourdes Souza Cano Delegada de Polícia Diretora da ACADEPOL/MS

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

PORTARIA AGEPEN "P" N°. 153, de 24 de marco de 2017.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 256 da Lei Estadual nº. 1.102, de 10 de outubro de 1990,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores **CRISTIANO CLITER CANOVA**, matrícula nº 88134022, ocupante do cargo de Procurador de Entidades Públicas e **ISMAEL GONÇALVES CRUZ**, matrícula nº 40542022, ocupante do cargo de Procurador de Entidades Públicas, para constituírem a comissão sindicante e, sob a presidência do primeiro, no prazo de 90 dias a contar da publicação desta Portaria, apurar os fatos mencionados no processo nº 31/600.219/2017, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer da apuração, e apresentar o respectivo relatório.

Campo Grande, MS, 24 de março de 2017.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES Diretor-Presidente Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº. 164, de 24 de março de 2017.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Dispensar o servidor RONALDO CESAR DEPÓLITO, prontuário nº. 99180022, Agente Penitenciário Estadual da área de Administração e Finanças, nomeado no cargo comissionado de Direção-Executiva e Assessoramento, simbolo DGA-3, da função de Chefe da Divisão de Contra Inteligência Penitenciária, da Gerencia de Inteligência Penitenciária, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, com validade a contar de 27 de março de 2017.

Campo Grande MS, 24 de março de 2017.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES

Diretor-Presidente Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº. 165, de 24 de março de 2017.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora HELAINE GOMES DA SILVA BARROS TON, prontuário nº. 120416021, Agente Penitenciário Estadual da área de Assistência e Perícia, subfunção Psicóloga, nomeado no cargo comissionado de Direção-Executiva e Assessoramento, símbolo DGA-3, para desempenhar a função de Chefe da Divisão de Contra Inteligência Penitenciária da Gerencia de Inteligência Penitenciária, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, em decorrência da dispensa do servidor RONALDO CESAR DEPÓLITO, prontuário nº. 99180022, Agente Penitenciário Estadual da área de Administração e Finanças, com validade a contar de 27 de março de 2017.

Campo Grande MS, 24 de março de 2017.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES

Diretor-Presidente Mat. 18128021

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA "P" FUNDECT N° 006/2017 DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – FUNDECT, no uso de suas atribuições e, atendendo a determinação imposta pelo artigo 242 da Lei $\rm n^{\circ}$ 1.102/1990:

RESOLVE

Art. 1º Substituir os servidores membros da COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, constituida por meio da Portaria "P" nº 015/2016 de 21 de outubro de 2015, abaixo identificados:

- Frederico Kochhann dos Santos, matrícula 9699024, POR DIOGO RONDON DA ROCHA, matrícula 24917022, servidor; e
- Wanessa Paiva Zebalhos, matrícula 457706021, POR DOMINGOS CÉLIO ALVES CARDOSO, matrícula 24294024, Procurador de Entidades Públicas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor data de sua publicação, revogando-se a.

Campo Grande-MS, 24 de março de 2017.

Davi José Bungenstab

Diretor-Presidente/Fundect

FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA "P" FUNSAU Nº 61 de 23 de Março de 2017.

O Diretor-Presidente da Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o estabelecido na Lei n. 4.640, de 24 de dezembro de 2014 e no Decreto "P" n. 147, de 12 Janeiro de 2015, resolve:

DESIGNAR a servidora Fabiane Ortiz de Araujo matrícula 128595021, para desempenhar a função de Assessor na Assessoria da Diretoria de Enfermagem no período de 13/03/2017 a 27/03/2017 em substituição ao titular servidor Cristiano Arakaki matrícula 111808021, durante seu afastamento por motivos de licença saúde.

JUSTINIANO BARBOSA VAVAS Diretor-Presidente

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA "P"/UEMS nº 213, de 20 de março de 2017.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 1°, combinado com o parágrafo único do art. 2°, ambos da Lei n° 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Remover, a pedido, os servidores a seguir relacionados, do Quadro Permanente de Pessoal da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em permuta, com fulcro no artigo 61, inciso IV, § 2°, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, fixando em 7 (sete) dias o período de trânsito, a partir da data de publicação:

Nome/Matrícula/ Cargo/Função	Classe Nível	Código	De Para	Processo nº
Ligia Cristina Carvalho 42220022 Técnico de Nível Superior Técnico de Apoio à Educação Superior	111	60033	Cassilândia Dourados	29/500098/2017
Alcides Ortega 108872021 Técnico de Nível Superior Técnico de Apoio à Educação Superior	111	60033	Dourados Cassilândia	29/500098/2017

FABIO EDIR DOS SANTOS COSTA Reitor – UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº 215 de 23 de março de 2017.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria n.º 81 de 30 de agosto de 2016, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Prorrogar por 60 (sessenta) dias, no período de 30 de março de 2017 a 28 de maio de 2017, a Licença Gestante à ANDRESA BRUSAROSCO ANDRADE, matrícula nº 18881026, exercendo a função de docente, em caráter temporário como Professor Convocado, nível II, código 60055, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com fulcro na Lei nº 3.855, de 30 de março de 2010 (Processo nº 29/500228/2017).

ADRIANA ROCHAS DE CARVALHO FRUGULI MOREIRA Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº 217, de 23 de março de 2017.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria n.º 81 de 30 de agosto de 2016, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do

Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Conceder, em caráter definitivo, ao servidor a seguir relacionado, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Nível Médio, classe A, nível III, código 60034, lotado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Progressão Funcional para o nível III, já concedida em caráter temporário conforme Portaria mencionada abaixo, com fulcro no artigo 5º da Resolução Conjunta/COUNI-CEPE nº 15, de 23 de junho de 2001.

Nome Matrícula	Portaria "P"/UEMS n°	Diário Oficial nº	A partir de	Processo nº
Jean Barbosa Siqueira 67379021	255, de 06/04/15.	8.895, de 07/04/15, pág. 24	13/02/2017	29/500065/2015

ADRIANA ROCHAS DE CARVALHO FRUGULI MOREIRA Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº 218, de 23 de março de 2017.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria n.º 81 de 30 de agosto de 2016, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Conceder, em caráter definitivo, à servidora a seguir relacionada, ocupante do cargo de Técnico de Nível Superior, nível III, código 60033, lotada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Progressão Funcional para o nível III, já concedida em caráter temporário conforme Portaria mencionada abaixo, com fulcro no artigo 5° da Resolução Conjunta/COUNI-CEPE nº 15, de 23 de junho de 2001.

Nome Matrícula	Portaria "P"/UEMS n°	Diário Oficial nº	A partir de	Processo nº
Leila Roque Ribeiro Marques 46709023	168, de 10/03/16.	9.126, de 16/03/16, pág. 50	08/11/2016	23/300874/2007

ADRIANA ROCHAS DE CARVALHO FRUGULI MOREIRA Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº 219, de 23 de março de 2017.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria nº. 81 de 30 de agosto de 2016, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII, do art. 21, do Estatuto, e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Conceder as servidoras a seguir relacionadas, lotadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Progressão Funcional em caráter temporário, fundamentado no artigo 5° da Resolução Conjunta/COUNI-CEPE n° 15, de 23 de junho de 2001.

Nome Matrícula/Cargo/Função	Do nível	Para o nível	Código Classe	A partir de	Processo nº
Andressa Santos 97435022 Técnico de Nível Superior Técnico de Apoio a Educação Superior	П	111	60033	24/02/2017	23/300869/2007
Giseli Mendonça de Camargo 104895022 Técnico de Nível Superior Técnico de Apoio a Educação Superior	П	111	60033	24/02/2017	41/201301/2006

ADRIANA ROCHAS DE CARVALHO FRUGULI MOREIRA Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS n°. 220, de 24 de março de 2017.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria nº, 81 de 30 de agosto de 2016, A PRÔ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Revogar, a pedido, a partir de 16 de março de 2017, a Portaria "P"/UEMS nº. 394, de 13 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial nº. 9.186, de 17 de junho de 2016, a página 42, que concedeu afastamento parcial, para fins de Qualificação em Mestrado, a ELIDA GALVÃO DO NASCIMENTO, matrícula nº. 117862022, ocupante do cargo de Técnico de Nivel Superior, na função Técnico de Apoio a Educação Superior, nível II, código 60033, lotada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. (Processo nº 29/500413/2016).

ADRIANA ROCHAS DE CARVALHO FRUGULI MOREIRA Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS n°. 221, de 24 de março de 2017.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria nº. 81 de 30 de agosto de 2016, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Designar os docentes abaixo relacionados para comporem a Banca Examinadora do Processo Seletivo de Docentes, aberto pelo Edital nº. 17/2017 – PRODHS de 17 de fevereiro de 2017, Unidade Universitária de Coxim, publicado no Diário Oficial nº. 9.354, de 20 de fevereiro de 2017:

ÁREA DE CONHECIMENTO: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS Prof. Dr. Herbertz Ferreira - Presidente

Prof^a. Dr^a. Raquel Elizabeth Saes Quiles Prof^a. MSc. Jussara Linhares Granemann

Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Guerra - Suplente

ADRIANA ROCHAS DE CARVALHO FRUGULI MORFIRA Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 222, de 24 de marco de 2017.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria nº. 81 de 30 de agosto de 2016, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1°, combinado com o parágrafo único do art. 2°, ambos da Lei n°. 2.583, de 23 de dezembro de 2002.

RESOLVE:

Designar os docentes abaixo relacionados para comporem a Banca Examinadora do Processo Seletivo de Docentes, aberto pelo Edital nº. 18/2017 – PRODHS de 03 de março de 2017, Unidade Universitária de Jardim, publicado no Diário Oficial nº. 9.362, de 06 de março de 2017:

ÁREA DE CONHECIMENTO: Língua Inglesa e Literatura da Língua Inglesa

Prof. Dr. Neurivaldo Campos Pedroso Junior - Presidente Prof^a. Dr^a. Adélia Maria Evangelista Azevedo Prof^a. MSc. Roseli Peixoto Grubert

Prof. Dr. Marcos Vinicius Teixeira - Suplente

ADRIANA ROCHAS DE CARVALHO FRUGULI MOREIRA Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

Republica-se por ter constado erro no original publicado no Diário Oficial no 9.369, de 15/03/2017, à página 39.

PORTARIA "P"/UEMS n°. 189, de 9 de março de 2017.

Por delegação de competência do Magnifico Reitor da UEMS, conforme Portaria nº. 81 de 30 de agosto de 2016, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Designar os docentes abaixo relacionados para comporem a Banca Examinadora do Processo Seletivo de Docentes, aberto pelo Edital nº. 16/2017 – PRODHS de 16 de fevereiro de 2017, Unidade Universitária de Aquidauana, publicado no Diário Oficial nº. 9.353, de 17 de fevereiro de 2017:

ÁREA DE CONHECIMENTO: Engenharia Florestal Prof. Dr. Thiago Woiciechowski - Presidente Prof. Dr. Diego Pierre de Almeida

Prof Dr Alfredo Raul Abot

Prof^a. Dr^a. Maiele Leandro da Silva - Suplente

ADRIANA ROCHAS DE CARVALHO FRUGULI MOREIRA Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL: Luciano Montalli PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL: Fábio Rogério Rombi da Silva SEGUNDA SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL: Eliana Etsumi Tsunoda CORREGEDORA-GERAL: Salete de Fátima do Nascimento SUBCORREGEDORA-GERAL: Geni Tibúrcio Zawierucha

PORTARIA "D" N. 174/2017 DPGE, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o artigo 16, inciso XI, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005, resolve:

AUTORIZAR a averbação de tempo de serviço à Defensora Pública KATHERINE ALZIRA AVELLAN NEVES, matrícula n. 5511546-1, integrante da classe de Defensor Público Substituto, símbolo DP-22, designada para atuar na Defensoria Pública da comarca de Deodápolis-MS, de 1.811 (um mil, oitocentos e onze) días, correspondente a 4 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 21 (vinte e um) dias, certidão de tempo de serviço expedida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, relativo ao período de 3 de novembro de 2011 a 19 de outubro de 2016, com fundamento no artigo 90 da Lei Complementar Estadual n. 111, de 17 de outubro de 2005. (Processo n. 33/000.145/2017).

Campo Grande, 23 de março de 2017

LUCIANO MONTALLI

Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA "D" N. 175/2017 DPGE, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o artigo 16, inciso XI, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005, resolve:

AUTORIZAR a averbação de tempo de serviço ao Defensor Público ARTHUR AU UNIZAR a averbação de tempo de serviço ao Detensor Público ARI HUR
DEMLEITNER CAFURE, matrícula n. 5511474-1, integrante da classe de Defensor Público
Substituto, símbolo DP-22, designado para atuar na 2ª Defensoria Pública Criminal da
comarca de Corumbá - MS, de 1.059 (um mil e cinquenta e nove) días, relativo ao
período de 15 de janeiro de 2010 a 9 de dezembro de 2012, correspondendo a 2 (dois)
anos, 10 (dez) meses e 29 (vinte e nove) días, certidão de tempo de serviço emitida
pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso do Sul, para fins de promoção na carreira, com fundamento no artigo 90 da Lei Complementar Estadual n. 111, de 17 de outubro de 2005. (Processo n. 33/000.149/2017).

Campo Grande, 23 de março de 2017.

LUCIANO MONTALLI

Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA "D" DPGE n. 176/2017, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, uso da competência que lhe confere o artigo 16, inciso XI, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005,

ALTERAR, em parte, a Portaria "D" DPGE n. 085/2017, de 22 de fevereiro de 2017, publicado no D.O.E n. 9.357, de 23 de fevereiro de 2017, páginas 73 e 74, que autorizou o gozo de férias à Defensora Pública ANGELA ROSSETI CHAMORRO, no período de 30 de março a 28 de abril de 2017, fixando-o para o período de 22 a 29 de março de 2017, referente as férias remanescentes do segundo período aquisitivo de 2014/2015 e de 30 de março a 28 de abril de 2017, referente ao primeiro período aquisitivo de 2015/2016.

Campo Grande, 24 de março de 2017.

LUCIANO MONTALLI

Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA "D" DPGE n. 177/2017, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o artigo 16, inciso XI, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005, resolve:

AUTORIZAR o gozo de férias regulamentares à Defensora Pública ANDRÉA PEREIRA NARDON BRAGA, matrícula n. 719579-1, integrante da Classe de Defensor Público de Segunda Entrância, símbolo DP-24, lotada 2ª Defensoria Pública da comarca de Jardim-MS no período de 28 de março a 26 de abril de 2017, referente ao primeiro período aquisitivo de 2014/2015.

Campo Grande, 24 de março de 2017.

LUCIANO MONTALLI

Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA "D" DPGE n. 178/2017, DE 24 DE MARCO DE 2017.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o artigo 16, inciso XVIII, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005, resolve:

DESIGNAR o Defensor Público ELIAS CESAR KESROLIANI, matrícula n. 498580-1, integrante da classe de Defensor Público de Segunda Instância, símbolo DP-26, lotado na 3ª Defensoria Pública Criminal de Segunda Instância, comarca de Campo Grande - MS, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na defesa dos direitos de MAGNO LEANDRO SANTOS ANGÉLICO, no *Habeas Corpus* n. 379269, que será julgado na 3ª Sessão do Supremo Tribunal de Justiça.

Campo Grande, 24 de marco de 2017.

LUCIANO MONTALLI

Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA "D" DPGE n. 179/2017, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o artigo 16, inciso XI, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005, resolve:

AUTORIZAR o gozo de férias regulamentares e remanescentes aos membros da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados:

SEGUNDA INSTÂNCIA:

MUNICÍPIO	DEFENSOR PÚBLICO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Campo Grande	Francisco Carlos Bariani	2° P. 2012/2013	3/4 a 2/5//2017
Campo Grande	Geni Tibúrcio Zawierucha	1° P. 2013/2014	3/4 a 2/5/2017
Campo Grande	Maria José do Nascimento	2° P. 2011/2012	5 a 7/4/2017
Campo Grande	Nancy Gomes de Carvalho	2° P. 2015/2016	3/4 a 2/5/2017

1ª REGIONAL DE CAMPO GRANDE:

MUNICÍPIO	DEFENSOR PÚBLICO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Campo Grande	Edmeiry Silara Broch Festi	2° P. 2013/2014	17/4 a 16/5/2017
Campo Grande	Fábio Odacir Marinho de Rezende	1° P. 2014/2015	3/4 a 2/5/2017
Campo Grande	Helkis Clark Ghizzi	1° P. 2013/2014	17/4 a 1°/5/2017
Campo Grande	Hiram Nascimento Cabrita de Santana	1° P. 2014/2015	17/4 a 16/5/2017
Campo Grande	Igor César de Manzano Linjardi	2° P. 2012/2013	17 a 28/4/2017
Campo Grande	Marcelo Moraes Salles	1° P. 2012/2013	10 a 12/4/2017
Commo Cromdo		2° P. 2010/2011	14/4 a 27/4/2017
Campo Grande	Paulo Andre Defante	1° P. 2011/2012	28/4/2017
Campo Grande	Paulo José Patuto	1° P. 2013/2014	3/4 a 2/5/2017

2ª REGIONAL DE CORUMBÁ

MUNICÍPIO	DEFENSOR PÚBLICO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Corumbá (Designado)	Daniel Provenzano Pereira	1° P. 2015/2016	17/4 a 1º/5/2017
Miranda	Maria Clara de Morais Porfírio	1° P. 2015/2016	3/4 a 2/5/2017

4ª REGIONAL DE DOURADOS:

MUNICÍPIO	DEFENSOR PÚBLICO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Dourados	Júlio César Ocampos	1° P. 2014/2015	3 a 17/4/2017
Dourados	Gonçalves	2° P. 2014/2015	18/4 a 2/5/2017
Dourados	Maria Arnar Ribeiro	2° P. 2014/2015	24/4 a 23/5/2017

6ª REGIONAL DE NOVA ANDRADINA:

MUNICÍPIO	DEFENSOR PÚBLICO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Ivinhema	Seme Mattar Neto	2° P. 2013/2014	18 a 20/4/2017

8ª REGIONAL DE PONTA PORÃ:

MUNICÍPIO	DEFENSOR PÚBLICO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Ponta Porã	Lucas Colares Pimentel	2° P. 2014/2015	17 a 20/4/2017
Ponta Poră	Pedro Paulo Gasparini	1° P. 2015/2016	3/4 a 2/5/2017

10ª REGIONAL DE TRÊS LAGOAS:

MUNICÍPIO	DEFENSOR PÚBLICO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Três Lagoas	Alceu Conterato Junior	2° P. 2014/2015	3/4 a 2/5/2017

Campo Grande, 24 de março de 2017

LUCIANO MONTALLI

Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA "S" DPGE n. 177/2017, DE 24 DE MARCO DE 2017.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o artigo 16, inciso XI, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005, resolve:

AUTORIZAR o gozo de férias regulamentares e remanescentes aos integrantes do Quadro de Servidores dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	PERÍODO DE GOZO			
Alexandre Bonácul Rodrigues	5510574-3	10 a 24/4/2017			
Antonio Bosco da Costa Filho	5509920-3	6 a 20/4/2017			
Caroline Fernandes Nunes	5501598-3	3 a 17/4/2017			
Clesiane Fechio Nunes Maia Valente	27273023-3	17/4 a 1°/5/2017			
Diama Mara da Cibra	5501610-3	3 a 7/4/2017			
Diogo Viana da Silva		17/4 a 1°/5/2017			
Gleica Alves Souza	5509556-3	24/4 a 23/5/2017			
José Maltez Gurgel Fernandes	5506735-3	17/4 a 1°/5/2017			
Kelen Cristhian Carvalho Ricas	5506140-3	3 a 10/4/2017			
Mamie Yamanishi Takei de Souza Lima	5500010-1	10/4 a 9/5/2017			
Neiva Batista Teixeira	5507944-3	17/4 a 1°/5/2017			
Renata de Lucca Sgarbi Fernandes	5500281-3	11/4 a 10/5/2017			
Renata dos Santos Aguiar	5501903-3	17/4 a 1°/5/2017			
Sandra Cristina Galani	5500389-3	3/4 a 2/5/2017			
Sandro Rodrigues Martins	5501288-3	17/4 a 1°/5/2017			
Stephania Trombini Dassi	5510556-3	6 a 20/4/2017			

Campo Grande, 24 de março de 2017.

LUCIANO MONTALLI

Defensor Público-Geral do Estado

ATO/CGDP n. 006/2017, de 24 de março de 2017.

A CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 97, parágrafo único, do Regimento Interno da Corregedoria da Defensoria de Mato Grosso do Sul,

CONSIDERANDO que compete à Corregedoria-Geral acompanhar o desempenho funcional dos membros da Defensoria Pública durante o período de estágio probatório, nos termos do Art. 23, VIII, da Lei Complementar 111/05;

Art. 1º Convocar os membros da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul em estágio probatório, abaixo nominados, para comparecer na sede da Escola Superior da Defensoria Pública para reunião de trabalho, no dia 7 de abril de 2017, a partir das 8h30min:

ADRIANA PAIVA VASCONCELOS;

Ir das 8130min:
ADRIANA PAIVA VASCONCELOS;
AGENOR MARINHO DE SOUZA JÚNIOR;
ALBERTO OKSMAN;
ALEX BATISTA DE SOUZA;
ARTHUR DEMLEITNER CAFURE;
CAROLINA ESTRELA DE OLIVEIRA SACCHI;
CASSIO SANCHES BARBI;
DANIEL DE OLIVEIRA FALLEIROS CALEMES;
DIEGO BORTOLONI DISPERATI;
EDIMILSON BARBOSA ÁVILA;
ESTER QUINTANILHA NOGUEIRA;
FÁBIO LUIZ SANT 'ANA DE OLIVEIRA;
GIULIANO STEFAN RAMALHO DE SENA ROSA;
GUILHERME LUNELLI;
JAMILE GONÇALVES SERRA AZUL;
JOANARA HANNY MESSIAS GOMES;
KATHERINE ALZIRA AVELLAN NEVES;
KRICILAINE OLIVEIRA DA SILVA SOUZA;
LEONARDO FERREIRA MENDES;
MARCOS BRAGA DA FONSECA; MARCOS BRAGA DA FONSECA; MARÍLIA GUIOMAR NEVES PEDROSA BEZERRA; MAYARA ROSSALES MACHADO; NÁDIA BEATRIZ FARIAS DA SILVA; NATANAEL CLAUDINO DE ARAÚJO JÚNIOR; NILDO INÁCIO: NILDO INÁCIO;
RAFAEL DUQUE DE FREITAS;
RENATA CAMILA CORREA BRAVIM;
RODRIGO AMORIM DA SILVA SANTOS;
SARA CURCINO MARTINS DE OLIVEIRA;
TATIANA MARIA BRONZATO NOGUEIRA;
TULIO CRUZ NOGUEIRA;
VAGNER FABRICIO VIEIRA FLAUSINO;
VAGNER FABRICIO VIEIRA FLAUSINO; VINICIUS FERNANDES CHEREM CURI; e VITOR PLENAMENTE RAMOS.

Campo Grande-MS, 24 de março de 2017.

SALETE DE FÁTIMA DO NASCIMENTO

Corregedora-Geral da Defensoria Pública

DELIBERAÇÃO PROFERIDA PELO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2017 - ATA N° 1.512.

01. Processo nº 33/005.012/2017.

Assunto: Análise dos requerimentos de inscrição dos candidatos ao cargo de Defensor Público-Geral do Estado, biênio 2017/2019, conforme dispõe o artigo 75, § 3º do Regimento Interno/CSDP. Inscreveram-se tempestivamente ao pleito os seguintes Defensores Públicos:

Almir da Silva Paixão, Andréa Pereira Nardon Braga, Angela Rosseti Chamorro, Carmen Silvia Almeida Garcia, Graziele Carra Dias Ocáriz, Luciano Montalli e Paulo Andre Defante.

Decisão: O Colegiado, à unanimidade, aprovou as inscrições dos candidatos acima

Decisao: O Colegiado, a unanimidade, aprovou as inscrições dos candidatos admia nominados, vez que preenchem todos os requisitos legais, devendo a presente decisão se constituir no Edital/CSDP nº 002/2017. Verifica-se, ainda, que os candidatos Andréa Pereira Nardon Braga e Luciano Montalli estarão automaticamente afastados de suas funções a partir da publicação do deferimento das inscrições, conforme determina os §§ 5º e 7º do artigo 75 do Regimento Interno do Conselho Superior.

EDITAL/CSDP N° 002, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, após análise dos pedidos de inscrição dos candidatos para concorrer ao cargo de Defensor Público-Geral do Estado, hisánição dos candidados para control de adigo de Certasir Manifectual de Estado, biênio 2017/2019, constante da Ata nº 1.512, de 24 de março de 2017, e nos termos do artigo 75, § 3º, do Regimento Interno do Conselho Superior, torna pública a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas, a saber:

ALMIR SILVA PAIXÃO ANDRÉA PEREIRA NARDON BRAGA ANGELA ROSSETI CHAMORRO CARMEN SILVIA ALMEIDA GARCIA GRAZIELE CARRA DIAS OCÁRIZ LUCIANO MONTALLI PAULO ANDRE DEFANTE

Campo Grande, 24 de marco de 2017.

FÁBIO ROGÉRIO ROMBI DA SILVA

Defensor Público-Geral do Estado, em exercício

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2017 - ATA Nº 1.513.

01. Processo nº 33/005.020/2016
Nome: Defensoria Pública-Geral do Estado.
Assunto: Minuta de Resolução que "Dispõe sobre a operacionalização do sistema de acompanhamento dos honorários advocatícios a favor do FUNADEP".
Sorteado como relator o Conselheiro Renato Rodrigues dos Santos.

02. Processo nº 33/005.019/2017.

Requerente: Cahuê Duarte e Urdiales.

Assunto: Pedido de impugnação da ordem de abertura dos concursos de promoção.

Decisão: O Colegiado, por maioria acatou a impugnação, nos termos da decisão de f. 16/17, devendo ser publicados dois novos editais.

03. Protocolo nº 33/052.419/2017.

Assunto: Pedido de férias do Defensor Público-Geral do Estado, Luciano Montalli. **Decisão**: O Colegiado, à unanimidade, aprovou o requerimento.

04. Processo n° 33/005.018/2017.

Requerentes: Defensoras Públicas, Linda Maria Silva Costa, lotada na 8ª Defensoria Pública de Atendimento a Presos Provisórios e Condenados e Juliana Claudia Honório Lyrio, lotada na 7ª Defensoria Pública Estadual, ambas da comarca de Campo Grande.

Decisão: O Colegiado, à unanimidade, ratificou a r. decisão do Presidente do Conselho Superior, Luciano Montalli, que deferiu o pedido de remoção por permuta, conforme determina o artigo 86, *caput*, da Lei Complementar Estadual nº 111/2005.

05. Processo nº 33/005.003/2017. Assunto: Julgamento do concurso de provimento por promoção, pelo critério de merecimento, para a 75ª Defensoria Pública Estadual da comarca de Campo Grande. Edital/DPGE nº 004/2017.

Edital/DPGE nº 004/2017.

Decisão: O Colegiado deliberou pela indicação dos seguintes Defensores Públicos para comporem a lista triplice de merecimento: Patricia Feitosa de Lima e Carlos Renato Cotrim Leal em 1º e 2º lugares, respectivamente, à promoção, com fundamento no artigo 81, § 2º, no artigo 81, incisos 1 ao IV do e no artigo 91, § 1º, todos da Lei Complementar Estadual nº 111, de 17 de outubro de 2005, c/c no artigo 116, o § 3º da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

EDITAL/DPGE Nº 021/2017 CONCURSO DE PROMOÇÃO

CONCURSO DE PROMOÇÃO

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, inciso IX, combinado com o artigo 79, caput, ambos da Lei Complementar Estadual nº 111/2005 e combinado com o artigo 116, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 80/1994, comunica aos Defensores Públicos da classe de Entrância Especial que, no prazo de quinze dias contados desta publicação, conforme dispõe o artigo 81, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 111, de 17 de outubro de 2005, receberá os requerimentos daqueles que pretendam a promoção, pelo critério de merecimento, para a 2ª Defensoria Pública Criminal de Segunda Instância. Atribuições definidas no artigo 33 da Lei Complementar Estadual nº 111/2005, a serem exercidas perante a 1ª Câmara Criminal, Seção Criminal, Revisão Criminal e Processos de Competência da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e Tribunais Superiores. Tribunais Superiores

Campo Grande, 24 de março de 2017.

FÁBIO ROGÉRIO ROMBI DA SILVA

Defensor Público-Geral do Estado, em exercício

EDITAL/DPGE N° 022/2017 CONCURSO DE PROMOÇÃO

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, inciso IX, combinado com o artigo 79, caput, ambos da Lei Complementar Estadual nº 111/2005 e combinado com o artigo 116, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 80/1994, comunica aos Defensores Públicos da classe de Segunda Entrância que, no prazo de quinze dias contados desta publicação, conforme dispõe o artigo 81, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 111, de 17 de outubro de 2005, receberá os requerimentos daqueles que pretendam a promoção, pelo critério de antiguidade, para a 3ª Defensoria Pública de Atendimento a Presos Provisórios e Condenados da comarca de Campo Grande. Atribuições definidas no artigo 34 da Lei Complementar Estadual nº 111/2005, exercendo o acompanhamento dos feitos com

a numeração da distribuição de final 5-9 que tramitam na 1ª Vara de Execução Penal da comarca de Campo Grande; atendimento à população carcerária do Presídio de Trânsito (PTRAN) e do Centro de Triagem "Anízio Lima" (CT) para orientação jurídica e o exercício dos direitos e garantias individuais previstos na Lei de Execução Penal; e atuação em procedimentos administrativos disciplinares instaurados nestas unidades prisionais, conforme a Resolução DPGE nº 132/17.

Campo Grande, 24 de março de 2017.

FÁBIO ROGÉRIO ROMBI DA SILVA

Defensor Público-Geral do Estado, em exercício

EDITAL/DPGE nº 023/2017
CONCURSO DE REMOÇÃO OU PROMOÇÃO
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, inciso IX, combinado o artigo 79, caput, ambos da Lei Complementar Estadual nº 111, de 17 de outubro de 2005, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 198, de 26 de dezembro de 2014 e combinado com os artigos 116 e 122, ambos da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, comunica aos Defensores Públicos da classe de Entrância Especial que, no prazo de quinze dias contados desta publicação, conforme dispõe o artigo 81, inciso I, prazo de quinze dias contados desta publicação, confine dispoe o ártigo 81, inciso 1, a da Lei Complementar Estadual nº 111/2005, receberá os requerimentos daqueles que pretendam a remoção para a 2ª Defensoria Pública de Atendimento a Presos Provisórios e Condenados da comarca de Campo Grande. Atribuições: Definidas no artigo 34 da Lei Complementar Estadual nº 111/2005, exercendo o acompanhamento dos feitos com a numeração da distribuição de final 0-3 que tramitam na 2ª Vara de Execução Penal e na Central de Execução de Penas Alternativas (CEPA) da comarca de Campo Grande, bem como atendimento ao público na Unidade da Defensoria Pública dos processos em trâmite nesta Vara e na CEPA; participar das audiências de justificação judicial, conforme a Resolução DPGE nº 132/17.

Comunica ainda, aos Defensores Públicos da classe de Segunda Entrância, nos termos da lei, que dentro do referido prazo, receberá os requerimentos daqueles que pretendam a promoção, pelo critério de merecimento.

Não havendo candidato à remoção, serão julgados os pedidos de promoção.

Campo Grande, 24 de marco de 2017

FÁBIO ROGÉRIO ROMBI DA SILVA

Defensor Público-Geral do Estado, em exercício

EXTRATO DO EMPENHO Nº 171/2017 PROCESSO Nº 33/008.003/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2017 FAVORECIDO: Ruy Celso Barbosa Florence
OBJETO: Contratação direta dos favorecidos para palestrarem no "1º Seminário da Defensoria Pública de Ponta Porā/MS.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 25, inciso II,§ 1º, 13, inciso VI, e 26 parágrafo único, incisos II e III todos da Lei Federal 8.666/1993 e alterações, no art. artigo 7º, e§6º, inciso II e VIII da Lei Complementar Estadual nº 111/2005 artigos 2º, incisos I e V, e 5º, inciso I ambos da Resolução DPGE nº 012/2007.
VALOR TOTAL: R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reals)

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Funcional Programática: 33.901.03.122.0007.2892.0001;
 Natureza de Despesas: 339036.28;

- Fonte de Recurso: 0240000000. DATA DO EMPENHO: 24/03/2017 ORDENADOR DE DESPESA: Luciano Montalli

EXTRATO DO EMPENHO Nº 172/2017 PROCESSO Nº 33/008.003/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2017 FAVORECIDO: Vilson Bertelli

PAVORECIDO: Vilson Bertelli OBJETO: Contratação direta dos favorecidos para palestrarem no "1° Seminário da Defensoria Pública de Ponta Porã/MS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 25, inciso II,§ 1°, 13, inciso VI, e 26 parágrafo único, incisos II e III todos da Lei Federal 8.666/1993 e alterações, no art. artigo 7°, e§6°, inciso II e VIII da Lei Complementar Estadual n° 111/2005 artigos 2°, incisos I e V, e

5°, inciso I ambos da Resolução DPGE nº 012/2007. VALOR TOTAL: R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais)

- VALUE TOTAL. R\$ 1.300,00 (Hall fill e quintentos reals)
 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
 Funcional Programática: 33.901.03.122.0007.2892.0001;
 Natureza de Despesas: 339036.28;
 Fonte de Recurso: 0240000000.

DATA DO EMPENHO: 24/03/2017 ORDENADOR DE DESPESA: Luciano Montalli

EXTRATO DO EMPENHO Nº 173/2017

PROCESSO N° 33/008.003/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 010/2017 FAVORECIDO: Gustavo Octaviano Diniz Junqueira

OBJETO: Contratação direta dos favorecidos para palestrarem no "1º Seminário da Defensoria Pública de Ponta Porã/MS.

DEHEISUTA PUDICA DE PORTA POTA/MS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 25, inciso II,§ 1°, 13, inciso VI, e 26 parágrafo único, incisos II e III todos da Lei Federal 8.666/1993 e alterações, no art. artigo 7°, e§6°, inciso II e VIII da Lei Complementar Estadual n° 111/2005 artigos 2°, incisos I e V, e 5°, inciso I ambos da Resolução DPGE n° 012/2007.

- 5 , Inciso I ambos da Resolução Dece II 11/2/2007. VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

 Funcional Programática: 33.901.03.122.0007.2892.0001;

 Natureza de Despesas: 339036.28;

 Fonte de Recurso: 02400000000.

DATA DO EMPENHO: 24/03/2017 ORDENADOR DE DESPESA: Luciano Montalli

EXTRATO DO EMPENHO Nº 174/2017

PROCESSO Nº 33/008.003/2017 TIPO DE LICITAÇÃO: NÃO SE APLICA

TIPO DE LICITAÇÃO: NÃO SE APLICA FAVORECIDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL OBJETO: Pagamento de obrigação patronal que poderá vir a incidir FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar Estadual nº 111/2005 e artigos 2º, incisos I e V, e 5º, inciso I ambos da Resolução DPGE nº 012/2007. VALOR TOTAL: R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais) CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- Funcional Programática: 33.901.03.122.0007.2892.0001;
- Natureza de Despesas: 339047.02;
- Fonte de Recurso: 0240000000.
DATA DO EMPENHO: 24/03/2017
ORDENADOR DE DESPESA: Luciano Montalli

EXTRATO DO SALDO E PRECO REGISTRADO

PROCESSO n. 33/007.059/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços n. 008/DPGE/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 007/DPGE/2016

A Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Gestão Administrativa, atendendo ao disposto no artigo 15, §2° da Lei 8.666/93, publica os preços registrados na Ata de Registro de Preço n. 007/DPGE/2017, para eventual aquisição de Televisões Tipo Smart, para atender a demanda da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, obtido através do Pregão Presencial n. 008/DPGE/2017, Processo Administrativo n. 33/007.059/2016, conforme fornecedor, item, e valor abaixo relacionado.

LOTE 1 - Empresa vencedora: HOUSETECH INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ 11.412.510/0001-92, com sede na Rua Antônio de Barros, 357, Bairro Jardim Monte Líbano, CEP 79.004-590, Campo Grande, MS.

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	TV SMART Tamanho da tela: mínimo 42" Conexões: HDMI, REDE (RJ45), USB WI-FI INTEGRADO Navegador de Internet (Web Brownser) Resolução: FULL HD Tensão/Voltagem: BIVOLT Tipo de TV: LED Potência de áudio: MÍNIMO 10W Garantia: mínimo 12 (doze) meses	UN	12	PHILIPS	2.046,80

Campo Grande-MS, 24 de março de 2017.

Magno Marcio de Souza Ferreira

Diretor da Secretaria de Gestão Administrativa

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 005/DPGE/2017 AO CONTRATO N. 005/DPGE/2014

Processo n. 33/000.030/2014.

Partes: Defensoria Pública Geral do Estado de Mato Grosso do Sul DPGE/MS e o Conselho

da Comunidade de Campo Grande/MS. **Objeto:** Prorrogação de vigência do Contrato n. 005/DPGE/2014, por mais 12 (doze) meses e reajuste do valor contratado.

Vigência: Fica prorrogada a vigência do Contrato n. 005/DPGE/2014, por mais 12 (doze) meses, com início em 01/04/2017 e término em 31/03/2018.

Valor: Fica reajustado, a contar de 01/04/2017 e termino em 31/03/2018.

Valor: Fica reajustado, a contar de 01/04/2017, o valor mensal do Contrato, em razão e nos termos da Planilha de Composição de Custos atualizada, passando de R\$1.501,75 (mil quinhentos e um reais e setenta e cinco centavos) para R\$1.565,55 (mil quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Fundamentação Legal: Art. 57, inciso II e art. 65, §8°, ambos da Lei n. 8.666, de 1993 e alterações, e previsão das cláusulas contratuais nona e décima. Classificação orçamentária Func. Programática 10.33101.03.422.0007.2881.0001 Fonte de Recurso: 0100; Natureza da Despesa: 33903702; Empenho: 2017NE000075. Ordenador da Despesa Eliana Etsumi Tsunoda. Segunda Subdefensora Pública Geral Vinculação e ratificação: O Termo Aditivo n. 005/DPGE/2017 passa a fazer parte integrante e inseparável do Contrato nº 005/DPGE/2014, ficando ratificadas e permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições.

Data da Assinatura: 22 de março de 2017.
Assinam: Luciano Montalli e Nereu Álves Rios.

Assinam: Luciano Montalli e Nereu Alves Rios

EXTRATO DE DECISÃO Processo: 33/007.063/2011

Partes: Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul - DPGE/MS e Casa da Moeda do Brasil - CMB, com interveniência do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais - CONDEGE, que representa contratualmente as Defensorias Públicas Estaduais vinculadas

Assunto: Prorrogação do contrato de prestação de serviços contínuos de personalização

e fornecimento de Conjuntos de Identificação Funcional. **Decisão** Diante do exposto, convicto da existência de consubstanciada fundamentação legal para a celebração e execução do termo aditivo pretendido, na forma dos dispostos legais e argumentações colacionadas pelo Parecer n. 118/2017/ASSEJUR, ora tomadas de empréstimo, para, também, sustentar as minhas razões de decidir, AUTORIZO a celebração do Sexto Termo Aditivo ao Contrato, firmado em 02 de março de 2012, entre celebração do Sexto Termo Aditivo ao Contrato, firmado em 02 de março de 2012, entre a Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul em conjunto com outras Defensorias Públicas Estaduais junto à Casa da Moeda do Brasil - CMB, com interveniência do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais CONDEGE, excepcionalmente, para fins de prorrogar sua vigência por mais 12 (doze) meses, fixado o início em 02/03/2017 e término em 01/03/2018, bem como para reajustar o valor contratado, com fundamento no art. 142-A, inciso III da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul de 1989, no art. 57, §4° da Lei n. 8.666, de 1993 e alterações, e no disposto da cláusula contratual nona, itens 9.1 e 9.2, respectivamente.

Publique-sel

Campo Grande, MS, 17 de fevereiro de 2017.

LUCIANO MONTALLI

Defensor Público-Geral do Estado

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO, FIRMADO EM 2/3/2012

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO, FIRMADO EM 2/3/2012 Processo: 33/007.063/2011 Contratantes: Defensorias Públicas Estaduais, representadas contratualmente pelo Interveniente: Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais - CONDEGE. Contratada: Casa da Moeda do Brasil - CMB. Objeto: Prorrogar, a partir de 02/03/2017, o prazo do contrato original e do segundo termo aditivo em doze meses, manter unificado o saldo contratual, permitindo que todas as Defensorias Públicas Estaduais vinculadas ao CONDEGE possam usufruir do quantitativo disponível e reajustar o valor dos serviços com base no IPC-A de janeiro a dezembro, ref. aos anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente e sucessivamente, cfe. previsto na cláusula nona do contrato em seu item 9.2 e detalhado no Anexo II.

Serviços e valores: O valor do contrato em seu item 9.2 e detainado no Anexo II. Serviços e valores: O valor do conjunto funcional passará de R\$471,94 (quatrocentos e setenta e um reais e noventa e quatro centavos) para R\$590,73 (quinhentos e noventa reais e setenta e três centavos), da segunda via de conjunto funcional de R\$296,55 (duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos) para R\$371,19 (trezentos e setenta e um reais e dezenove centavos) e da reimpressão de carteira funcional de R\$38,13 (trinta e oito reais e treze centavos) para R\$47,73 (quarenta e sete reais e setenta e três centavos).

Ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas avençadas no Contrato sn.,

de 02/03/2012, e demais aditivos ao contrato original.

Data da Assinatura: 24 de fevereiro de 2017.

Assinam: Ricardo Batista Sousa - CONDEGE, Lara Caracciolo Amorelli - Diretora de Passaportes e Impressos - DIPIM/CMB e Vagner de Souza Luciano - Diretor de Gestão DIGES/CMB.

MUNICIPALIDADES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 017/2017/PROCESSO COMPRA N. 017/2017 PREGÃO PRESENCIAL N. 005/2017

O Município de Angélica -MS, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO o resultado do processo supra citado. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONFORME EDITAL E ANEXOS. A empresa COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE ANGÉLICA, com CNPJ: 08.345.487/0001-56, vencedora das linhas 002, 003 e 004 no valor total de R\$ 405.677,56 (Quatrocentos e cinco mil e seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). A empresa FERNANDO MESSIAS DE ANDRADE ME, com CNPJ: 08.824.247/0001-34, vencedora da linha 001 no valor total de R\$ 133.891,17 (Cento e trinta e três mil e oitocentos e noventa um reais e dezessete centavos). A empresa SIQUEIRA TUR TURISMO E TRANP PASSAG LTDA, com CNPJ: 00.930.701/0001-20, vencedora da linha 005 no valor total de R\$ 158.074,77 (Cento e cinquenta e oito mil e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos). A empresa C. M. VASCONCELOS TRANSPORTES - ME, com CNPJ: 19.420.093/0001-31, vencedora da linha 005 no valor total de R\$ 272.255,68 (Duzentos e setenta e dois mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos). 22/03/2017.

DANIEL VITOR SANTOS DA SILVA Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO N.º 037/2017 PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO — ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através de sua Prefeita Municipal MARCELEIDE HARTEMAM PEREIRA MARQUES, da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiros, torna público que fará realizar a licitação abaixo relacionada, nos termos das Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/93, Decreto Municipal n.º 345/2011 e posteriores alterações:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de sistema, incluindo a instalação, implantação, treinamentos e manutenção do sistema de informações geográficas do espaço agrário, juntamente com a integração de procedimentos administrativos voltados ao controle da utilização e ocupação do solo com levantamento de informações de todas as propriedades rurais deste Município.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Dia 07 de abril de 2017 às 15H (quinze) horas. O presente Edital e seus anexos estarão a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações sito a Rua Vitório Penzo n° 347. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem os requisitos e condições de credenciamento constantes deste Edital.

Antonio João (MS), 23 de março de 2017. Marceleide Hartemam Pereira Marques

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL N.º 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2017

JOSÉ ROBSON SAMARA RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Aparecida do Taboado/MS, torna público a quem possa interessar, que se acha instaurado na Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado/MS, o Processo de Licitação Pública, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2017, com fundamento nos dispositivos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal n.º 115, de 10 de dezembro de 2009, com a finalidade de selecionar empresa, pelo critério do menor preço, para a prestação de serviço de transporte de alunos universitários e de cursos profissionalizantes para município da região, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

Os interessados poderão retirar o edital e anexos, nos dias úteis, no horário de expediente da Prefeitura Municipal, na sala do Departamento Municipal de Licitação, situada no Paço Municipal "Oswaldo Bernardes da Silva", na Rua Elias Tolentino de Almeida, n.º 4.098, Jardim São Bento, na cidade de Aparecida do Taboado.

A sessão pública do pregão iniciar-se-á às 08:00 horas, do dia 17 de abril de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, situada na Rua Elias Tolentino de Almeida, n.º 4.098, Jardim São Bento, na cidade de Aparecida do Taboado/MS. Aparecida do Taboado/MS, 23 de março de 2017.

JOSÉ ROBSON SAMARA RODRIGUES DE ALMEIDA Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

AVISO DE RESULTADO

O Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Diretoria Geral de Compras e Licitação, torna público aos interessados, o RESULTADO da licitação em tela, sendo os itens adjudicados pelo Pregoeiro e o procedimento homologado pelo Exmo. Senhor Prefeito em 21.03.2017, conforme parecer.

OBJETO DO REGISTRO DE PREÇOS: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, VEÍCULOS LEVES E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, OPERADORES, MOTORISTAS, ALIMENTAÇÃO, TRASLADO, MANUTENÇÃO DE TODO O MAQUINÁRIO E DEMAIS CUSTOS PARA ATENDIMENTO ÁS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS — SISEP E A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEDESC.

PREGÃO PRESENCIAL: 108/2016

PROCESSO Nº: 46.847/2016-26 e 48.600/2016-44

ITEM	EMPRESA	PREÇO MENSAL. (R\$)
1	RUBITUR LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA – EPP	18.990,00
2	RUBITUR LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA – EPP	15.990,00
3	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	18.500,00
5	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	24.000,00
6	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	24.300,00
7	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	33.800,00
8	MS BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP	25.200,00
9	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	45.500,00
10	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	35.300,00
12	MS BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP	15.900,00
13	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	11.300,00
14	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	23.900,00
15	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	18.800,00
17	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	18.200,00
18	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	14.900,00
19	MS BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP	20.900,00
20	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	34.900,00
21	EKOBOX LOCAÇOES EIRELI – EPP	2.746,00
22	EKOBOX LOCAÇOES EIRELI – EPP	10.980,00
23	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	3.490,00
26	VIA BERRINI TURISMO E EVENTOS EIRELI – ME	15.900,00
27	VIA BERRINI TURISMO E EVENTOS EIRELI – ME	17.300,00
30	JR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	11.000,00
31	VIA BERRINI TURISMO E EVENTOS EIRELI – ME	8.980,00

Os itens 04, 11, 16, 24, 25, 28 e 29, cancelados, ficam sem atendimento neste procedimento.

. Campo Grande - MS, 24 de março de 2017.

RALPHE DA CUNHA NOGUEIRA

JOSÉ GUILHERME JUSTINO DA SILVA

Diretor-Geral de Compras e Licitação Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática N° 012/2014 – Processo n° 13.811/2013.

Parte: Fundação de Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá e a Empresa H2L Equipamentos e Sistemas Ltda.

Objeto: Cláusula Primeira: Ficam alterados os dados do Ordenador de Despesa da Fundação de Cultura e Património Histórico de Corumbá constante do preámbulo do Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 012/2014, nos seguintes termos: "A Fundação de Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.598.318/0001-41 neste ato representado por seu Diretor Presidente Luiz Mário do Nascimento Cambará, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 173.822.031-15 e portador do RG nº 416753 SSP/ MS, residente e domiciliado na Rua Cabral nº 982, Bairro Centro, doravante denominado de Contratante".

Cláusula Segunda: Fica renovado o Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 012/2014, por mais 12 (doze) meses contados a partir do término do prazo anteriormente fixado, mantendo-se os mesmos preços inicialmente contratados, conforme justificativa apresentada aos autos do Processo nº 13.811/2013, a qual se considerará parte integrante deste instrumento.

Cláusula Terceira: As despesas estimadas decorrentes da presente contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

33.00 - GOVERNADORIA MUNICIPAL

33.84 – FUNDAÇÃO DE CULTURA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CORUMBÁ 33.83.13.392.103.6.121 – DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CULTURAIS 33.90.39.00 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Data da Assinatura: 24/02/2017.

Assinam: Luiz Mario do Nascimento Cambará – Fundação de Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá e a Empresa H2L Equipamentos e Sistemas.

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática N° 005/2014 — Processo n° 13.811/2013.

Parte: Fundação do Meio Ambiente do Pantanal e a Empresa H2L Equipamentos e Sistemas Ltda.

Objeto: Cláusula Primeira: Ficam alterados os dados do Ordenador de Despesa da Fundação de Meio Ambiente do Pantanal constante do preâmbulo do Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 005/2014, nos seguintes termos: "A Fundação do Meio Ambiente do Pantanal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.854.141/0001-25 neste ato devidamente representada por sua Diretora Presidente Ana Cláudla Moreira Boabaid, brasileira, casada, bióloga, inscrita no CPF sob o nº 555.029.541-53 e portadora do RG nº 000588268 SSP/MS, residente e domiciliada na Rua América nº 557, Bairro Centro, doravante denominado de Contratante".

Cláusula Segunda: Fica renovado o Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática n° 005/2014, por mais 12 (doze) meses contados a partir do término do prazo anteriormente fixado, mantendo-se os mesmos preços inicialmente contratados, conforme justificativa apresentada aos autos do Processo n° 13.811/2013, a qual se considerará parte integrante deste instrumento.

Data da Assinatura: 24/02/2017.

Assinam: Ana Cláudia Moreira Boabaid – Fundação do Meio Ambiente do Pantanal e a Empresa H2L Equipamentos e Sistemas.

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática N° 001/2014 – Processo nº 13.811/2013.

Parte: Fundação de Esportes de Corumbá e a Empresa H2L Equipamentos e Sistemas Ltda.

Objeto: Cláusula Primeira: Ficam alterados os dados do Ordenador de Despesa da Fundação de Esportes constante do preâmbulo do Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 001/2014, nos seguintes termos: "A Fundação de Esportes de Corumbá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.218.562.0001-98 neste ato devidamente representado por seu Diretor Presidente Marcelo Aguilar Iunes, brasileiro, casado, biomédico, inscrito no CPF sob o n° 497.268.541-72 e portador do RG n° 24770734 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Ciríaco de Toledo nº 2275, Bairro Aeroporto, doravante denominado de Contratante".

Cláusula Segunda: Fica renovado o Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 001/2014, por mais 12 (doze) meses contados a partir do término do prazo anteriormente fixado, mantendo-se os mesmos preços inicialmente contratados, conforme justificativa apresentada aos autos do Processo nº 13.811/2013, a qual se considerará parte integrante deste instrumento.

Cláusula Terceira: As despesas estimadas decorrentes da presente contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ

33.00 - GOVERNADORIA MUNICIPAL

33.84 - FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ

33.84.27.812.103.6.170 - GERENCIAMENTO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTE DE CORUMBÁ 33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data da Assinatura: 24/02/2017.

Assinam: Marcelo Aguilar Iunes – Fundação de Esportes de Corumbá e a Empresa H2L Equipamentos e Sistemas.

Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática Nº 003/2014 – Processo nº 13.811/2013.

Parte: Município de Corumbá, através da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Produção Rural e a Empresa H2L Equipamentos e Sistemas Ltda.

Objeto: Cláusula Primeira: Ficam alterados os dados dos Ordenadores de Despesa constante do preâmbulo do Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 003/2014, nos seguintes termos:

"O Município de Corumbá, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.330.461/0001-10, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, neste ato devidamente representado por seu Secretário Municipal Mário Sérgio Aguiar Siqueira, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o nº 162.597.001-30 e portador do RG nº 218.625 SSP/MS, residente e domiciliado na Alameda Salgado Filho, casa 03, Bairro Aeroporto, Secretaria Municipal de Saúde, neste ato devidamente representado por seu Secretário Municipal Rogério dos Santos Leite, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob o n° 694.250.511-00 e portador do RG n° 000747263 SESP/MS, residente e domiciliado na Rua Tiradentes nº 05, Bairro Centro, Secretaria Municipal de Governo, neste ato devidamente representado por seu Secretário Municipal Cássio Augusto da Costa Marques, brasileiro, separado, engenheiro mecânico, inscrito no CPF sob o nº 776.493.897-15 e portador do RG nº 05907483-1IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua Tiradentes nº 664, Bairro Centro, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, neste ato representado por seu Secretário Municipal Ricardo Campos Ametla, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 750.736.417-87 e portador do RG n° 063973 SSP/MS, residente e domiciliado na Rua Dom Aquino n° 711, Bairro Centro, Secretaria Municipal de Assistência Social, neste ato devidamente representado por seu Secretário Municipal Haroldo Waltencyr Ribeiro Cavassa, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o n° 343.831.311-15 e portador do RG n° 290.755 SSP/MS, residente e domiciliado na Rua 13 de Junho nº 1638, Bairro Centro, Secretaria Municipal de Educação, neste ato devidamente representado por sua Secretária Municipal Maria Eulina Rocha dos Santos, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº 491.939.961-87 e portadora do RG nº 364923 SSP/MS, residente e domiciliada na Rua Cabral n° 54, Bairro Centro, Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Produção Rural, neste ato representado por seu Secretário Municipal Renato dos Santos Lima, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o n° 701.937.201-59 e portador do RG n° 750141 SSP/MS, residente e domiciliado na Rua Delamare n° 1047, apt. 402, Bairro Centro, doravante denominado de Contratante.

Cláusula Segunda: Fica suprimido da cláusula primeira do Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 003/2014, os itens 63 e 64, correspondente, respectivamente, a locação do software de Automação de Fluxo de Trabalho de Correção de Provas e Software de Gestão e Contabilização de Produção, com efeitos financeiros negativos contados de 24 de agosto de 2016, conforme justificativa apresentada aos autos do processo n° 13.811/2013, a qual se considerará parte integrante deste instrumento.

Cláusula Terceira: Fica renovado o Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 003/2014, por mais 12 (doze) meses contados a partir do término do prazo anteriormente fixado, mantendo-se os mesmos preços inicialmente contratados, conforme justificativa apresentada aos autos do processo nº 13.811/2013, a qual se considerará parte integrante deste instrumento.

Cláusula Quarta: Em razão da Lei Complementar Municipal nº 201/2016 ficam adequadas as seguintes dotações orçamentárias:

35.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E GESTÃO

35.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E GESTÃO

35.10.04.129.102.6.071 - GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO **ADMINISTRATIVA**

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

35.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E GESTÃO

35.91 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES 35.91.09.122.103.6.082- GERENCIAMENTO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

35.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E GESTÃO

35.21 – SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

35.21.04.129.102.6.064 - GERENCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

38.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E PRODUÇÃO RURAL

38.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTIRA COMÉRCIO E PRODUÇÃO RURAL 38.10.22.122.104.6.210 - GERENCIAMENTO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

38.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E PRODUÇÃO RURAL

38.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTIRA COMÉRCIO E PRODUÇÃO RURAL

38.10.20.608.10.6.094 - PROGRAMAS DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE

33.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

36.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

36.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

36.10.08.122.103.6.560 - GERENCIAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

36.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

36.92 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

36.92.08.241.103.6.642 - PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

36.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

36.92 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

36.92.08.244.103.6.637 - BLOCO GESTÃO BOLSA FAMÍLIA - GBF

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

37.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS 37.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

37.10.15.451.101.6.180 - GERENCIAMENTO DA POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data da Assinatura: 24/02/2017.

Assinam: Mario Sergio Aguiar Siqueira - Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, Rogério dos Santos Leite - Secretaria Municipal de Saúde, Cassio Augusto da Costa Marques – Secretaria Municipal de Governo, Ricardo Campos Ametla – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Haroldo Waltencyr Ribeiro Cavassa -Secretaria Municipal de Assistência Social, Maria Eulina Rocha dos Santos – Secretaria Municipal de Educação, Renato dos Santos Lima - Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Produção Rural e a Empresa H2L Equipamentos e Sistemas.

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática N° 002/2014 - Processo nº 13.811/2013.

Parte: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos/Agência Municipal de Trânsito e Transporte e a Empresa H2L Equipamentos e Sistemas Ltda.

Objeto: Cláusula Primeira: Ficam alterados os dados do Ordenador de Despesa da extinta Agência Municipal de Trânsito e Transporte constante do preâmbulo do Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 002/2014, nos seguintes termos: "O Município de Corumbá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.330.461/0001-10, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos/Agência Municipal de Trânsito e Transportes, neste ato devidamente representado por seu Secretário Municipal Ricardo Campos Ametla, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o n° 750.736.417-87 e portador do RG n° 063973 SSP/MS, residente e domiciliado na Rua Dom Aquino nº 711, Bairro Centro, doravante denominado de Contratante".

Cláusula Segunda: Fica renovado o Contrato Administrativo de Locação de Equipamentos de Informática nº 002/2014, por mais 12 (doze) meses contados a partir do término do prazo anteriormente fixado, mantendo-se os mesmos preços inicialmente contratados, conforme justificativa apresentada aos autos do Processo nº 13.811/2013, a qual se considerará parte integrante deste instrumento.

Cláusula Terceira: As despesas estimadas decorrentes da presente contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

37.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

37.70 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

37.70.26.452.103.6.191 - GERENCIAMENTO DE ATIVIDADE DE TRÂNSITO

33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data da Assinatura: 24/02/2017.

Assinam: Ricardo Campos Ametla – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos/Agência Municipal de Trânsito e Transporte e a Empresa H2L Equipamentos e

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DE 01/03/2017 N°. 9.359 Pág. 54.

Retifica-se por incorreção o Extrato do 1° Termo de Apostila do Contrato Administrativo para Aquisição de Combustível, derivado de Petróleo (gasolina comum, óleo diesel S-10) - Processo nº 32.399/2015.

Onde se lê: "Contrato Administrativo para Aquisição de Combustível, derivado de Petróleo (gasolina comum, óleo diesel S-10), com fornecimento e instalação, em regime de comodato, de bombas e tanques aéreos, bem como disponibilização de sistema tecnológico n°. 001/2016".

Leia-se: "Contrato Administrativo para Aquisição de Combustível, derivado de Petróleo (gasolina comum, óleo diesel S-10), com fornecimento e instalação, em regime de comodato, de bombas e tanques aéreos, bem como disponibilização de sistema tecnológico nº. 002/2016".

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 002/2016 – Processo nº 121/2016.

Parte: Secretaria Municipal de Finanças e Gestão e a Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de Mato Grosso do Sul - SAD.

OBJETO: Cláusula Primeira: O objeto do presente aditivo contratual é a prorrogação do prazo de vigência do instrumento em mais 12 (doze) meses, a contar da data de 16/02/2017, em virtude das justificativas constantes às fls. 83/84 do Processo n° 126/2016. Cláusula Segunda: As partes ora contratantes ratificam, em todos os seus termos, as demais cláusulas do contrato ora aditado, obrigando-se a respeitá-las Data da Assinatura: 14/02/2017.

Assinam: Mario Sergio Aguiar Siqueira – Secretaria Municipal de Finanças e Gestão e a Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de Mato Grosso do Sul -

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 002/2016 - Processo nº 121/2016.

Parte: Secretaria Municipal de Finanças e Gestão e a Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de Mato Grosso do Sul - SAD.

OBJETO: Cláusula Primeira: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA - DO PRECO DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, que passa a ter a seguinte redação: "O valor a ser pago pela CONTRATANTE será retido do valor devido quando do repasse a ser efetuado pelo Estado para o Município das transferências do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) na Agência nº 0014-0, Conta Corrente nº 87777-8 do Banco do Brasil S/A., descontando o montante devido da transferência da cotaparte relativa à terceira semana de cada mês, conforme previsão contida na Constituição Federal, art. 169, parágrafo único".

As partes ora contratantes ratificam, em todos os seus termos, as demais cláusulas do contrato ora aditado, obrigando-se a respeitá-las.

Data da Assinatura: 16/03/2017.

Assinam: Mario Sergio Aguiar Siqueira – Secretaria Municipal de Finanças e Gestão e a Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de Mato Grosso do Sul -

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Locação de Imóvel nº 05/2014

Processo Nº 37.219/2014

Partes: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Produção Rural e Esnarriaga Empreendimentos Imobiliários LTDA.

Objeto: Locação de imóvel localizado à Rua Cuiabá, 1333, Bairro Centro.

Cláusula Primeira- Fica alterado o nome dos locadores para EMA-Empresa Marinho de Agropecuário do Pantanal LTDA, conforme consta nos autos.

Cláusula Segunda- Fica prorrogado o prazo contratual em mais (06) meses, a contar de 10/03/2017, bem como reajustado o valor do aluguel, que passará a ser de R\$4.000,00 (quatro mil reais) mensais, abaixo da avaliação do valor de mercado, conforme consta nos autos.

As partes ora contratantes ratificam, em todos os seus termos, as demais cláusulas do contrato ora aditado, obrigando-se a respeitá-las.

Data: 10/03/2017

Amparo Legal: Lei Nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Nº 8.245/1991.

Assinam: Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e Produção Rural-Renato dos Santos Lima e Esnarriaga Empreendimentos Imobiliários LTDA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para contratação de empresa especializada em fornecimento de alimentação preparada nº 003/2016 - Processo nº 23.232/2015 - SMAS.

PARTES - O MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a empresa MALO ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica renovado o contrato administrativo de fornecimento de alimentação preparada n. 003/2016, por mais 04 (quatro) meses, contados a partir do término do prazo inicialmente estipulado, na forma do art. 57, II da lei n. 8.666/1993, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Parecer Jurídico n. 172/2017, nos autos do processo n. 23.232/2015 – Pregão Presencial n. 007/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - As partes ora contratantes ratificam, em todos os seus termos, as demais cláusulas do contrato ora aditado, obrigando-se a respeitá-las.

Data: 03/03/2017

Assinam: Haroldo Waltencyr Ribeiro Cavassa – Secretário Municipal de Assistência Social e a empresa MALO ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Locação de Imóvel n° 45/2013 - SMAS.

PARTES - O MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Sr. WALDIR MOTTI, representado pela NOVA GERAÇÃO EMPREENDIMENTOS **IMOBILIÁRIOS**

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente aditivo contratual é prorrogar o prazo de vigência do contrato administrativo de locação nº 45/2013 por mais 12 (doze) meses, contados do encerramento do prazo estipulado anteriormente, atendendo justificativa de

As partes ratificam e mantêm inalteradas as demais cláusulas inicialmente contratadas. Data: 06/03/2017

Assinam: Haroldo Waltencyr Ribeiro Cavassa - Secretário Municipal de Assistência Social e o Sr. WALDIR MOTTI, representado pela NOVA GERAÇÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS.

Extrato da Carta Contrato nº 02/2017/SMS Processo nº 50.203/2014 Pregão Presencial nº 011/2016 – Município de Corumbá e a empresa Injex Ind. Cirurgicas Ltda CNPJ 59.309.302/0001-99

Objato: Aquisição de material de procedimento hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo nº 50.203/2014 e o Pregão Presencial nº 011/2016.

VALOR DA ORDEM

O valor total da Carta Contrato é de R\$ 105.00,00 (cento e cinco mil reais) empenho n° **257/2017**.

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias corridos, a contar da Autorização de Fornecimento. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.00 - Secretaria Municipal de Saúde

25.91 – Fundo Municipal de Saúde

25.91.10.302.103.2695 – Gerenciamento das Ações da Rede de Urgência e Emergência 33.90.30.00 - Material de Consumo

33.90.30.36 - Material Hospitalar

BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, lei nº 4.320/64 e regulamentos previstos no edital.

Data da assinatura: 13/03/2017.

Assinam: Rogério dos Santos Leite – Secretário Municipal de Saúde e a Empresa Injex Ind. Cirurgicas Ltda CNPJ 59.309.302/0001-99.

Extrato da Carta Contrato nº 01/2017/SMS Processo nº 50.203/2014 Pregão Presencial nº 011/2016 – Município de Corumbá e a empresa Supermédica

Distribuidora Hospitalar Eireli-ME CNPJ 06.065.614/0001-38

Objato: Aquisição de material de procedimento hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo nº 50.203/2014 e o Pregão Presencial nº 011/2016.

VALOR DA ORDEM

O valor total da Carta Contrato é de R\$ 165.663,45 (cento e sessenta e cinco mil e

seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos) empenhos nº 258, 259, 260/2017

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias corridos, a contar da Autorização de Fornecimento.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

25.00 - Secretaria Municipal de Saúde

25.91 – Fundo Municipal de Saúde

25.91.10.122.103.2671 – Gerenciamento da Política Municipal de Saúde

33.90.30.00 - Material de Consumo

33.90.30.36 - Material Hospitalar

33.90.30.22 – Material de Limpeza e Produção de Higienização $\bf BASE\ LEGAL:\ Lei\ n^o\ 8.666/93\ e\ suas\ alterações\ posteriores,\ lei\ n^o\ 4.320/64\ e$ regulamentos previstos no edital.

Data da assinatura: 24/02/2017.

Assinam: Rogério dos Santos Leite – Secretário Municipal de Saúde e a Empresa Supermédica Distribuidora Hospitalar Eireli-ME CNPJ 06.065.614/0001-38.

Aviso de Resultado de Licitação

Pregão Presencial nº. 010/2017 - Processo nº. 31.129/2016

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde. O Município de Corumbá-MS, através do Pregoeiro, comunica aos interessados o resultado da licitação supracitada, instaurado, visando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção de prótese dentaria com fornecimento de material, tendo sido o procedimento declarado por fracassado.

. Corumbá / MS 21 de março de 2017.

Luiz de Albuquerque Melo Filho - Pregoeiro / Equipe de Apoio.

Aviso de Licitação

O Município de Corumbá - MS, torna público a abertura da Licitação, que será regida pela Lei Federal n° 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 207/2006, subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666/93, e suas alterações, na forma que especifica:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde.

Licitação: Pregão Presencial nº 011/2017 - Processo nº 1.111/2017.

Objeto: Aquisição de combustível 24 horas (gasolina comum e óleo diesel s10) para abastecimento de ambulância e viaturas oficiais da secretaria municipal de saúde na cidade de Campo Grande/MS, por um período de 12 meses.

Recebimento e Abertura das Propostas: ás 08:30 horas do dia 07 de abril de 2017.

Local: Prefeitura Municipal de Corumbá-MS, sala licitação 02, situada na Rua Gabriel Vandoni de Barros, 01 Bairro Dom Bosco – Corumbá-MS.

Edital: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Superintendência de Suprimentos e Serviços da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, na Prefeitura Municipal de Corumbá/MS

Corumbá / MS, 24 de março de 2017.

(a) José Ricardo Batista de Almeida - Assessor Executivo II - Respondendo pela Superintendência de Suprimentos e Serviços.

Aviso de Licitação

O Município de Corumbá - MS, torna público a abertura da Licitação, que será regida pela Lei Federal n° 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 207/2006, subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666/93, e suas alterações, na forma que especifica:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde.

Licitação: Pregão Presencial nº 012/2017 - Processo nº 957/2017.

Objeto: Aquisição de medicamento (micofenolato de mofetil 500 mg) para atender demanda decorrente de decisão judicial.

Recebimento e Abertura das Propostas: ás 10:30 horas do dia 07 de abril de 2017.

Local: Prefeitura Municipal de Corumbá-MS, sala licitação 02, situada na Rua Gabriel Vandoni de Barros, 01 Bairro Dom Bosco - Corumbá-MS.

Edital: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Superintendência de Suprimentos e Serviços da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, na Prefeitura Municipal de Corumbá/MS

Corumbá / MS, 24 de março de 2017.

(a) José Ricardo Batista de Almeida - Assessor Executivo II - Respondendo pela Superintendência de Suprimentos e Serviços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

TERMO DE ANULAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017.

Com fundamento no art. 49 da Lei no. 8.666/93, anulo o procedimento licitatório Pregão Presencial N 09/2017, Processo Administrativo n. 17/2017, que tem como objeto a seleção de proposta mais vantajosa visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de abastecimento de combustível e gerenciamento de manutenção corretivas e preventivas através de software de gerenciamento via web (internet) com o fornecimento de bens de consumo substituição de peças e demais materiais para a frota de veículos oficiais das Secretarias Municipais de Douradina - MS, nos termos do parecer jurídico anexo ao processo.

Douradina - MS, 22 de março de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ

RESULTADO E ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado da licitação modalidade Tomada de Preços nº. 007/2017, Processo Administrativo nº. 031/2017, que teve por objeto receber propostas para contratação de empresa prestadora de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos no Município de Jateí-MS, do tipo menor preço global, conforme Edital, ficando ADJUDICADO em favor da empresa: OCA AMBIENTAL LTDA -ME, inscrita no CNPJ sob o n°. 11.993.754-0001-06, com sede na Rod. Porto Kambira, KM 12 a esquerda na cidade de Dourados/MS, que apresentou a melhor proposta para o objeto licitado no valor de R\$: 159.600,00 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos reais), sagrando-se vencedora do certame.

Jateí/MS, 23 de Março de 2017.

Flávia Maria Dias Pinhel

Presidente CPL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE JATEÍ/MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em especial ao constante da Lei (Federal) nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório realizado no día 23/03/2017, às 08h00min na modalidade Tomada de Preços nº. 007/2017, Processo Administrativo nº. 031/2017, que teve por objetivo receber propostas para propostas para contratação de empresa prestadora de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos no Município de Jateí-MS, do tipo menor preço global, tudo conforme Edital de Tomada de Preços e Ata de Julgamento, à empresa OCA AMBIENTAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.993.754/0001-06, com sede na Rod. Porto Cambira, KM 12, a esquerda na cidade de Dourados/MS, vencedora do certame por ter apresentado a proposta no valor global de R\$: 159.600,00 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos reais).

Autorizo a lavratura da ordem de contratação, objeto do edital para que produza os seus efeitos legais.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JATEÍ/MS, 23 de Março de 2017.

Eraldo Jorge Leite Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 019/2017.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ - MS e OCA AMBIENTAL LTDA - ME

Processo Administrativo nº. 031/2017 – Tomada de Preços nº. 007/2017.

OBJETO: A CONTRATADA, por força do presente instrumento, obriga-se a prestação de serviços de coleta, tratamento, transporte e destinação final de residuos sólidos no Município de Jateí-MS; inclusive a proposta ofertada, todas do conhecimento da CONTRATADA e rubricados por ambos os contratantes, os quais ficam fazendo parte integrante deste contrato.

VALOR: R\$ 159.600,00 (cento e cinquenta e nove mil reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes com objeto do presente, correrão a conta dos seguintes: 02.19 – Fundo Municipal de Meio Ambiente Atividades; 02.19.15.452.010.2040 – Manutenção de Limpeza Pública.33.90.39.99-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica

PRAZO: 31 de dezembro de 2017.

ASSINATURAS: Eraldo Jorge Leite, Prefeito Municipal pela CONTRATANTE e Roque Vieira dos Santos, pela CONTRATADA e as testemunhas Carlos César Rocha e Bruno Giovani Ribeiro

FORO: Fátima do Sul – MS. DATA: 24 de Março de 2017.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 47/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2017

A Prefeitura Municipal de Jateí-MS, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS tipo MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 11 de abril de 2017 às 08:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Jateí, MS, localizada na Av. Bernadete Santos leite, n°. 382, na cidade de Jateí, MS, visando à Aquisição de Alimentação Enteral .

Jateí/MS-MS, 23 de março de 2017. Flávia Maria Dias Pinhel Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 172/2016. Processo Administrativo - Autos nº 1.778/2016. Dispensa nº 058/2016. PARTES: Distratante: MUNICÍPIO DE MARACAJU-MS. Distratada: JA-ENGENHARIA EIRELI - EPP. OBJETO: As partes acima qualificadas, de comum acordo e na melhor forma de direito resolvem firmar o presente Termo de Rescisão ao Contrato Administrativo nº 172/2016, firmado em 16.09.2016, cujo saldo importa no valor de R\$ 2.532.868,98 (dois milhões quinhentos e trinta e dois mil oitocentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos). A Distratada declara haver recebido do Distratante a importância de R\$ 220.519,03 (duzentos e vinte mil quinhentos e dezenove reais e três centavos), pelos serviços prestados a partir da vigência do Contrato Administrativo nº 172/2016, até a presente data, tendo um crédito a receber no valor de R\$ 242.403,41 (duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e três reais e quarenta e um centavos). As partes dão uma à outra, plena, geral e irrevogável quitação, para não mais reclamarem no presente ou no futuro, renunciando ao direito de arrependimento, obrigando-se a fielmente cumprirem todas as cláusulas do presente Termo de Rescisão Contratual, fazendo deste instrumento sempre fiel e valioso, em qualquer tempo e lugar. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 77 c.c. art. 79, inciso II e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93. Maracaju-MS, 16 de março de 2017.

ASSI NANTES: Distratante: Maurílio Ferreira Azambuja. Distratada: João Alberto Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 221/2015

DAS PARTES: de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA e outro lado à empresa QUEIROZ PS ENGENHARIA EIRELI - ME

DO ADITIVO:

O presente Termo Aditivo tem a finalidade de alterar o valor contratual, passando o valor original de R\$ 842.622,12 (oitocentos e quarenta e dois mil seiscentos e vinte dois reais e doze centavos), para um valor de R\$ 825.575,18 (oitocentos e vinte e cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos), representando um decréscimo de (2,02%) em valores R\$ 17.046,94 (dezessete mil e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos), bem comoprorrogar o prazo contratual previsto na cláusula sexta, para o período compreendido entre o dia22/03/2017 a 21/07/2017, tendo em vista as alterações de projeto e o alto índice pluviométrico no período impossibilitando o término, com fundamento no art. 57, §1°, II e V, da Lei n° 8.666/93.

Nova Andradina, MS, 13 de Março de 2017.

Fabio Zanata Secretário Municipal de Educação Cultura e Esporte Contratante QUEIROZ PS ENGENHARIA EIRELI — ME Paulo Sergio de Queiroz Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017 O MUNICÍPIO DE PARANAÍBA – MS, por intermédio do(a) PREGOEIRO(A), o(a) senhor(a) JUSCELINO BALDUINO MACHADO JUNIOR, designado pela PORTARIA Nº 164/2017, DE 9 DE JANEIRO DE 2017, torna público que no dia 6 DE ABRIL DE 2017, ÅS 8:00 (OITO) HORAS, na PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA, situada na AVENIDA JUCA PINHÉ, Nº 333, JD. STª MÔNICA, PARANAÍBA-MS, realizará processo licitatório na modalidade PREGÃO, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", que será regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto 3.555/00 e pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

OBJETO: Contratação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), assim definidos pelo art. 3º e 18-A, §1º, da Lei Complementar 123/2006, para a aquisição parcelada de *MEDICAMENTOS* (melhor qualidade e menor preço), em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranaíba-MS.

O **EDITAL** e seus **ANEXOS** encontram-se disponíveis aos interessados no endereço acima especificado.

Paranaíba-MS. 24 de marco de 2017.

JUSCELINO BALDUINO MACHADO JUNIOR PREGOEIRO(A)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2017

O MUNICIPIO DE RIO BRILHANTE - MS, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "Menor Preço", por execução indireta, regime de empreitada "menor preço por item", em conformidade com a Lei nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 123/2006 e suas alterações e Decreto Municipal nº 20.507/2014 e suas alterações.

DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES (01 – PROPOSTA E 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO): às 08:00 horas do dia 06/04/2017.

LOCAL: Sede Administrativa da Prefeitura Municipal.

OBJETO: O presente Pregão tem por objetivo a contratação de empresas para prestação dos serviços de transporte escolar dos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino, de acordo com especificações e condições constantes do edital e seus anexos.

Fica designado como Pregoeiro no processo licitatório pela modalidade PREGÃO, em obediência a Portaria nº 180/2017, de 22 de fevereiro de 2.017, o **Sr. Valderi da Silva Leite.**

Local e horário para retirada do edital: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio Brilhante – MS, Rua Prefeito Athayde Nogueira nº 1.033 – Centro, fone: 0*(67) 3452-7391 – ramal 217, das 07:00 às 11:00 horas ou no site www.riobrilhante. ms.gov.br (portal transparência).

Rio Brilhante - MS, 24 de março de 2017.

VALDERI DA SILVA LEITE - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Aviso de Licitação Pública Modalidade Pregão Presencial nº 049/2017

A Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul por solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, de conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e suas alterações posteriores e pelo Edital, que tem como objeto aquisição de materiais permanentes para Hospital Municipal José Valdir Antunes de Oliveira, conforme Proposta de Aquisição nº 13659.627000/1140-06 apresentada e aprovada pelo Ministério da Saúde (FNS), em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de São Gabriel do Oeste MS, em sessão pública, às 14:00 hs do dia 07 de Abril de 2017, a sala de reuniões, localizada à Rua Martimiano Alves Dias nº 1211, São Gabriel do Oeste - MS, onde serão recebidos os envelopes de proposta comercial e documentação de habilitação.

Pasta do Edital retira-se no site: www.saogabriel.ms.gov.br São Gabriel do Oeste – MS, 24 de Março de 2.017

Ronilso Freitas Brandão - Pregoeiro

Resultado de Licitação Pública Modalidade Pregão Presencial nº 033/2017

Em virtude da realização de Certame Licitatório, no qual foram classificadas e julgadas propostas constantes na Ata de Julgamento do Processo de Licitação Pública, modalidade Pregão Presencial nº 033/2017, que tem por objeto à aquisição de peças e serviços para manutenção de Pá Carregadeira 924 HZ nº 09, para atender as encessidades da Secretária Municipal de Infraestrutura , sagrou-se vencedora a empresa: KERSTING & CESTARI LTDA EPP para todos os lotes com valor total de R\$ 27.000,00(Vinte e Sete Mil).

São Gabriel do Oeste - MS, 24 de Março de 2.017.

Ronilso Freitas Brandão - Pregoeiro

Aviso de Licitação Pública Modalidade Pregão Presencial nº 038/2017

A Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul por solicitação da Secretaria Municipal de Administração através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, de conformidade com as disposições da Lei nº 0.520/02, Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e suas alterações posteriores e pelo Edital, que tem como objeto a aquisição de materiais de higiene, limpeza e utensílios para suprir as necessidades de consumo das Secretarias, Fundos e Fundações

Municipais de São Gabriel do Oeste - MS, em sessão pública, às 08:00 hs do dia 10 de Abril de 2017, na sala de reuniões, localizada à Rua Martimiano Alves Dias nº 1211, São Gabriel do Oeste - MS, onde serão recebidos os envelopes de proposta comercial e documentação de habilitação.

Pasta do Edital retira-se no site: www.saogabriel.ms.gov.br

São Gabriel do Oeste - MS, 24 Março de 2017.

Ronilso Freitas Brandão - Pregoeiro

Aviso de Licitação Pública Modalidade Pregão Presencial nº 051/2017

A Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul por solicitação da Secretaria Municipal de Administração, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, de conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e suas alterações posteriores e pelo Edital, visando a aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em eventos (palestrantes e participantes), Campanhas voltadas à Saúde, Ações desenvolvidas mensalmente nas UBS, SAMU e pacientes inseridos no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em sessão

pública, às 08:00hs do dia 12 de Abril de 2017, na sala de reuniões, localizada à Rua Martimiano Alves Dias 1211, onde serão recebidos os envelopes de proposta comercial e documentação de habilitação.

Pasta do Edital retira-se no site: www.saogabriel.ms.gov.br

São Gabriel do Oeste - MS, 24 de Março de 2.017.

Ronilso Freitas Brandão - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA

AVISO DE RATIFICAÇÃO

O Pregoeiro do Município de Selvíria, na suas atribuições, vem ratificar o Aviso de Licitação do Edital 25/2017 - Pregão Presencial 11/2017. Altera-se com base no Art. 21 § 4° da Lei 8.666/93. Onde se lê: Edital n° 25/2017. Leia-se: Edital n° 20/2017 e as demais condições permanecem inalteradas.

Selvíria-MS, 23 de Março de 2017.

TIAGO BALSANELLI RODRIGUES

PREGOEIRO

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

ΠΙΤΔΙ

AGROINDUSTRIAL LTDA, estabelecimento industrial. 09.021.574/0001-10, NIRE 54.2.00898897 com sede na cidade de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, na Fazenda Buriti, BR – 267, Rodovia Manoel da Costa Lima, Km 88, CEP 79.780-000, Assembleia Geral de Sócios - Edital de Convocação. Ficam os Senhores Sócios da BURITI AGROINDUSTRIAL LTDA, convocados para se reunirem em Assembleia Geral, que se realizará, às 10:00 horas, no dia 01 de abril de 2017, na Rua Daniel Martins, 807 - Vila Califórnia - Presidente Prudente/SP, CEP 19013-260, para deliberarem sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: a) Deliberar sobre a redução de capital da Sociedade, Deliberações: Reduzir o capital social, conf. Artigos 1.082, 1.083 e 1.084, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 75.000,00, em razão da perda de 100% da área agrícola com 157,57 hectares, representando uma redução de R\$ 2.025.000,00; b) Apreciação do relatório da Administração e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016; e c) Proposta para a destinação dos resultados auferidos nos referidos exercícios. Bataguassu/MS, 27 de março de 2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
AGROPASTORIL JOTABASSO LTDA.
Ponta Porā - MS
CNPJ nº 87.700.746/0001-96

São convocados os sócios quotistas da sociedade empresária AGROPASTORIL JOTABASSO LTDA. com sede Ponta Porã (MS) na Fazenda Jotabasso – Estrada Usina São João – km 24 - CEP 79907-899, CNPJ sob nº. 87.700.746/0001-96, para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 29 de abril de 2017, nas dependências da sede social e administrativa da sociedade no endereço e local retro mencionado, no seguinte horário: em primeira convocação às 08h30min horas com a presença mínima de 75% (setenta e cinco) por cento do capital social, e em segunda convocação às 09h00min horas, no mesmo local e no mesmo dia, com qualquer número de sócios.

Ordem do Dia

- Aprovação das contas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016, prestadas à sociedade pelos seus administradores, com apresentação do relatório dos administradores, do Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis;
- 2) Destinação do resultado apurado:
- 3) Fixação da Remuneração dos Administradores;
- 4) Dar e renovar a autorização aos administradores da sociedade para constituir garantias sobre bens da sociedade, através de contratos de alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, hipoteca de bens imóveis, penhor cedular de móveis e produtos agrícolas oriundos da produção da sociedade, pelo período de 01 ano, tendo como termo inicial a data de realização desta Assembleia Geral até a data em que se realizar Assembleia Geral Ordinária para aprovação das contas referente ao exercício de 2017;
- 5) Aprovação do valor para doações do ano de 2.017.

Ponta Porã (MS), 15 de março de 2017.

Airton Francisco de Jesus Diretor Superintendente

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS - NAVIRAÍPREV, através de seu Diretor-Presidente, em atenção aos termos da Lei Nº. 8666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores, torna público que promoverá LICITAÇÃO na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo <u>MENOR PREÇO - GLOBAL</u>, objetivando a:

CONCORRÊNCIA nº. 001/2017

- * <u>OBJETO</u>: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA SEDE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ- NAVIRAIPREV.
- * DATA: A sessão acontecerá no dia 10/05/2017, às 15:00 horas (horário local).
- * EDITAL: O edital estará disponível para download no site www.naviraiprev.ms.gov.br.

Naviraí - MS, 24 de março de 2017.

MOISÉS BENTO DA SILVA JUNIOR

Diretor-Presidente da NAVIRAIPREV Conf. Decreto nº 50/2016

DECLARAÇÃO DE EXTRAVIO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL

A produtora rural Sra. **NEIDE GLORIA DA SILVA BRAGA**, CPF/MF 686.500.435-34, COMUNICA, o extravio do TALÃO NOTA FISCAL DO PRODUTOR SOB SEQUENCIAL DO Nº 11720991 A 117221000 DO P.A PA SUCESSO LOTE Nº 62 – município de Nova Alvorada do Sul, MS inscrição Estadual 28.779.203-0.

NOVA ALVORADA DO SUL, MS 07 de Março 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CNPJ Nº 12.887.219/0001-33 NIRE Nº 543.000.049-95

Ficam convocados os Senhores acionistas da Nova Estrela Comércio de Alimentos S/A.., para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a se realizar no dia 28 de Abril de 2017, às 17:30 horas em primeira convocação na Rua João Carrato nº 540- Centro — Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Deliberar sobre o relatório da administração, Balanço Patrimonial e Demonstrativos Financeiros do exercício de 2016, encerrado em 31 de Dezembro de 2016,
- 2) Deliberar sobre destinação do lucro liquido do exercício de 2016 e,
- 3) Deliberar sobre distribuição de dividendos e constituição de reservas;
- Os documentos referentes ao item 1 (um) da ordem do dia estarão a disposição dos senhores acionistas a partir do dia 29/03/2017, na sede da empresa Av. Clodoaldo Garcia, 623- Tres Lagoas –MS, para que sejam admitidos na assembléia, os acionistas deverão portar os seguintes documentos: (i) documento de identidade e (ii) instrumento de mandato, com firma reconhecida, e poderes específicos, em caso de acionista representado por procurador, nos termos do Artigo nº126,§ 1º, da lei nº6.404/1976.

Três Lagoas, 24 de Março de 2017.

Joaquim Romero Barbosa DIRETOR PRESIDENTE

Contribuição Sindical - O Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas indústrias Metalúrgicas Mecânicas de Materiais Elétricos de Paranaiba e Região entidade de primeiro grau representativa da categoria profissional dos trabalhadores Metalúrgicos nos municípios de Alcinópolis, Água Clara, Brasilândia, Bandeirantes, Chapadão do Sul, Costa Rica, Figueirão, Inocência, Santa Rita do Pardo, Selviria, Sonora, Pedro Gomes e Paranaiba, faz saber aos que o presente vir ou derem tiverem conhecimento, especialmente as empresas onde trabalham empregados nas industrias metalúrgicas mecânicas, indústrias de proteção, tratamento térmico e transformações de superfícies, de aparelhos elétrico eletrônicos, informática e similares de artefatos de ferros, metais e ferramentas em gerais, de artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares de condutores elétricos, trifilação e laminação de metais, de aeronáutica, estamparia de metais, de forjaria de fundição, de funilaria de moveis de metal, lâmpadas de aparelhos elétricos de iluminação, de metais e equipamentos ferroviários e rodoviários, de mecânica de parafusos, porcas, rebites, rolhas, metálicas e similares de refrigeração, equipamento e tratamento de ar de reparação de veículos e assessórios, de trifilação e laminação de metais ferrosos, de máquinas e equipamentos, componentes para veículos automotores, de tratores, caminhões, automóveis e veículos similares, etc. Que deverá ser descontada de seus empregados em folha de pagamento do mês de Março, a contribuição sindical equivalente a um dia de trabalho devido a este sindicato compreende-se na remuneração do empregado para todos os efeitos legais além da importância fixa estipulada, as gratificações, os prêmios, abonos adicionais, comissões e outras vantagens pagas pelo empregador. Considerando um dia de trabalho para fins do referido desconto a que segue = A = importância equivalente a 1/30 (um trinta avos) do salário ajustado se este for mensalista = B= importância equivalente a 1/30 (um trinta avos) da quantia recebida no mês anterior, se, a remuneração for paga por tarefa, empreitada, ou comissão = C= importância equivalente a um dia 08 horas para diarista e horista. A contribuição assim descontada devera ser recolhida até o dia 30/04/2017, na Caixa Econômica Federal, o deposito deverá ser feito em nome da entidade, Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas indústrias Metalúrgicas Mecânicas de Materiais Elétricos de Paranaiba e Região. Rua Dr. Rocha Dias 686 CEP 79.500-000 Código Sindical da Entidade 011000.98366.2, CNPJ 10.498.638.0001-58, MS. O não recolhimento da contribuição sindical, dentro do prazo estabelecido, sujeitará ao pagamento de multa de 10% prevista no artigo 500 da CLT, acrescida de juros de 1% ao mês, e demais penalidades aplicáveis, tudo calculado sobre o montante a ser recolhido, independentemente das sanções de cobranças executivas conforme o caso na forma da legislação vigente. (Aviso: em caso de não recebimento das guias de recolhimento da referida contribuição sindical, deverão retirar no site da Caixa Economica Federal (www.caixa.gov.br), através do código da entidade 011000.98366.2 ou CNPJ. Paranaíba 22 de Março - Vitoria de Souza Oliveira.

AQUARIUS ENERGÉTICA S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação dos Srs. acionistas o Relatório da Administração e o conjunto das Demonstrações Financeiras da AQUARIUS ENERGÉTICA S.A relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório de Auditoria Independente.

As demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Com sede localizada na cidade de Sonora - MS, a empresa tem por atividade a geração e exploração dos serviços de energia elétrica, nos termos da Lei 9074/95 e legislação pertinente.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

Ao longo do tempo a empresa tem se comprometido com a busca de melhores resultados e excelência na produção de energia elétrica.

A Aquarius Energética S.A. ("Sociedade") foi constituída com objetivo de geração e exploração dos serviços de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074/95 e legislação pertinente, através de uma PCH (pequena central hidrelétrica) para exploração do potencial energético do Rio Correntes, localizado no município de Sonora - MS, com potência instalada de 4,2 MW e potência assegurada de 3,69 MW.

A Sociedade possui um contrato de fornecimento de energia para a Eletrobrás, assinado em 2004, com vigência até 30 de junho de 2026. A energia contratada pela Eletrobrás é de 31.521 MWh por ano e o preço unitário da renergia contratada é de R\$121,35/MWh, sendo reajustada anualmente pelo IGP-M, de acordo com a Portaria nº 045/04 do Ministério de Minas e Energia. Em 31 de dezembro de 2016, o preço unitário de energia contratada encontrase em R\$ 251,44/MwH (R\$226,35/Mwh em 2015). A totalidade da energia

gerada pela Sociedade está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA -Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. O valor total estimado do contrato é de R\$76.501, levando-se em consideração a energia contratada, o preço de energia e o prazo definido.

Nota

AQUARIUS ENERGÉTICA S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo

	explicativa	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.082	-
Aplicações financeiras	5	307	287
Contas a receber	6	848	538
Outros créditos		20	27
		2.257	852
Não circulante			
Partes relacionadas	7	1.935	2.506
Outros créditos		6	3
Imobilizado	8	8.931	9.402
		10.872	11.911
Total do ativo		13.129	12.763

A Sociedade optou pela participação no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), efetuando o compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas geradoras, nos termos do Decreto nº 2.655 de 2 de julho de 1998 e do Artigo 2º do Decreto nº 3.653 de 7 de novembro de 2000, com o objetivo de evitar grandes variações na receita de cada usina individualmente, quando submetida ao processo de otimização global do sistema.

A Resolução nº 248, de 29 de maio de 2003, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a Sonora Estância S.A. (parte relacionada da Sociedade) a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica e através da Resolução nº 410, de 20 de dezembro de 2004, a ANEEL autorizou a transferência da exploração de energia para a Sociedade.

Os custos e despesas se mantiveram nos níveis normais, não havendo qualquer aumento significativo.

O endividamento da empresa consiste, basicamente, no pagamento de principal e juros do financiamento para a construção da PCH, não havendo, também alterações significativas.

3. INVESTIMENTOS

Em relação à produção de energia elétrica, os fatores de produção se mantiveram estáveis, tendo a empresa comercializado 3,7 MWH de energia. Não foram efetuados investimentos importantes neste ano, mantendo-se, dentro das exigências da ANEEL.

<u>4. GESTÃO DE MEIO AMBIENTE</u>

Atenta ao cumprimento da legislação ambiental e às alternativas para o desenvolvimento sustentável e dando continuidade à sua política, a empresa pratica suas atividades com absoluto respeito ao meio-ambiente.

5. DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Administração propõe aos seus acionistas que em relação ao resultado do exercício no montante de R\$ 5.285.387,98 sejam destinados: (i) R\$ 1.321.347,00 para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) R\$ 3.964.040,98 para a constituição de reserva de retenção de lucros.

6. AGRADECIMENTOS

A empresa agradece a todos os clientes, fornecedores e demais instituições pela confiança e apoio à Administração, bem como a seus colaboradores, pela dedicação e integração com os planos empreendidos.

A Diretoria

FRANCISCO GIOBBI **Diretor Presidente**

LUCA GIOBBI Diretor Administrativo

Passivo e natrimônio líquido

	Nota explicativa	2016	2015
Circulante			
Fornecedores		12	55
Empréstimos e financiamentos	9	-	-
Obrigações trabalhistas		99	99
Impostos e contribuições			
a recolher		-	-
Dividendos a pagar	11	2.202	1.524
. 5		2.313	1.678
Não circulante	_		
Empréstimos e financiamentos	9	-	143
Contingências	10	415	737
		415	880
Patrimônio líquido	_		
Capital social	11	4.725	4.725
Reservas de lucros		4.909	3.857
	· 	9.634	8.582
Total do passivo/patrimônio l	íquido	12.362	11.140

Demostrações do resultado em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2016	2015
Receita líquida de vendas	12	7.489	4.872
Custo do serviço	13	(1.647)	(1.747)
Lucro Bruto		5.842	3.125
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(216)	(193)
Outras despesas operacionais, líquidas	13	(16)	6
		(232)	(187)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		5.610	2.938
Resultado financeiro líquido	14	(45)	(87)
Lucro operacional antes dos impostos sobre a renda		5.565	2.851
Imposto de renda e contribuição social - correntes	15	(279)	(256)
Lucro líquido do exercício		5.285	2.595
Lucro líquido por ação básico e diluído (Em Reais)	11	1,12	0,55

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro do exercício	5.285	2.595
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	5.285	2.595
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	5.285	2.595
	5.285	2.595

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Reser	rva de lucros			
			Reserva			
		Reserva	para futuros	Retenção de	Lucro do	
	Capital social	legal	investimentos	lucros	exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	4.725	945	-	3.349	-	9.019
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.383)	-	(2.383)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.595	2.595
Destinação do lucro líquido						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(649)	(649)
Destinação para reserva para futuros investimentos	-	-	-	-	(967)	(967)
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	967	979	(979)	967
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.725	945	967	1.945	-	8.582
Distribuição de dividendos	-	-	(967)	(1.945)	-	(2.912)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.285	5.285
Destinação do lucro líquido						
Dividendos mínimos legais	-	-	-	-	(1.321)	(1.321)
Destinação para reserva de retenção de lucros		-	-	3.964	(3.964)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.725	945	-	3.964	-	9.634

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

(Em milhares de Reais)	Nota		
	explicativa	2016	2015
Lucro líquido do exercício		5.285	2.595
Itens que não afetam o caixa operacional:			
Depreciação e amortização		575	573
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos		187	370
Encargos de mútuos	7	(145)	(308)
Aumento e diminuição nas contas do ativo e passivo:			
Contas a receber		(310)	168
Outros créditos		5	(6)
Fornecedores		(43)	50
Impostos e contribuições a recolher		495	259
Obrigações trabalhistas		-	5
Imposto de renda e contribuição social pagos		(506)	(269)
Caixa líquido das atividades operacionais		5.543	3.437
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8	(104)	(327)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(104)	(327)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras		(20)	43
Partes relacionadas		394	801
Empréstimos e financiamentos - captações	9	-	1.116
Empréstimos e financiamentos - pagamentos	9	(330)	(2.344)
Dividendos pagos	11	(3.556)	(2.591)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(3.512)	(2.975)
Variação no saldo caixa e equivalentes		1.927	135
Caixa no início do exercício		459	324
Caixa no final do exercício		1.082	459
Variação no saldo caixa e equivalentes		623	135

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AOUARIUS ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Aquarius Energética S.A. ("Companhia") foi constituída com objetivo de geração e exploração dos serviços de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074/95 e legislação pertinente, através de uma PCH (pequena central hidrelétrica) para exploração do potencial energético do Rio Correntes, localizado no município de Sonora - MS, com potência instalada de 4,2 MW e potência assegurada de 3,69 MW.

A Companhia possui um contrato de fornecimento de energia para a Eletrobrás, assinado em 2008, com vigência até 30 de junho de 2026. A energia contratada pela Eletrobrás é de 31.521 MWh por ano e o preço unitário da energia contratada é de R\$ 121,35/MWh, sendo reajustada anualmente pelo IGP-M, de acordo com a Portaria nº 045/2004 do Ministério de Minas e Energia. Em 31 de dezembro de 2016, o preço unitário de energia contratada encontrase em R\$ 251,44/Mwh. A totalidade da energia gerada pela Companhia está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

O valor total estimado do contrato é de R\$ 75.293 referente ao prazo remanescente contratual de 9,5 anos, levando-se em consideração a energia contratada, o preço de energia e o prazo definido.

A Companhia optou pela participação no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), efetuando o compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas geradoras, nos termos do Decreto nº 2.655 de 2 de julho de 1998 e do Artigo 2º do Decreto nº 3.653 de 7 de novembro de 2000, com o objetivo de evitar grandes variações na receita de cada usina individualmente, quando submetida ao processo de otimização global do sistema.

A Resolução nº 248, de 29 de maio de 2003, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a Sonora Estância S.A. (parte relacionada da Companhia) a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica e através da Resolução nº 410, de 20 de dezembro de 2004, a ANEEL autorizou a transferência da exploração de energia para a Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 1º de março de 2017.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

 Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 16 – Instrumentos financeiros.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 – Contas a receber de clientes e outros créditos

- (Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa PECLD);
- Nota explicativa nº 8 Imobilizado;
- Nota explicativa nº 10 Contingências

Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinada: (a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o vencimento.

A Companhia não possui instrumentos financeiros destinados à negociação ou disponíveis para venda ou instrumentos financeiros derivativos.

i. Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. A Sociedade somente possui ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável

. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía instrumentos financeiros nesta categoria, caracterizados pelas operações com partes relacionadas às quais são contabilizadas pelos valores contratuais de cada operação.

Empréstimos e recebíveis

A Companhia considera as seguintes classes de ativos financeiros como parte da categoria de empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros que possuem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda para o valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva. exceto para os recebíveis de curto prazo quando o reconhecimento dos juros

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment")

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros e perdas, são avaliados por indicadores de "impairment" na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência de que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de "impairment" poderia incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; Quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou recuperação judicial;
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, como contas a receber de clientes e outros recebíveis, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, devendo ser suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Quando uma duplicata a receber é considerada irrecuperável, ela é baixada contra a conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para os ativos financeiros mensurados ao valor de custo amortizado, o valor do "impairment" corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para os ativos financeiros incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis, se em um período subsequente o montante da perda com "impairment" diminuir e o decréscimo puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento do "impairment", a perda com "impairment" anteriormente reconhecida é revertida através de lucros e perdas, limitada ao que teria sido o valor do custo amortizado se o "impairment" não tivesse sido

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando a Sociedade transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para terceiros. Se a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que teria de pagar. Se a Companhia retém todos os riscos e retornos sobre a propriedade de um ativo financeiro transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e

reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulada que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

ii. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como capital social de acordo com a essência do acordo contratual. A Companhia não possui instrumentos de patrimônio.

Passivos financeiros

Classificados ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Companhia não possui passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento efetivo. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é aquela que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3. Contas a receber

Registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

3.4. Imobilizado

Os bens do Imobilizado estão demonstrados aos custos de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução do valor recuperável (se

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa nº 8.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valores incertos que surgiram como resultado de transações passadas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Empresa e seus assessores jurídicos:

- Ativos contingentes trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

A provisão para riscos fiscais, especificamente, refere-se a questões fiscais e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro presumido, calculada à razão de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social sobre as receitas brutas. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à razão de 9%.

3.7. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada aos clientes é reconhecida no período de competência.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

Caixa e equivalentes de caixa

_	2016	2015
Bancos conta movimento	214	331
Aplicações financeiras	868	128
Total	1.082	459

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certificado de Depósito Bancário - CDB, com mercado de liquidez de curtíssimo prazo e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor. Os rendimentos estão vinculados à taxa média de 86% da CDI ou 0,5% a.m. + TR.

Aplicações financeiras

	2016	2015
Títulos de capitalização	307	287

As aplicações financeiras estão representadas por títulos de capitalização obtidos junto ao Banco do Brasil S.A. com possibilidades de resgates parciais e não estão sujeitas à conversão imediata em dinheiro sem redução de valor.

Contas a receber

	2016	2015
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	871	561
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(23)	(23)
Total	848	538

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	2016	2015
A vencer	848	538
Vencidas de 180 a 360 dias	23	23
Total	871	561

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os recebíveis vencidos há mais de 180 dias, excetuando os casos onde já existem negociações adiantadas no momento da constituição da provisão.

Partes relacionadas

Mútuo ativo

	2016	2015
Sonora Estância S.A. Francisco Giobbi	1.880 55	2.451 55
Total	1.935	2.506

saldos acima se referem a contratos de mútuos classificados no ativo não saludo acima se referir a contratos de induos classificados no ativo had circulante e são decorrentes de empréstimos financeiros efetuados com vencimento em parcela única em 30 de junho de 2017 e sobre os quais há incidência de juros remuneratórios de 11,29% a.a. As receitas financeiras provenientes deste mútuo correspondem a R\$145 (R\$308 em 2015).

Remuneração dos administradores A remuneração e os honorários totais dos administradores da Companhia foram de R\$97 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 84 em 2015). Os mesmos não gozam de outras vantagens, a não ser os que são acionistas que recebem dividendos, caso existam lucros, na proporção de suas

8. Imobilizado

A seguir, está apresentada a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em			Saldo em				Saldo em
Custos	2014	Adições	Baixas	2015	Adições	Baixas	Transferências	2016
Terrenos	15	-	-	15	-	-	-	15
Edificações e dependências	10.395	281	-	10.676	-	-	52	10.728
Instalações e equipamentos	1.388	-	-	1.388	-	-	48	1.436
Veículos	56	-	(56)	-	-	-	-	-
Maquinismos e acessórios	2.253	10	-	2.263	-	-	39	2.302
Móveis e utensílios	15	-	-	15	-	-	-	15
Computadores e periféricos	76	-	-	76	1	(1)	-	76
lmobilizado em andamento	<u> </u>	36		36	103		(139)	
Total do custo	14.198	327	(56)	14.469	104	(1)		14.572

			2016		2015
	Taxas anuais de		Depreciação		
Custos	depreciação (%)	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		15	_	15	15
Edificações e dependências	3,3 a 4	10.728	(4.290)	6.438	6.833
Instalações e equipamentos	3 a 10	1.436	(496)	940	943
Maquinismos e acessórios	2,5 a 10	2.302	(802)	1.500	1.532
Móveis e utensílios	10	15	(10)	5	7
Computadores e periféricos	4,5 a 20	76	(43)	33	37
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	36
Total dos custos		14.572	(5.641)	8.931	9.402

Depreciação

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao seu valor de recuperação ("impairment") em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado no exercício de 2016 de acordo com as taxas propostas pela ANEEL e concluiu que a taxa reavaliada sofreria alterações insignificantes com relação à taxa atual vigente e por esse motivo não efetuou nenhuma alteração na vida útil dos bens.

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade Capital de giro	Encargos 19,27% a 35,5% a.a.	Vencimento final out/17	2016 143	2015 693
Implantação PCH	14% a.a.	ago/17	597 740	1.494 2.187
		=	740	2.044
			740 - 740	2.044 143 2.187
-	Capital de giro	Capital de giro 19,27% a 35,5% a.a.	Modalidade Encargos final Capital de giro 19,27% a 35,5% a.a. out/17	Modalidade Capital de giro Encargos 19,27% a 35,5% a.a. final out/17 2016 143 Implantação PCH 14% a.a. ago/17 597 740 740 740

Total

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais dos acionistas, penhor das ações da Companhia, créditos decorrentes de venda de energia e por bens do imobilizado.

Os empréstimos na modalidade "Implantação PCH" possuem cláusulas restritivas relacionadas a determinados índices financeiros e outras obrigações que tornam a dívida vencida antecipadamente, cujas principais cláusulas estão apresentadas abalxo:

- Não aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista no contrato;
- Extinção da autorização da Companhia para exploração do potencial energético;
- Processo de reorganização societária sem a prévia autorização do financiador;
- Manter, durante a vigência do contrato os seguintes parâmetros:
- Índice de capitalização do patrimônio líquido/ativo total igual ou superior a 0,35;
- ✓ Índice de liquidez corrente ativo circulante/passivo circulante igual ou superior a 1,20;
- Margem EBITDA (resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação)/ROL (receita operacional líquida) igual ou superior a 0,80;
- ✓ Índice de cobertura da dívida EBITDA (resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação)/passivo circulante igual ou superior a 1,30;
- EBITDA (resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação)/Despesa financeira igual ou superior a 2.70:
- ✓ Dívida financeira total/EBITDA (resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação) inferior ou igual a 4.
 Fm. 31 de dezembro de 2016, alguns dos índices acima não estavam dentro

Em 31 de dezembro de 2016, alguns dos índices acima não estavam dentro dos parâmetros estabelecidos, entretanto os efeitos contábeis deste não atendimento já foram reconhecidos pela Companhia.

10. Contingências

A Companhia é parte em processos fiscais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de consultores jurídicos externos, para as causas classificadas como de risco de perda pravável. A Companhia possui provisionados em 31 de dezembro de 2016, valores para fazer face aos processos considerados prováveis de perda, cujos saldos finais estão demonstrados a seguir:

2016	2015
414	736
<u>1</u>	<u>1</u>
415	737
	414 1

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que não existem outros riscos de perda provável que deveriam ser registrados em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia é, ainda, parte em processos fiscais em andamento, classificados como de risco possível pelos seus consultores jurídicos externos, para os quais não foi constituída provisão para riscos fiscais. Tais processos totalizam em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente, R\$1.393 (2015: R\$1.393).

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social da Sociedade está representado por 4.725.185 ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00, assim distribuídas:

		2016			2015		
	% de Participação	Quantidade de ações	Valor total	% de participação	Quantidade de ações	Valor total	
Acionistas						-	
Francisco Giobbi	45,32	2.141.371	2.141	45,32	2.141.371	2.141	
Maria Esther Giobbi	28,94	1.367.507	1.368	28,94	1.367.507	1.368	
Emanuela Giobbi	5,23	247.024	247	5,23	247.024	247	
Luca Giobbi	5,23	247.024	247	5,23	247.024	247	
Cleiton Jarbas Valeis	8,36	395.229	395	8,36	395.229	395	
IG Patrimonial Ltda.	6,92	327.030	327	6,92	327.030	327	
Total	-	4.725.185	4.725	-	4.725.185	4.725	

segue:

Total

b) Reserva legal

Representada em 31 de dezembro de 2016 pela constituição no montante de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada somente para capitalização e/ou reversão contra prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2016 não houve complemento dessa reserva, pois a mesma atinglu o percentual de 20% do capital social.

c) Reserva para futuros investimentos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2016, foi aprovada a destinação da totalidade desta reserva para a distribuição complementar de dividendos.

d) Reserva para retenção de lucros

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2016, foi aprovada a destinação da totalidade desta reserva para a distribuição complementar de dividendos.

e) Lucro por ação - básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro foi baseado no lucro líquido do exercício e na quantidade média ponderada de ações do capital social da Companhia ao longo do exercício, e está assim apresentado:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	5.285	2.595
Quantidade média ponderada de ações (*)	4.725	4.725
Lucro por ação - básico e diluído	1,12	0,55
(*)Fm milhares		

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente.

f) Dividendos propostos

O Estatuto Social da Companhia não determina o valor de dividendos mínimos obrigatórios e, sendo assim, a Lei das Sociedades por Ações é seguida e devem ser distribuídos, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2016, foram propostos os seguintes dividendos, conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	5.285	2.595
Base de cálculo	5.285	2.595
Percentual mínimo obrigatório	25%	25%
Dividendos propostos	1.322	649

A seguir está apresentada a movimentação dos dividendos a pagar e a composição do saldo:

	lotai
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.083
Dividendos aprovados em abril de 2015	2.383
Dividendos pagos em 2015	(2.591)
Dividendos propostos no final do exercício	649_
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.524
Dividendos aprovados em abril de 2016	2.912
Dividendos pagos em 2016	(3.556)
Dividendos propostos no final do exercício	1.322
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.202

A composição dos dividendos a pagar por acionista está demonstrada como

	2016	2015
Francisco Giobbi	1.002	691
Maria Esther Giobbi	640	441
Emanuela Giobbi	106	80
Luca Giobbi	116	80
Cleiton Jarbas Valeis	185	127
IG Patrimonial Ltda.	153	105
Total	2.202	1.524
12. Receita líquida de vendas		
	2016	2015
Receita bruta:	<u> </u>	
Venda de energia elétrica	7.773	5.057

13. Custo dos serviços

(-) PIS sobre faturamento

(-) COFINS sobre faturamento

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração são apresentadas a sequir:

(33)

4.872

(51)

7.489

2016

2015

	2016	2015
Depreciações e amortizações	(575)	(573)
Serviços de terceiros	(305)	(422)
Salários, encargos e benefícios	(697)	(640)
Honorários da diretoria (com encargos)	(116)	(101)
Outras despesas líquidas	(186)	(198)
Total	(1.879)	(1.934)
Classificados como:		
Custo do serviço	(1.647)	(1.747)
Despesas gerais e administrativas	(216)	(193)
Outras despesas operacionais, líquidas	(16)	6
Total	(1.879)	(1.934)

14. Resultado financeiro

	2010	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	47	37
Juros sobre mútuo	145	308
Total das receitas financeiras	192	345
Despesas financeiras		
Juros e multas de mora	-	(1)
Encargos sobre empréstimos	(187)	(369)
Demais despesas financeiras	(50)	(62)
Total das despesas financeiras	(237)	(432)
Total	(45)	(87)

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	2016	2015
Imposto de renda – corrente	(178)	(168)
Contribuição social – corrente	(101)	(88)
Total	(279)	(256)

As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está reconciliadas às alíquotas nominais, como seque:

	2016			201		
Descrição	IRPJ	CSL	Total	IRPJ	CSL	Total
Receita bruta de venda de energia	7.773	7.773	7.773	5.057	5.057	5.057
Alíquota de presunção	8%	12%	20%	8%	12%	20%
Base de cálculo	622	933	1.555	405	607	1.011
Demais receitas	192	192	192	365	365	365
Base de cálculo total	813	1.124	1.746	769	971	1.376
Cálculo do imposto de renda						
- Alíquota de 15%	122	-	122	115	-	115
- Adicional de 10%	56	-	56	53	-	53
Total do imposto de renda corrente	178	-	178	168	-	168
Cálculo da contribuição social						
- Alíquota de 9%	_	101	101	_	88	88
Total da contribuição social corrente	<u> </u>	101	101		88	88
Total dos impostos correntes			279		-	256

16. Instrumentos financeiros

16.1. Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

	2016	2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1.082	459
Aplicação financeira	307	287
Contas a receber	848	538
Partes relacionadas	1.935	2.506
Total	4.172	3.790
Passivos financeiros		
Fornecedores	12	55
Empréstimos e financiamentos	740	2.187
Total	752	2.242

A mensuração pelo valor justo dos ativos e passivos financeiros obedece as seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- Empréstimos e financiamentos São classificados como passivos financeiros pelo valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

A Companhia não pratica instrumentos financeiros para fins especulativos e não possui transações com instrumentos financeiros derivativos ou outras aplicações de risco semelhante.

16.2. Gerenciamento de riscos

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Entre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

a) Risco de crédito

Este risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com terceiros ou partes relacionadas. Para atenuar este risco, a Sociedade adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Sociedade, através do qual são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

17. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, levando em conta a natureza e o grau de risco.

A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis, é como segue:

	Data de	Data de vigência			
Bens segurados	De	Até	segurada		
PCH Aquarius	06/05/2016	05/05/2017	16.500		

18. Eventos subsequentes

Até a data de fechamento deste relatório, não tivemos conhecimento de operações ou eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos e quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis.

FRANCISCO GIOBBI MARCELO CONTINI
Diretor Presidente Contador
CRC/MS 6.240/0-7



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores **Aquarius Energéticas S.A.**

Sonora – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Aquarius Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de resultado do exercício, do

resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aquarius Energética S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme Nota Explicativa nº 1, a totalidade da energia gerada pela Companhia está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, fato que está diretamente relacionado a continuidade de suas operações.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram o seu relatório em 3 de março de 2016, não contendo modificação.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 01 de marco de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 MS-000992-F

Francisco de Paula dos Reis Júnior Contador CRC 1 SP 139268/0-6-S-MS

José Martins Alves Contador CRC MS 9938/0-0

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mato Grosso do Sul" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2016, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 23 de março de 2017.

1. Considerações gerais

1. Considerações gerais

A Energisa Mato Grosso do Sul é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais
de 990 mil clientes e uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes em
74 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, em uma área de 328.335 Km². Os clientes
avaliaram e reconheceram que a Energisa Mato Grosso do Sul está entre as melhores
distribuidoras de energia elétrica do país (3ª colocada em maior crescimento na categoria
"satisfação do cliente"). A Companhia foi mais uma vez vencedora Prêmio IASC 2016 no
Centro-Oeste. O Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) decorre da pesquisa
junto aos consumidores residenciais que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica)
realiza todo ano para avaliar o grau de satisfação destes com os serviços prestados pelas 63
concessionárias de energia elétrica do Brasil. Também em ranking divulgado pela Aneel, a
Energisa Mato Grosso do Sul está colocada entre as melhores distribuidoras de energia elétrica
do Brasil. O estudo compara o chamado DGC (Desempenho Global de Continuidade), formado do Brasil. O estudo compara o chamado DGC (Desempenho Global de Continuidade), formado pelos valores apurados de duração (DEC) e frequência (FEC) das interrupções de energia elétrica das concessionárias em relação aos limites estabelecidos pela Agência. A Energisa elétrica das concessionárias em relação aos limites estabelecidos pela Agência. A Energisa Mato Grosso do Sul subiu 11 posições e agora é a 4ª melhor do país entre as 32 distribuidoras de grande porte (com mais de 400 mil clientes). O resultado alcançado para o DEC em 2016 (11,81 horas) significa que, das 8.760 horas do ano, a rede de distribuição da Energisa Mato Grosso do Sul ficou disponível durante 99,87% do tempo. A Energisa Mato Grosso do Sul recebeu o Prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), que reconhece as melhores práticas da comunicação empresarial do país, pelo projeto Espaço Energia, como melhor projeto regional Centro-Oeste e Minas Gerais. O Espaço Energia é um ambiente planejado para carregar a bateria do conhecimento, colocando à disposição dos visitantes, informações sobre princípios da física, história da eletricidade, contato com experimentos lúdicos e exercícios recreativos sobre o uso racional e eficiente da energia. experimentos lúdicos e exercícios recreativos sobre o uso racional e eficiente da energia.

2. Investimentos

Com foco na continuidade da execução do plano de investimento da Energisa Mato Grosso do Sul, visando a constante ampliação da capacidade do seu sistema elétrico, a melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica e o suporte ao seu crescimento de mercado, qualidade do fornecimento de energia elétrica e o suporte ao seu crescimento de mercado, a Energisa Mato Grosso do Sul investiu ao longo dos últimos três anos aproximadamente R\$ 684,2 milhões, dos quais R\$ 244,4 milhões em 2016. Os investimentos em ativos elétricos (excluindo os recursos provenientes das Obrigações Especiais) somaram R\$ 197,8 milhões no ano, 80,9% do total. Estes investimentos estão focados na expansão e reforço da rede elétrica, bem como na melhoria continua da qualidade de energia fornecida. Os investimentos provenientes de Obrigações Especiais totalizaram R\$ 32,2 milhões (13,2% do total), primordialmente atrelados ao programa de universalização (PLPT). Os investimentos realizados no quarto trimestre e em 2016 foram os seguintes:

Valores em R\$ milhões

Descrição	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Ativos Elétricos	45,5	42,5	+ 7,1	197,8	154,5	+ 28,0
Obrigações Especiais	15,0	21,4	- 29,9	32,2	43,6	- 26,1
Ativos Não Elétricos	8,2	4,1	+ 100,0	14,4	22,0	- 34,5
Total dos Investimentos	68,7	68,0	+ 1,0	244,4	220,1	+ 11,0

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e (*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora. Destacam-se as seguintes realizações de 2016: I) conclusão da construção da nova subestação Campo Grande Tamandaré, com capacidade de atendimento de 69 MVA e 6 alimentadores; ii) novo ponto de conexão com a Rede Básica com a construção de dois circuitos de distribuição em 138 kV, interligando a subestação Campo Grande Eletrosul com a subestação Campo Grande II (transmissora), propiciando aumento na confiabilidade e melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica; iii) continuidade incremento nos programas para melhoria da qualidade do serviço, com a implantação de 14 novos alimentadores; instalação 168 religadores em redes de distribuição automatizados/telecomandados; instalação de 450 chaves religadoras; renovação dos aquinamentos de subestações: instalação de 400 detectores efalta nas redes de média automatizados refeciornantidados; instalação de 450 chaves ferigadoras; reflovação dos equipamentos de subestações; instalação de 400 detectores de falta nas redes de média tensão, nos alimentadores que atendem municípios; substituição de 1.782 para-raios nas redes de distribuição; iv) ampliação de 30 MVA em seis transformadores de força e construção de 12 alimentadores em média tensão; v) operação de nova subestação móvel, de 138/69/34,5/13,8 kV - 30 MVA; O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia, que sintetiza as diversas obras realizadas na ace de 2016; no ano de 2016:

Ativo	2016	2015	Acrescimo
Subestações - nº	100	98	+ 2
Capacidade instalada nas subestações - MVA	2.357	2.223	+ 134
Linhas de transmissão - km	3.810	3.796	+ 14
Redes de distribuição (próprias) - km	87.895	86.268	+ 1.627
Transformadores instalados nas redes			+ 6,6
de distribuição - nº	65.308	61.276	+ 0,0
Capacidade instalada nas redes de			+ 122
distribuição (próprias) - MVA	1.939	1.817	T 122

3. Desempenho econômico-financeiro

3.1 Destaques: Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia

		2015 (Reapre-	Variação	
Descrição	2016	sentado)	%	
Resultados - R\$ milhõ	es			
Receita Operacional Bruta	3.011,7	3.185,1	- 5,4	
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.785,2	3.008,6	- 7,4	
Receita Operacional Líquida	1.963,6	2.056,6	- 4,5	
Receita Operacional Líquida, sem receita de				
construção	1.737,1	1.880,1	- 7,6	
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras				
(EBIT)	222,4	226,8	- 1,9	
EBITDA	299,1	296,0		
EBITDA Ajustado	341,2	331,4		
Resultado financeiro	(65,9)	(61,4)	+ 7,3	
Lucro Líquido	107,4	109,6	- 2,0	
Indicadores Financeiros - R\$		0.507.4	0.1	
Ativo Total	2.652,2	2.597,4	+ 2,1	
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	380,9 839,9	310,3 803.6	+ 22,8	
Patrimônio Líquido			+ 4,5	
Endividamento Líquido Indicadores Operacion	737,3	540,8	+ 36,3	
Número de Consumidores Cativos (mil)	990.6	970.6	+ 2,1	
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	4.316,4	4.483,6	- 3,7	
vendas de energia a consumidores cativos (GWII)	4.510,4	4.405,0	- 0,52	
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	13,72	14,24	p.p	
Indicador Relativo	10,72	17,27	р.р	
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	17,4	16,1	+ 1,3 p.p	
Endividamento líquido/EBITDA Ajustado (vezes)	2,2	1,6	+ 37,5	
Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos morat				

A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuídora de Energia S/A ("Energisa 3.2 Receita operacional bruta e líquida: Em 2016, a Energisa Mato Grosso do Su apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.785,2 milhões, ante R\$ 3.008,6 milhões registrados em 2015, uma queda de 7,4% (R\$ 223,4 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou redução de 7,6% (R\$ 143,0 milhões) no período, para R\$ 1.737,1 milhões. A composição das receitas operacionais é a seguinte:

5			Trimestre	:	Exercício		
S			4T15			2015	Von
S	Descrição	4T16	(Reapre- sentado)	Var. %	2016	(Reapre sentado)	Var. %
1	(+) Receita de energia						
a	elétrica (mercado cativo)	655,5	715.8	- 8,4	2.593,4	2.611,1	- 0,7
)	✓ Residencial	284.0		- 4,3			
Ś	✓ Industrial	64,2	85,2				
3	✓ Comercial	164,2	183,7		662,5		
3	✓ Rural	66,1			244,2		
)	✓ Outras classes	77,0		- 9,8			
3	(+) Suprimento de	11,0	05,4	- 7,0	303,4	303,0	+ 0,1
3	energia elétrica	42,7	19.5	+ 119,0	88,2	19,7	347,7
S	(+) Fornecimento não	72,7	17,5	1 117,0	00,2	17,7	547,7
5	faturado líquido	36,2	25.2	+ 43,7	(5,1)	41,1	_
3	(+) Disponibilidade do	30,2	25,2	+ 45,7	(3,1)	41,1	-
)	sistema elétrico	27,2	22.8	+ 19,3	101.5	83.1	+ 22,1
9	(+) Receitas de construção	57,1					+ 28,3
)	(+) Constituição e	37,1	40,0	+ 22,5	220,5	170,5	+ 20,5
5	amortização - CVA	(50,6)	(25.1)	+ 101,6	(136,7)	36,0	_
)	(+) Subvenções vinculadas	(30,0)	(25,1)	+ 101,0	(130,7)	30,0	-
١	aos servicos concedidos	40,8	33,8	+ 20,7	129,8	160.0	- 19,3
	(+) Ativo financeiro	40,0	33,0	+ 20,7	127,0	100,7	- 17,3
	indenizável da concessão	1,5	10,5	- 85 7	12,5	2/ 0	- 49,8
-	(+) Outras receitas	3,1	14,4				- 95,0
) a	(=) Receita bruta	813,5			3.011,7		
1	(-) Impostos sobre vendas	191,9		- 8,7			
	(-) Encargos setoriais	75,2	109,8				- 15,4
e S	(=) Receita líquida	546,4			1.963,6		
ว า	(-) Receitas de construção	57,1	46,6				+ 28,3
)	(=) Receita líquida, sem	57,1	40,0	1 22,5	220,5	170,5	, 20,3
	receitas de construção	489,3	496.9	- 15	1 737 1	1.880,1	- 7,6
2	receitas de construção	707,3	770,7	- 1,5	1.737,1	1.000, 1	- 7,0

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam: • Embora o número de consumidores tenha apresentado crescimento de 2.1% (19.921 novos consumidores cativos), as vendas de energia elétrica no mercado cativo e livre reduziram 1,4% (retração de 1,5% no 4T16), conforme mencionadas no item 4.4 deste relatório; • Reconhecimento de receitas referentes às subvenções vinculadas aos serviços no montante de R\$ 129,8 milhões em 2016 (R\$ 40,8 milhões no 4T16), contra R\$ 160,9 milhões em 2015 (R\$ 33,8 milhões no 4T15); • Constituição de despesa no valor de R\$ 136,7 milhões em 2016 (despesas de R\$ 50,6 milhões no 4T16) em decorrência do reconhecimento de ativos e passivos financeiros regulatórios, contra reconhecimento de receitas de ativos e passivos regulatórios no montante de R\$ 36,0 milhões em 2015 (despesas de R\$ 25,1 milhões no 4T15); • Redução do valor da quota CDE, cujo registro em 2016 foi de R\$ 285,8 milhões, contra R\$ 340,4 milhões em 2015; e • Aumento tarifário anual médio de 7,19% a partir de 08/04/2016. 3.3. Ambiente regulatório: 3.3.1 Bandeiras tarifárias: Em janeiro de 2015, entrou em prática nas contas de energia elétrica o "Sistema de Bandeiras Tarifárias". As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2016 foram de R\$ 48,1 milhões (R\$ 3,4 milhões no 4T16), ante R\$ 225,7 milhões registrados em 2015. Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de "bandeira rosa", com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 KWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh. 3.3.2 Reajuste tarifário anual: A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") homologou em abril de 2016 o reajuste tarifário anual da Energisa Mato Grosso do Sul. O efeito médio para o consumidor foi de 7,19% conforme abaixo:

Efeito			
Baixa	Alta e Média		
Tensão	Tensão	Médio	Vigência
7,40	6,75	7,19	08/04/2016

3.3.3 Base de remuneração regulatória: O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação. A evolução da Base de Remuneração Liquida (BRL) e as datas das próximas Revisões Tarifárias (RT) da Energisa Mato Grosso do Sul são a seguinte:

(Em R\$ milhões) (1)		Data revisão tarifária				
3° Ciclo	4° Ciclo	4° Ciclo	5° Ciclo			
1.152,6	0,0 (1)	abr/18 (2)	abr/23			
	/					

Base de Remuneração Líquida (BRL)

(1) A preços da data de RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo). (2) BRL não homologada pela Aneel, distribuidora ainda não realizou a revisão tarifária no ciclo.

3.3.4 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético: A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Mato Grosso do Sul pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 129,8 milhões em 2016 (R\$ 160,9 milhões em 2015). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional. 3.4 Despesas operacionais: As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.514,6 milhões em 2016 e R\$ 377,9 milhões no 4T16, redução de 8,4% (R\$ 138,7 milhões) e 11,9% (R\$ 51,0 milhões) respectivamente, quando comparadas com os mesmos períodos de 2015. Desse total, os custos e despesas controláveis reduziram 7,9% ou R\$ 30,1 milhões (redução de 45,5% ou R\$ 42,6 milhões no 4T16), totalizando R\$ 350,4 milhões (R\$ 51,1 milhões no 4T16). As despesas não controláveis apresentaram queda de 9,6% ou R\$ 113,5 milhões em 2016 (redução de 2,6% no 4T16), totalizando R\$ 1.072,4 milhões (R\$ 302,5 milhões no 4T16). Importante ressaltar a reversão de provisões para contingências no montante de R\$ 44,2 milhões em 2016 (R\$ 53,2 milhões no 4T16), após renegociação de débitos efetuada pela Companhia.

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

			Exercício			
Composição das despesas		4T15			2015	
operacionais		(Reapre-			(Reapre-	
Valores em R\$ milhões	4T16	sentado)	Var. %	2016	sentado)	Var. %
1 Custos e Despesas						
não controláveis	302,5	310,5	- 2,6	1.072,4	1.185,9	- 9,6
1.1 Energia comprada	267,8	262,4	+ 2,1	935,1	1.031,9	- 9,4
1.2 Transporte de						•
potência elétrica	34,7	48,1	- 27,9	137,3	154,0	- 10,8
2 Custos e Despesas						
controláveis	51,1	93,7	- 45,5	350,4	380,5	- 7,9
2.1 PMSO	107,4	105,1	+ 2,2	356,9	353,0	+ 1,1
2.1.1 Pessoal	43,0	42,5	+ 1,2	163,5	153,8	+ 6,3
2.1.2 Fundo de pensão	3,5	3,5	-	4,2	4,0	+ 5,0
2.1.3 Material	5,6	7,1	- 21,1	22,6	24,0	- 5,8
2.1.4 Serviços de						
terceiros	35,9		- 5,0	131,9		
2.1.5 Outras	19,4	14,2	+ 36,6	34,7	38,9	- 10,8
✓ Multas e						
compensações	1,8	1,9	- 5,3	13,0	7,8	+ 66,7
✓ Contingências						
(liquidação de						
ações cíveis)	13,6		+ 547,6	21,2		
✓ Outros	4,0	10,2	- 60,8	0,5	16,0	- 96,9
2.2 Provisões/						
Reversões	(56,3)		+ 393,9	(6,5)		
2.2.1 Contingências	(45,4)	1,1	-	(40,7)	(5,2)	+ 682,7
2.2.2 Devedores	(40.0)	(40.5)	400	0.4.0		
duvidosos	(10,9)	(12,5)	- 12,8	34,2	32,7	+ 4,6
3 Demais receitas/	040	04.7		04.0	04.0	
despesas	24,3	24,7	- 1,6	91,8	86,9	+ 5,6
3.1 Depreciação e amortização	20.4	16.0	+ 27.5	76.6	69.2	+ 10.7
3.2 Outras receitas/	20,4	16,0	+ 27,5	/0,0	69,2	+ 10,7
despesas	3,9	8,7	- 55,2	15,2	17,7	- 14,1
Total Custos e Despesas	3,9	0,7	- 55,2	13,2	17,7	- 14,1
Operacionais (1+2+3, s/						
construção)	377,9	428.9	- 11 9	1 514 6	1.653,3	- 8,4
Custo de construção	57,1		+ 22,5			+ 28,3
Total Custos e Despesas	57,1	40,0	, 22,0	220,0	1,0,5	1 20,0
Operacionais (1+2+3, c/						
construção)	435,0	475.5	- 8.5	1.741.1	1.829,8	- 4,8
	.00,0	., 0,0	0,0	,, .		.,0

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Mato Grosso do Sul, Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção. faturado, totalizaram 4.886,4 GWh, redução de 1,6% em relação ao volume verificado no 3.5. Lucro líquido, geração de caixa e dividendos: Em 2016, a Energisa Mato Grosso ano anterior. Esse desempenho decorre, principalmente, da redução do uso de energia do Sul registrou lucro líquido de R\$ 107.4 milhões, contra os R\$ 109.6 milhões registrados elétrica pelos irrigantes, menor nível de atividade econômica, temperaturas mais amenas em 2015, redução de 2,0%. Por sua vez, a geração operacional de caixa (EBITDA e quebra da safra de grãos ocorrida no ano. A classe de consumo que mostrou melhor ajustado) atingiu R\$ 341,2 milhões em 2016, contra os R\$ 331,4 milhões apurados no ano desempenho foi a rural, com crescimento de 3,1%, seguida pela classe residencial, que anterior, aumento de 3,0%, decorrente, em grande parte, do crescimento das receitas registrou aumento de 0,4%. Reflexo do cenário desfavorável de atividade industrial ao trimestre de 2016 (4T16), o lucro líquido foi de R\$ 71,1 milhões, ante os R\$ 33,1 milhões melhoria, em função da elevação das temperaturas e redução do volume de chuvas. registrados em igual trimestre do ano anterior, um incremento de 114,8%. No 4T16, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 141,6 milhões, aumento de 47,7% em relação ao 4T15. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	4T16	Trimestro 4T15 (Reapre- sentado)		2016	Exercício 2015 (Reapre- sentado)	
(=) Lucro Líquido	71,1	33,1	+ 114,8	107,4	109,6	- 2,0
(-) Contribuição social e imposto de renda (-) Resultado financeiro (-) Depreciação e	(30,4) (10,0)	(16,8) (18,2)	+ 81,0 - 45,1		(55,8) (61,4)	- 11,8 + 7,3
amortização	(20,4)	(16,0)	+ 27,5	(76,6)	(69,2)	+ 10,7
(=) Geração de caixa (EBITDA)	131,9	84,1	+ 56,8	299,1	296,0	+ 1,0
(+) Receita de acréscimos moratórios	9,7	11,8	- 17,8	42,1	35,4	+ 18,9
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	141,6	95,9	+ 47,7	341,2	331,4	+ 3,0
Margem do EBITDA Ajustado (%)	25,9	17,6	+ 8,3 p.p	17,4	16,1	+ 1,3 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2016, a administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 102,1 milhões, já tendo sido pagos R\$ 26,4 milhões em: i) em 11 de julho, o valor de R\$ 19,5 milhões, à razão de R\$ 30,11437588 por ação; e ii) em 15 de agosto, o montante de R\$ 6,9 milhões, A Energisa Mato Grosso do Sul encerrou 2016 com 990.556 unidades consumidoras equivalente a R\$ 10,61753927 por ação. Os dividendos complementares, no valor de R\$ cativas, quantidade 2,1% superior a registrada em 2015. Já o número de consumidores 75.7 milhões (R\$ 116.92986756 por ação) serão pagos em data a ser definida.

4. Desempenho operacional

energia: As perdas totais da Energisa Mato Grosso do Sul em 2016 somaram 780,5 GWh, representando 13,72% da energia requerida pelo seu mercado, ou seja, 0,52 complexidade social, e a intensificação do foco em regularização de ligações clandestinas. de dezembro de 2015:

				Perdas	Não-Té	cnicas				
ı.		Técnic			(%)			s Totais		
	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	ANEEL
	9,82	10,03	9,83	4,42	4,18	3,89	14,24	14,27	13,72	15,23

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos dozes meses findos em dezembro de 2016

	das Téci		Perdas				Perdas			
dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	Var. (%) ⁽¹⁾	
571,2	578,0	559,1	257,3	239,1	221,4	828,5	817,1	780,5	-4,5	

(1) Variação dezembro/setembro de 2016

4.2 Gestão da Inadimplência: 4.2.1 Taxa de Inadimplência: A Energisa Mato Grosso do Sul passou a utilizar nova métrica para análise da inadimplência, ou seja, a relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis, e o fornecimento faturado, no período de 12 meses. Em 2016, essa relação foi de 1,79%, contra 1,61% em 2015. 4.2.2 Taxa de Arrecadação: A Companhia também passou a divulgar a taxa de arrecadação, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período. Em 2016, essa taxa ficou em 96,98%, contra 96,90% em 2015. 4.2.3 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC: O início do ano de 2016 foi marcado por condições climáticas adversas, oriundas desde 2015, aliadas a problemas graves de logística devido a quedas de pontes e estradas danificadas no Estado, reflexo das condições climáticas, que impactam significativamente no atendimento operacional, elevando o Tempo Médio de Atendimento durante as ocorrências. Como forma de mitigar os problemas apresentados, a Energisa Mato Grosso do Sul tem investido consistentemente em obras e ações operacionais que impactam na melhoria do fornecimento de energia elétrica. Resultado que pode ser verificado pelo fato de que, mesmo em ano de situações adversas de clima e logística, houve uma redução nos indicadores de continuidade, tendo o DEC reduzido 15,2%, passando de 13,93 horas em 2015 para 11,81 horas em 2016. Por sua vez, o FEC mostrou melhoria de 17,2%, passando de 7,16 vezes em 2015 para 5,93 vezes em 2016. Como resultado dessa melhoria, a EMS subiu 11 posições no ranking divulgado pela Aneel e agora é a quarta melhor do país entre as 32 distribuidoras de energia elétrica (ver item 1 deste relatório). 4.3 Mercado de energia: Em 2016, as vendas de energia elétrica a consumidores finais líquidas no 4T16, vis-à-vis a redução dos custos e despesas operacionais. No quarto o consumo de energia elétrica cativo, livre e não faturado caiu 0,2%, dando sinais de

		1	Trimestre:	5	Exercício			
De	escrição	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %	
	✓ Residencial	437,5	444,2	- 1,5	1.693,3	1.686,3	+ 0,4	
	✓ Industrial	239,5	240,0	- 0,2	967,8	1.014,8	- 4,6	
	 Cativo 	96,0	130,5	- 26,4		583,6	- 22,5	
	 Livre 	143,5	109,4	+ 31,2	515,6	431,2	+ 19,6	
	✓ Comercial	275,3	295,5	- 6,8	1.101,8	1.152,4	- 4,4	
	 Cativo 	254,5	279,6	- 9,0		1.093,7		
	• Livre	20,8	15,9	+ 30,8		58,7	+ 9,2	
	✓ Rural	132,7		+ 7,2	487,5		+ 3,1	
	✓ Outras Classes	170,2	171,3	- 0,6			+ 0,9	
	CativoLivre	163,1	171,3	- 4,8		647,2	- 0,2	
1	Vendas de	7,1			7,1	-	-	
	energia no							
	mercado cativo	1.083.8	1.149,4	- 5.7	4.316,4	4.483.6	- 3,7	
2	Energia associada aos consumidores	·	·					
	livres (TUSD)	171,4	125,4	+ 36,7	586,8	489,9	+ 19,8	
3	Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.255,2	1.274,8	- 1,5	4.903,2	4.973,5	- 1,4	
4	Fornecimento não faturado	56,6	40,1	+ 41,1	(16,8)	(6,2)	+ 171,0	
5	Mercado cativo + TUSD + fornecimento não	4.044.0	4.044.0		4.007.4	40/70		
	faturado (3+4)	1.311,8	1.314,9	- 0,2	4.886,4	4.967,3	- 1,6	

livres totalizou 90 no fim de dezembro de 2016.

5. Estrutura de capital

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e na excelência no atendimento Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e tem permitido à Energisa Mato Grosso do Sul apresentar consistentes índices operacionais, aplicações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul totalizou R\$ 380,9 milhões, que que evidenciam uma perspectiva de melhorias bem-sustentadas. 4.1 Perdas de não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Mato Grosso do Sul, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de ponto percentual menor em relação à reportada em 2015. Ressalte-se que essa perda impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ registrada em 2016 é a menor na história da Companhia. A Energisa Mato Grosso do Sul 540,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 737,3 milhões em 31 de dezembro apresentou consistentes reduções ao longo do ano, a destacar os resultados das medidas de 2016. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,6 de blindagem de rede e unidades consumidoras do grupo "B", a instalação do Sistema de vezes, em 2015, para 2,2 vezes, em 2016. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Medição Centralizada (SMC) em aldeias indígenas e em áreas urbanas com alto nível de Energisa Mato Grosso do Sul em 31 de dezembro de 2016, 30 de setembro de 2016 e 31

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

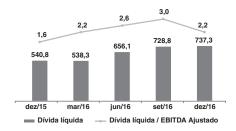
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

Descrição	31/12/	30/09/	31/12/
Valores em R\$ milhões	2016	2016	2015
Curto Prazo	214,3	201,1	138,1
Empréstimos e financiamentos	131,0	123,7	76,9
Debêntures	79,5	72,8	51,4
Encargos de dívidas	5,2	5,2	2,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	0,4	0,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(1,4)	(1,1)	6,9
Longo Prazo	892,7	922,2	860,1
Empréstimos e financiamentos	620,5	623,4	538,1
Debêntures	272,1	298,7	351,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,1	0,1	0,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	(29,8)
Total das dívidas	1.107,0	1.123,3	998,2
(-) Disponibilidades financeiras	380,9	362,0	310,3
Total das dívidas líquidas	726,1	761,3	687,9
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	20,2	12,0	36,0
(-) Créditos CVA	(31,4)	20,5	111,0
Total das dívidas líquidas deduzidas de	, , ,		
créditos setoriais	737,3	728,8	540,8
Divida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses	2,2	3,0	1,6

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios (últimos 12 meses)

Evolução da alavancagem

- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado (vezes) -



Grupamento de ações e aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016, os acionistas aprovaram: • o grupamento das ações em que se divide o capital social da Companhia, na proporção de 100.000 (cem mil) ações por 1 (uma) ação nova da mesma espécie, classe por 631.163 ações ordinárias; • o aumento do capital social da Companhia, por subscrição particular, no valor de R\$ 21,1 milhões, com a emissão de 15.852 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela acionista controladora, a Rede Energia S.A. - Em se estendeu de 27/04/2016 a 27/05/2016

7. Emissão de quotas do FIDC IV Energisa

A Energisa Mato Grosso do Sul realizou em 6 de maio de 2016, a emissão de 219,3 quotas seniores da 2ª Série de quotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados IV Energisa Centro Oeste ("Nova Emissão FIDC IV"), totalizando o valor R\$ 219,3 milhões. Essa emissão, que tem nota de classificação de risco AAAsf (bra) pela agência Fitch Ratings, conta com prazo total de 15 (quinze) anos, sendo 5 (cinco) anos de oferecendo à comunidade um curso gratuito para capacitação de 56 eletricistas nas carência e remuneração equivalente a CDI mais 0,7% ao ano.

8. Gestão de pessoas

atuação e ampliando as premissas de uma gestão mais ágil e flexível, que visa a melhoria contínua na qualidade dos serviços. Suas ações são norteadas pelo valor Pessoas e tem Grande, apoio ao tratamento de pessoas com Câncer e Síndrome de Down, e projetos dos colaboradores. O Quadro: a empresa encerrou o ano de 2016 com uma força de preservação do meio ambiente, garantia da segurança e saúde da população, destacamtrabalho de 2.325 pessoas, das quais 1.389 são colaboradores próprios ativos e 936 se, entre outras, a implantação de redes isoladas e protegidas; a gestão de resíduos recepcionar os novos colaboradores é realizado, no momento da admissão, um Programa de Integração, quando é apresentada a Companhia, sua missão, visão, valores, benefícios da adequação das bacias de separação água/óleo de todas as subestações da empresa e práticas de segurança do trabalho. Além disso, este programa contempla uma reunião dos seus colaboradores para o cumprimento de suas metas, a empresa dedicou 122.240 os diversos públicos. Além de divulgado pela intranet e pelo site do grupo, é distribuído homens/hora de treinamento, totalizando 83,80 horas por colaborador/ano, com colaboradores das diversas áreas de trabalho e regiões de atuação do Grupo Energisa, investimentos da ordem de R\$ 483 mil. Além disso, 39 colaboradores foram beneficiados com bolsas de estudos distribuídas entre cursos técnicos, graduação e pós-graduação/ MBA, atingindo todos os níveis da organização. Ressalte-se, ainda, que em 2016 foram promovidos 136 colaboradores em decorrência de 360 processos de seleção, uma prática de energia. • Projeto Vela Jovem: tem o objetivo de promover o desenvolvimento de que valoriza os quadros próprios, mantendo-se os processos de renovação e avigoramento da força de trabalho, estes concretizados com a admissão de 263 novos colaboradores. Com a preocupação em desenvolver o quadro de lideranças que possam sustentar as 10. Serviços prestados pelo auditor independente ações estratégicas e atender às expectativas de alto desempenho, a Companhia adota A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços ferramentas de avaliação para identificar colaboradores aptos ao processo sucessório, analisando suas principais competências e também necessidades de desenvolvimento. R\$ 672,2 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R\$ 246,6 mil para Segurança: para reforçar o compromisso dos colaboradores com a segurança do trabalho programas de "Eficiência Energética" e outros. A política de contratação adotada pela são desenvolvidos programas que abrangem os procedimentos corretos para execução das atividades de forma segura, além de outros que visam à antecipação de riscos que possam gerar acidentes, dentre os quais se destaca a reunião dos acidentados com os seus interesses. diretores e os diálogos diários de segurança com as equipes operacionais

9. Responsabilidade socioambiental

O principal negócio da Energisa é o provimento de energia elétrica a todos os clientes da sua área de concessão. Consciente do seu papel, a Energisa Mato Grosso do Sul investe constantemente em ações voltadas à sociedade, uma definição comum a todas as empresas do Grupo Energisa, hoje presente em nove Estados da Federação, em todas as regiões do país. A Energisa Mato Grosso do Sul busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo, ações de uso consciente de energia elétrica, bem como de preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2016, destacamse: • Espaço Energia em Campo Grande: inaugurado em abril de 2015 na principal avenida da cidade, o Espaço Energia é um museu dinâmico, onde instrutores percorrem ambientes diferentes contando a história da energia elétrica, mostrando experiências e ensinando como utilizar a energia de forma correta e segura. O Espaço Energia oferece aos visitantes a oportunidade de se familiarizarem, de forma lúdica, com os princípios da física e com a história da eletricidade. Em 2016, o espaço recebeu 11.788 visitantes entre alunos de escolas públicas e particulares, comunidades de baixa renda, grupos da terceira idade, crianças e adolescentes com Síndrome de Down e Transtornos Cognitivos No mesmo ano, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - Aberje - premiou o Espaco Energia, como o melhor case em Comunicação e Relacionamento com a Sociedade na etapa regional. • Espaço Arte: uma área exclusiva para exposição de artes plásticas foi reservada no Espaço Energia, visando a apresentação de artistas, pintores e escultores radicados no Estado. Um projeto inspirador e educacional, voltado para arte e lazer um incentivo à criatividade e inovação. Em 2016, duas exposições foram recebidas no Espaço: bovinocultura de Humberto Espíndola e a coletiva de 12 artistas plásticos, sulmato-grossenses. • Eficiência Energética: em 2016 mais de R\$ 13,2 milhões foram aplicados pela Companhia no Programa de Eficiência Energética Energisa/Aneel. Ações e projetos foram implantados, contemplando a troca de aparelhos elétricos antigos por novos com descontos e campanhas publicitárias, visando uma maior conscientização dos clientes, de todas as classes de consumo, para o uso racional, eficiente e seguro da energia elétrica, especialmente nas comunidades de baixa renda. Foram realizados sete diagnósticos energéticos nos sistemas de iluminação, condicionamento de ar, refrigeração e aquecimento solar da água em instituições filantrópicas, unidades do poder público, comércio e serviços. • Nossa Energia: esse projeto, iniciado em 2015, se concretizou através de visitas a 40 municípios da área de abrangência da Companhia, quando foram realizadas diversas ações educativas em 98 escolas, para aproximadamente 28,5 mil alunos da rede pública de ensino. Além de palestras e apresentações de experimentos físicos no interior das Unidades Móveis, em praça pública, foi realizada a substituição de 1.804 geladeiras velhas e troca de 58.109 lâmpadas incandescentes por lâmpadas eficientes, bem como apresentações teatrais abordando o uso racional e seguro da energia elétrica. • Energia Solidária: dá oportunidade ao cliente de trocar um eletrodoméstico antigo por um novo contendo o selo Procel de eficiência energética com um percentual e forma. Desta forma, o capital social, de R\$ 595,6 milhões, passou a ser representado de desconto. Em contrapartida, o cliente concorda em entregar um equipamento antigo, equivalente ao novo, para a reciclagem e fazer uma contribuição a um fundo destinado a entidades beneficentes. Em 2016, 940 clientes residenciais compraram eletrodomésticos com desconto e doaram mais de R\$ 55,9 mil para as entidades beneficentes. • Conta Cidadã: troca de resíduos recicláveis, levados pelos consumidores, por bônus na conta Recuperação Judicial, mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de de energia. Em 2016, foram coletadas 347 toneladas de residuos, garantindo assim Capital, tendo sido respeitado o exercício de preferência por acionistas minoritários, que a destinação correta desses materiais. • Bem da Gente: início da implantação do projeto Bem da Gente na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, localizada no município de Jaraguari/MS. Consiste na implantação de uma unidade de processamento de produtos oriundos da cana-de-açúcar (rapadura e melado) e da mandioca (farinha de mandioca e polvilho), da atividade extrativista (baru, macaúba e pupunha) e a reforma e ampliação de uma área multiuso para a comunidade. Essa funcionará como receptiva área de convivência e espaço para treinamentos e capacitações técnicas para melhoria dos processos produtivos e comerciais, inclusive de hortalicas. As capacitações envolvem ainda o desenvolvimento de ações voltadas para o ecoturismo. • Formação de eletricistas: atividades de instalação/manutenção e comerciais, a Companhia vem adotando uma postura ativa e transformadora. São novos profissionais que se agregam ao mercado com capacitação para o trabalho autônomo ou às empresas da indústria/comércio e prestadoras A Energisa Mato Grosso do Sul investe fortemente em gestão de pessoas, aprimorando sua de serviço do Estado, bem como para futuros processos seletivos da Energisa. • Doações e incentivos: R\$ 425 mil foram destinados a doações incentivadas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Fundo Municipal do Idoso, em Campo como foco a qualidade de vida, a segurança, o comprometimento e o desenvolvimento nas áreas do esporte e cultura. • Meio Ambiente: entre as atividades e práticas para terceirizados (empregados das empresas prestadoras de serviços). A Integração: para sólidos próprios; a participação nos Comitês de Arborização; a conclusão do programa de Compensação Ambiental referente à construção de uma linha de transmissão no trecho Eletrosul/Cuiabá no município de Campo Grande/MS; e, destacadamente, a finalização • Ética e integridade: o Código de Ética e Conduta da Companhia, que bem expressa com os diretores da empresa. O Desenvolvimento: ciente da importância da capacitação um compromisso com o futuro, é um guia para os colaboradores no relacionamento com a todos os colaboradores, tendo como guardião maior um Comitê de Ética composto por permitindo o acesso livre e direto a todo o quadro funcional das empresas, bem como parceiros. • Acende Pantanal: projeto que tem o objetivo de levar energia elétrica ao Pantanal de Mato Grosso do Sul, de forma sustentável, por meio de fontes alternativas novos velejadores e formar uma nova geração atletas da modalidade; • Outros apoios e patrocínios: 50 anos Grupo Acaba - Documentário, Lampz, Pronon - Fundação Cristiano

prestados para a Energisa Mato Grosso do Sul em 2016 foi de R\$ 918,8 mil, dos quais Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os

A Administração.

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

	VI ANICO	DATDIM	ONIAL E	W 21 DE DE	7EMPDO DE 2014 (Em milhoros do rosis)			
Ativo	ALANÇO	Nota_	2016	VI 31 DE DE 2015	ZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais) Passivo	Nota	2016	2015
Circulante					Circulante			
Caixa e equivalente de caixa		5.1	85.961	79.347	Fornecedores Encargos de dívidas	16 17	165.449 5.157	212.259 2.753
aberto e recursos vinculados			262.458	214.828	Empréstimos e financiamentos	17	130.958 79.518	76.932
Consumidores e concessionárias Estoques			378.429 3.548	408.282 3.452	Debentures	18	3.564	51.414 2.671
Impostos a recuperar		8	49.125	42.406	Tributos e contribuições sociais	19	71.691	70.694
Instrumentos financeiros derivativos			1.441 77.494	4.518 160.672	Dividendos	23.5 30	-	11.423
Outros créditos		10	67.941	74.826	Obrigações estimadas		17.797	17.914
Total do circulante			926.397	988.331	Taxa de iluminação pública arrecadada	.1 e 21.2	10.091	21.302 84
					Incorporação de redes	21.3	12.636	24.369
Não circulante					Passivos financeiros setoriais Outros passivos	9 22	101.166 11.934	76.052 10.431
Realizável a longo prazo					Total do circulante	22	677.492	656.331
Consumidores e concessionárias		6	34.070	36.117	Não circulante Fornecedores	16	5.732	7.600
aberto e recursos vinculados		5.2	32.468	16.137	Empréstimos e financiamentos	17	620.497	538.136
Impostos a recuperar			28.333 151.927	21.587 139.527	Debentures	18 19	272.121 20.427	351.639 10.940
Cauções e depósitos vinculados			69.401	68.120	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	20	180.329	206.239
Instrumentos financeiros derivativos			- 04 454	29.783	Benefícios a empregados - plano de pensão	31	143	82
Ativos financeiros setoriais			21.451 585.802	37.393 438.954	Obrigações intra-setoriais	21.2 9	6.082 29.146	9.175 11.002
Outros		10	3.535	4.509	Outros passivos	22	323	2.670
Investimentos			926.987 566	792.127 610	Total do não circulantePatrimônio líquido		1.134.800	<u>1.137.483</u>
Intangível		15	798.261	816.335	Capital social	23.1	616.732	595.649
Total do não circulante		1.7	725.814	1.609.072	Reservas de capital	23.2	118.594 29.220	118.594 23.851
					Dividendos adicionais propostos	.3 e 23.4 23.5	75.655	44.471
					Outros resultados abrangentes	23.6	(282)	(59)
					Recursos destinados a futuro aumento de capital. Total do patrimônio líquido		839.919	21.083 803.589
Total do ativo					Total do passivo e patrimônio líquido		2.652.211	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PAI				<u> </u>	rante das demonstrações financeiras. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	DARAO	EVEDOÍCIO	
31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de r					FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (E			<u> </u>
	<u>Nota</u>	201		2015		Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	24	1.963.57		esentado) 2.056.608	Atividades operacionais			
Custo do serviço de energia elétrica	25 <u>(</u> 1	1.583.255)(1.676.589)	Lucro líquido do exercício		107.378	109.560
Lucro bruto Despesas gerais e administrativas		380.31 (142.692		380.019 (135.546)	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		60.720	84.559
Outras receitas		1.69		1.989	Depreciação e amortização	25	76.561	69.206
Outras despesas	26	(16.876)	(19.704)	Imposto de renda e contribuição social correntes		61.458	26.996
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		222.44	3	226.758	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0.5	(12.282)	28.795
Receita financeira	27	121.77	2	119.996	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	25	3.483 392	14.647 3.133
Despesas financeiras Receitas (despesas) financeiras líquidas		(187.661 (65.889)		(181.403) (61.407)	Provisões (reversão) para riscos trabalhistas,		372	3.133
Lucro antes dos impostos		156.55	4	165.351	cíveis e fiscais	26	(40.704)	(5.161)
Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido		(61.458 12.28		(26.996) (28.795)	Marcação a mercado de derivativos		(4.175)	4.374
Lucro líquido do exercício		107.378	8	109.560	Marcação a mercado de empréstimos	26	3.665 (12.528)	(3.659) (24.862)
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	28_	167,2		173,58	Perda na alienação de bens do imobilizado	20	(12.520)	(24.002)
As notas explicativas são parte integrante DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANG					e do intangível	26	11.743	19.933
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016				FINDO	Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
		Nota	2016		Diminuição (aumento) de consumidores			
Lucro líquido do exercício				109.560	e concessionárias			(139.858)
Itens que não serão reclassificados para a demons Outros resultados abrangentes				(21)	Diminuição (aumento) de estoques		(2.824)	(2.032)
Total de outros resultados abrangentes do	exercíci	ο,			Diminuição (aumento) de impostos a recuperar Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais		(11.022) 109.266	(4.542) 44.301
liquido de impostos				109.539	Diminuição (aumento) de cauções e depósitos vinculad	os	(2.027)	(5.188)
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONA					Diminuição (aumento) de outros créditos		7.476	(27.877)
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 20					Variações nas contas do passivo circulante			
Geração do valor adicionado:	Nota_	2016		2015	e não circulante (Diminuição) aumento de fornecedores		(24.445)	36.153
Receitas				esentado)	(Diminuição) aumento de folha de pagamento		893	13
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		2.772.62		2.983.715	(Diminuição) aumento de tributos e contribuições socia	is	(6.814)	18.901
Outros resultadosReceitas relativas a construção de ativos próprios		16.73° 230.186		26.851 191.520	Imposto de Renda e contribuição social pagos		(38.327)	(12.926)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa					(Diminuição) aumento de obrigações Estimadas		(117) (16.789)	(2.161) 38.673
e recuperação de incobráveis		3.484	4	(14.647)	(Diminuição) aumento de passivos financeiros setoriais		27.416	(80.348)
Custo da energia elétrica vendida		1.072.46		1.185.936	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(12.301)	12.689
Materiais e serviços de terceiros Outros custos operacionais		154.525 273.61		156.229 241.669	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.		<u>359.103</u>	203.319
·	1	.500.604	4	1.583.834	Atividades de investimentos Aplicações financeiras no mercado aberto			
Valor adicionado bruto		.522.418 76.56		1.603.605 69.206	e recursos vinculados		(11.479)	(3.669)
Valor adicionado líquido	1	.445.85		1.534.399	Aplicações no intangível	15 e 35		
Valor adicionado recebido em transferência .					Alienação de bens do imobilizado e intangível		1.692	1.989
Receitas financeiras Valor adicionado total a distribuir		126.940 . 572.80 3		122.051 1.656.450	Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(240.699)	(169.190)
Distribuição do valor adicionado:	_				Atividades de financiamento			
Pessoal Remuneração direta		92.74	9	90.716	Adiantamento para futuro aumento de capital	47	-	21.083
Benefícios		44.90		56.004	Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	17 e 18	223.808	260.121
FGTSImpostos, taxas e contribuições		14.020	U	10.844	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	17 e 18	(112.650)	(112.891)
Federals		321.83		350.871	Pagamentos de empréstimos, financiamentos			
Estaduais		491.949 772		491.577 787	e debêntures - juros			(96.319)
Obrigações intra-setoriais		305.91		361.358	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos Incorporação de rede		(22.335) (3.991)	(7.894) (47.069)
Remuneração de capitais de terceiros		98.35		125.244	Pagamentos de dividendos		(3.991) (70.825)	(47.069) (89.056)
JurosAluguéis		1.948		3.974	Caixa líquido consumido nas atividades			-
Outras despesas financeiras	27	92.990		55.515	de financiamento		(111.790)	
Remuneração de capitais próprios		26.35	4	59.611	Variação liquida do caixa		79.347	(37.896) 117.243
Dividendos adicionais propostos	23.5	75.65	5	44.471	Caixa mais equivalentes de caixa finais		85.961	79.347
Reserva Legal		5.369 5. 572.80 3.		5.478 1.656.450	Variação liquida do caixa		6.614	(37.896)
As notas explicativas são parte integrante					As notas explicativas são parte integrante das d	emonstra	ções financei	
	_	_	_	_		_		continua

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566										
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕE	S DO PATE	RIMÔNIO LÍQI	UIDO PA	ARA O EXER	CÍCIO FINI	DO EM 3	1 DE DEZEMBR	O DE 2016 (E	m milhares de reai	s)
			de Capit	al Reservas				- (-	Recursos	
		das	s Reserv			Dividend		Outro	s destinados a	a Total do
Nota	a <u>social</u>		de ág	io legal	de Lucros	propos	tos acumulado	s abrangente		l líquido
Saldos em 31 dezembro de 2014 Pagamento de dividendos adicionais	595.649 -	1.650	0 116.94 -	14 16.043 -	2.330	21.5 (21.5		- (38 -	-	 754.079 (21.501)
Adiantamento para futuro aumento de capital	_		_		_	21.0	•	_	_	- 21.083
Outros resultados abrangentes 23.0	6 -		-		-	2	- - 109.56	- (21	1)	- (21) - 109.560
Lucro líquido do exercício Proposta de destinação	-		-		-		- 109.56	U	-	- 109.560
do Lucro Líquido: Reserva Legal	3 -		_	- 5.478	-		- (5.478)	_	-
Dividendos			-		-	44.4	- (59.611 471 (44.471		-	- (59.611 -
Saldos em 31 dezembro de 2015 Pagamento de dividendos adicionais	595.649	1.650	116.94	21.521	2.330		71	- (59	21.083	
Aumento de capital conforme			-		-	(44.4	71)	-		- (44.471
AGE de 26/04/2016 23. Outros resultados abrangentes 23.			-		-		-	- (223	- (21.083)) - (223
Lucro líquido do exercício Proposta de destinação	-		-		-		- 107.37	8	-	- 107.378
do Lucro Líquido: Reserva Legal	3 -		_	- 5.369			- (5.369)	_	_
Dividendos 23.	5 -		-	- 5.307	-	75.6	- (26.354)	-	- (26.354
Dividendos adicionais propostos 23. Saldos em 31 dezembro de 2016	616.732			26.890		75.6	55	- (282	2)	- 839.91
		as explicativas								
	ENERGI	SA MATO GRO BA	LANÇO	SOCIAL AN	JAL - 2016		ERGIA S/A			
1 - Base de Cálculo			(Em	milhares de i	reais) 201	6	4.6		2015	
Receita líquida (RL) Resultado operacional (RO)							1.963.574 156.554			2.056.60 165.35
Folha de pagamento bruta (FPB) 2 - Indicadores Sociais Internos				Valor	% sobre	FPB %	196.145 6 sobre RL	Valor %		161.77 6 sobre RL
Alimentação Encargos sociais compulsórios				19.908 37.365),15%),05%	1,01% 1,90%	17.460 32.690	10,79% 20,21%	0,859 1,599
Previdência privada Saúde				4.205 14.914	2	2,14%	0,21% 0,76%	4.005 15.024	2,48% 9,29%	0,19% 0,73%
Segurança e saúde no trabalho Educação				121	0	0,00%	0,00% 0,01%	0	0,00% 0,10%	0,009 0,019
Cultura					0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,009
Capacitação e desenvolvimento profissional Creches ou auxílio-creche				329 183	0),17%),09%	0,02% 0,01%	631 119	0,39% 0,07%	0,03% 0,01%
Participação nos lucros ou resultados Outros				4.774 2.836		2,43% ,45%	0,24% 0,14%	7.951 2.792	4,91% 1,73%	0,39% 0,14%
Total - Indicadores sociais internos 3 - Indicadores Sociais Externos	_		_	84.635 Valor	% sobre	,14% RO %	4,30% 6 sobre RL	80.834 Valor	49,97% % sobre RO %	3,94% 6 sobre RL
Educação Cultura				285		0,00% 0,18%	0,00% 0,01%	0 258	0,00% 0,16%	0,00% 0,01%
Saúde e saneamento Esporte				35 76	0),02%),05%	0,00% 0,00%	64	0,04% 0,04%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar Outros				7 C	0	0,00%	0,00%	0	0,00% 0,12%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade				466	0,	,29%	0,01%	578	0,36%	0,02%
Tributos (excluídos encargos sociais) Total - Indicadores sociais externos				798.558 799.024	510,	,08% , 37%	40,67% 40,68%	827.451 828.029	500,42% 500,78%	40,23% 40,25 %
4 - Indicadores Ambientais Investimentos relacionados com a produção/ (operação d	a empresa		Valor 17.474	% sobre	RO %	6 sobre RL 0,89%	Valor 9	% sobre RO % 11,13%	6 sobre RL 0,89%
Investimentos em programas e/ou projetos ex Total dos investimentos em meio ambien				17.474		,00% , 16%	0,00% 0,89%	18.400	0,00% 11,13%	0,009 0,89 9
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais"			0		x) não pos) cumpre de) não possui metas cumpre de 51 a 75º	
consumo em geral na produção/ operação e a na utilização de recursos naturais, a empresa	umentar a	епсасіа) cumpre de	le 0 a 50%	6	()	cumpre de 0 a 50% umpre de 76 a 100	%
5 - Indicadores do Corpo Funcional					2016		770	() c	2015	770
Nº de empregados(as) ao final do período Nº de admissões durante o período					1.38 263	3			1.320 428	
N° de empregados(as) terceirizados(as) N° de estagiários(as)					77 <i>6</i> 58				739 55	
N° de empregados(as) acima de 45 anos N° de mulheres que trabalham na empresa					199 204	4			241 177	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres Nº de negros(as) que trabalham na empresa	;				4,41 605				17,78% 502	
% de cargos de chefia ocupados por negros(a Nº de portadores(as) de deficiência ou necess		eciais			2,15 42				1,59% 36	
6 - Informações relevantes quanto ao exe da cidadania empresarial	ercício				201				Metas 2017	
Relação entre a maior e a menor remuneração Número total de acidentes de trabalho	na empre	sa			17,1	17			ND	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvido foram definidos por:	s pela emp	resa		() direção	(x) direç) todos(as)) direção () todos(as) pregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no am	biente de	trabalho	() direção e		(as) (x)	pregados(as) () todos(as) + () direção e () todos(as) (x)	todos(as) +
foram definidos por: Quanto à liberdade sindical, ao direito de nego				gerências () não se	empregado () segue	e as (x) não se (Cipa incentivará
e à representação interna dos(as) trabalhador	es(as), a e	mpresa:		envolve	normas da () direçã	a OIT s	egue a OIT	envolverá n		eguirá a OIT () todos(as)
A previdência privada contempla:				() direção	gerênci () direçâ	as em	pregados(as)) un eçao	gerências em	pregados(as) x) todos(as)
A participação dos lucros ou resultados conter Na seleção dos fornecedores, os mesmos padi	·			() direção () não são	gerênci (x) sã	as em	pregados(as)) direção) não serão	gerências em	pregados(as) () serão
e de responsabilidade social e ambiental adota	ados pela e			considerados	sugerid	os (sao exigidos co	nsiderados	sugeridos	exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em de trabalho voluntário, a empresa:	programas	,		() não se envolve	() apo	ла	incentiva) não se envolverá	() apolara	organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de con	sumidores	(as):		na empresa 1.978	no Proc 1.648	3	2.294	a empresa 1.700	1.401	na Justiça 2.399
% de reclamações e críticas atendidas ou solu				na empresa 100 %	no Proce 100 %	ó	100%	a empresa 100 %	100 %	na Justiça 90%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	<u> </u>		E	m 2016: 71% govern		1.572.80)3 Er	n 2015: 73% governo	1.656.45	0
Distribuição do Valor Adicionado (DVA): 7 - Outras Informações				6% acionist		erceiros		6% acionistas		
7) Investimentos sociais 7.1 - Programa Luz para Todos					2016				2010	
7.1.1 - Investimento da União					0				9.174	
7.1.2 - Investimento do Estado 7.1.3 - Investimento do Município					0				0	
7.1.4 - Investimento da Concessionária Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a	7.1.4)				7.54 7.5 4	10			331 9.505	
7.2 - Programa de eficiência Energética 7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimer					13.2 7.27	20			11.431 1.138	
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3					28.0				22.074	continua

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (Companhia ou EMS) nova razão social da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Campo Grande - MS, controlada pela Rede Energia S.A. ("REDE") - em "Recuperação Judicial", atuando na área de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão legal que abrange 328.335 km², 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 990.615 consumidores (informações não auditadas pelos auditores independentes) em 74 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia aberta na CVM em 28 de agosto de 1981. Contrato de obteve registro de Companhia aberta na CVM em 28 de agosto de 1981. Contrato de concessão: As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia eletrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na (Alvez) alterações has posições actoriarias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão. VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente. As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 9, 13, 15, 24 e 33, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não confiliantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2016, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuarem operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017. 2.2. Moeda funcional e base de mensuração: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:
• Nota nº 6 - Consumidores e concessionárias; • Nota nº 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota nº 12 - Créditos tributários; e • Nota nº 20 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; • Nota nº 25 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda; • Nota nº 30 - Instrumentos financeiros derivativos e gerenciamento de riscos; • Nota nº 31 - Benefícios a empregados;

3. ADOCÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board: Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram 3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação Accounting Standards Board: Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiror ao Poder efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos as normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores. • IAS 1 - Apresentação das demonstrações infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da financeiras; • Modificações à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 Melhorias anuais nas IFRSs concessão. Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº cicio 2012-2014; • IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação is e Amortização; • IAS 16 - Ativo imbolizados; Normas e interpretações novas e revisadas concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue: • IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2); • IFRS 15 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2); • IFRS 15 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2); • IFRS 15 (equivalente ao CPC 48) Receitas de financeiros do Poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do Contratos com clientes (2); • IFRS 16 - Leases (3); • Modificações à IFRS 10 and IAS 28 serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são - Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture (4); • Modificações à IFRS 10 and IAS 28 serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são - Modificações à IFRS 10 and IAS 28 serviço público. Os ativos financeiros evalva financeiros com o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário) quando indicado ao contrario) vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, mas que nesse momento estão em avaliação pela Companhia. 3.2. Resumo das principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a. Caixa e equivalentes de caixa e apraneem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo; b. Instrumentos financeiros e atividades de hedge Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado; (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles atívos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores. Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abalxo: Nível 1 - Dados provenientes de mercado anteriores. Existent tres tipos de inveis para apuração do vaior justo fereferte ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo. Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. A classificação e os valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 30. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, ativo financeiro setorial, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e beneficios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usandono qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usandose a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo. A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 30 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". "Hedge" de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge accounting" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge", o instrumento de "hedge", e registrado no resultado a partir dessa data; c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada. consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL; e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **f. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluidos nas tarifas no inicio do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluidos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, custos nomoiogados e incluidos na tarifa são interiores aos custos eretivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuídoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos infraestrutura. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos foram classificados como disponível para venda, balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13. h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável; i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão: i. Juros e no padrao de consumo dos beneficios esperado durante o prazo da concessao; j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação; k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangivel com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Ativo financeiro: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebiveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebiveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebiveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos como não tendo sofrido perda de valor são então avallados coletivamente quanto a qualque perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente Recebiveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso para o resultado e a direrença entre o custo de aquisição, inquiad de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhía calcula o montante recuperável da unidade geradora de cali ava individualmente, a companhía calcula o montante recuperável da unidade geradora de calixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuals ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão reconhecida na demonstração dos resultados caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: . Ativo intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora na data do encerramento do exercicio, individualmente ou em nivei da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstancias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, . **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue: (i) Receitas - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; (ii) Custos e despesas operacionais - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e (iii) Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energía e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas e são documentadas e aprovadas pela Administração. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Administração. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangiveis da Companhía não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avallação; **I. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; m. Derivativos - Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger Derivativos - Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30; n. Imposto de renda e contribuição social - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de

instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de Artivos de Imposto de Tenda e contribuição social diferidos são Tevisados à cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável; o. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **p. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **q. Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação; **r. Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero; s. Benefícios a empregados - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de divida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um beneficio, o ativo a ser reconhecido é unitario projetado. Quando o calculo resulta em um beneficio, o attivo a ser reconnecido e limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos beneficios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o valor presente dos beneficios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um beneficio econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes resultado: t. Demais atívos e passivos (circulante e não circulante) - os demais atívos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos. resultado; 1. Demais ativos e passivos (circulante e nao circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; u. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3. Reclassificação de exercícios anteriores: A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição. reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 17 de março de 2016 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Tetimetria o Políticasão de Estar". de Estimativa e Retificação de Erro"

ŝ		Divulgado	Reclas-	Reapre-
9	Demonstração do Resultado	2015	sificado	sentado 2015
5	Receita operacional líquida	2.031.746	24.862	2.056.608
0	Receita financeira	144.858	(24.862)	119.996
-		Divulgado	Reclas-	Reapre-
ŝ	Demonstração do Valor Adicionado	<u>2015</u>	sificado	sentado 2015
	Demonstração do Valor Adicionado Outras receitas		sificado 24.862	
)		1.989 1.778.160		26.851

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir: (a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de "Receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR", no resultado financeiro, financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR", no resultado financeiro, reclassificado para o grupo de receita operacional líquida - ativo indenizável concessão, objetivando melhor a apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática, de acordo com o CPC 23 é como segue: (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital); (ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e (iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é uma reclassificação eR\$24.862 da receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR de R\$24.862 da receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR para receita operacional líquida.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento per como aqueles que podem ser alocados em bases razráveis. A ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

S	5.1. Caixa e equivalente de caixa (avaliados ao valor justo por me	eio de re	sultado)
è	Descrição	2016	2015
9	Caixa e depósitos bancários a vista	11.808	14.874
)	Aplicações financeiras de liquidez imediata	74.153	64.473
)	Certificado de Depósito Bancário (CDB)	51.196	105
S	Compromissadas (1)	22.957	64.368
S	Total de caixa e equivalente de caixa (2)	85.961	79.347
9	(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de ve	nda de tít	ulos com
9	compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao	o compro	misso de

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata e são remuneradas a 102,5% do CDI. (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas. A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 101,36% do CDI (114,06% do CDI em 2015).

5.2. Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

Descrição	2016	2015
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	17.257	10.434
Fundo de Investimento (1)	15.916	27.552
Fundos de Investimento Exclusivos (2)		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.831	-
Cédulo de Crédito Bancário (CCB)	2.166	29.550
Debêntures	42.622	54.249
Compromissadas	2.707	6.598
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial - DPGE	-	3.319
Títulos públicos	4.729	16.707
Fundo de crédito	8.167	-

Descrição	2016	2015
Fundo de Renda Fixa	56.150	66.419
Letra Financeira (LF)	98.236	-
Nota Promissória	677	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados IV		
Energisa Centro Oeste (3)	32.468	16.137
Total de aplicações no mercado aberto		
e recursos vinculados (4)	294.926	230.965
Circulante	262.458	214.828
Não Circulante	32 468	16 137

Não Circulante 32.468 16.137 (1) Fundo de investimentos - São classificados como renda fixa e são remunerados de 101,46% a 101,86% do CDI. (2) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debéntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF e NTN-B, e são remuneradas de 101,72% até 113,95% do CDI. (3) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034. (4) Inclui R\$48.145 (R\$54.103 em 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais. A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, con fundo de la participante de la contractionatos. por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 109,75% do CDI (114,06%) do CDI em 2015)

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

	Saldos a v	/encer		Saldos	/encidos			То	tal
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		Provisão para créditos de liquidação duvidosa (4)	2016	2015
Valores correntes (1)									
Residencial	60.802	160	43.943	5.314	755	32	(6.101)	104.905	100.343
Industrial	10.314	4	2.891	467	562	1.405	(1.405)	14.238	18.577
Comercial	30.405	46	12.917	1.829	1.960	2.725	(4.685)	45.197	43.880
Rural	9.813	27	8.508	2.013	301	178	(178)	20.662	21.623
Poder público	12.269	5	5.632	361	81	45	(45)	18.348	21.989
Iluminação pública	4.546	-	1.114	260	152	-	-	6.072	4.027
Serviço público	5.486	-	47	11	-	-	-	5.544	6.956
Serviço taxado	330	18	314	120	20	11	(11)	802	934
Fornecimento não faturado	125.889	-	-	-	-	-	-	125.889	130.957
Arrecadação Processo Classificação	5.942	-	-	-	-	-	-	5.942	12.864
Valores renegociados:									
Residencial	3.107	9.655	1.846	1.133	110	1.753	(6.998)	10.606	10.407
Industrial	1.828	4.680	641	394	201	1.706	(3.020)	6.430	6.459
Comercial	1.622	20.268	793	307	266	1.526	(4.127)	20.655	19.741
Rural	620	2.382	306	147	14	212	(1.485)	2.196	2.307
Poder público	3.968	19.945	1.091	834	250	6.364	(16.782)	15.670	26.652
Iluminação pública	276	3.007	188	60	88	10	(859)	2.770	3.672
Serviço público	99	771	87	87	149	464	(1.529)	128	2.010
Serviço taxado	18	47	14	9	1	-	-	89	71
(-) Ajuste valor Presente (2)	(1.436)	(7.559)						(8.995)	(9.092)
Subtotal -clientes		53.456	80.332	<u>13.346</u>	4.910	16.431	(47.225)	<u>397.148</u>	<u>424.377</u>
Suprimento Energia - Moeda Nacional (3)	140	-	-	-	-	2.299	-	2.439	2.514
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.663	-	-	-	-	-	-	3.663	3.550
Outros	4.876	475	1.929	319	83	1.860	(293)	9.249	13.958
Total	284.577	53.931	82.261	13.665	4.993	20.590	(47.518)	412.499	444.399
Circulante								378.429	408.282
Não Circulante								34.070	36.117

os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do CDI. Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de dezembro de 2016 a taxa CDI 13,65%. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. Abaixo demonstração do fluxo de caixa e sua temporalidade:

Vencimentos	Ajuste a valor presente
2017	563
2018	1.315
2019	1.885
2020	2.120
2021 em diante	3.112
Total	8.995

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica -O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2016 refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$2.439 (R\$2.514 em 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE. A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$1.452 (R\$18.461 em 2015), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$1.803 (R\$31.036 em 2015), conforme demonstrados a seguir:

Créditos a vencer	140	215
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	2.299	2.299
	2.439	2.514
(-) Aquisições de Energia na CCEE	(1.452)	(18.461)
(-) Encargos de serviços do sistema	(1.803)	_(31.036)
	(816)	(46.983)

2016

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência (a) Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE. Uso de Estimativas: Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto informações não estão disponíveis tempestivamente. (4) Provisão para créditos de os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o seguir resumidas: Clientes com débitos relevantes: • Análise individual do saldo a receber encerramento do balanço. (2) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidas: Clientes com débitos relevantes: • Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os demais casos: • Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias; • Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; • Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias; • Parcelamento energia - Faturas Novadas com parcelas vencidas há mais de 90 días, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

)	Movimentação das provisões	2016	<u>2015</u>
	Saldo - inicial - circulante - 2015 e 2014	51.002	36.355
	Provisões constítuídas no exercício	34.220	32.672
	Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(37.703)	(18.025)
	Saldo - final - circulante - 2016 e 2015	47.518	51.002
	7 DEATHETES E DEVISÕES TARTEÁRIAS		

7.1. Reajuste tarifário: Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória n.º 2.054, de 05 de abril de 2016, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 08 de abril de 2016, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de um aumento de 7,19% 7.2. Reajuste tarifário extraordinário: A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 27,9%. O reajuste tarifário extraordinário (RTE) efeito médio para a Companhia foi de 27,9%. O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia. 7.3. Bandeiras tarifárias: Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia. Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN. • Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia não sofre quaisquer acréscimos; • Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, forma mantidas as R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos; • Bandeira vermelha: condições discussões e análise do tema junto aos agentes. Da mesma forma, com relação à migração mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, e a devolução da energia a mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índico foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e inicio de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto um periodo ocorreu insuriciencia de recursos (conta centralizadora dericitaria), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora). Importante destacar que a partir de abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acrescimos de custos às faturas de energia dos consumidores. **7.4. Revisão tarifária**, revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilibrio econômico-financeiro da concessão. O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da resolução nº 1.505, de 05 de abril de 2013 com reajuste médio percebido pelos consumidores de -3,17%, aplicados desde 08 de abril de 2013.

7.5. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação: A sobrecontratação da Companhia, de decorrente processor de propostação de desde de 10 interesta as companhia, de decorrente processor de companhia, de decorrente processor de companhia de d Companhia é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Em razão de regra disposta no Decreto nº 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos a Companhia, distribuídora de energía elétrica, por atividade que não lhe remunera (a aquisição de energía). Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energía que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, a companhia envidou e vem envidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energía Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, Energía Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), a companhia, em conjunto, estima ter encerrado o ano de 2016 com 111,0% de nível de contratação, sendo que o excedente, acima dos 100%, é liquidado pelo Prego de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energía Elétrica (CCEE) ao longo a companhia, em conjunto, estima ter encerrado o ano de 2016 com 111,0% de nível de maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Em 2014 a ANEEL decidiu contratação, sendo que o excedente, acima dos 100%, é liquidado pelo Preço de Liquidação aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao do ano. Por isso, a companhia, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADEE, quanto em interações com a anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens Aneel, recorreu à para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, financeiros o que permitir a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de afastando-se o prejuízo da Companhia, distribuidora de energia elétrica. O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento da companhia, que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da alguns meses após a realização, diante do cenário de maior retração da economia e da reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o de venda de bens e serviços. A Companhia contabilizou as variações destes custos como Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório ativo e passivo financeiros setorial, conforme demonstrado a seguir:

eles correspondente, também já foi manifestado entendimento no sentindo que não há porque fazer distinção entre estes e os consumidores potencialmente livres apenas em decorrência da fonte de energia do fornecedor escolhido. Resta apenas a definição sobre a aplicação da permissão de redução dos contratos (CCEAR) por migração de consumidor especial para o ambiente livre e a consideração das sobras relativas a essa migração como involuntárias. Como até a data de publicação da presente Demonstração Financeira de 2016, as discussões acerca do tema encontravam-se em curso, conservadoramente, optou-se pela contabilização das despesas incorridas com as sobras de energia até que decisão definitiva seja proferida pela ANEEL. Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassáveis para as tarifas dos consumidores, foram de R\$25.410 reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)		
Imposto de Renda - IRPJ (2)	16.286	14.023
Contribuição Social - CSSL (2)	5.652	5.048
PIS e COFINS (3)	9.252	6.765
Outros	8.206	1.392
Total	77.458	63.993
Circulante	49.125	42.406
Não Circulante	28.333	21.587

(1) Corresponde ao ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores. (2) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em exercícios anteriores decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base nos resultados apurados nos respectivos exercícios. (3) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre a provisão de despesas com compra de energia, os quais são realizáveis mediante o recebimento das respectivas notas fiscais emitidadas pelos geradores.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A conta de compensação dos valores da parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Em 2014 a ANEEL decidiu

•	Saldo					Saido	Valores em	vaiores em		Não
Ativos Financeiros Setoriais em	n 2015	Adição A	mortização	Remuneração	Transf.	em 2016	Amortização (Constituição C	Circulante C	<u>irculante</u>
CVA Ativa (1)										
Energia elétrica comprada para revenda 1	34.851	27.255	(134.172)	1.540	-	29.474	29.474	-	29.474	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas										
de Energia - PROINFA	292	3.542	(2.756)	117	(20)	1.175	909	266	1.103	72
Transporte Rede Básica	7.127	(149)	(5.949)	1	-	1.030	731	299	950	80
Transporte de Energia - Itaipu	1.219	789	(1.080)	72	-	1.000	366	634	830	170
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	41.621	21.243	(49.202)	4.269	-	17.931	17.931	-	17.931	-
Conta Consumo de Combustível - CCC	182	-	(182)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais										
Neutralidade da Parcela A (4)	4.354	19.140	(10.275)	1.755	-	14.974	3.790	11.184	11.960	3.014
Subrecontratação de energia (2)	-	16.482	-	2.293	-	18.775	-	18.775	13.715	5.060
CUSD	502	310	(553)	57	-	316	204	112	286	30
Exposição de submercados	1.474	-	(1.474)	-	-	-	-	-	-	-
Garantias (5)	686	351	(530)	62	-	569	148	421	456	113
Saldo a Compensar (6)	-	2.929	(2.140)	-	-	789	789	-	789	-
Outros itens financeiros (7)	5.757	8.353	(1.198)	<u> </u>	-	12.912		12.912		12.912
Total Ativos Financeiros Setoriais 19	98.065	100.245	(209.511)	10.166	(20)	98.945	54.342	44.603	77.494	21.451

Receita Operacional Resultado financeiro

		Despesa	Operacional Property of the Control	Resultado financeiro						
	Saldo	-	-			Saldo	Valores em	Valores em		Não
Ativos Financeiros Setoriais	em 2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transf.	em 2016	Amortização	Constituição	Circulante C	Circulante
CVA Passiva (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	-	16.348	-	4.243	-	20.591	-	20.591	15.043	5.548
Programa Incentivo Fontes Alternativas										
de Energia - PROINFA	20	-	-	-	(20)	-	-	-	-	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS (3)	35.456	40.834	(34.422)	1.858	-	43.726	6.741	36.985	33.760	9.966
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	-	28.060	-	1.843	-	29.903	-	29.903	21.846	8.057
Demais Passivos Financeiros Setoriais										
Neutralidade da Parcela A (4)		-	(1.913)	-	-	-	-	-	-	-
Subrecontratação de energia (2)	48.762	(22.760)	(25.874)	533	-	661	661	-	661	-
CUSD	386	-	(386)	-	-	-	-	-	-	-
Garantias (5)	-	20.626	(1.377)	1.950	-	21.199	507	20.692	15.624	5.575
Saldo a Compensar (6)	517	-	(517)	-	-	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros (7)		47.386	(38.589)	5.435		14.232	14.232		14.232	
Total Passivos Financeiros Setoriais	87.054	130.494	(103.078)	15.862	(20)	130.312	22.141	108.171	101.166	29.146
Saldo líquido	111.011	(30.249)	(106.433)	(5.696)	-	(31.367)	32.201	(63.568)	(23.672)	(7.695)

(1) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA): A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazeda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. (2) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente): O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga. (3) Encargo de Serviço do Sistema - ESS: Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN. (4) Neutralidade: Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas. (5) Garantias Financeiras: Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004. (6) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior: Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada. (7) Outros itens financeiros: Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

oon pan		. 0111 0711		•
10. OUTROS CRÉDITOS				-
		2016	2015	
Subvenção Baixa renda (1)		5.344	4.793	
Subvenção CDE (2)		14.830	31.251	
Adiantamentos a empregados		1.212	1.422	
Adiantamentos a fornecedores		4.198	2.041	
Dispêndios a reembolsar		579	956	
Ordens de desativações e alienações em curso (3)		4.385	3.403	
Ordens de serviços - P&D		7.726	3.343	
Ordens de serviços - PEE		18.149	19.263	
Ordens de serviços - Outros		551	588	
Padrão baixa renda		3.105	3.589	
Aplicações vinculadas		288	96	
Despesas pagas antecipadamente		4.580	603	
Plano de universalização		2.089	3.343	
Banco Daycoval (4)		61.818	61.818	
(-) Provisão para perdas Daycoval (4)				
Outros créditos a receber				
Total				
Circulante				
Não Circulante			4.509	
 Subvenção à Baixa Renda: Esses créditos referen 				
residencial baixa renda, das unidades consumidoras com co				
kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa recei-				
financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reve				
Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da	Eletrobr	ás. O saldo	refere-se	
as provisões de novembro e dezembro/2016				
		2016		
Saldo inicial - circulante - 2015 e 2014		4.793	6.401	
Subvenção baixa renda		30.762	28.910	
Ressarcimento Eletrobrás				
Saldo final - circulante - 2016 e 2015			4.793	
(2) Subvenção CDF: Pafara-sa a recursos transferidos às	CONCACC	ionariae a	LITORIZACIOS	

(2) **Subvenção CDE**: Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

2016 2015 31.251 6.699 99.063 121.439 foram compensados R\$115.454 referente a subvenção CDE e R\$30.211 referente subvenção baixa renda. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida no mês de dezembro de 2016, cujo ressarcimento será compensado no primeiro trimestre de 2017. (3) Refere-se às desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangivel ou realização. (4) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas desta acionista por antecipação, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou Financieria. A Administração da Companha considera essa transferencia indevida e ajustiça medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, foi remetido à justiça Estadual de São Paulo, perante o Juízo da 21ª Cível (Proc. 0000074-89.2016.8.26.0100 - numeração antiga 0038931-45.2012.8.12.0001). Na ação inicial houve a arguição de incompetência pelo Daycoval, sendo remetida à Justiça Estadual de São Paulo em razão da decisão do RESP 384782. Em 26/02/2016, com o ingresso da Aneel como assistente da Companhia, houve despacho determinando a remessa dos autos à Justiça Federal de São

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

para futuro aumento de capital (4): ede Energia S.A. - em Recuperação Judicial.....

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A, (64,01% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ECIO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEVP), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EBE), Multi Energisa Serviços S.A (Multi Energisa), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e OMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER) que também possui 35,92% de participação no capital social. A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (69,09%) que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,99%). Energisa S/A possui 18,14% e Denerge 12,36% da Rede

Paulo. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos e escritório terceirizado, está acompanhando o andamento do processo.

Energia. Transações efetuadas durante o período	Companhia:		
Outras receitas:	Relacionamento	2016	2015
Multi Energisa Serviços S.A	Grupo Econômico	98	113
,		98	113
Contratos de energia elétrica (1):			
Caiuá Distribuição de Energia S.A Energisa Mato Grosso - Distribuidora	Grupo Econômico	(3.213)	(2.396)
de Energia S.A	Grupo Econômico	(1.458)	(1.368)
			(3.764)
Serviços contratados			
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A.	Grupo Econômico	(102)	(83)
Energisa Soluções S.A (3)	Grupo Econômico		
Multi Energisa Serviços S.A. (2)	Grupo Econômico		
Energisa Soluções e Construções		,	,
e Serviços em Linha e Rede S.A. (3)	Grupo Econômico	(6.673)	(217)
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		(19.595)	
		2016	2015
SALDOS PASSIVOS	Relacionamento	2016	
SALDOS PASSIVOS Circulante		2016	
		2016	
Circulante Fornecedores:	<u>Relacionamento</u>	2016 159	
Circulante Fornecedores: Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1)	<u>Relacionamento</u>		2015
Circulante Fornecedores: Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1) Energisa Mato Grosso - Distribuidora	Relacionamento Grupo Econômico		2015
Circulante Fornecedores: Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (1)	Relacionamento Grupo Econômico		2015 71
Circulante Fornecedores: Caluá Distribuição de Energia S.A. (1) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (1) Empresa de Distribuição	Relacionamento Grupo Econômico Grupo Econômico		2015 71
Circulante Fornecedores: Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (1) Empresa de Distribuição de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (1)	Relacionamento Grupo Econômico Grupo Econômico		2015 71 39
Circulante Fornecedores: Caluá Distribuição de Energia S.A. (1) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (1) Empresa de Distribuição	Relacionamento Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico	159 - -	2015 71 39 58
Circulante Fornecedores: Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (1) Empresa de Distribuição de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (1) Multi Energisa Serviços S.A. (2) Energisa Soluções S.A (3)	Relacionamento Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico	159 - - 762	71 39 58 5.398
Circulante Fornecedores: Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (1) Empresa de Distribuição de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (1) Multi Energisa Serviços S.A. (2) Energisa Soluções S.A (3) Energisa Soluções e Construções	Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico	159 - - 762 132	71 39 58 5.398
Circulante Fornecedores: Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1)	Relacionamento Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico	159 - 762 132 1.503	71 39 58 5.398 411
Circulante Fornecedores: Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (1) Empresa de Distribuição de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (1) Multi Energisa Serviços S.A. (2) Energisa Soluções S.A (3) Energisa Soluções e Construções	Relacionamento Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico Grupo Econômico	159 - 762 132 1.503	71 39 58 5.398 411 144

Controladora

21.083

(1) Contratos relacionados ao setor elétrico: a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado, CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição. (2) Multi Energisa Serviços S.A. - Serviços Administrativos: os contratos referem-se a serviços de CALL CENTER e Suporte a TI firmados junto à Multi Energisa e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios. (3) Energisa Soluções e Energisa Construções S.A. - Serviços de Manutenção: as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios. (4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados. (4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados. Remuneração dos administradores: No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos administradores foi de R\$5.859 (R\$3.494 em 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos beneficios de previdência privada e seguro saúde para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$682. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$481 (R\$501 em 2015). A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes foram de R\$67 e R\$2, e a média em 2016 foi de R\$16 (R\$16 em 2015). Na AGE de 26 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$7.092 (R\$6.597 para o exercício de 2015).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26. A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração. Impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Prejuízos fiscais.
Base negativa da CSLL. 19 508 36.858 Diferenças temporáis: 114.568 119.080 42.870 Total.... 178.546 208.197 Diferenças temporáis: Imposto de renda 19 573 50 491 Contribuição social sobre o lucro líquido 7.046 18.179 26.619 68.670 151.927 139.527

)			2016	2	2015
)		Base de		Base de	
,		cálculo	IRPJ + CSLL	<u>cálculo</u>	IRPJ + CSLL
1	Prejuízos fiscais	78.030	19.508	147.433	36.858
ì	Base negativa da CSLL	35.847	3.226	104.320	9.389
ì	Amortização do ágio	118.422	40.263	129.188	43.924
)	Provisão para riscos	180.329	61.312	206.239	70.121
)	Provisão para perdas	65.343	22.217	64.951	22.083
1	Provisão para créditos de liquidação				
ì	duvidosa - PCLD	47.518	16.156	51.002	17.340
-	Ajuste a valor presente	10.994	3.738	11.099	3.774
,	Outros adições temporárias	4.148	1.410	13.764	4.680
1	Ativos e (passivos) financeiros				
ì	setoriais líquido	31.367	10.665	(111.011)	(37.744)
)	Provisão ajuste atuarial -				
ì	Res Abrangente	143	49	82	28
	Marcação a mercado - empréstimo	6	2	(3.659)	(1.244)
	Marcação a mercado - derivativo	(1.441)	(490)	(22.878)	(7.779)
-	Parcela do VNR das contas a receber da				
	concessão e atualização			(64.422)	(21.903)
١.	Total - Ativo não Circulante		151.927	526.108	139.527
	A seguir as realizações dos créditos fisca	ais.			

Realização dos créditos fiscais 12.516 14.314 exercicio 2017 2018 2019. 2020. 14.340 15.850 18.557 2021.. 2022 a 2026 Total 178.546

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como seque:

Alíquota efetiva	2016	2015
Lucro antes dos impostos		
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição		
social calculadas às alíquotas fiscais	(53.228)	(56.219)
Incentivos fiscais	584	853
Outras exclusões / (adições)	3.468	(425)
Despesas com imposto de renda e contribuiição social	(49.176)	(55.791)
Aliquota efetiva	31,41%	33.74%

Uso de estimativa: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação

13. CONTAS A RECEBER DA CONCESSÃO

13. CONTAS A RECEBER DA CONCESSAO

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar as controladas pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, car recombecido pelo custo histórico. A nartir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhía passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

aplicação do IPCA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por mudança de prática contábil, a Companhia passou a reconhecer a remuneração do contas a receber da concessão VNR em receita operacional líquida como valor justo do ativo indenizável da concessão em R\$12.528 (R\$24.862 em 2015). No exercício de 2015, estão incluídos os impactos do recálculo da atualização monetária pelo novo índice de atualização (IPCA). O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante. Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Movimentação Ativo financeiro - 2015 e 2014..... 438.954 318.859 Adições no exercício.... 134.511 (191) 96.807 (1.574) Baixas no exercício ...

Receita operacional - ativo financeiro indenizável da concessão (1) 12.528 24.862
Ativo financeiro - valor justo - 2016 e 2015 585.802 438.954
(1) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

14. INVESTIMENTOS

A Companhia mantém ativos não remunerados destinados à locação)	
Movimentação	2016	2015
Investimento - 2015 e 2014	610	654
Depreciação acumulada	(44)	(44)
Investimento - 2016 e 2015	566	610
Edificações, obras civis e benfeitorias	564	608
Terrenos	2	2

15. INTANGÍVEL- CONTRATO DE CONCESSÃO

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

cictifica a sci recup			tricas daram			
	Saldo				Transfe-	Saldo
INTANGÍVEL	2015	Adição	Baixas (*)	zação	rências	2016
Intangível em						
Serviço						
Custo:	2.195.403	-	(49.802)	-	152.889	2.298.490
Amortização						
Acumulada	(1.249.477)		36.558	(118.939)		(1.331.858)
Subtotal	945.926	-	(13.244)	(118.939)	152.889	966.632
Em Curso	126.710	244.380	(143.977)		(152.889)	74.224
Total Intangível	1.072.636	244.380	(157.221)	(118.939)		1.040.856
(-) Obrigações						
vinc. à concessã	io					
Em Serviço						
Custo	454.313	-	-	25.031	479.344	
Amortização						
Acumulada	(258.926)	-	-	(36.471)	-	(295.397)
Subtotal			_	(36.471)	25.031	183.947
Em Curso	60.914	32.231	(9.466)	-	(25.031)	58.648
Total	256.301	32.231		(36.471)		
Total Intangível	816.335	212.149	(147.755)	(82.468)		798.261
(*) As baixas tota	lizaram no p	eríodo R\$	147.755, se	ndo R\$134.	511 transfe	ridos para o

ativo financeiro (bifurcação) e R\$13.244 referentes às baixas operacionais realizadas no

	Saldo			Amorti-	Transfe-	Saldo
INTANGÍVEL	2014	_Adição	Baixas (*)	zação	<u>rências</u>	2015
Intangível em						
Serviço						
Custo:	2.077.109	-	(42.315)	-	160.609	2.195.403
Amortização						
Acumulada	(1.181.934)		27.598	(95.141)		(1.249.477)
Subtotal	895.175	-	(14.717)	(95.141)	160.609	945.926
Em Curso	179.741	220.052	(112.474)		(160.609)	126.710
Total Intangivel	1.074.916	220.052	(127.191)	(95.141)		1.072.636
(-) Obrigações						
vinc. à concessão						
Em Serviço						
Custo	436.362	-	-	-	17.951	454.313
Amortização						
Acumulada	(238.103)			(20.823)		(258.926)
Subtotal	198.259	-	-	(20.823)	17.951	195.387
Em Curso	50.962	43.570	(15.667)		(17.951)	60.914
Total	249.221	43.570	(15.667)	(20.823)		256.301
Total Intangivel	825.695	176.482	(111.524)	(74.318)		816.335

(*) As baixas totalizaram no período R\$111.524, sendo R\$96.807 transferidos para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$14.717 referentes às baixas operacionais realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, não podendo ser retirada, allenada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/15, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à allenação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização está sendo efetuada pelo prazor da concessão com base pos beneficios econômicos gerados. está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados Não circulante 620.497 538.136 anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada no exercício é de 4,30% A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais (4,34% em 2015). O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:						
Obrigações vinculadas à concessão	2016	2015				
Contribuição do consumidor	415.707	395.452				
Participação da União	41.934	40.876				
Universalização - CDE	154.252	154.378				
Universalização - Governo do Estado	5.949	5.949				
Participação do Governo do Estado	29.416	28.872				
Participação de Governos Municipais	19.670	16.826				
Receitas de Ultrapassagem de Demanda						
e Energia Reativa Excedente	49.867	35.509				
(-) Amortização acumulada	(295.396)	(258.926)				
Total		418.936				
Alocação:						
Contas a receber da concessão	178.804	162.635				
Intangivel em serviço	183.947	195.387				
Intangivel em curso		25.405				
Receitas de Ultrapassagem de Demanda						
e Energia Reativa Excedente	49.867	35.509				
Total						
As contribuições do consumidor representam a participação de te	erceiros em	obras para				

fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida abril de 2008, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais, entretanto as novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, inicio da vigência da nova versão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa nº 605, passaram a ser amortizadas de acordo com a data da imobilização até estar totalmente amortizado. Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente: A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizados como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em abril de 2013 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações vinculadas à concessão. Em 31 de dezembro de 2016, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$49.867 (R\$35.509 em 2015). A ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuídores de Energia Elétrica), como representante das distribuídoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento. Teste de recuperabilidade econômica: Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangivel e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada: • Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB; • Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis; • Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital. Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

16. FORNECEDORES

	2016	2015
Suprimento (1)		
CCEE	1.452	18.461
Contrato bilateral	117.013	109.589
Uso do sistema de transmissão/distribuição	2.861	1.654
Encargo de serviço no sistema	1.803	31.036
Materiais, serviços e outros (2)		
Total		
Circulante		
Não circulante		
1. Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da	rede básica	e uso do

sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 días.

2. Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes á eles relacionados, são como se segue

2016 650.065 **2015** 430.765 Empréstimos e financiamentos - moeda nacional Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira
Encargos de dívidas - moeda nacional
Encargos de dívidas - moeda estrangeira 102.487 188.587 5.241 2.352 186 401 Custos a amortizar. (625) (3.659) (1.373)) Mercação a mercado de dívidas 756.612 136.115 620.497 Total.. **617.821** 79.685 Circulante 538.136

		Total	_				
			Encargos		Periodicidade	TIR (Taxa efetiva	
Empresa / Operação	2016	2015	Financeiros Anuais	Vencimento	_Amortização	de juros) (*)	Garantias
FIDC Grupo energisa IV	292.084	292.156	TR + 7,00%	out-34	Mensal	9,18%	F
FIDC I I Grupo Energisa	221.896	-	CDI + 0,70%	mai-31	Mensal	15,96%	F
FINAME I Safra	-	20	8,00% (Pré)	mar-16	Mensal	8,00%	В
FINAME II Safra	-	5	TJLP + 5,70%	mar-16	Mensal	13,20%	В
	32.915	29.976	TJLP + 3,96% a 4,26%	nov-21	Mensal	11,46% a 11,76%	Α
Repasse BNDES I - Itaú (3)	29.034	26.445	TJLP + 3,96% a 4,26%	nov-21	Mensal	11,46% a 11,76%	Α
Repasse BNDES II - Bradesco (3)	26.736	23.400	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	19,60%	Α
Repasse BNDES II - Itaú (3)	23.586	20.644	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	19,60%	Α
Luz para Todos - Eletrobrás	29.055	40.469	6,00% a 8,00% (Pré)	mai-22	Trimestral	6,00% a 8,00%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.373)	(624)	-	-	-	-	
Total em Moeda Nacional	653.933	432.491					
Resolução 4131 - Bank Of America ML I (1)		123.015	2,00% (Pré)	jun-17	Final	-13,78%	Α
		29.788	3,52% (Pré)	ago-16	Final	-12,26%	Α
Resolução 4131 - Bank Of America ML III (1)	-	36.186	1,90% (Pré)	set-16	Final	-13,88%	Α
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	6	(3.659)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeria	102.679	185.330					
FINAME I Safra FINAME II Safra Repasse BNDES I - Bradesco (3) Repasse BNDES I - Itaú (3) Repasse BNDES II - Bradesco (3) Repasse BNDES II - Itaú (3) Luz para Todos - Eletrobrás (-) Custo de captação incorrido na contratação. Total em Moeda Nacional Resolução 4131 - Bank Of America ML II (1) Resolução 4131 - Bank Of America ML III (1) Resolução 4131 - Bank Of America ML III (1) (-) Marcação à Mercado de Divida (2)	32.915 29.034 26.736 23.586 29.055 (1.373) 653.933 102.673	5 29.976 26.445 23.400 20.644 40.469 (624) 432.491 123.015 29.788 36.186 (3.659)	8,00% (Pré) TJLP + 5,70% TJLP + 3,96% a 4,26% TJLP + 3,96% a 4,26% SELIC + 4,34% SELIC + 4,34% 6,00% a 8,00% (Pré)	mar-16 mar-16 nov-21 nov-21 nov-21 nov-21 mai-22 jun-17 ago-16	Mensal Mensal Mensal Mensal Mensal Trimestral - Final Final	8,00% 13,20% 11,46% a 11,76% 11,46% a 11,76% 19,60% 6,00% a 8,00%	

e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 30). (2) Em 31 de dezembro de 2016, estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 30). (3) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Bradesc

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

por parte do BNDES. O Acordo de Investimentos prevé, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A. Até 31 de dezembro de 2016 foram liberados R\$104.793, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos. Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da empresa, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais. Os contratos com o BNDES e com Bank of America Merrill Lynch possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores sobre resultados consolidados da Energisa S.A. Além disto, os contratos com o BNDES possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
CDI	14,00%	13,24%
TR		
LIBOR	0,67%	0,29%
SELIC		

	2016
	29.727
	28.745
	28.159
	36.939
	22.529
	474.398
	620.497
2016	2015
617.821	448.668
223.808	260.121
36.327	62.146
266	-
3.665	(3.659)
(65.890)	(112.891)
(59.385)	(36.564)
<u>756.612</u>	617.821
136.115	79.685
620.497	538.136
	617.821 223.808 36.327 266 3.665 (65.890) (59.385) 756.612 136.115

18. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

O saldo de debentures e demais componentes a elas relacionadas, s		egue:
Descrição	2016	2015
Debêntures - moeda nacional	353.240	405.442
(-) custo de captação incorridos na captação	(1.601)	(2.389)
Saldos em 2016 e 2015	351.639	403.053
Circulante	79.518	51.414
Não circulante	272.121	351.639

		To	tal					
-	Operações	2016	2015	<u>Emissão</u>	Nº de Títulos Emitidos/circulação	Rendimetnos	<u>Amortrização</u>	Taxa efetiva de juros
-	7ª Emissão	353.240	405.442	31/05/14	40.000/40.000	CDI + 2,28% a.a.	Semestral	17,54%
- 1	Total	353.240	405.442					

2018	80.160
2019	80.160
2020	80.160
2021	32.600
	273.080
Custo de captção a apropriar	(959)
	272.121
Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:	

Seguem as movimentações ocorridas nos exercicios:		
Descrição	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	403.053	401.893
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	60.970	60.106
Custos apropriados	788	809
Pagamento de principal	(46.760)	-
Pagamento de encargos	(66.412)	(59.755)
Saldos em 2016 e 2015	351.639	403.053
Circulante	79.518	51.414
Năi circulante	272.121	351.639
Os custos de captações dos financiamentos a serem amortiz	ados nos	exercícios
subsequentes é como seque:		

Contratos	2017	2018	2019	2020	2021	Tota
Debêntures - 7ª emissão	642	479	312	152	16	1.601
40 TRIBUTOR F CONTRIBUTORS COCIALS						

3		
Descrição	2016	2015
ICMS	43.379	43.358
Encargos sociais	2.868	3.083
PIS / COFINS	12.396	23.040
IRPJ	17.392	7.514
CSLL	6.422	2.705
IRRF	273	245
ISS	819	974
Outros	8.569	715
Total	92.118	81.634
Circulante	71.691	70.694
Não circulante	20.427	10.940

20. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

	rraba-			Regula-		
	Ihistas	<u>Cíveis</u>	Fiscais Principal Principa	tórias	31/12/16	31/12/15
Saldos em 2015 e 2014	117.211	84.318	157	4.553	206.239	191.969
Provisão contingências	34.347	16.669	1	1.408	52.425	65.965
Reversões de provisões	(11.183)	(53.527)	(40)	(2.238)	(66.988)	(44.141)
Pagamentos realizados	(10.928)	(15.207)	(6)	-	(26.141)	(27.107)
Atualização monetária	8.388	5.950	20	436	14.794	19.553
Saldos em 2016 e 2015	137.835	38.203	132	4.159	180.329	206.239
A Comporbio possui donásite	20.00000	oc vincula	doc no c	tivo pão	circulanta r	o montonto

A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$69.401 (R\$68.120 em 2015). Desse total, R\$19.730 (R\$22.397 em 2015) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável. Perdas prováveis: Trabalhistas: A maioria dessas ações tem por objeto a periodicidade das promoções dos funcionários (NP/212), indenização por tempo de serviço (ACT/90) e subsidiariedade/solidariedade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram subsidiariedade/solidariedade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram constituídas cerca de R\$34.347 de aumento de provisões, em face da entrada de novos processos, alteração de provisão/adequação ao risco financeiro, entretanto, a Companhia realizou liquidações de processos com pagamentos da ordem de R\$10.928, e reverteu provisões de R\$11.183. Cíveis: Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais, reclamações de consumidores e envolvendo débitos de energia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram constituídas cerca de R\$16.669 de aumento de provisões, em face da entrada de novos processos, alteração de provisão/adequação ao risco financeiro, entretanto a Companhia realizou liquidações de processos com pagamentos da ordem de R\$15.207, e reverteu provisões de R\$53.527, que inclui o valor de R\$43.616 referente ao principal processo cível onde se discutia a desapropriação indireta com alegação de construcido de redes de transmissão discutia a desapropriação indireta com alegação de construção de redes de transmissão de energia elétrica no terreno em razão do acordo realizado para pagamento de indenizações no montante de R\$5.000, efetuado no exercício. **Fiscais:** As ações de

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Estes indicadores são mensurados com de desembolso futuro foi estimada como provável. **Regulatória**: No exercício findo em 31 base nos números da Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em de dezembro das dividas (vide nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros de gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures classificadas no acirculante têm seus vencimentos assim programados:

2016

2018. 2019 80.160

2020. 80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160

80.160 referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. O aumento se deve basicamente por alteração de prognóstico em processo onde se discute verbas rescisórias e indenizatórias e solidariedade do grupo econômico no valor de R\$7.311. Cíveis: As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$372.256 (R\$372.161 em 2015), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes de cobrança por irregularidades nos aparelhos de medição. Principais processos: Ação cível coletiva, no montante de R\$159.077 (R\$148.132 em 2015), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente. Ação cível pública, no montante de R\$79.026 (R\$73.589 em 2015), por processo onde se discute verbas rescisórias e indenizatórias e solidariedade do grupo contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente. . Ação civel pública, no montante de R\$79.026 (R\$73.589 em 2015), por meio da qual o Ministério Público Estadual, requer que a Companhia seja impedida, em caso de furto de energia, de cobrar o débito retroativo apurado e interromper o fornecimento de energia, bem como a ser condenada a devolver em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido. . Ação cível pública, no montante de R\$59.583 (R\$55.484 em 2015), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL n°167, que fixou o indice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM. Fiscais: Ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$92.690 (R\$68.521 em 2015), envolvendo discussões sobre: 1) suspensão da exigibilidade do IRPJ e da CSLL sobre juros moratórios de pagamentos recebidos pela impetrante, bem como, sobre contas de energia elétrica pagas em atraso e sobre depósitos judiciais à disposição da Justiça Federal; e 2) a Receita Federal entende que o ressarcimento aos consumidores referente ao 1º ciclo da Revisão Tarifária com base na Notificação da ANEEL nº 119/2007 não tem como ser considerado, custos, despesas e na Notificação da ANEEL nº 119/2007 não tem como ser considerado, custos, despesas e nem tampouco encargo com capacidade de gerar créditos a serem descontados da base tributável de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o faturamento. **Principal processo:** . Auto de infração com montante envolvido de R\$60.506 (R\$53.031 em 2015), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL. **Regulatória:** Processo regulatório no montante de rorça de determinação da ANEEL. **Regulatoria**: Processo regulatorio no montante de R\$5.614, onde se discute administrativamente questões sobre descumprimento de preceito regulatório/envio de dados na fiscalização BRR 3° ciclo RTP. Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

21. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER E OBRIGAÇÕES INTRA-SETORIAIS

21.1. Taxas Regulamentares		
•	2016	2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (1)	23.186	34.206
Taxa de fiscalização - ANEEL	244	223
Encargo Capacidade Emergencial - ECE	232	251
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE	4	4
Total - Circulante	23 666	3/1 68/1

(1) A Resolução Homologatória 2.018 da ANEEL, de 02 de fevereiro de 2016, homologa as quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2016 que foi revogada pela Resolução Homologatória de 2.077 de 07 de junho de 2016, que altera as quotas da CDE-Uso de junho a dez/2016. A Companhia desde 02/09/2015, possui ação quotas da CDE-uso de julillo a des22016. A companha desde 02/2013, Possul ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, até dezembro de 2016, foram compensados R\$90.785 referente a subvenção CDE e R\$22.326 referente subvenção baixa renda. 21.2. Obrigação do programa de eficiência energética: O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em indenizações no montante de RSS.000, efetuado no exercicio. **Fiscais:** As ações de a obrigação de aplicar anualmente o montante de L% da receita operacional líquida, em natureza fiscal e tributária referem-se basicamente a 4 processos, dos quais 3 discutem ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o execução de multa do PROCON e 1 discute exigibilidade da contribuição INCRA. A desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT),e ao Ministério de continua econtinua.

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

	_2010	2015
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	639	1.024
Ministério de Minas e Energia - MME		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21.753	19.423
Programa de Eficiência Energética - PEE	27.235	31.565
Total	49.947	52.524
Circulante	43.865	43.349
Não circulante	6.082	9.175
A		05110

aplicação e reconfilmento dos recursos do programa de eficiencia en elegistica e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangivel tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais. 21.3. Incorporação de Redes Particulares: As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 243/2003, n.º 249/2006, nº 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, nº 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Descrição	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	24.369	65.316
Atualização monetária (1)	(7.742)	6.122
Pagamento de principal e juros		
Saldos em 2016 e 2015 - Circulante	12.636	24.369
(1) Em 2016, a Companhia obtovo aprovação da ACEDAN. Agência Est	adual do	Pogulação

de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul dos cálculos referente a atualização monetária dos valores a pagar de incorporação de redes da Resolução ANEEL nº 223/2003, em face da nova metodologia, efetuou o refazimento dos cálculos que resultou no ajuste da atualização monetária no exercício de R\$12.379, registrado na demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras

22. OUTROS PASSIVOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Credores diversos - consumidores	8.428	6.861
Arrecadação de terceiros a repassar	3.506	5.493
Outras contas a pagar	323	747
Total		
Circulante	11.934	10.431
Não circulante	323	2.670
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO		

23.1. Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado é de R\$616.732 (R\$595.649 em 2015) está representado por 647.015 ações ordinárias (63.116 em 2015 ações agrupadas), todas nominativas sem valor nominal. Grupamento de ações: A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, aprovou Assenbleia de la Extraolimina de Actoristas, tealizado en 12 o de abili de 2016, aprovou o grupamento das ações em que se divide o capital social realizado da Companhia, na proporção de 100.000 (cem mil) ações por 1 (uma) ação nova da mesma espécie, classe e forma. Considerando que o capital da Companhia é formado por 63.116.354.043 (sessenta e três bilhões, cento e dezesseis milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e quarenta e três) ações ordinárias, para o processo de grupamento de ações faz-se necessário, inicialmente, que o número de ações em que se divide o capital social torne-se múltiplo de cem mil, passando a ser 63.116.300.000 ações ordinárias. Para tal, a Companhia irá adquirir, para cancelamento, 54.043 ações ordinárias, ações estas que

Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis serão entregues a título gratuito pelo acionista controlador Rede Energia S.A. - Em nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 2.212 de 21 Recuperação Judicial. Aprovou que as frações de ações de cada acionista, provenientes do de janeiro de 2010. grupamento sejam adquiridas pela Companhia pelo valor patrimonial das ações em 31 de dezembro de 2015, ou seja, R\$ 0,0127 por ação, dividindo-se o produto da venda, proporcionalmente, aos acionistas titulares das frações, ressalvado o direito da Companhia de compensar eventuais créditos decorrentes do grupamento com débitos dos acionistas, quando aplicável. Em consequência das deliberações contidas nos itens anteriores, aprovar a alteração do artigo 4º do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: "Art. 4.º O capital social é de R\$ 595.649, dividido em 631.163 ações ordinárias, todas sem valor nominal". **Aumento de Capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, foi aprovada o aumento do capital social da Companhia, por subscrição particular, no valor de R\$21.083 com a emissão de 15.852 novas Ações Ordinárias de emissão da Companhia, subscritas e integralizadas pela Acionista Controladora, a Rede Energia S.A. - Em Recuperação Judicial, mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, respeitado o exercício de preferência por acionistas minoritários, conforme descrito na respectiva proposta da administração ("Aumento de Capital") divulgada pela Companhia em 24 de março de 2016. 23.2. Reserva de capital - reserva especial de ágio: Constituída pela incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S.A., representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99. 23.3. Reserva de lucros - reserva legal: Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social. 23.4. Reserva de lucros - reserva retenção de lucros: Em 2014, a Companhia destinou R\$2.330 do lucro líquido para reserva de retenção de lucros, que foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária. 23.5. Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013 aprovou o Plano de Recuperação da Companhia tendo, dentre outros, estabelecido a limitação da distribuição de dividendos acima do limite obrigatório exigidos pela legislação a uma relação entre a dívida e o lucro de no máximo de 3,5 vezes. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	107.378	109.560
Reserva legal (5%)	(5.369)	(5.478)
Lucro líquido ajustado	102.009	104.082
Dividendos obrigatórios (25%)	25.502	26.021
Dividendos antecipados pagos:		
- Em 24/06/2015 (R\$94,45 por ação) (1)	-	59.611
- Em 07/07/2016 (R\$30,11 por ação) (2)	19.484	-
- Em 12/08/2016 (R\$10,62 por ação) (3)	6.870	-
Dividendos adicionais propostos (R\$116,93 por ação) (*) (4)	75.655	44.471
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	102.009	104.082
% sobre o lucro líquido ajustado	100.0%	100.0%

(*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido de acordo com as normas do dividendos a pagar dentro do próprio Património Líquido de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida pela Administração. (1) O Conselho de Administração aprovou em 24 de junho de 2015, a distribuição de dividendos antecipados à conta dos resultados apurados até 31 de março de 2015, no montante de R\$59.611 (R94,45 por ação ordinária), pagos em dia 30 de junho de 2015. (2) O Conselho de Administração aprovou em 07 de julho de 2016, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados apurados até 30 de abril de 2016, no montante de R\$19.484 (R\$30,11 por ação ordinária), pagos em 11 de julho de 2016. (3) O Conselho de Administração aprovou em 12 de agosto de 2016, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados apurados até 30 de junho de 2016, no montante de R\$6.870 (R\$10,62 por ação ordinária), pagos em 15 de agosto de 2016, (4) A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, deliberou distribuir dividendos referentes ao exercício de 2015 no montante de R\$104.082, correspondentes R\$ 164.91 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados em 30 de junho de alvidendos retrerentes ao exercício de 2015 no montante de R\$104.082, correspondentes a R\$ 164,91 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados em 30 de junho de 2015 o valor de R\$59.611 (R\$ 94,45 por ação ordinária). O saldo remanescente, no montante de R\$44.471 (R70,46 por ação ordinária) foi pago em 31 de maio de 2016. 23.6. Outros resultados abrangentes: Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação nos exercícios de 2016 e 2015:

Descrição	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	(59)	(38)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(338)	(32)
Tributo sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	115	11
Saldos em 2016 e 2015	(282)	(59)

24. RECEITA OPERACIONAL

	2016				2015	
	Não auditado pelos	auditores		Não auditado pelos	auditores	
		<u>pendentes</u>		independentes		
Receita Bruta	Nº de consumidores	MWh	R\$	N° de consumidores	MWh	R\$
Residencial	802.982	1.693.275	1.093.271	785.717	1.686.289	1.054.347
Industrial	8.180	452.179	289.986	8.273	583.637	348.518
Comercial	78.326	1.037.711	662.502	77.225	1.093.691	673.356
Rural	88.384	487.485	244.152	86.940	472.845	231.906
Poder Público	8.705	221.721	137.203	8.690	245.905	146.254
Iluminação Pública	2.525	232.700	81.952	2.416	225.891	80.861
Serviço Público	1.259	184.787	84.297	1.186	168.727	75.811
Consumo Próprio	195	6.468	-	188	6.637	-
Subtotal		4.316.326	2.593.363	970.635	4.483.622	2.611.053
Suprimento	-	814.783	88.210	_	106.041	19.728
Fornecimento Não Faturado Líquido		(16.760)	(5.069)	-	(6.194)	41.062
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	59	-	101.453	42	-	83.141
Faturamento Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	(2.211)	-	-	30.880
Receita de Construção (1)	-	-	226.507	-	-	176.482
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	129.825	-	-	160.904
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(5.295)	-	-	(6.095)
(-) Excedente de Reativos	-	-	(9.063)	-	-	(9.991)
Constituição e Amortiz CVA Ativa e Passiva e demais ativos						
e passivos financeiros setorias(2)	-	-	(136.683)	-	-	36.047
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	12.528	-	-	24.862
Outras receitas operacionais			18.092			<u>16.990</u>
Total - receita operacional bruta		5.114.349	3.011.657	970.677	4.583.469	3.185.063
Deduções da receita operacional						
ICMS		-	491.192	-	-	491.168
PIS		-	44.767	-	-	49.218
COFINS		-	206.201	-	-	226.702
ISS		-	7	-	-	5
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	8.623	-	-	9.200
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		-	285.809	-	-	340.388
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	8.623	-	-	9.200
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			2.861			2.574
Total - deduções receita operacional			1.048.083			1.128.455
Total - receita operacional líquida		5.114.349			4.583.469	
(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de con						
e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribu	ição de energia elétrica	. (2) Refere	-se ao mont	tante de ativos e passi	vos financei	
						continua

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

reconhecidos no resultado de 31 de dezembro de 2016 de acordo com o OCPC 08. (3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país. A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional. As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram de R\$50.335, tendo sido repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, o montante de R\$2.211. Em 2015 a companhia recebeu recursos no montante de R\$30.880 da CCRBT. Para os meses de janeiro a dezembro de 2016 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses De	espacho	2016	2015
Janeiro De	espacho nº 529 de 1º de março de 2016 (nº 583 de 04 de março de 2015)	(4)	1.766
Fevereiro De	espacho n° 797 de 30 de março de 2016 (n° 829 de 30 de março de 2015)	(9)	2.925
Março De	espacho nº 1.061 de 02 de maio de 2016 (nº 1.356 de 04 de maio de 2015)	-	6.579
Abril De	espacho nº 1.431 de 31 de maio de 2016 (nº 1.743 de 29 de maio de 2015)	-	5.047
Maio De	espacho nº 1.734 de 29 de junho de 2016 (nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	(53)	4.769
Junho De	espacho n° 2.045 de 29 de julho de 2016 (n° 2.440 de 29 de julho de 2015)	(42)	3.149
Julho De	espacho nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	(10)	4.365
Agosto De	espacho nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	(16)	1.092
Setembro De	espacho n° 2.882 de 1° de novembro de 2016 (n° 3.607 de 29 de outubro de 2015)	(14)	1.419
Outubro De	espacho nº 3.147 de 1º de dezembro de 2016 (nº 3.887 de 1º de dezembro de 2015)	(11)	(25)
Novembro De	espacho nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016 (nº 7 de 05 de janeiro de 2016)	(776)	(81)
Dezembro En	m processo de homologação (nº 265 de 1º de fevereiro de 2016)	(1.276)	(125)
Total		(2.211)	30.880

25. DESPESAS OPERACIONAIS

		O DO SERVIÇO		OPERACIONAIS		TOTAL
	COM ENERGIA	~		DESPESAS GERAIS E		
	<u>ELETRICA</u>	<u>DE OPERAÇÃO</u>	A TERCEIROS	ADMINISTRATIVAS	2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda	935.147	-	-	-	935.147	1.031.927
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	137.318	-	-	-	137.318	154.008
Pessoal e administradores	-	119.822	14	43.623	163.459	153.834
Entidade de previdencia privada	-	3.117	-	1.088	4.205	4.005
Material	-	17.210	359	5.037	22.606	23.961
Serviços de terceiros	-	66.473	219	65.227	131.919	132.267
Depreciação e amortização	-	61.025	-	15.536	76.561	69.206
Provisão e reversão p/créditos de liquidação duvidosa	-	(3.483)	-	37.703	34.220	32.672
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(40.704)	(40.704)	(5.161)
Custo de construção	-	-	226.507	-	226.507	176.482
Outras		19.527		15.182	34.709	38.934
Total	1.072.465	283.691	227.099	142.692	<u>1.725.947</u>	<u>1.812.135</u>

		<u>MWH (*)</u>		R\$
Custo da energia comprada				
para revenda	2016	2015	2016	2015
Energia de Itaipú - Binacional	862.137	733.778	166.058	207.233
Energia de Leilão	2.776.545	1.949.977	521.221	460.299
Energia Bilateral	441.014	870.316	85.103	171.633
Cotas de Angra REN 530/12	165.055	168.998	33.268	28.233
Energia de curto prazo - CCEE	29.578	237.273	79.338	183.948
Cotas Garantia Física Res. Homol.				
ANEEL 1410 - Anexo I	1.583.900	1.398.532	99.015	49.164
Programa Incentivo fontes				
alternativas energia - PROINFA	111.666	106.161	39.559	28.588
Ressarcimento pela exposição térmica	-	-	-	(14.273)
Ressarcimento Bandeira Tarifária	-	-	-	-
(-) Parcela a compensar crédito			(88.415)	(82.898)
Total	5.969.895	5.465.035	935.147	1.031.927

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação (1) Através do Decreto presidencial n.º8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$14.273. Os valores referentes aos Despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias. Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS. (*) Informação não auditadas pelos auditores independentes.

Lucro líquido do exercício.....

Resultado básico por ação ordinária (**)

2016

641.948

167,27

107.378 109.560

2015

derivativos

Incorporação de redes.....

26. OUTROS RESULTADOS

Resultado básico por ação

28. OUTROS RESULTADOS		
	2016	2015
Ganhos na desativação/alienação de bens e direiros	1.692	1.989
Perdas na desativação/alienação de bens e direiros	(15.340)	(17.075)
Outras receitas/(despesas)	(1.536)	(2.629)
Total		(17.715)
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		
	2016	2015
Receita de aplicações financeiras	52.482	19.474
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida.	42.104	35.388
Variação monetária e cambial	5.792	11.587
Juros recebidos	6.382	2.875
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	10.166	31.491
Outras receitas financeiras	10.019	21.880
PIS/Cofins s/receitas financeiras	(5.173)	(2.699)
Total receita financeira	121.772	119.996
Encargos de dívidas - juros	(122.959)	(85.812)
Variação monetária e cambial	24.608	(37.249)
Marcação a mercado empréstimos	(3.665)	3.659
Atualização PEE e P&D	(3.194)	(3.075)
Resultado com operações de Swap	(47.947)	19.209
Marcação a mercado derivativos	4.175	(4.374)
Despesas com IOF	(416)	(2.210)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(15.862)	(10.638)
Juros incorporação de Rede	7.742	(6.122)
Juros/Multa	(10.339)	(9.518)
Variação monetária energia comprada	(3.050)	(12.491)
Variação monetária provisão para riscos	(14.794)	(19.431)
Transferência para ordens em curso	3.680	3.158
Outras despesas financeiras	(5.640)	(16.509)
	<u>(187.661)</u>	(181.403)
Despesas financeiras líquidas	(65.889)	(61.407)
28. LUCRO POR AÇÃO		
Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro lí	quido básico	por ação):

Considerando o grupamento de ações conforme nota explicativa nº 23.1 *) A Companhia não possui instrumento diluidor

DESPESAS

Prêmio Anual

29. COBERTURA DE SEGUROS

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

			<u> </u>	Airaai
Ramos	Data de Vencimento	Importância segurada	2016	2015
Riscos Operacionas	07/11/17	R\$ 58.000	496	387
Responsabilidade Civil Geral	23/11/17	R\$ 50.600	426	461
Responsabilidade Civil de Administgradores e Diretores				
(D&O)	26/11/17	R\$ 50.000	68	89
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros Vida em Grupo e Acidentes	23/10/17	LMI R\$ 360 / Veículo	177	215
Pessoais (*)	31/12/17	R\$ 126.403	305	326
Transporte Nacional (**)	30/01/17	R\$ 2.000/transporte	26	26
,		•	1.498	1.504

(*) Importância segurada relativa ao mês de dezembro de 2016 e prêmio anualizado.

(**) A apólice de seguro foi renovada para o vencimento de janeiro de 2018
Descrição dos riscos: Risco Operacional: Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/ inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões. **Responsabilidade Civil Geral**: Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa. **Responsabilidade Civil** GA Marinistradoras e **Distrators** (DRS). Apólico da Segura garante a paragmento dos de Administradores e Diretores (D&O): Apólice de Seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

Frota: A Empresa mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais. Vida em Grupo e Acidentes Pessoais: Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente e total por doença e cesta básica. Transportes: Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros

de mandinemos imanecinos.					
			2016		2015
ATIVO	Nivel	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	85.961	85.961	79.347	79.347
Aplicações financeiras no mercado					
aberto e recursos vinculados	2	294.926	294.926	230.965	230.965
Consumidores e concessionárias.	2	412.499	412.499	444.399	444.399
Conta a receber da concessão	3	585.802	585.802	438.954	438.954
Ativos financeiros setoriais	3	98.945	98.945	198.065	198.065
Instrumentos financeiros					
derivativos	2	1.441	1.441	34.301	34.301
			2016		2015
PASSIVO	<u>Nivel</u>	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores	2	171.181	171.181	219.859	219.859
Empréstimos e financiamentos,					
encargos de dívidas e debêntures	2	1.108.251	1.113.239	1.020.874	1.020.550
Passivos financeiros setoriais	3	130.312	130.312	87.054	87.054
Instrumentos financeiros					

12.636

11.423

12.636

11.423

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$6.832 (R\$45.715 em 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13. Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação notas explicativas nº 9 e 13. Em atendimento a Instrução CVM nº 4/5/2008 e a Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão identificadas a seguir: Não derivativos - classificação e mensuração: Empréstimos e recebíveis: Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor amortizado, Josindo-se a taxa de juros efetiva, sentos seus saldos aproximados ao valor justo. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados: Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo manté-los até o vencimento. Após a avallação inicial, esses ativos são avallados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebiveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Passivos financeiros pelo custo amortizado: Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo. Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo a 7ª emissão de debêntures da Companhia. **Derivativos:** O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de svan e porções envolvendo juros contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dividas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. Hedge Accounting: Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2016 essas operações, assim como as dividas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia

Taxa média de juros **PASSIVO** efetiva ponderada (%) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures 13,57%

liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa. b) Risco de crédito: A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de aplicados influentes en instrumentos termandos del mando sa combancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	85.961	79.347
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	294.926	230.965
Consumidores e concessionárias	412.499	444.399
Conta a receber da concessão	585.802	438.954
Ativos financeiros setoriais		198.065
Instrumentos financeiros derivativos	1.441	34.301
O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativo		
 c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Parte o 	dos empre	éstimos e
financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa	nº 17, é	composta
de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nac	cional (Ele	trobrás e
BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros		
agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatív	el com as	empresas
financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impos	sibilidade	de buscar
alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias par		
em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensu	rados pelo	"método
do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resulta	ados da C	ompanhia
são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangei	ras, princ	ipalmente
ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano e	encerrou c	exercício
findo em 31 de dezembro de 2016, com queda de 16,5% sobre 31 de	dezembro	de 2015,
cotado a R\$3.2591/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em	31 de dez	embro de

taxas de juros e, como consequencia, o valor contabil das dividas designadas como hedge foi impactado em R\$3.368 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. Fair Value Option: A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dividas contratadas no terceiro trimestre de 2015, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dividas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de novembro de 2015, tais dividas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício, o valor contábil das dividas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$297 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. Incertezas: Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Administração financeira de risco: O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitoral riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e divida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de risco de capital:** O índice de endividamento no final do período/ exercício é o seguinte:

PASSIVO	2016	2015
Dívida (1)	1.108.251	1.020.874
Caixa e equivalentes de caixa	(85.961)	(79.347)
Dívida líquida	1.022.290	941.527
Patrimônio líquido (2)	839.919	803.589
Índice de endividamento líquido	1,22	1,17

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, arrendamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18. (2) O patrimônio líquido inclui todo o capital, as reservas da Companhia e os recursos destinados a futuro aumento de capital, gerenciados como capital. a) Risco de liquidez: A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível seus recepimentos ou de fontes de inflanciamentos de forma a garantir o maximo possíver a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
-	-	-	5.732	171.181	
220.937	113.179	401.363	283.743	1.545.427	2.564.649
386.386	113.179	401.363	283.743	1.551.159	2.735.830

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir 2016 era de 14,4%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,1%. Os empréstimos suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de em dólares têm custo de até variação cambial + libor + 1,85% ao ano e possui vencimento de curto prazo em 01 de junho de 2017. A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos ros até o vencimento. A proteção acima está dividida no instrumento descritos a seguir:

,			Custo financei	ros (% a.a.)		
		Notional		Ponta		
	Operação	(USD)	Ponta ativa	passiva	Vencimento	<u>Designação</u>
	Resolução 4131		VC +	-		_
,	- Bank		(Libor + 1,85%)			
	of America ML.	31.446	x117,65%	CDI + 1,49%	01/06/17	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 que podem ser assim resumidos:

5 7 5 9 4 5 1 e	Derivativos SWAP de juros		2015 3.333 I	Descrição Posição Ativa Taxa de juros pré-fixada, CDI Posição Passiva Taxas de Juros CDI + TJLP		13.652 (13.780) (128)
e a e	Fair Value Option	Valor de refe				alor Justo
	D/ 11 /011 1	2016	<u>2015</u>	Descrição	<u>2016</u>	<u>2015</u>
es as ar	Dívida (Objeto de Hedge) SWAP Cambial (Instrumento		59.755 59.755	Moeda Estrangeira Posição Ativa Moeda Estrangeira - USD	-	(65.677)
lo ia	de Hedge)			e LIBOR Posição Passiva	-	65.677
e io				Taxas de Juros CDI Posição total Posição Líquida	==	(61.159) 4.518
ė				Dívida + Swap		(61.159)

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

Valor Justo

Fair Value

<u>Heage(^) \</u>	<i>l</i> aior de re	rerencia			vaior Justo
_	2016	2015	Descrição	2016	2015
Dívida					
(Objeto					
de Hedge)	100.000	100.000	Moeda Estrangeira	(102.680)	(119.653)
SWAP			Ü		
Cambial	100.000	100.000	Posição Ativa		
(Instrumento)		Moeda Estrangeira -		
de Hedge)			USD e LIBOR	103.296	121.646
_			Posição Passiva		
			Taxas de Juros CDI	(101.855)	(103.159)
			Posição total	1.441	18.487
			Posição Líquida		
			Dívida + Swap	(101.239)	(101.166)

estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota para a data base das demonstrações financeiras):

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus conforme demonstrado abaixo: vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodología geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodología consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F. Posição total
Posição Líquida
Divida + Swap
(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos
O Valor Justo dos derivativos contratados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi apurado
com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente estão diretamente associadas às variações dos saldos das filades en proporças da parte de dezembro de 2016 e 2015 foi apurado estão diretamente associadas às variações dos saldos das filades realizados da so propes, as volatilidades implicitas de dolar tambem foram obtidads na BM&F.
Análise de Sensibilidade: De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos cambial de 31 de dezembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para data base das demonstrações financeiras financeiras.)

			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Operação	Exposição	Risco	(Provável) (*)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Divida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(103.296)	-	(104.743)	(148.961)	(200.352)
Variação da Dívida			(1.447)	(45.665)	(97.056)
Swap cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos financeiros derivativos - USD e LIBOR	103.296		104.743	148.961	200.352
Variação - USD e LIBOR		Alta US\$	1.447	45.665	97.056
Posição Passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - Taxas de Juros - CDI	(101.855)		(101.855)	(101.855)	(101.855)
Variação - Taxa de Juros CDI					
Subtotal			2.888	47.106	98.497
Líquido	101.855		101.855	101.855	101.855
(*) O conário provával á calculado a partir da expoctativa do délar futuro de último h	olotim Focus	divulance	lo para a data d	o cálculo. Oc conários do	dotorioração do 3E0/ o do

Líquido. 101.855 101.8

-				Cenario I	Cenario II	Cenario III
ı	Instrumentos	Exposição (RS mil)	Risco	(Provável) (*)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
ı	Instrumentos financeiros ativos:	-				
ı	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	369.079	Alta do CDI	42.666	53.332	63.998
ı	Instrumentos financeiros passivos:					
ı	Swap	(102.679)	Alta do CDI	(11.870)	(14.838)	(17.805)
ı	Empréstimos e Debêntures	(575.136)	Alta do CDI	(66.486)	(83.108)	(99.729)
ı		(61.949)	Alta da TJLP	(4.646)	(5.808)	(6.969)
ı		(50.322)	Alta da Selic	(5.817)	(7.271)	(8.726)
ı		(292.084)	Alta da TR	(6.367)	(7.959)	(9.551)
ı	Subtotal (**)	(1.082.170)		(95.186)	(118.984)	(142.780)
ı	Total (Perdas)	(713.091)		(52.520)	(65.652)	(78.782)

*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2017 (11,562% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2016, TJLP 7,5% ao ano, Selic 13,92% e TR 1,8% ao ano. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 29.055

31. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de Aposentadoria e Pensão: A Companhia é patrocinadora de planos de beneficios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de beneficio definido, que é vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de beneficio definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Em 31 de dezembro de 2016 a despesa de patrocinio a esses planos foi de R\$4.205 (R\$4.005 em 2015). A Companhia é patrocinadora da Fundação ENERSUL e ENERGISAPREV-Fundação Energisa de Previdência, entidades fechadas de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de beneficios previdenciários em favor dos colaboradores e excolaboradores da Companhia, por meio de dois planos de benefícios, a saber: Plano de Benefícios I:: Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares: • Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de Abono anual. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos. Plano de Benefícios II: Instituído em 1/5/2002, encontra-se em manutenção. A última alteração do regulamento foi efetuada Beneficio Definido e é custeado pelos assistidos. Plano de Beneficios II: Instituído em 1/5/2002, encontra-se em manutenção. A última alteração do regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC 19, de 25/9/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar do MPS, por meio do Oficio Circular nº 1.530/SPC/DETEC/CGAT, de 24/5/2007. Assegura os seguintes beneficios: • Aposentadoria normal ou antecipada; • Aposentadoria por invalidez; • Pensão por morte de ativo; • • Pensão por morte de aposentado. Durante o prazo de diferimento do beneficio, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais. Quando da concessão, o beneficio é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante. A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante. A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Beneficio Definido. Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Beneficios I para o Plano de Beneficios II e que efetuaram a contribuição inicial, o beneficio de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefícios Definido. O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora. Plano de Benefícios Elétricas - R: Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. Assegura os seguintes benefícios: • Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido. Antes da fusão os planos eram contabilizados em separados, e a partir de então as contas são prestadas de por morte. O piano esta estruturado na forma de Beneficio Definido. Antes da fusao os planos eram contabilizados em separados, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regulamenta as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeito desta Avaliação e para o cumprimento da CPC 33 R1 (IAS 19) impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresas Patrocinadora. **Plano de Benefícios Elétricas - OP:** Instituído em 1º de janeiro de 1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia

está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante. A Renda Mensal Vitalicia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa faze considerada Beneficio Definido. Não existem participantes da Enersul assistidos. O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e participantes da Enersul assistidos. O custelo do plano e reito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%). Situação Financeira dos Planos de Benefícios - Avaliação Atuarial - data base 31/12/2016: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2016, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 R1 (IAS 19) - Benefício a empregados são conforme segue: a. Número de participantes/beneficiários:

n		<u>Plano I</u>	Plano II	Plano	Elétrica R	2016	<u> 2015</u>
-	Ativos	-	968		318	1.286	797
9	Assistidos	303	98			401	114
а	Total	303	1.066		318	1.687	911
S	b. Premissas utilizadas nesta a	valiação	atuarial:				
;		Avaliação	o atuarial	2016	<u>Avaliação</u>	atuaria	2015
r	Taxa de desconto atuarial		6	,10%			7,50%
О	Taxa de rendimento esperada						
Э	sobre os ativos		11	,94%		1	3,41%
า	Taxa de crescimento salario (*)		8	3,67%			8,67%
а	Taxa de inflação projetada		5	,50%			5,50%
а	Tábua de mortalidade geral	AT	2000 Suav.	. 10%	AT 20	000 Suav	v. 10%
/	Tábua de mortalidade de inválidos		MI85 por	r sexo		MI85 pc	or sexo
	Tábua de entrada de invalidez		Light i	média		Light	média

(*) inclui expectativa de inflação futura projetada **Taxas de Desconto:** Conforme CPC 33 R1 (IAS 19), a taxa de desconto utilizada na Avaliação está adequada com aquela praticada pelo mercado financeiro e com a política econômica do País e considerando o cenário econômico-financeiro internacional, motivo pelo qual acreditamos que a hipótese adotada é adequada para o momento. **Hipótese de inflação e embasamento técnico utilizado:** Conforme CPC 33 R1 (IAS 19), utilizou-se a expectativa de inflação de longo prazo, tendo em vista, relatório de mercado - Focus informados pelo Banco Central

c. Síntese da avaliação atuarial - Planos de Benefício Definido: Evolução das obrigações atuariais

					IOTAL
	Plano de	Plano de	Plano de		
	benefícios I b	eneficios II	<u>beneficios R</u>	<u>2016</u>	2015
Valor presente da obrigação em 2015					
e 2014	77.905	29.209	421	107.535	99.032
Custo do serviço corrente	-	178	53	231	241
Custo dos juros (Ganhos)/Perdas atuariais	9.966	3.780	57	13.803	11.239
reconhecidos nas obrigações	10.754	16.847	105	27.706	5.676
Pagamento de					
benefícios no ano	(8.920)	(3.955)		(12.875)	(8.653)
Valor presente da obrigação em 2016					
e 2015	<u>89.705</u>	46.059	636	136.400	107.535

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

Evolução no valor justo	dos ativos do	plano			
					TOTAL
	Plano de	Plano de	Plano de		
	benefícios I b	enefícios II l	penefícios R	2016	2015
Valor justos dos ativos					
do plano em 2015					
e 2014	101.076	32.240	339	133.655	136.910
(Ganhos)/Perdas atuariais					
reconhecidos nos					
ativos do plano	22.932	27.575	(233)	50.274	320
Retorno esperado					
dos ativos do plano	13.074	4.187	50	17.311	15.740
Contribuições dos					
participantes do plano	-	-	337	337	70
Benefícios pagos	(8.920)	(3.954)	-	(12.874)	(8.653)
Liquidações (Distribuições					
de Superávit)					(10.732)
Valor justo dos ativos					
do plano em 2016					
e 2015	128.162	60.048	493	188.703	<u>133.655</u>
Balanço patrimonial					
			_		TOTAL

Balanço patrimonial					
					TOTAL
	Plano de	Plano de	Plano de		
	benefícios I	benefícios II	benefícios R	2016	2015
Valor justos dos ativos .	128.162	60.048	493	188.703	133.655
Obrigações atuariais	(89.705)	(46.059)	(636)	(136.400)	(107.534)
Posição líquida	38.457	13.989	(143)	52.303	26.121
Limite do ativo	(38.457)	(13.989)		(52.446)	(26.203)
Valor justo dos ativos					
do plano em 2015					
e 2014	-	-	(143)	(143)	(82)

(82)

Valor	líauido	reconhec	ido no	balanco

	Plano de beneficios F	
	2016	2015
Posição líquida em 2015 e 2014	(82)	(57)
Despesa reconhecida na demonstração resultado		
do ano anterior	(60)	(63)
Contribuição da patrocinadora vertidas no ano	337	70
Efeito em ORA	(338)	(32)
Posição líquida em 2016 e 2015	(143)	(82)
Demonstração das despesas para o exercício de 2017 e 2	2016, segund	o critérios

CPC 33 R1 (IAS 19): Plano de benefícios R

	2017	2016
Custo do serviço corrente	66	56
Custo dos juros	76	48
Retorno dos ativos do plano	(70)	(41)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	72	63
Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos		

			2016		
Vigência	Plano I	Plano II	Plano R		
Total dos investimentos	100,00%	100,00%	100,00%		
Títulos Públicos	96,66%	58,75%	70,21%		
Títulos Privados	0,65%	22,38%	10,06%		
Ações	-	6,82%	0,84%		
Empréstimos	0,55%	2,10%	0,98%		
Fundo de investimetno	0,23%	7,91%	17,86%		
Operações compromissadas	-	-	0,05%		
Investimentos Imobiliários	1,91%	2,04%	0,00%		
Plano de saúde: A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados					

por operadoras reguladas pela ANS. No período findo em 31 de dezembro de 2016 as despesas com o plano de saúde foram de R\$13.132 (R\$13.571 em 2015).

32. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue

Contrato de compra de energia

Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2017 a 2048	694.853	751.302	741.488	750.587	782.292	14.089.541

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos representam o volume contratado pelo preco médio corrente no final do exercício de 2016 e foram homologados pela ANEEL. A Companhia efetuou análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado a Administração sensibilizou os resultados e não foram considerados significativos para suas operações. Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

33. CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica em 74 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013. Os contratos de concessão (distribuição e geração) contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

34. MEIO AMBIENTE (*)

O Grupo Energisa adota como prioridade a conservação do Meio Ambiente. Em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, o compromisso permanente é manter a convivência harmoniosa com os recursos naturais pensando no desenvolvimento do país e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis ambientalmente. Para uma gestão sustentável, a Energisa MS desenvolve, prioritariamente, três Programas Ambientais: • Programa de Licenciamento Ambiental, voltado para gestão de licenciamento de nossos empreendimentos; Programa de Arborização Urbana, em atendimento aos Convênios firmados com o município de Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul; • Programa de Educação Ambiental, em atendimento às condicionantes das licencas operacionais de linhas e subestações. A Energisa Mato Grosso do Sul prima pelo bom relacionamento com os órgãos licenciadores. Todos os empreendimentos novos ou em operação, são licenciados de acordo com a legislação local, atendendo a todos os estudos exigidos como RAS, PTA EIA RIMA e outros. Para realização de podas sob a rede elétrica, a Energisa Mato Grosso do Sul firmou o Convênio Assomasul com as cidades do interior e o convênio 025 com a Prefeitura de Campo Grande. Por meio desses convênios, a empresa executa doações de mudas anualmente e fornece orientações técnicas, realizando quatro seminários sobre educação ambiental no interior do estado. A empresa possui controle dos resíduos perigosos, sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada e apta a emitir Certificado de Destinação Final. Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando s os impactos negativos das atividades. Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas junto aos colaboradores e comunidade nos eventos promovidos pela Empresa. (*) informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são

	2016	2015
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	134.511	96.807
Contas a receber da concessão - Valor justo ativo indenizável concessão		
-	12.528	24.862
Fornecedores	29.850	51.341
Estoque	2.728	2.705
Atividades de investimentos		
Intangível - transferência para estoques	2.728	2.705
Aquisição de intangível em processo de pagamento	29.850	51.341
Recursos destinados a futuro aumento de capital	21.083	-

36. EVENTO SUBSEQUENTE

Bandeiras tarifárias: A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de março 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país. Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R\$ 2,00 a cada 100 kWh de consumo. Esse adicional já considera a revisão promovida pela Agência, ocorrida em fevereiro último, quando na bandeira amarela o adicional sofreu um acréscimo de 33%, passando de R\$ 1,50 para R\$ 2,00 a cada 100kWh de consumo; na bandeira vermelha patamar 2 o adicional sofreu uma redução de 22%, passando de R\$ 4,50 para R\$ 3,50 a cada 100kWh consumidos.

DIRETORIA EXECUTIVA

Gioreli de Sousa Filho

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Controles

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores

Alexandre Noqueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Marcelo Vinhaes Monteiro

Carlos Marcio Ferreira

Diretor sem designação específica

Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora sem designação específica

Roberto Carlos Pereira Currais Diretor sem designação específica

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I van Muller Botelho

Presidente

Ricardo Perez Botelho

Vice Presidente

Marcelo Silveira da Rocha

Conselheiro

Maurício Perez Botelho Conselheiro

Claudio Rogério Balbuena Leão Conselheiro

Vicente Cortes de Carvalho Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial CRC - MG 042523/O-7 "S" MS

Mauro de Jesus Costa Contador CRC SP-147342/O-0-T-MS

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. em previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: "Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita - fornecimento de energia elétrica:** Conforme mencionado nas notas explicativas nos 3.2 e 24 às demonstrações financeiras, o faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia é volumoso e pulverizado, o que resulta na dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e contábil. A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação a parcela da receita de fornecimento de energia no mês, que Administração em relação a parcela da receita de fornecimento de energia no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com regime de competência. Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo de reconhecimento de receita incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos sobre o faturamento e a receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; faturamento e a receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; realização de procedimentos de análise de variação dos saldos; teste de valorização da receita, confrontando com as expectativas geradas a partir de nosso conhecimento da indústria; testes de amostragem, confrontando as informações do faturamento com os dados de consumo individual e tarifas aprovadas pelo Órgão Regulador; e teste da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil. **Provisão para riscos e passivos contingentes:** A Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob controle da mesma (nota explicativa nº 20). Devido a razões diversas, algumas dessas disputas podem não estar corretamente avaliadas, quantificadas ou adequadamente registradas. A administração em conjunto com seus assessores jurídicos precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. Além disso, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, consolidadas e integradas com a contabilidade. Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo a provisão para riscos e passivos contingentes incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos para riscos e passivos contingentes incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; discussões com a Administração e seus assessores Jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e revisão das informações incluídas na divulgação dos passivos contingentes nas notas explicativas às demonstrações financeiras. **Instrumentos financeiros derivativos**: Conforme nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos que visam, principalmente, a proteção contra a oscilação nos empréstimos e financiamentos pelas taxas de câmbio e juros. Devido à complexidade do processo de valorização e marcação a mercado, incluindo a metodologia e premissas, existe o risco significativo de que os valores atribuídos a esses instrumentos financeiros derivativos não estejam corretamente quantificados e apresentados nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo aos instrumentos financeiras derivativos incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para as instituições financeiras; seleção de transações individuais para teste, incluindo o confronto das informações utilizadas nos cálculos com os respectivos contratos; utilização de especialistas internos para revisão das premissas utilizadas pela administração na valorização dos instrumentos financeiros derivativos e reexecução dos cálculos; e revisão das informações sobre os instrumentos financeiros derivativos divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação das demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria. Auditores Independentes das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, CRC 2SP 011.609/O-8 °F avaliamos se essa demonstração está concilidad com as demonstrações financeiras e Antonio Carlos Brandão or registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com Contador os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor CRC 1RJ 065.976/O-4

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Energisa Mato Grosso do Sul** - Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras Distribuídora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações** financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude que area. Na elaboração de demonstrações financeiras administração á por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: e Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis controles internos da Compannia. • Avaliamos a adequação das políticas contabeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os respeitos pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela equerança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/0-8 "F" RJ Antonio Carlos Brandão de Sousa

Deloitte.